

O PAPEL DA INVESTIGAÇÃO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

PELO VALOR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DOS JOVENS CABO-VERDIANOS NO MUNDO



EJIC

ENCONTRO DE JOVENS
INVESTIGADORES
CABO-VERDIANOS

São Lourenço dos Órgãos - 2013 | Lisboa - 2015

ORGANIZADORES

Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira
Arlindo Rodrigues Fortes
Denise Isabel Oliveira



Associação dos Jovens
Investigadores Cabo-verdianos

**O PAPEL DA INVESTIGAÇÃO NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO**

**PELO VALOR DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
DOS JOVENS CABO-VERDIANOS NO MUNDO**



São Lourenço dos Órgãos - 2013 | Lisboa - 2015

ORGANIZADORES

Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira
Arlindo Rodrigues Fortes
Denise Isabel Oliveira



Associação dos Jovens
Investigadores Cabo-verdianos

Ficha Técnica

TÍTULO

Atas V e VI Encontro de Jovens Investigadores Cabo-verdianos (EJIC)
– *O Papel da Investigação na Promoção do Desenvolvimento* –
– *Pelo Valor da Produção Científica e Tecnológica dos Jovens Cabo-verdianos no Mundo* –

EDITOR

Associação de Jovens Investigadores Cabo-verdianos (AJIC)

EDIÇÃO COORDENADA POR:

Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira
Arlindo Rodrigues Fortes
Denise Isabel Oliveira

EXECUÇÃO GRÁFICA

Joemidia (Edson Carvalho)

ISBN

978-989-20-6560-1

ANO

Abril de 2016

PUBLICAÇÃO FINANCIADA POR:



ÍNDICE

Lista de Participantes	7
Prefácio.....	9
Nota Introdutória	11

TEMA I

Ciências Sociais e Humanas

Crianças em Risco Social nas Notícias: O Olhar da Imprensa Cabo-Verdiana <i>Manuel Menezes, Ana Amílcar Rodrigues Silva.....</i>	<i>15</i>
A Construção do Imaginário Viajante na Escrita Barbosiana <i>Hilarino Luz</i>	<i>43</i>
A Construção da Nação em Cabo Verde: Homogeneidade e Heterogeneidade na Configuração Identitária <i>João Paulo Madeira.....</i>	<i>51</i>
As Práticas Ambientais da Mulher Cabo-Verdiana <i>Luzia Mendes Oliveira</i>	<i>63</i>
Incompatibilidade de Género: Caso de São Miguel <i>Manuela Gomes Tavares Furtado.....</i>	<i>85</i>
Meios de Comunicação como Instrumentos de Inserção da Comunidade Cabo-Verdiana na Sociedade de Acolhimento - O Caso da Área Metropolitana de Lisboa <i>Marlene Silva de Brito</i>	<i>109</i>

Informalidade Urbana: Representações Sociais da Mídia sobre a Informalidade Habitacional Urbana na Cidade da Praia <i>Rutte Tavares Cardoso Andrade</i>	125
Os Objectivos do Milénio: O Posicionamento de Cabo Verde nos Degraus da Escada de Acesso ao Desenvolvimento <i>Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira</i>	145

TEMA II

Tecnologias e Organizações

Efeito dos Parâmetros Técnicos na Dose e Qualidade de Imagem num Sistema de Radiografia Computorizada <i>Amilton Tavares, Nuno Machado, Luís Lança</i>	157
Actividade Vitivinícola e Rendimento na Ilha do Fogo em Cabo Verde <i>Arlindo Rodrigues Fortes</i>	193
L'Impact des TIC dans la Gestion des Ressources Humaines et la Croissance Organisationelle Cap-Verdienne <i>Denise Isabel Rodrigues Soares Oliveira Lopes</i>	207
Subsídios para a Impementação de SIG na Câmara Municipal da Praia <i>Ivete Silves Ferreira</i>	215
An Organizational Approach to Technology Adoption Applied to Multi-Channel Banking Systems in Cape Verde <i>Nuias Mendes Barbosa Silva</i>	237

LISTA DE PARTICIPANTES

Amilton Tavares

Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa – IPL

Ana Amílcar Rodrigues Silva

Instituto Superior Miguel Torga

Arlindo Rodrigues Fortes

Instituto Superior de Economia e Gestão

*Lisbon School of Economics and Management –
Universidade de Lisboa*

Denise Isabel Oliveira

Université de Liège

Hilarino Luz

*Faculdade de Ciências Sociais e Humana
(Universidade Nova de Lisboa)*

Ivete Silves Ferreira

Universidade Federal de Pernambuco

João Paulo Madeira

*Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
(UI)*

Luzia Mendes Oliveira

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Manuela Gomes Tavares Furtado

Universidade de Cabo Verde

Marlene Silva de Brito

Escola Superior de Comunicação Social – IPL

Nuias Mendes Barbosa Silva

Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG

Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade Federal da Bahia

Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira

Universidade de Cabo Verde

PREFÁCIO

Vladmir Silves Ferreira, Arlindo Rodrigues Fortes e Denise Isabel Oliveira organizaram o V e o VI Encontros de Jovens Investigadores Cabo-verdianos, respetivamente na Praia e em Lisboa, prepararam a edição eletrónica das Atas e sugerem um prefácio onde se fale do significado da divulgação dos artigos, do custo e do valor de criar ciência nas ilhas para dialogar se não perfeitamente, mas com maior eficácia com a natureza, as pessoas e as nações. Há 10 anos a União dos Estudantes de Cabo Verde teve a bela ideia de fazer o EJIC I, nos dias 21 e 22 de Dezembro de 2006. A Associação nasceria no ano seguinte.

Na edição de 2 de Fevereiro de 2007, inaugurei a metafórica coluna Águas Correntes, na revista África 21, com o testemunho “O EJIC e o Mundo Plano de Friedman”, como se pode ler em Cabo Verde: Janelas de África, p. 123, na qual, entre sonhos e fatos, eu previa que os jovens de então e dos anos futuros haveriam de resistir e ousar até promoverem uma organização científica tão sólida quanto cívica e independente. Conseguiram, os meus parabéns!

São 13 artigos científicos, de autoras e autores, de instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, sobre as ciências naturais, sociais e humanas, que têm de ser divulgadas. Porquê? Simplesmente porque neste domínio *either you publish or you perish* (publicas ou não existes), ou seja, o que não é divulgado não é submetido à controvérsia e o que não é criticado não. É exagero com fundo de verdade.

O custo de criar ciência é e tende a ser elevado. Como é sabido a confiança na ciência já teve dias melhores, mas sem ela o caos tomava conta da vida e do mundo. Em vez disso, entre a ciência e a ética, o ser humano incrementa o bem-estar. Contudo, ser cientista exige sua paciência, aceitar a crítica argumentada, pagar o preço da oportunidade, ter talento, paciência e igual dose de persistência. Como se verá, uma outra característica comum às comunicações é a tentativa de conciliar as regras universais da ciência e da tecnologia com a resolução de problemas concretos de desenvolvimento pessoal ou coletivo.

Amilton Tavares, Ana Rodrigues, Arlindo Fortes, Denise Oliveira, Hilarino Luz, Ivete Helena Ferreira, João Paulo Madeira, Luzia Oliveira, Manuela Furtado, Marlene Brito, Nuías Silva, Rutte Andrade e Vladimir Silves Ferreira são os autores que nos guiarão através das próximas páginas e iluminam os nossos passos com o saber específico e o esforço comum. Em contrapartida lhes desejamos sorte na busca dos caminhos da ciência e da consciência. E antes de terminar, a sugestão de submeterem os próximos artigos à arbitragem. Sem ser a única via, é comprovadamente a via curta para se organizar a crítica e chegar à qualidade.

Santa Bárbara, Califórnia, nos Estados Unidos da América,
31 de Março de 2016

Corsino Tolentino

NOTA INTRODUTÓRIA

A Associação de Jovens Investigadores Cabo-verdianos (AJIC) foi fundada em Maio de 2007 na sequência da dinâmica gerada pela realização do I Encontro de Jovens Investigadores Cabo-Verdianos (EJIC I), em Dezembro de 2006, em Lisboa. A AJIC assumiu como objetivo, desde a primeira hora, promover a criação de espaços de promoção, divulgação, discussão e publicação de trabalhos de pesquisa levados a cabo por jovens Cabo-verdianos ou que trabalham sobre temáticas relacionadas com Cabo Verde em níveis pós-graduandos.

Assim realizamos nos últimos 10 anos um total de 6 encontros internacionais de apresentação de projetos de pesquisa, sendo que o segundo Encontro Internacional de Jovens Investigadores Cabo-verdianos (EJIC II) foi realizado em 2007 na Cidade da Praia, tendo-se repetido a terceira edição (EJIC III), deste mesmo evento, em Dezembro de 2009, na mesma Cidade. O IV encontro aconteceu em Dezembro de 2011 na Cidade do Mindelo.

Por forma a permitir registo e consulta dos principais trabalhos apresentados resolvemos publicar em ata os principais artigos apresentados no V e VI EJIC.

O V Encontro foi realizado entre os dias 20 a 22 de Dezembro de 2013, na Escola de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade de Cabo Verde, no Município de São Lourenço dos Órgãos, tendo como lema Lema: **“O papel da investigação na promoção do desenvolvimento”**. No VI Encontro regressamos à diáspora e à Lisboa, Cidade onde tinha

sido realizada o nosso primeiro encontro, tendo como lema **Pelo valor da produção científica e tecnológica dos jovens caboverdianos no mundo**. De um total de 35 comunicações versando as mais diversas temáticas foram seleccionadas 13 papers subdivididas em duas grandes áreas (Ciências Sociais e Humanas/Tecnologias e Organizações) e que refletem um pouco o que tem sido produzido por jovens Cabo-verdianos ou que se dedicam á pesquisa de temáticas sobre Cabo Verde.

Para concluir gostaríamos de agradecer a todos os parceiros e patrocinadores que tornaram possível a realização dos encontros e a publicação desta obra que será disponibilizada em suporte digital e de acesso gratuito a estudantes, pesquisadores e demais interessados.

Cidade da Praia, 7 de Abril de 2016

Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira
Presidente da Associação de Jovens Investigadores Cabo-Verdianos

TEMA I
Ciências Sociais e Humanas

Crianças em Risco Social nas Notícias: O Olhar da Imprensa Cabo-Verdiana

Manuel Menezes, Ana Amílcar Rodrigues Silva

Instituto Superior Miguel Torga

ranaamilcar@gmail.com

RESUMO

O presente artigo toma por base uma investigação mais aprofundada desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado em Serviço Social realizada no Instituto Superior Miguel Torga. Não descurando o importante contributo dos *media* para uma maior visibilidade das problemáticas vivenciadas pelas crianças, nessa pesquisa procurou-se inquirir, perceber o modo como a imprensa cabo-verdiana tem vindo a abordar a temática das crianças em risco social, com o intuito de perceber como o tratamento jornalístico dessas problemáticas (ao contribuir para formação de imagens, representações sobre os assuntos em pauta) pode influenciar – positiva ou negativamente – a sua inclusão no debate público e um, consequente, reconhecimento social facilitador da conceção/implementação de políticas sociais protetoras/promotoras do bem-estar das crianças

Palavras-chave: Crianças; Risco Social; Discurso Jornalístico; Fontes de Informação.

ABSTRACT

This paper is based on a more in-depth investigation developed in the framework of a master's thesis in Social Work held in Instituto Superior Miguel Torga. Not neglecting the important contribution of the media to a greater visibility of the problems experienced by children, in this study we sought to investigate how the Cape Verdean press have been addressing the issue of children in social risk, with the aim to understand how the journalistic treatment of these problems (by contributing to formation of images, representations on the issues on the agenda) can influence - positively or negatively - to its inclusion in the public debate and, consequently, a social recognition that facilitate the conception/implementation of social policies that protect, promote the welfare of children.

Keywords: Children; Social Risk; Journalistic Discourse; Information Sources.

Nota Introdutória

Elegendo como objeto de estudo o Jornal *A Semana*¹, procedeu-se a um levantamento de todas as peças jornalísticas do ano de 2014 cujo foco remetia para as crianças dos 0 aos 18 anos envolvidas em ocorrências e problemáticas que colocassem em risco as suas vidas e/ou o seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico e emocional. Deste modo, procurou-se, por um lado, compreender de que forma os jornalistas e as fontes de informação, ao abordarem as problemáticas das crianças, têm vindo a contribuir (ou não) para a inclusão dessas questões no debate público. Por outro lado, ao analisarmos as peças que envolviam crianças em risco social², buscou-se perceber se o tratamento dado às mesmas cobria a multidimensionalidade do fenómeno. Para além de procurarmos construir um perfil das crianças-alvo das notícias, foi, igualmente, nossa intenção perceber como os diferentes atores envolvidos na notícia construíam o discurso sobre as crianças em situação de risco social e se o mesmo contribuía (ou não) para uma cobertura contextualizada da problemática em análise.

Com o intuito de proceder à análise de conteúdo, num momento prévio à recolha de informação elaborámos um mapa conceptual onde foram explicitadas 4 dimensões de análise, designadamente (i) caracterização das

-
1. A opção justifica-se pelo facto de ser um meio de comunicação de referência em Cabo Verde. O Jornal *A Semana* é um semanário independente de distribuição nacional e na diáspora (França, Holanda e Luxemburgo), encontrando-se, também, disponível *online*.
 2. Entendido aqui, de modo sinótico, como remetendo para todas as «situações em que se verifica uma ameaça ou violação dos direitos da criança colocando em risco a sua segurança, educação, formação ou desenvolvimento» (Cristina Ponte et al, 2009: 32).

crianças³, (ii) tipificação dos riscos⁴, (iii) fontes de informação⁵ e (iv) discurso jornalístico⁶, bem como as respetivas variáveis e indicadores que iriam servir de guia à pesquisa. Para a recolha de informação foi construída uma grelha de análise onde foi feito o preenchimento de cada peça jornalística considerada pertinente para a investigação. Posteriormente, procedeu-se ao tratamento quantitativo e qualitativo⁷ da informação recolhida. Quanto a esta, é de salientar que, após a análise das 43 edições do jornal em 2014, encontramos 52 peças cuja temática versava sobre as crianças. Destas, 28 eram de caráter informativo (inclusas nas secções *Reportagem*, *Social* e *Atualidades*) versando sobre ocorrências/problemáticas em que as vidas das crianças ou o seu bem-estar e desenvolvimento físico, psíquico ou emocional eram colocados em risco; 12 eram artigos de opinião (*Direito de resposta* e *Ponto de vista*) conexos com a temática em análise, e as restantes 12 abordavam questões interligadas com outras áreas.

Dito isto, num primeiro momento deste ensaio iremos explicar algumas exegeses sobre a importância do papel dos *media* na informação e sensibilização da comunidade para os problemas sociais que afetam as crianças, através da visibilidade dada a este grupo social e às suas problemáticas, até então, não objeto de notícias. Num segundo momento,

-
3. Variáveis: sexo, idade, residência, classe social, tipo de família, contexto de ocorrência do risco, adulto causador do risco.
 4. Variáveis: abandono familiar, abuso sexual, criança em situação de rua, comportamento delinquente, maus-tratos (físicos, emocionais), negligência (física, emocional), pobreza/exclusão, trabalho infantil, vítimas de catástrofes naturais.
 5. Variáveis: fontes oficiais, fontes não oficiais/sociedade civil, classificação do número de fontes.
 6. Variáveis: opinião das fontes, ótica investigativa, contextualização, opinião da criança vítima.
 7. Tomando em consideração, no primeiro caso, a frequência do aparecimento de certas características de conteúdo ou de correlação entre elas e, no segundo, a presença ou ausência de características, ou o modo segundo o qual os elementos do «discurso» estão articulados uns com os outros (*Raymond Quivy et al*, 1998: 227).

dar-se-á conta dos resultados obtidos com o intuito de evidenciar como em Cabo Verde a imprensa tem vindo a tecer a construção das crianças em risco.

1. As Crianças em Situação de Risco Social e o Debate Público em Cabo Verde

As crianças cabo-verdianas representavam, de acordo com os censos de 2010, 39% da população. Apesar de na última década do séc. XX as transformações económicas e sociais terem contribuído para a melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar, segundo o relatório «*Análise de Situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde*» (UNICEF, 2011), 42,1% da população pobre era constituída por crianças abaixo dos 15 anos⁸. Na esfera da *educação* têm vindo a ser criadas infraestruturas, sendo garantido o acesso ao ensino básico a todas as crianças, mas, devido a fatores sociodemográficos assiste-se a um abandono significativo da escola antes do término da escolaridade obrigatória (8.º ano) (CNDHC, 2010). Ao nível da *saúde* a mortalidade infantil e perinatal tem vindo a diminuir⁹. Apesar dos avanços conseguidos a nível nutricional, no seu relatório de 2011, a *UNICEF* aconselha que a desnutrição crónica deve

-
8. Este contexto para além de revelar a não realização (privação) dos direitos elementares, evidencia a existência no país de uma série de desigualdades e iniquidades, que se refletem nos indicadores socioeconómico. Com base em algumas variáveis (idade, género, modelo de família, local de residência – urbano, rural e periurbano) os mais excluídos em Cabo Verde eram: (i) as crianças de famílias chefiadas por mulheres pobres do meio rural; as (ii) as crianças em situação de rua; (iii) as crianças que estão fora do sistema de ensino; (iv) as crianças que vivem em famílias pobres, com precárias condições de saneamento, água e acesso a serviços de qualidade (UNICEF, 2011).
 9. Estes avanços decorrem da oferta gratuita de vários serviços por intermédio dos quais é assegurado o atendimento pré-natal e o acompanhamento médico às crianças após o nascimento (CNDHC, 2010: 72). Porém, é de assinalar a necessidade de uma intervenção estratégica nos sectores sociais (educação, saúde, nutrição, abastecimento de água e saneamento) para promover a mudança de comportamentos, atitudes e práticas ao nível familiar e na oferta de serviços (José Anjos et al, 2009: 28).

ser considerada como uma prioridade na segurança alimentar e nutricional das crianças cabo-verdianas.

No que à *proteção da criança* diz respeito, dados relativos a 2010 revelam, igualmente, um quadro problemático a tomar em consideração. Em Cabo Verde o fenómeno das *crianças sem registo de nascimento* ou registadas somente por um dos progenitores (normalmente a mãe – indiciando a desresponsabilização do poder paternal) assume uma dimensão importante. Os censos de 2010 estimavam a existência de 39% de crianças não registadas. Paralelamente, tem-se constatado o aumento do *abandono de crianças* por parte dos pais, principalmente nos meios urbanos (CNDHC, 2010). Comprovativo dessa situação é o aumento significativo de acolhimento de crianças vítimas de maus tratos, abandono e negligência registados nos *Centros de Emergência Infantil* da cidade da Praia e do Mindelo¹⁰.

Quanto ao *abuso sexual de crianças*, este assume particular gravidade tendo-se vindo a assistir a um aumento de denúncias destas situações¹¹. Não obstante isso, encontramos-nos perante um fenómeno complexo e de difícil resolução, visto em alguns aglomerados populacionais ser relativamente

10. Ao referido deve ser acrescentado o facto de muitas crianças cabo-verdianas sobretudo as dos bairros periféricos dos principais centros urbanos, continuarem a viver num quadro de extrema vulnerabilidade individual e social. Por sua vez, nos meios rurais e nas periferias urbanas, encontramos um número não negligenciável de crianças que estão sob a guarda de familiares e não dos pais. Apesar de essa situação não consubstanciar um efetivo abandono, configura uma forma de negação dos direitos das crianças à convivência efetiva com os progenitores.

11. Quanto à *exploração sexual infantil* os dados revelam uma alta concentração de vítimas nos municípios da Praia, Santa Catarina de Santiago e Fogo. Muitas destas situações não são publicitadas/denunciadas devido ao medo de represálias ou estigma social. Quando o são, em muitas situações (sobretudo quando o agressor tem uma relação de parentesco/vizinhança com a vítima), a denúncia é feita muito tempo após a ocorrência do crime (por vezes reiterado ao longo do tempo). Mais preocupante, e revelador das consequências negativas de experiências de pobreza extrema, é o facto de situações serem encobertas pelas famílias, aceites socialmente e/ou mesmo incentivadas com a esperança de «se conseguir uma união conjugal com pessoas com recursos financeiros ou com algum nível de capital social, particularmente os emigrantes e os proprietários» (CNDHC, 2010: 82).

naturalizado. Isto é, encontramos-nos face a uma tendência marcante do encobrimento de casos por parte dos pais, encarregados de educação e comunidade em geral, «o que tem remetido o drama da violência sexual de crianças ao estrito campo de mecanismos de regulação informalmente mediados, ao secretismo do lar e a consensos e entendimentos logrados através de negociatas» (CNDHC, 2010: 79).

A problemática da *criança em situação de rua*¹² começou a ganhar visibilidade em Cabo Verde nos inícios dos anos 90 passando, a partir de 1996, a ser considerada oficialmente um problema social. Dedicando-se ao comercio ambulante, lavagem de carros e à mendicidade, de acordo com *Lorenzo Bordonaro et all* (2011), entre as principais razões que levaram estas crianças a romper em definitivo com os laços familiares podemos apontar a: (i) precaridade socioeconómica; (ii) irresponsabilidade masculina na paternidade; (iii) violência doméstica.

Não descurando os dados apresentados, interessa sinalizar que, apesar de, por um lado, o Governo assumir explicitamente o investimento nas crianças como um sinal de progresso e do qual o futuro da Nação depende e, por outro, dos avanços na implementação de políticas sociais setoriais, em Cabo Verde ainda não se pode falar (quicá por falta de recursos) na existência de uma política específica e integrada de proteção à infância.

No que ao *debate publico* sobre estas questões diz respeito, interessa assinalar que em Cabo Verde, relativamente à proteção da infância tem vindo a predominar um discurso onde a problemática das crianças em situação de risco social é associada à desestruturação dos laços familiares, ou seja, não só os políticos, mas também, «a imprensa e o público em geral interpretam o problema das crianças pobres como uma evidência da crise da família» (*Lorenzo Bordonaro et all*, 2011: 133). Sabendo que

12. Fenómeno potenciado pelas crianças que acompanham as mães *rabidantes*, i.e., mulheres cujo sustento é obtido por via da economia informal (*Lorenzo Bordonaro et all*, 2011).

a família monoparental se consubstancia como a organização doméstica mais antiga e frequente do país, pensamos ser simplista estabelecer uma ligação estrita entre essas duas dimensões. Mais ainda, esse tipo de leitura, evidenciando uma apreensão dos problemas sociais em termos morais e de conduta individual, acaba por os manter fora da agenda pública¹³. Quer dizer, muitas das problemáticas que afetam as crianças ao serem apreendidas como questões que dizem respeito à esfera privada, não são problematizadas e debatidas publicamente, acabando por não se consubstanciar como prioridades a serem enfrentadas pelas políticas públicas.

Destarte, não obstante alguns avanços recentes, é fundamental dar mais um passo no sentido do reforço da construção da infância em risco enquanto categoria de intervenção social, pois, só por intermédio do aprofundamento do debate conexo com essas problemáticas será possível «estabelecer as suas causas, determinar responsabilidades, definir o domínio legítimo das competências das quais decorre o tratamento e a solução do problema, e identificar as instituições ou os poderes públicos a quem incumbe resolvê-las» (*Isabel Lança*, 2000: 118).

Como é lógico, em todo o processo de transmutação de questões associadas à esfera privada em problemáticas públicas com as quais a sociedade como um todo se deve preocupar, os *media* podem/devem assumir um papel de extrema importância, visto estarmos cientes de que «a forma como os meios de comunicação social tratam as questões de infância e da juventude influencia o debate público sobre crianças e jovens e, conseqüentemente, a implementação de políticas para os beneficiar e de leis para os proteger» (*Cristina Ponte et al*, 2009: 9).

13. Este tipo de representações dificultam, no fundo, uma ação política face aos mesmos, pois, tal como nos alerta *Ferrán Casas* ao serem equacionados «como questões do foro individual. Estes problemas são entendidos como alheios; não apelam a uma responsabilidade coletiva, nem são do interesse da generalidade da sociedade, em consequência, a pressão pública sobre as instâncias políticas e de governo, no sentido de investimento dos recursos necessários à solução desses problemas, tem-se revelado débil e ineficaz» (1998: 73).

2. Importância dos Media para o Debate, Problemática e Defesa dos Direitos das Crianças

Não descurando o até agora referido, facilmente aceitamos que «nas sociedades modernas, os media ocupam um lugar de destaque na definição das questões que serão socialmente problematizadas» (*Joel Best apud Carmem Mariano*, 2014: 1). Quer dizer, os *media* ao se consubstanciarem como espaços fundamentais de visibilidade acabam por contribuir para a consciencialização social das problemáticas experienciadas pelas crianças¹⁴. Deste modo, revela-se fundamental que as notícias sobre as crianças e as problemáticas que as afetam suscitem uma chamada da atenção pública na perspetiva de proteção e promoção dos seus direitos. É este aliás o entendimento da *Federação Internacional dos Jornalistas* (FIJ), que num dos seus princípios advoga a necessidade de as organizações dos *media* considerarem a violação dos direitos das crianças e as questões conexas com a sua segurança, privacidade, educação, saúde, bem-estar social e todas as formas de exploração das crianças, como questões importantes a serem investigadas e debatidas publicamente (*Peter McIntyre*, 2002).

Seguindo este raciocínio podemos, então, salientar alguns dos compromissos que os meios de comunicação social devem ter para com os direitos das crianças, designadamente: (i) monitorizar abusos e progressos na implementação dos direitos previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC); (ii) respeitar a integridade das crianças no discurso mediático; (iii) construir a imagem das crianças de acordo com os princípios estabelecidos pela Convenção; (iv) promover a participação das crianças nos *media*; (v) disseminar informações sobre a CDC; (vi) produzir programas e materiais de conteúdo educativo e valor cultural sobre elas ou direcionados

14. Segundo *Lídia Marôpo* (2011-a) o jornalismo tem contribuído para denunciar problemas como maus-tratos, abuso sexual, transformando questões anteriormente associadas ao âmbito privado em temas de debate público; sobre este aspeto pode-se cf. também *Maria Carvalho et al* (2009).

a elas e (vii) protegê-las de influências ofensivas (*Thomas Hammarberg & John Tobin apud Lúdia Marôpo*, 2011-a: 85).

Destarte, estamos cónscios, por um lado, da capacidade detida pelos *media* para suscitar e focalizar a atenção pública, configurar discursivamente os problemas sociais e, por outro, da sua vocação para intervir socialmente provocando dessa forma impactos efetivos tanto ao nível social como político. No fundo, pode-se afirmar que a legitimação social das imagens partilhadas sobre os fenómenos sociais reveste-se de especial importância, na medida em que é um fator fortemente explicativo das suas dinâmicas.

Avançando mais um pouco, verifica-se que a influência dos *media* sobre o público é significativa na medida em que, na maioria das vezes, acaba por definir a agenda social e governamental¹⁵. Por outras palavras, «os meios de comunicação têm a capacidade (não intencional nem exclusiva) de agendar temas que são objecto de debate público em cada momento», ou seja, «quanto maior é a ênfase dos *media* sobre um tema e quanto mais continuada é a abordagem desse tema, maior é a importância que o público lhe atribui na sua agenda» (*Pedro Sousa*, 2006: 501).

Logo, revela-se de extrema importância darmos atenção à sua cobertura, não só para a identificação das suas tendências e enquadramentos, mas, também, para a percepção de quais «vozes» são (ou não) incluídas tendo

15. É neste sentido que deve ser entendido ponto de vista de *Bernard Cohen* que, já em 1963, afirmava «que a comunicação social «(...) pode não ter frequentemente êxito em dizer às pessoas *o que* têm de pensar, mas surpreendentemente tem êxito ao dizer às pessoas *sobre o que* devem pensar» (*Pedro Sousa*, 2006: 501; *Mauro Wolf*, 1985: 130). Esta leitura enquadra a denominada teoria do agendamento ou *agenda setting*, segundo a qual «em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas» (*McCombs & Donald Shaw, apud Guilherme Canela*, 2001: 112).

em vista o seu contributo para o debate conexo com as problemáticas que afetam as crianças. Explicitando, não descurando que as notícias não somente nos dizem *o que pensar*, mas, também, influenciam o modo *como pensar* determinado assunto, devemos estar cientes de que a maneira como se constroem e representam os problemas sociais da infância condicionara as ideias, representações compartilhadas sobre as formas apropriadas de solucionar cada problema (*Ferrán Casas*, 2010). Entende-se, por isso, pertinente a aproximação às ideias dominantes nas sociedades sobre as crianças em situação de risco. Com efeito, é necessário conhecer como os *media* tratam as questões da infância e, em que medida, transportam para o debate público uma cobertura contextualizada e esclarecedora destas questões.

2.1. As Fontes de Informação e o Enquadramento Noticioso

Para melhor compreendermos o papel dos meios de comunicação social enquanto formadores de opinião teremos, então, de tomar em consideração duas dimensões, nomeadamente as *fontes de informação* utilizadas e o *enquadramento noticioso* (*news frame*) que é feito dos factos. Quanto à primeira dimensão, não obstante os jornalistas deterem o poder de agendamento, ao longo do processo são influenciados pelas suas fontes. Deste modo, o cruzamento dos discursos dos jornalistas com as fontes, «permite-nos uma percepção mais ampla sobre o agendamento e enquadramento das problemáticas que afetam as crianças e auxilia-nos a pensar sobre o modo como o discurso noticioso reflete (ou não) um reconhecimento dessas situações sociais como um problema social» (*Lídia Marôpo*, 2011-a: 86). A influência anteriormente referida, volve-se problemática quando o recurso às fontes se sustenta no que, *Téau Vau Dijk et al.*, denominam de *elite simbólica* que tem acesso ao discurso público e que, de certa forma, controla o discurso

dominante na sociedade (*apud Veronice Mastella et all*, 2013: 4)¹⁶. Por outras palavras, os discursos noticiosos sustentados somente na opinião de uma *elite* (normalmente detentora do exercício do poder) acabam por produzir construções sociais complexas, porquanto, ao apresentarem uma visão parcial ou tendenciosa da experiência, tendem a destacar determinados temas, preterindo, ofuscando ou ignorando outros tantos. Com o intuito de minorar esta situação podemos socorrer-nos de alguns padrões aventados por *Josenildo Guerra* no sentido de garantir a qualidade e credibilidade da produção jornalística, ou seja, «as fontes de informação acionados pelos jornalistas são um indicador fundamental da qualidade da cobertura, quando considerados dois aspetos: moral – o respeito à pluralidade de ponto de vista, e cognitivo – a diversidade de pontos de vista amplia a perceção e análise dos problemas» (2004: 2).

No concernente à segunda dimensão, a mesma salienta o facto de as notícias, para além de serem selecionadas, serem construídas. A noção de enquadramento ou *framing*, originalmente formulada por *Erving Goffman* nos anos 70, permite-nos compreender o modo como o jornalista define um tema, como ele o interpreta, quer dizer, consubstancia-se como uma «estrutura profunda que contém instruções para decifarmos uma situação» (*Maria Silveirinha apud José Carvalheiro*, 2007: 218). Seguindo este raciocínio, pode-se, então afirmar que o mesmo, para além de realçar os aspetos considerados relevantes para a interpretação dos acontecimentos narrados, destaca a participação do jornalista enquanto ator na construção social da realidade. Dito de outra forma, a promoção de enquadramentos por parte dos profissionais dos *meios de comunicação social*, mostra como, no processo de produção jornalística, os acontecimentos

16. De acordo com *Filipe Pena* essa elite enquadra as fontes oficiais/institucionais, os «definidores primários» procurados em primeira mão pelos jornalistas (*apud Veronice Mastella*, 2013: 4). No nosso caso, considerámos como fontes oficiais todo e qualquer indivíduo que, em função do cargo desempenhado, se pronuncia em nome dos órgãos estatais.

podem ser apresentados sob a forma de narrativas que não refletem apenas a realidade, mas uma perspectiva particular dessa mesma realidade, i.e., a visão do mundo do jornalista.

Ao buscarmos estabelecer uma interconexão entre o enquadramento noticioso e o nosso objeto de estudo, verifica-se que as narrativas veiculadas pelos *media* podem, como já referimos, contribuir não só para que as problemáticas vivenciadas pelas crianças sejam debatidas na esfera pública, mas, também, constituir-se como instrumentos de pressão para a implementação de políticas sociais visando a sua proteção. Diversos estudos têm vindo a reconhecer a crescente representação mediática das crianças e das suas problemáticas nas últimas décadas (*Lídia Marôpo*, 2009; *Cristina Ponte et al*, 2009; *Paula Martins*, 2011). Essa dimensão positiva não invalida, no entanto, a necessidade de uma perspectiva crítica, porquanto, «apenas raramente estas notícias enquadram as questões numa perspectiva de direitos» (*Lídia Marôpo*, 2011-b: 145). Predomina, isso sim, um tratamentos privado e individual dos problemas que afetam as crianças, bem como, enquadramentos sentimentalistas e sensacionalistas, por contraposição à escassez de enquadramentos que privilegiem a perspectiva dos direitos, monitorização de políticas públicas para a infância, responsabilização dos governos, debate diversificado sobre causas e soluções para os problemas denunciados, menção à *CDC* e leis nacionais (*Lídia Marôpo*, 2011-a)¹⁷.

17. Partilhando desta perspectiva crítica, *Cristina Ponte et al* destacam algumas questões a serem repensadas, nomeadamente: (i) temas tais como os maus tratos físicos e a delinquência juvenil apresentam contornos de espetacularização, com derrapagens deontológicas associadas; (ii) não há alargamento da agenda das notícias na perspectiva das políticas de infância, nem dos olhares sobre a globalização e os seus impactos, o foco é na singularidade; (iii) maior atenção aos anúncios de medidas governamentais e à sua contestação no momento, do que uma avaliação e acompanhamento do seu impacto posterior; (iv) os direitos da criança à proteção tem maior visibilidade, associado à imagem da inocência e fragilidade, por contraposição a uma menor atenção ao direito a ser provido de recursos e de condições; (v) ausência na agenda de notícias dos direitos de participação (2009: 42-44).

Destarte, não obstante o importante papel dos *media* na informação e sensibilização da sociedade para os problemas sociais que afetam as crianças, os seus enquadramentos podem comprometer o seu reconhecimento social e, conseqüentemente, o debate e a pressão pública para a implementação de políticas sociais e leis para as proteger. Logo, melhorar os enquadramentos noticiosos sobre as crianças e os problemas que as afetam é fundamental para sensibilizar o reconhecimento público dos mesmos e a promoção de uma cultura favorável à criança¹⁸. O desafio passa por informar com qualidade devendo os jornalistas ser incentivados a desenvolver uma cobertura adequada «em alternativa à mera denúncia de factos» (*Cristina Ponte*, 2006: 9). De acordo com a *ANDI* (2005) é fundamental que o leitor entenda melhor o contexto do problema em questão, assim, a apresentação das estatísticas e das causas contribuem para esta compreensão¹⁹. A solução para os problemas sociais está, em maior ou menor grau, dependente

-
18. Nesta ótica, desde a década de 90, a *UNICEF*, a *FIIJ* e *Organizações Não Governamentais* (podendo-se destacar a *ChildWatch*, *Save the Children*, *ANDI*, entre outras) têm realizado encontros de reflexão com os jornalistas, atribuindo prémios de incentivo aos jornalistas que fazem enquadramentos em prol dos direitos das crianças, e produzindo várias diretrizes internacionais para auxiliar os jornalistas na cobertura noticiosa sobre os direitos das crianças.
 19. O contributo de *Guilherme Canela* revela-se fundamental neste ponto. Apresenta um conjunto de ideias a serem tomadas em consideração para um *tratamento editorial de qualidade* dos direitos humanos em geral e dos direitos das crianças em específico: (i) dos casos individuais à política pública – «a cobertura das temáticas da infância [...] tende a se concentrar em casos individualizados. Isso contribui pouco para o agendamento, contextualização e controle social, portanto, esta a quem das funções [...] de um jornalismo de qualidade»; (ii) avaliação e monitorização das políticas – «a cobertura de uma política pública não se pode resumir ao tratamento editorial [...] do anúncio do seu lançamento. Os jornalistas devem estar sobretudo, atentos ao que acontece com uma determinada política após o seu anúncio pelas autoridades competentes»; (iii) desenvolvimento humano, direitos humanos, pobreza, desigualdade e diversidade – «não é possível falar dos direitos de crianças sem se estabelecer os vínculos com outros problemas que causam, perpetuam e alimentam a violação dos seus direitos»; (iv) denúncias e busca de soluções – as denúncias de violações dos direitos são uma parte fundamental do trabalho dos jornalistas, «contudo, é preciso ir mais além, deve-se discutir e debater as soluções que vêm sendo alinhavadas por diferentes atores sociais para fomentar os direitos das crianças» (2009: 242 - 243).

da adoção de políticas públicas, por isso a sua discussão é central. Por outro lado, a pluralidade das fontes é uma das formas de diversificar as discussões sobre o tema.

Neste âmbito cabe destacar o documento da FIJ – «*Putting Children in the Right...*», cujo objetivo passa por instituir padrões éticos para o jornalismo no tratamento de temas que envolvam crianças. Este guia propõe aos jornalistas: respeito pela privacidade das crianças²⁰; proteção das suas identidades; obrigação de verificar informação antes de publicação; a necessidade de considerar as consequências da publicação e de minimizar prejuízos para as crianças; evitar apresentações sensacionistas ou estereotipadas; o acesso das crianças aos *media* para expressarem as suas opiniões; maior contextualização económica e social das questões da infância e fazer recomendações para promover a consciencialização sobre os direitos das crianças (Peter McIntyre, 2002).

Em suma, as recomendações plasmadas em distintos documentos, bem como as propostas defendidas pelos diferentes autores, fundando-se num ideal de «*responsabilidade social dos jornalistas*», apelam no seu conjunto a um reforço da importância do papel dos *media* na defesa dos direitos e proteção das crianças por intermédio do «dever de identificar falhas e aspetos positivos no campo dos Direitos Humanos», mediada por um «jornalismo ético» que procure «a verdade independentemente de interesses obscuros» e que alie uma «sensibilidade às consequências da publicação» (Cristina Ponte, 2005: 9).

20. O respeito pela privacidade e preservação da identidade, são questões centrais na proteção e defesa dos direitos das crianças nos *media* (Lidia Marôpo, 2011-a).

3. Apresentação e Análise dos Resultados²¹

3.1 – As Crianças e os Riscos Representados nas Notícias

Quanto ao *perfil das crianças* representadas nas notícias, indiciando uma maior fragilidade do *género feminino*, a maioria dos factos ocorreram com meninas (Ni=15)²². Relativamente à *idade*, em 8 das notícias não encontrámos referência à mesma, registando-se nas restantes situações um predomínio da faixa etária dos 11 aos 15 anos (Ni=9), seguida da faixa etária dos 16 aos 18 anos (Ni=5). Quanto ao local de *residência*, na maioria dos casos (NI=18) nada nos é dito sobre se as mesmas moravam numa área urbana ou rural. Não se encontrou, igualmente, nenhuma alusão às ilhas de São Nicolau, Boa Vista e Brava, por contraposição às ilhas de Santo Antão, São Vicente e Santiago referidas em 7 peças jornalísticas cada. Estes dados poderão, talvez, ser justificados não só pelo facto de nos encontrarmos face às ilhas de maior dimensão, mas, também, por ser aí que se encontrarem sediadas delegações do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA). Nas notícias não é feita qualquer menção à *classe social* e somente em duas situações é identificado o *tipo de família* (monoparental), o que, de certa forma, evita a estigmatização de crianças pertencendo a certas estruturas familiares como é demonstrado em outros estudos como um problema/fragilidade dos *media*²³.

No respeitante ao *contexto de ocorrência do risco*, os dados obtidos não nos permitem retirar conclusões significativas visto num número considerável de notícias (Ni=13) o mesmo não ter sido explicitado de modo

21. Como já referido, os resultados que irão ser apresentados tomarão, essencialmente, por base as 28 peças de carácter informativo cujo conteúdo versava sobre crianças em situação de risco social.

22. Se a estes dados acrescentarmos as 5 notícias em que são sinalizados ambos os sexos, a representatividade do sexo feminino ainda aumenta mais.

23. Isto não invalida a constatação de um procedimento deontologicamente incorreto em 4 notícias onde são mencionados o nome e a morada permitindo, dessa forma, a fácil identificação da criança.

claro. Não serão, no entanto, de descurar os serviços públicos (hospital, escola...) como contextos de risco dada a sua representatividade (Ni=8) no conjunto das notícias analisadas.

Ao tomarmos em consideração a *pessoa causadora do risco*, constata-se uma maior frequência de adultos (Ni=17) por contraposição às crianças (Ni=5)²⁴. Quanto ao adulto causador do risco, o seu vínculo familiar com a criança não se pode ser realçado [mãe (Ni=1), avô (Ni=1), tio (Ni=2)] por comparação com «*outros*» protagonistas (Ni=10), entre os quais se englobam o vizinho (Ni=3), vários homens, namorado e professor²⁵.

A análise das notícias tomando por base a *tipologia das situações de risco* vivenciadas pelas crianças permitiu o retirar de algumas conclusões. Deste modo, ao observarmos a tabela n.º 1 verificamos que o «*abuso sexual*» é o risco com maior representação nas notícias (Ni= 10), seguindo-se «*outros tipos de risco*» (Ni=7), tais como: sequestro, gravidez²⁶, tentativa de agressão sexual, abandono escolar, falta de registo de nascimento,

Tabela n.º 1 – Tipo de Riscos Noticiados

	Ni	%
Abuso Sexual	10	35.7
Comportamento delinquente	5	17.9
Negligência	5	17.9
Pobreza e exclusão	1	3.6
Outro	7	25
Total	28	100

Fonte: Levantamento próprio.

24. Nos casos em que a criança surge como protagonista do risco, este encontrava-se associado a comportamentos delinquentes, designadamente ofensa corporal, furto, consumo de estupefacientes/álcool, desafio à autoridade do professor e destruição de equipamentos, promiscuidade, prostituição, sobretudo, em espaços como a escola e a rua.

25. Em quatro notícias não há identificação do causador do risco e em duas situações surgem instituições como protagonistas do risco, designadamente o Hospital e a Câmara Municipal.

26. A gravidez na adolescência encontra-se não só, mas também, associada à violação sexual.

promiscuidade na escola e exploração sexual. Relativamente ao abuso sexual, interessa salientar que o mesmo é, frequentemente, o resultado de violações perpetradas em grupo.

A recolha de dados realizada não revelou a ocorrência de *maus tratos* (quer físicos, quer emocionais) que tivessem sido noticiados ao longo do ano de 2014. Relativamente às situações em que a criança foi vítima de *negligência* (Ni=5), estranhamento não encontramos nenhuma notícia em que a mesma decorresse da ação ou omissão dos pais. Esta ausência pode, em nossa opinião, indiciar uma menor sensibilização dos jornalistas para este problema. Deste modo, os atos de negligência remetem para o mau funcionamento de instituições, nomeadamente o hospital (negligência média)²⁷ e a escola²⁸.

Com uma representatividade similar à tipologia anterior surgiram os *comportamentos delinquentes* (Ni=5), de entre os quais podemos destacar a ofensa corporal, furto, consumo de estupefaciente, desafio à autoridade do professor e destruição de equipamentos, promiscuidade, prostituição. Ressalva-se que o comportamento delinquente dos jovens, através de grupos de *gangs*, tem vindo a ter em Cabo Verde, desde há algum tempo, uma expressão em crescendo. A preocupação com esta problemática impulsionou a realização de vários estudos e a realização de vários fóruns de reflexão por parte do atual governo. Daí se poder afirmar que a importância assumida por esta temática na sociedade cabo-verdiana não se espelha nas notícias por nós analisadas.

27. Ausência de cuidados neonatais adequados provocam morte de bebé e situações em que práticas médicas inadequadas provocaram cegueira em crianças.

28. Situações de absentismo escolar e expulsão de sala de aula devido a comportamentos abusivos e inadequados dos professores (uso de álcool, comportamento abusivo, etc.); crianças que, devido à falta de transporte escolar em horário apropriado têm de acordar de madrugada para ir à escola (como chegam muito cedo deambulam pelas ruas da cidade até o horário escolar), esta situação pode causar absentismo e abandono escolar. Em relação á esse último aspeto ressalva-se que, a *CNDHC et all* (2010) reconhece que a possibilidade dos alunos permanecerem na escola é condicionado pelos fatores sócio demográficos e económicos.

Estranhámos a ausência de notícias sobre temas que atualmente se encontram na agenda governamental. O *trabalho infantil*, considerado problema nacional, em que o Estado cabo-verdiano perante a OIT assumiu o compromisso de acabar com as piores formas de trabalho infantil até final de 2015. Não descurando que as crianças menores de 15 anos representam 42,1% da população pobre, consideramos, igualmente, insólito o parco número de notícias (Ni=1) a abordarem a *pobreza e exclusão* ao longo de 2014. Dado nos encontrarmos face a situações que causam, perpetuam e alimentam a violação dos direitos das crianças, entendemos ser crucial a sua cobertura para que o leitor desenvolva uma compreensão não apenas ao nível da magnitude do fenómeno da criança em risco, mas, também, do papel do Estado no combate aos problemas e das possíveis soluções que estão em debate²⁹.

3.2. Fontes de Informação: A Participação da Sociedade na Construção do Discurso Jornalístico

A análise do gráfico n.º 1 evidencia uma preponderância das «*fontes não oficiais*» (Ni=29), por comparação às «*fontes oficiais*» (Ni=18) e à «*fonte não identificada*» (Ni=4)³⁰. Das «*fontes não oficiais*», as mais ouvidas foram as famílias das crianças vítimas (Ni=11); das «*fontes oficiais*» os jornalistas recorreram mais a vários organismos englobados na categoria «*outra*» (Ni=9): Direção Escolar, Câmara Municipal, Conservatória dos Registos Notariados, entre outros, seguida do ICCA (Ni=4).

29. No âmbito do contexto cabo-verdiano defendemos a necessidade e urgência de investir numa cobertura de qualidade e contextualizada na área da criança, que conduza à mudança de políticas sociais e garantia dos seus direitos sociais. Como aspeto positivo sinalizamos o formato das notícias «*Ponto de Vista*» onde, através da participação de diferentes pessoas e profissionais, várias problemáticas que afetam as crianças (delinquência juvenil, abuso sexual, sexo e *bullying* nas escolas) foram discutidas. Permitindo, deste modo, a inclusão dessas problemáticas no debate público e o aprofundar da consciência social dos problemas que afetam as crianças cabo-verdianas.

30. Mencionada nas notícias como «*fonte A Semana*».

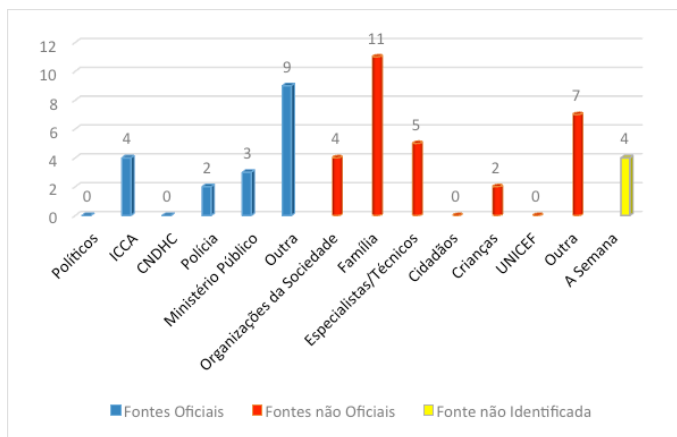


Gráfico n.º 1 – Classificação das Fontes de Informação Ouvidas

Fonte: Levantamento próprio.

Como aspeto menos positivo gostaríamos de referir o facto de as crianças somente surgirem como fonte de informação em duas notícias, podendo-se, por isso, afirmar que, de um modo genérico, a não audição da sua voz se consubstancia como um impedimento à expressão do seu ponto de vista.

Os dados recolhidos permitem a conclusão da pouca variedade de atores sociais com acesso ao espaço mediático. Por um lado, ressalva-se que, em relação ao relato de conteúdo dos atos públicos do processo judicial, o *ECA* reconhece que quando solicitado e sem prejuízo aos direitos da criança, «o juiz do processo informa os meios de comunicação social sobre os factos, decisão e circunstâncias necessárias para a sua correta compreensão» (art.º 115º, alínea 3: 48-49). Esta possibilidade pode ser melhor explorada pelos jornalistas, no sentido de apresentarem conteúdos mais contextualizados, até porque costumam fazer seguimento de casos noticiados (Ni=4), por exemplo o abuso sexual. E, por outro lado, por vezes, os atores sociais não

respondem às tentativas do *A Semana* em opinarem sobre um facto³¹. Esta «*indisponibilidade*» das fontes de informação prejudica, como é lógico, o avançar do debate público.

Considerado que a existência de maior número de fontes tenderá a traduzir um confronto de opinião e de conhecimento da situação noticiada. No estudo desenvolvido, somente numa notícia se recorreu a «*mais de cinco fontes*» e em 14 notícias foram ouvidas «*duas a cinco fontes*»; nas restantes constatou-se o não recurso à mesma (Ni=5) ou, no máximo, a utilização de «*uma fonte*» (Ni=8). A análise qualitativa permitiu reforçar a conclusão de, na maioria das vezes, os jornalistas não terem buscado o mais adequado esclarecimento ou aprofundamento da informação por parte das fontes (apesar de surgirem 24 notícias com «*opinião explícita*»). Predomina nas peças a «*exposição de factos*» (Ni=24) e a ausência de uma contextualização (Ni=23), ou seja, habitualmente os jornalistas «usam citações somente dos diretamente envolvidos [...], sem procurar a opinião de pessoas consideradas especialistas na área ou posições diversificadas» (Rogério Santos apud Lúcia Marôpo, 2009: 146)³².

31. Revelador desta situação são, por exemplo, as seguintes notícias: «as várias tentativas da nossa reportagem para ouvir [...] acerca desse assunto revelaram-se infrutífero» (Semanário N.º 1129, 31 de Janeiro) ou ainda «[...] estava indisponível para falar com a nossa reportagem até ao fecho desta edição» (Semanário N.º 1133, 28 de Fevereiro).

32. Para dar somente dois exemplos, na notícia: (i) «*país das vítimas de tentativa de violação em Santa Catarina do Fogo exigem justiça*» (jornal n.º 1145, 23 de Maio) podia-se apresentar a estatística de casos de abuso sexual a decorrerem na justiça. Ao falar-se apenas do caso em específico personalizou-se um problema que poderá estar a afetar várias crianças; (ii) «*arguidos no caso de violação de menor no Paul ainda impunes*» (jornal n.º 1126, 01 de Janeiro): trata-se do seguimento de um caso de abuso sexual ocorrido em 2012 e, passado quase 2 anos, um a fonte do Ministério Público afirmou que «*o processo está em fase de instrução para se juntar todas as provas possíveis*», enquanto o delegado do ICCA referiu que a criança institucionalizada no Centro de Acolhimento do ICCA «*só pode voltar para a casa quando tudo estiver concluído*». Neste caso, as fontes podiam apresentar informações mais esclarecedoras sobre a situação, por exemplo: o Ministério Público podia explicar o que tem feito em relação a este caso e aos demais, de forma a mostrar ao público as possíveis soluções/conclusões das demandas recebidas; por sua vez, o ICCA podia apresentar as medidas tomadas e ações realizadas para a proteção da criança, partilhando como a criança se encontra passado esses dois anos.

Resumindo, a análise do discurso dos jornalistas e das fontes não patenteia uma preocupação significativa com o agendamento e enquadramento das problemáticas que afetam as crianças, verificando-se a pouca representatividade de algumas temáticas atuais, não refletindo, por isso, o reconhecimento dessas situações como um problema social. Quer dizer, em muitas situações, há um tratamento privado e individual dos problemas que afetam as crianças: *«os casos apresentados não ampliam o foco individual para alcançar um tratamento mais coletivo das questões e problemas abordados do ponto de vista das crianças como um grupo social»* (Lídia Marôpo et al, 2011: 152). Como já referimos, para ampliar a perceção e análise dos problemas é necessário pluralizar e diversificar pontos de vista (vozes e fontes de informação), pois, só desta forma, será possível garantir a qualidade e a credibilidade da produção jornalística (Josenildo Guerra, 2004: 2).

3.3. Discurso Jornalístico sobre Crianças em Risco Social

Como já referimos, na maioria das notícias (NI=23) não há um a preocupação com a contextualização. A multiplicidade das problemáticas que afetam as crianças não foram enquadradas de modo aprofundado nas peças jornalísticas analisadas.

Como exemplo, na notícia *«menor da à luz e não tem onde morar»* (jornal n.º 1158, 17 de Outubro), apesar de ser destacado o facto da criança vítima de abuso sexual ter tido bebé e não ter onde morar, não são apresentadas as políticas sociais existentes como respostas a estas situações. É referido que a criança já tentou o suicídio várias vezes, é órfã de pai, e a mãe sofre de perturbações mentais, portanto não tem suporte familiar. Quando solicitado a pronunciar-se o ICCA promete – *«para mais tarde um pronunciamento sobre o mesmo»* e *«inteirar-se da situação antes de falar sobre o assunto»*. Contudo, o ICCA, quando questionado porque não reivindicou a guarda da criança, justificou que *«havia muitas coisas em jogo»*. No nosso

ponto de vista, o *ICCA* quando abordado por este semanário deveria estar já inteirado da situação, pois há sete dias que a criança tinha tido o bebé. E, por outro lado, pela sua resposta quanto à não reivindicação da guarda da criança é possível perceber que tem conhecimento do caso, mas «*não se quer pronunciar sobre o assunto*». Pode-se, igualmente, deduzir que uma criança – numa situação idêntica – ao ler está notícia poderá ficar com a perceção, tal como nós ficamos, que não terá a proteção que necessita.

Contrariamente às recomendações da *ANDI*, o anteriormente referido revela, no fundo, um não acompanhamento dos casos por parte do semanário *A Semana*. Segundo a agência, o acompanhamento dos casos constitui-se como um dos elementos essenciais para a construção de uma boa matéria. Assim, espera-se que o jornalista monitorize o desdobramento da sua reportagem, visto, o mesmo não só ser «importante para que o público conheça os resultados gerados pelas notícias», mas, também, «uma forma de cobrar medidas das autoridades responsáveis».

Enquadrar as questões na perspetiva dos direitos das crianças é crucial na contribuição para à proteção, promoção e garantia dos mesmos. Dos dados recolhidos, positivamente, realça-se o cuidado na preservação da identidade da criança (Ni=24)³³. Como aspetos a rever, indicamos: (i) o uso frequente de termos inadequados, tais como prostituição infantil (Ni=11)³⁴; (ii) a pouca expressividade do ponto de vistas das crianças; (iii) a pouca divulgação da *CDC*; (iv) a parca monitorização e questionamento das políticas públicas. Em suma, os dados evidenciam uma escassez de

33. Não obstante o mesmo ser violado em 4 notícias.

34. O conceito de prostituição infantil «significa, nas entrelinhas, que meninos e meninas aceitam se relacionar sexualmente em troca de dinheiro de forma espontânea, porque querem – ou pior, porque gostam, porque não têm vergonha. Assim, prostituição infantil carrega vários preconceitos em relação a crianças e adolescente. Independentemente das opiniões que o termo suscita, prostituição é uma atividade praticada por mulheres adultas, que sabem o que estão fazendo e têm melhores condições de se defender» (*AAVV*, 2013: 39). Neste sentido, a expressão correta a usar é *exploração infantil* que significa que as crianças não têm condição de se defender.

enquadramento numa perspetiva dos direitos, monitorização de políticas públicas para a infância, responsabilização dos governos, debate diversificado sobre causas e soluções para os problemas denunciados, menção à CDC e leis nacionais (*Lídia Marôpo*, 2011-a). Perante esta realidade, urge a introdução da «*linguagem dos direitos*» no discurso jornalístico cabo-verdiano, de forma a se defender os interesses das crianças e enquadrar as problemáticas que as afetam como problemas públicos, dignos de atenção social e política, e não meramente como factos e denúncias.

Outra dimensão por nós indagada, foi a de perceber qual o contributo dos *diferentes formatos jornalísticos* para a inclusão das temáticas relativas às crianças no debate público. Neste sentido, constatámos que o espaço do jornal que ao longo do ano de 2014 maior número de notícias produziu conexas com as problemáticas que afetam as crianças foi o *informativo* (Ni=28). Quanto à rubrica «*Ponto de vista*», realçando o tema da violência de/para crianças, na mesma foram elaboradas 7 notícias; somente 4 peças foram desenvolvidas tomando por base o género jornalístico «*Reportagem*»; nenhuma das situações de risco experienciada pelas crianças foi desenvolvida ou complementada sob o formato de «*Entrevista*»; das 28 notícias analisadas somente 10,7% mereceram destaque na primeira página, abordando as seguintes temáticas: sexo na escola, negligência médica e sequestro de criança. Deste modo, poder-se-á concluir que não é usual as temáticas relativas às crianças ocuparem os espaços mais nobres dedicados à investigação, opinião e ao debate (Reportagem, Entrevista, Artigos de Opinião), espaços esses, abertos ao desenvolvimento de pontos de vista mais sólidos sobre as causas, consequências e soluções e, por consequência, à contextualização mais adequada das mesmas.

À Guisa de Conclusão

Buscando uma síntese do campeonato encetado, parece-nos ser plausível afirmar que a imprensa cabo-verdiana ainda encara a *pobreza* e a *exclusão social* das crianças como um problema social menor. Apesar de condicionarem de modo explícito o desenvolvimento integral das crianças, tardam a tornar-se visíveis por via da cobertura jornalística e, por consequência, a emergirem de modo consistente no debate público. Assim, é fundamental o alargamento da pauta informativa e de opinião, sobretudo, inserindo estes temas na esfera económica e política (enquanto “raízes” dos vários problemas das crianças). Defendemos, igualmente, a necessidade dos temas passarem a ser trabalhados em espaços mais nobres, tais como a *Reportagem* (carácter investigativo e/ou contextualizado) e a *Entrevista* (envolvendo diferentes os atores sociais de modo a aprofundar os vários pontos de vista).

Em relação ao *discurso jornalístico*, este revela, por um lado, um tratamento pontual e singular das problemáticas que afetam as crianças, não sendo as mesmas apreendidas verdadeiramente enquanto sujeitos de direito e, por outro, a inexistência de um equilíbrio entre (i) a revelação, a denúncia e (ii) a exposição e contextualização da matéria. Esta escassez no agendamento e enquadramento dos riscos sociais que afetam as crianças cabo-verdianas pode indiciar uma falha do contributo da imprensa para a promoção de um debate no sentido de um melhor enfrentamento dos problemas.

Não obstante o recurso a *fontes* diversificadas, as informações plasmadas não evidenciam pontos de vista que ampliem a perceção e análise dos problemas. Por outro lado, as fontes de informação, sobretudo as oficiais, podem reestruturar o seu discurso, no sentido de uma melhor perceção da sua ação, i.e., fornecendo dados concretos dos factos, descrevendo de modo mais claro as ações planeadas/realizadas em resposta às problemáticas com que lidam quotidianamente, etc. De igual modo, quando a pauta é

questão social da infância, seria determinante a presença de instituições especializadas na temática, de modo a promover e amplificar o debate sob o ponto de vista dos direitos das crianças.

Em alternativa à «*mera exposição e denúncia de factos*», advogamos para a imprensa cabo-verdiana o grande desafio de promover novos enquadramentos noticiosos sobre as situações das crianças em risco social enquanto problemas sociais que requerem a busca de soluções através de políticas públicas que protejam e promovam os seus direitos. Destarte, um passo inicial indispensável ao aprofundamento do debate mediático/público sobre as problemáticas que afetam as crianças, terá de passar necessariamente não só por uma maior capacitação dos jornalistas em direitos das crianças, mas, também, por melhores padrões de conduta ética que pressuponham o desenvolvimento de um trabalho comprometido com as premissas da *CDC*.

Concluindo gostaríamos, então, de realçar duas ideias-chave a serem retiradas do estudo por nós realizado:

- a. a cobertura mediática do risco social é vital para o despertar da preocupação pública relativa às crianças, para a manutenção deste tema na agenda política e para a responsabilização dos serviços de proteção à criança;
- b. não é possível falar em cobertura adequada das várias expressões da *questão social* que afetam as crianças, sem olhar atenta e consistentemente para as suas características específicas, os seus direitos e as demandas por políticas públicas.

Deste modo, defendemos que a transposição para o debate público de uma cobertura contextualizada e esclarecedora das problemáticas que afetam as crianças exige da imprensa (i) análises sobre a globalização e os seus impactos na vida das crianças; (ii) o acompanhamento e avaliação do impacto das medidas governamentais direcionadas para a promoção e defesa das crianças cabo-verdianas.

Referências Bibliográficas

- AAVV (2013). Muito Além do Preciosismo Verbal. In ALMEIDA, Jaqueline (org.) *Jornalismo e Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes*. Belém, EMAÚS, pág. 38-42.
- ANDI (2005). *A Criança e o Adolescente no Olhar da Imprensa Brasileira*. Relatório Infância na Mídia, Ano 10, n.º 14, Brasília, ANDI.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos; RODRIGUES, Francisco (2009). *A Vulnerabilidade das Crianças e Adolescentes em Cabo Verde*. Praia, ICCA.
- BORDONARO, Lorenzo; LIMA, Redy (2011). A Gestão das Crianças em Situação de Rua e o Surgimento do Estado Serviço Social em Cabo Verde. In Verônica R. Müller (org.). *Crianças dos Países de Língua Portuguesa: Histórias, Culturas e Direitos*. Maringá, UFRGS, Eduem, pág. 111-138.
- CANELA, Guilherme (2007). Cobrindo Políticas Públicas Sociais: a Importância Conferida à Agenda da Infância e da adolescência. In *Media & Jornalismo*, n.º 11. Lisboa, CIMJ, pág. 29-50.
- CANELA, Guilherme (2009). Os Direitos Humanos na Pauta Jornalística: Caminhos para Uma Cobertura de Qualidade. In PONTE, Cristina (org.) *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa, Livros Horizonte, pág. 227-244.
- CARVALHEIRO, José (2007). Da Nação à Região: As Eleições Legislativas na Imprensa Regional. In *Estudos em Comunicação* n.º 2, pág. 217-237. In URL: <http://www.ec.ubi.pt/ec/02/pdf/Carvalho-A-eleicao-do-centro.pdf>.
- CARVALHO, Maria; FERREIRA, Levine (2009). Crianças em Risco Social nas Notícias. In PONTE, Cristina (org.). *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa, Livros Horizonte, pág. 59-76.
- CASAS, Ferrán (1998). Modelos Familiares y Desarrollo Infantil. In *Jornadas Sobre la Infancia en la Familia y los Sistemas de Protección Social*. Madrid, UNAF.
- CASAS, Ferrán (2010). Representaciones Sociales que Influyen en las Políticas Sociales de Infancia y Adolescencia en Europa. In *Revista Interuniversitaria de Pedagogía Social* n.º 17. Sevilla, Sociedad Iberoamericana de Pedagogía Social, pág. 15-28.

- CNDHC (2010). *I Relatório Nacional de Direitos Humanos*. Praia, CNDHC, PNUD.
- GUERRA, Josenildo (2004). *Fontes de Informação na Cobertura dos Temas Ligadas à Infância e Adolescência*. In XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre, Intercom.
- LANÇA, Isabel (2000). A Construção dos Problemas Públicos: Elementos para uma Análise Caso Timor. In *Antropológicas*, n.º 4. Porto, Universidade Fernando Pessoa, pág. 113-130.
- MARIANO, Carmem (2014). Discursos sobre os Direitos da Criança e do Adolescente: Uma Análise da “Coluna Criança” da Folha de S. Paulo. In *II Simpósio Luso-Brasileiro em Estudos da Criança, Pesquisa com Crianças: Desafios Éticos e Metodológicos*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. URL: http://www.estudosdacrianca.com.br/resources/anais/1/1407069276_ARQUIVO_colunacriancasimposiolusobrasileiro.pdf.
- MARTINS, Paula (2011) Os Riscos para Crianças e Jovens na Mídia Portuguesa: Tipos e Contextos. In *Escola que Protege no Paraná*. Curitiba, Universidade Federal de Paraná, pág. 85-96.
- MASTELLA, Veronice; PEREIRA, Davi (2013). *Popularização da Ciência na Mídia Impressa. As Vozes que Constroem o Discurso de Combate ao Câncer na revista Veja*. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Santa Cruz do Sul, Intercom.
- MARÔPO, Lúcia (2009). Fontes de Informação e Direitos da Infância na Cobertura Jornalística Portuguesa. In PONTE, Cristina (org.). *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa: Livros Horizonte, pág. 143-160.
- MARÔPO, Lúcia (2011-a). Jornalistas e Fontes de Informação: Constrangimentos e Oportunidades para o Agendamento dos Direitos das Crianças em Portugal e no Brasil. In *Estudos em Comunicação* n.º 9. Lisboa, CIMJ, pág. 81-102.
- MARÔPO, Lúcia; JORGE, Ana (2011). Jornalismo e Direitos Infantis no Brasil e em Portugal: Privacidade, Estigmatização e Participação de Crianças e Adolescentes nos Jornais O Globo e Público. In *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 8, n.º 2. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, pág. 471-488.

- MARÔPO, Lúdia (2011-c). Nascer para ser famoso? Os Filhos de Celebridades e seus Direitos na Mídia. In *Revista Comunicação Midiática*, V. 6, n.º.1. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, pág. 134-155.
- MCINTYRE, Peter (2002). *Child Rights and the Media. Putting Children in the Right: Guidelines for Journalists and Media Professionals*. Bruxelas, FIJ. In URL: http://www.unicef.org/magic/resources/childrights_and_media_coverage.pdf
- PONTE, Cristina (2005). Comunicação e Infância: O Papel da Imprensa na Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes. In *Crianças em Notícia: A Construção da Infância pelo Discurso Jornalístico (1970-2000)*. Lisboa, ICS.
- PONTE, Cristina (2006). A Pesquisa em Jornalismo e as Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes. In *Contracampo* n. 15. Niterói, Universidade Federal Fluminense, pág. 7-22.
- PONTE, Cristina; AFONSO, Bruna (2009). Crianças e Jovens em Notícia – Análise da cobertura jornalística em 2005. In PONTE, Cristina (org.). *Crianças e Jovens em Notícia*. Lisboa, Livros Horizonte, pág. 29-44.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.
- SOUSA, Jorge Pedro (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação*. Porto, Universidade Fernando Pessoa.
- UNICEF (2011). *Análise de Situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde*. Cabo Verde, UNICEF/ICCA.
- WOLF, Mauro (1985). *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Presença.

A Construção do Imaginário Viajante na Escrita Barbosiana

Hilarino Luz

Faculdade de Ciências Sociais e Humana (Univ. Nova de Lisboa)

hilarino_luz@yahoo.com.br

Jorge Barbosa, como qualquer cabo-verdiano, viveu a condição de ilhéu marcado por situações de vária ordem. Houve com ele um antagonismo constante entre a pequenez da ilha, marcada pelo sofrimento, e a imensidão do mundo, que o mar separa. Assim, ao viver num espaço comparado a uma prisão, projeta através das sua escrita algumas viagens imaginárias, num desejo evasionista, como «uma atitude intelectual compensadora do sentimento da insularidade ou a rebelião contra ele [próprio], isto é, contra um espaço sem dinâmica.» (Barbosa, 2002, p. 12). Por isso deparamo-nos, na sua obra, com uma correlação entre o quotidiano marcado por acontecimentos verídicos e o imaginário, na medida em que a imaginação sustenta soluções para a realidade vivida.

Nesse sentido, o mar é o responsável pela ideação da viagem, ao servir de via por onde passam os «barquinhos», no seu itinerário em direção aos outros países. Porém nem sempre chegam aos seus destinos. Daí que quando o viajante sai das ilhas deixe saudades e «rezas nos lábios» dos familiares e amigos, visto que muitos são os «irmãos» que não voltam mais, devido às fatalidades que têm de encarar. Encontramos, assim, um mar-obstáculo, como podemos ver no poema «Irmão»:

Cruzaste Mares / na aventura da pesca da baleia, / nessas viagens
para a América / de onde às vezes os navios não voltam mais. // [...]
/ Ser levado talvez um dia / na onda alta de alguma estiagem! / como
um desses barquinhos nossos / que andam pelas Ilhas / e o Oceano
acaba também por levar um dia! [...] (*Idem*, pp. 61-63).

Os que voltam, voltam vociferando, especialmente da América, e desencadeiam choros de alegria nos rostos de familiares e amigos, que os acolhem com o estalar de foguetes. Essa alegria demora pouco, visto que saem de novo, com o desígnio de crescerem economicamente. Deixam lágrimas de melancolia nas pessoas que os tinham acolhido com gáudio e partem com saudades das mornas de Eugénio Tavares, como podemos certificar no poema «Ilhas», dedicado a Jaime de Figueiredo:

– Seló... Seló! ... / *Americanos* que chegam... / Na balbúrdia do cais / há lágrimas de alegria, fugidios cristais / iluminando os olhos das mulheres... // foguetes / estalam no ar por toda a Brava / contagiando a harmonia / de cores / e de flores / da gracílisma paisagem. // E depois... lá vão / outra vez, / tristonhos, os emigrantes... //: América! Mar largo! / Amores distantes, / saudades crioulas / das mornas de Eugénio! ... (Idem, p. 40).

Muitos dos projetos de viagem de Jorge Barbosa mantiveram-se unicamente na sua imaginação. Porém, em 1954, concretizou uma viagem a Lisboa, onde permaneceu quase dois meses, apartando do isolamento das ilhas e partindo para uma viagem muito ambicionada, após anos de «reclusão». Essa estadia foi vista com satisfação, tendo sido propagados alguns versos seus no «Diário de Lisboa». No «Diário Popular» foi divulgada uma entrevista que expõe o desenvolvimento da literatura cabo-verdiana, e aí similarmente divulgou que estava a projetar essa viagem há dezasseis anos. Essa passagem pela cidade de Lisboa foi noticiada pela Rádio Jornal de Cabo Verde, onde foram enaltecidos os diversos momentos da viagem. Por vezes, a saída para terras longínquas, com que o cabo-verdiano tanto sonha, é a projeção de uma fuga idílica, sem destino certo, na qual não há materialização do sonho da viagem real. Trata-se de uma viagem ilocalizada, que simboliza uma *vontadi* desesperada de viajar, da qual não desiste, mas tendo presente o seu regresso às ilhas, como podemos ver no poema «Regresso»:

Navio aonde vais? / deitado sobre o mar? // Aonde vais / levado pelo mar? // Que rumo é o teu / navio do mar largo? // Aquele país talvez / onde a vida / é uma grande promessa / é um grande deslumbramento! / Leva-me contigo / navio. // Mas torna-me a trazer (Idem, p. 122).

A partida, embora imaginária e sem destino certo, só faz sentido quando o regresso está projetado. O mesmo navio que o leva se encarrega de o trazer de volta à sua terra natal, o que está patente no poema «Serei Marinheiro», dedicado a Daniel Filipe, onde apresenta o desejo de navegar em «rumos longínquos de todos os mares» e de regressar. O autor sonha o seu contacto com uma nova realidade e imagina-se a fazer confusão, a namorar diferentes mulheres e a fazer uma tatuagem em cada braço e no peito. Esse desejo advém da sua fantasia de conhecer «cidades» e «terras distantes» de que ouve «ecos» e «rumores». Apesar de se realizar apenas em sonhos faz com que, aquando da saída das ilhas, represente a partida da sua terra também, simbolizada pela mala levada pelo viajante, como podemos ler no poema «Emigrante»:

«Quando eu puser os pés no vapor que me levará, / quando deitar os olhos para trás / em derradeiro gesto de desprendimento, / não chorem por mim. // Levarei numa pequena mala / entre a minha roupa amarrotada de emigrante / todos os meus poemas / – todos os meus sonhos! // [...]» (Idem, p. 119).

Note-se, no texto, que o autor, ao traçar a sua partida, traça de imediato a hipótese de regressar. Assim, a saída e o regresso estão interligados, o que o faz referir:

E se eu voltar / se voltar para a pobreza da nossa terra, / tal como fui, / humilde e sem riquezas, / também não chorem por mim / não tenham pena de mim (Idem, p. 119).

Se, por um lado, esse mundo exterior que «é uma grande promessa» faz o poeta sonhar em conhecer novos países e adquirir novas experiências,

por outro lado, ele vê-se insatisfeito, triste, saudoso, por não realizar o seu sonho, facto presente no poema «Nostalgia»:

Vejo apenas às vezes os barcos passando... / E fico por instantes /
construindo / fantasiando / cidades / terras distantes / que apenas
sei existirem / por aquilo que se diz... // Fico mais triste pensando
/ nessa viagem que não fiz.» (*Idem*, p. 55).

Essa «nostalgia» resulta do mar que «insinua / horizontes para lá / do nosso isolamento» (*Idem*, p. 47), deixando, por vezes, apenas o «Convite da viagem apetecida / que não se faz» (*Idem, ibidem*), portanto um «desejo da viagem que fica em sonhos de muita gente.» (*Idem*, p. 73). Daí o «desespero de querer partir / e ter que ficar» (*Idem, ibidem*), que ocasionou o dilema: **querer ficar e ter que partir / querer partir e ter que ficar**. Tratando-se de um dilema muito abordado pelos claridosos, resultou da condição psicológica do islenho que, residindo num meio insular com escassos recursos, recorre ao sonho da viagem para adquirir a sua subsistência.

A chuva assume um papel preponderante, visto que se chover há comida, logo não há motivos para sair, embora haja essa vontade, como podemos verificar em Mané Quim. Trata-se de um personagem da obra *Chuva Braba*, de Manuel Lopes que, de mala feita, desistiu de viajar para o Brasil com o seu padrinho assim que começou a chover, referindo que: «Não é uma pouca de água. Choveu toda a noite. Chuva braba. O Ribeirãozinho deve estar a transbordar até o primeiro pilar, com certeza... É lá o meu lugar agora.» (Lopes, 1965, p. 249).

Se não chover não há comida, logo tem que se partir, apesar de haver a vontade de ficar. O cabo-verdiano parte de coração partido, como podemos ver numa passagem da obra *Famintos* de Luís Romano:

– Minha terra tem fala que está no sangue da gente: – Menino morrendo, secura a torrar o campo, homem dando e levando de

chicote, toda esta grande estiagem, é falar que entra dentro do povo e pega para não deixar ninguém daqui. Este lugar não tem coisa nenhuma, a não ser maldade e afronta. [...] Pois, agora que eu vou embarcar é que eu [estou] sentindo saudade, pedindo, rogando para eu não deixar esta ilha. [...]. Terra tem poder que ninguém sabe onde está. Saudade é que dá cabo da criatura e marca destino de quase todo o filho daqui (Romano, 1983, p. 334).

A fantasia do longe, embora ilocalizada, deflete, por vezes, da chegada de um barco ao porto, como podemos ler no poema «Paquete»:

O pacote fundeu no porto / mas é só por momentos / porque depressa partirá outra vez. // No rosto dos passageiros talvez transpareça / o cansaço das viagens, / mas quem chega da terra sente / na gente / e nas coisas do barco / a sugestão convidativa / das perspectivas longínquas...// [...] / Eu talvez me recorde dela / mais logo também, / à hora / de ouvir na telefonia esses rumores todos / que vêm / das terras distantes... (Barbosa, 2002, p. 88).

Tratando-se de uma vontade que prevê a ida e um regresso, de tão imaginada, transforma-se numa monomania. Já a viagem imaginária localizada pressupõe um ponto de chegada; o poeta enuncia os países por onde gostaria de passar ou que percorre na sua imaginação literária, como Alemanha, França, Inglaterra, Cuba, México, Argentina, Brasil, dando uma notação universal da sua escrita, embora não tenha passado do cais porque pensava no seu compromisso profissional, como podemos verificar no poema «Viagens»:

«Lembro as viagens que fazia nos pacotes da *Blue Star* / quando escalavam o porto da ilha de S. Vicente. / Eram viagens que não passavam nunca do cais / mas punham um alvoroço bem grande no meu coração. // Ora seguia rumo à Europa, / Hamburgo, Paris, Londres... / Ora para Cuba, México, Argentina.../ Mas para o Rio de Janeiro é que ia sempre de preferência...// [...] // Foi afinal o livro do ponto / onde todos os dias deixava melancolicamente / a minha

assinatura e a minha renúncia, que fez com que todas as viagens / nunca passassem do cais da ilha de S. Vicente...» (*Idem*, p. 121).

Essa visão universalista encontra-se, ainda, no poema «Boa Viagem», dedicado ao seu amigo Gabriel Mariano, onde incentiva a partida do seu amigo e lhe pede para partilhar as suas experiências, através do envio de fotografias da Europa, África, América e Ásia, como podemos confirmar no poema «Boa Viagem»:

Vai amigo / Pressinto / já longe / a tua figura / tímida / cruzando / meridianos invisíveis / nas distâncias do tempo. // [...] // Vai amigo! / vai / agora que és jovem. // E escreve / as paisagens / as maravilhas / os amores... // Manda Fotografias / de Paris / do Congo / de Nanquim / da Estátua da Liberdade / das Pirâmides / do Danúbio / da Grande Muralha. // Se passares a Cortina / cuidado amigo! / cuidado amigo! / manda fotografias do kremlin // Manda uma também do Imperador do Japão / vestido à americana. //o mundo é grande! / Vai / agora que é cedo / agora que és jovem / agora que és poeta / e tens fé / nas tuas ilusões / [...] // Boa viagem! / Boa viagem! (*Idem*, pp. 290-293).

Portanto, como podem ver, Jorge Barbosa estimula a saída do amigo enquanto jovem, dando-nos a ideia de que a projeção da viagem, como forma de adquirir novas experiências, que depois são partilhadas nos «intervalos do regresso», se inicia muito cedo. Elsa Rodrigues dos Santos considera que esta aspiração à viagem define um carácter universalista, referindo que:

Há um desejo de abarcar os vários pontos do mundo, talvez pelo seu interesse quer no aspeto cultural (a Europa, com as suas capitais) quer os países da América Latina que, na década de 50, oferecem política e socialmente condições para a democratização (a Argentina peronista e, mais vincadamente, o México) ou perspectivas de revolução (Cuba). Pelo menos, a escolha destes três países, entre os vários da América, poderá fazer-nos pensar deste modo, se lembrarmos a curiosidade

sempre latente do poeta, atraído pela novidade e o desconhecido. Aceitamos, porém, que o poema não passe de vagabundeio sem conotação política (Santos, 1989, p. 79).

De entre distintos pontos do mundo, manifestou maior predileção pelo Brasil, um país que, além de ter tido uma formação étnica idêntica ao arquipélago e de ter tido um papel decisivo na sua literatura, recebia muitos emigrantes cabo-verdianos. A sua admiração pelo país fundamenta-se, ainda, nos seus sambas, na cachaça, que é análoga ao grogue do arquipélago, na sua imensidão. Por isso, projetou conhecê-lo para poder testemunhar as ocorrências quotidianas, tendo destacado a sua vontade em participar num dos eventos carnavalescos. Revelou também a intenção de falar com Manuel Bandeira, de fazer uma consulta com o Dr. Jorge de Lima, ambos poetas que muito o influenciaram, como podemos ver no poema «Você, Brasil», dedicado a Ribeiro Couto:

Eu gosto de Você, Brasil, / porque Você é parecido com a minha terra.
/ Eu bem sei que Você é um mundão / e que a minha terra são / dez
ilhas perdidas no Atlântico, / sem nenhuma importância no mapa. /
Eu já ouvi falar das suas cidades: / A Maravilhosa do Rio de Janeiro,
/ São Paulo dinâmico, Pernambuco, Baía de Todos-os-Santos, / ao
passo que as daqui / não passam de três pequenas cidades. // [...] //
Nós também temos a nossa cachaça, / o grogue de cana que é bebida
rija. / [...] // Eu gostava enfim de o conhecer mais de perto / e Você
veria como sou um bom camarada. / Havia então de botar uma fala
/ ao poeta Manuel Bandeira, / de fazer uma consulta ao Dr. Jorge de
Lima / este meu fígado tropical bastante cansado. // [...]. (Barbosa,
2002, pp. 135-137).

É por essas razões que, no poema «Carta para o Brasil», ao cuidado de Gilberto Freyre, Jorge Barbosa traça uma viagem imaginária para esse país. Nesse texto, o autor narra a sua entrada de modo apoteótico na baía de Guanabara e conta com uma recepção entusiástica, como podemos certificar na seguinte passagem:

Estou a ver-me entrando no Guanabara / para essa visita finalmente / que eu tenho há muito tempo / guardada no meu desejo! // Não sei quando será. / Algum dia, meu Amigo, algum dia! // Quando o vapor atracar / [...] / Estou a ver-me entrando no Guanabara / a sentir-me já / dizendo baixinho: / – abençoi-me, Senhor! / [...]. (*Idem*, pp. 133-134).

Também no poema «Carta para Manuel Bandeira», Jorge Barbosa expressa a sua admiração e a sua vontade em conhecer este autor. Em suma, estas viagens foram apenas projetadas e realizadas na sua imaginação poética.

Bibliografia

- BARBOSA, Jorge, *Obra poética* (org. de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos) (2002), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- LUZ, Hilarino Carlos Rodrigues da Luz, *Jorge Barbosa: o claridoso realista (contributo para a compreensão da poesia deste autor)* (2008), Dissertação de Mestrado apresentada à FCSH-UNL, Lisboa.
- LUZ, Hilarino Carlos Rodrigues da Luz, *O imaginário e o quotidiano cabo-verdiano na produção literária de Jorge Barbosa* (2013), Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH-UNL, Lisboa.
- LUZ, Hilarino Carlos Rodrigues de, A reconstituição histórica das ilhas de Cabo Verde a partir da poesia de Jorge Barbosa, *Callema*, 6 (2009), pp. 44-49.
- LUZ, Hilarino Carlos Rodrigues de, Jorge Vera Cruz Barbosa: o poeta e o seu tempo, *Callema*, 5 (2008), pp. 90-98.
- SANTOS, Elsa Rodrigues, *As máscaras poéticas de Jorge Barbosa e a mundividência cabo-verdiana*, Lisboa, Caminho, 1989.

A Construção da Nação em Cabo Verde: Homogeneidade e Heterogeneidade na Configuração Identitária

João Paulo Madeira

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UI)

joao.madeira@docente.unicv.edu.cv

RESUMO

Em oposição à situação predominante da heterogeneidade da maioria dos países africanos, cuja sociedade compreende a existência de inúmeros grupos étnicos ou diferentes religiões e culturas, Cabo Verde é definido como um Estado-Nação que reconhece uma identidade coletiva, traduzida na língua e na identificação de elementos culturais comuns pertencentes a um mesmo espaço arquipelágico. O ponto de partida para este estudo assenta na preocupação em se compreender a noção de Nação neste país, que sugere a ideia de uma sociedade onde os fatores homogêneos predominam sobre os heterogêneos ou, em último caso, que se trata de um mecanismo de coabitação entre estas duas dimensões que poderão inicialmente parecer antagónicas, mas que prestam um especial sentido ao debate acerca da identidade nacional. Ao longo deste artigo, destacaremos tantos os factos históricos, bem como o contributo dos principais movimentos culturais, sem ignorar a importância da tomada de consciência no que se refere à ideia de Nação.

Palavras-chaves: Nação; Identidade; Homogeneidade; Heterogeneidade.

ABSTRACT

As opposed to the prevailing situation of the heterogeneity of most African countries, whose membership comprises the existence of numerous ethnic groups and different religions and cultures, Cape Verde is defined as a nation-state that recognizes a collective identity translated into the language and identifying elements common cultural belonging to the same archipelagic space. The starting point for this study is based on the concern to understand the notion of nation in this country, which suggests the idea of a society where homogenous factors predominate over heterogeneous or, ultimately, it is a mechanism of cohabitation between these two dimensions that may initially seem antagonistic, but that provides a special sense in the debate about national

identity. Throughout this article, we will highlight many historical facts as well as the contribution of the major cultural movements, without ignoring the importance of awareness regarding the idea of nation.

Key words: Nation; Identity; Homogeneity; Heterogeneity.

Notas Introdutórias

No âmbito dos quarenta anos da independência de Cabo Verde, importantes desafios se impõem, sobretudo no que se refere à consolidação do Estado-Nação. O arquipélago foi descoberto no século XV, a partir da expansão marítima portuguesa, e se demarcou no contexto das antigas colónias portuguesas em África, uma vez que em Cabo Verde em finais do século XVIII, já se poderia discutir acerca de uma identidade que se caracteriza sob a forma objetivista de Nação, sobretudo quando se fundamenta uma expressão cultural nacional, baseada na convivência dos agrupamentos humanos, no seu espírito, carácter, idioma, crenças, história, tradições, nas manifestações artísticas e no seu folclore (Dos Santos, 2005). Na maioria dos países africanos lusófonos, é o Estado que tem vindo a preconizar, desde a luta de libertação (1961-1974), a construção de uma Nação e de uma identidade cultural comum.

A problemática sobre a Nação em Cabo Verde tem sido acompanhada de uma relativa preocupação para com as questões identitárias que se prendem essencialmente com as diferenças entre as ilhas, e igualmente quando se discute a respeito de uma aproximação política, social, cultural e económica à África e/ou Europa. Por um lado, questiona-se se o que efetivamente predomina são os fatores homogéneos sobre os fatores heterogéneos ou se se trata de um processo contrário. Apesar de se verificar uma heterogeneidade cultural nas diferentes ilhas do arquipélago, o cabo-verdiano partilha de aspetos comuns, o que permite afirmar que existem elementos culturais enraizados no quotidiano como sejam os costumes,

as crenças, as tradições orais, a língua, a música e a dança, bem como certos padrões de comportamento e de religiosidade.

Os investigadores divergem relativamente às características socioculturais entre as ilhas. Para uns, em virtude das particularidades sociais, geográficas e históricas, as ilhas do arquipélago são essencialmente homogéneas, para outros, elas são, na sua essência, heterogéneas, pelo facto de cada umas delas se ter adaptado a diferentes realidades decorrentes dos processos inerentemente sociais e geográficos. Cabo Verde caracteriza-se por ser uma sociedade que não contempla a existência de grupos étnicos e/ou culturas. A investigação sobre a formação da identidade e construção da Nação em Cabo Verde revela-se particularmente importante quando analisadas à luz da existência de uma Nação, que precede em aproximadamente dois séculos a criação de um Estado independente.

1. Génese da Identidade e da Nação Cabo-verdiana

Debruçar-se acerca da identidade e da Nação em Cabo Verde, requer que se analisem os diferentes momentos cronológicos que marcaram efetivamente a história do arquipélago. De entre esses, destaca-se o modo como as ilhas foram inicialmente descobertas e posteriormente povoadas. Dever-se-á igualmente referir o surgimento dos “filhos da terra”, o seu contributo na estruturação social e na administração pública local e colonial. Destaca-se aqui igualmente a importância do ensino e da literatura na afirmação da elite cultural e da consciência nacional.

Cabo Verde foi descoberto a partir de um processo de expansão marítima na segunda metade do século XV. O arquipélago encontrava-se na altura desabitado, sem manifestar vestígios que confirmassem a existência de assentamentos humanos, antes da chegada dos navegadores ao serviço da Coroa Portuguesa (Fernandes, 1951). O descobrimento de Cabo Verde insere-se numa realidade diferente daquelas que se verificavam em outras

colónias de expressão portuguesa, nomeadamente na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, fazendo do país, um caso *sui generis*, na medida em que a metrópole se aventurou em fixar-se num arquipélago despovoado, criando nele estruturas de permanência, atendendo às realidades geográficas e climáticas. De facto, “foram os portugueses que trouxeram estas ilhas para o conhecimento do mundo: provavelmente em 1460, as ‘ilhas orientais e meridionais’; em 1462, as restantes” (Brito, 1966, p. 28).

O povoamento de Cabo Verde que se desencadeou, graças a Carta Régia de 1466, a qual concedia um conjunto de privilégios aos moradores ou aos que se aventurassem a fixar-se inicialmente em Santiago, permitiu criar as condições necessárias para a estruturação social e administrativa das ilhas em períodos históricos diferentes (Correia e Silva, 1995). Em 1461, por ordem do Infante D. Fernandes, sucessor do Infante D. Henrique, iniciou-se o povoamento das ilhas de Santiago e do Fogo. Segue-se o povoamento do Maio (1490) e da Brava (1545) e, posteriormente de Santo Antão (1548). No século XVII, foram povoadas as ilhas da Boavista (1620) e de São Nicolau (1623) e, por último, as ilhas de São Vicente (1795) e do Sal (1893) (Rego, 1956).

A divergência de interesses entre a metrópole e os moradores intensificase a partir da implementação da Carta de Limitação de Privilégios de 1472, que impedia os habitantes de Santiago comercializarem mercadorias que não fossem produzidas nas ditas ilhas, o que obrigou a que estas tivessem que ser localmente produzidas. O facto de a produção carecer, em quantidade proporcional, de mão-de-obra escrava, contribuiu para que os escravos tivessem que participar diretamente no povoamento do arquipélago que inicialmente era restringido à ilha de Santiago. Esta aproximação acabou por permitir um cruzamento étnico e cultural entre contingentes africanos e europeus que, perante as condições geográficas e climáticas adversas, veio dar origem a um novo elemento humano, os designados “filhos da terra” e a uma nova cultura, a cabo-verdiana.

O mestiço tornou-se, a partir do século XVII, o principal agente das transformações sociais e culturais em curso (Duarte, 1998). A fixação de europeus e africanos no arquipélago, estes últimos, tanto escravos como homens livres, acabou por permitir que a estruturação social, económica e administrativa se tornasse efetivamente uma realidade. Os “filhos da terra” passaram progressivamente a desempenhar o papel de oficiais régios dos vários escalões da administração local da época (Cabral, 1995). Foi durante este século que os cargos administrativos mais importantes, anteriormente desempenhados pelos colonos, passaram a ser ocupados pela “elite local” ou “elite endógena”, visto que muitos dos seus antecessores já não encontrarem atrativos suficientes que justificassem efetivamente a sua fixação. Esta conquista, graças ao importante papel que o ensino teve no processo, permitiu ao mestiço ascender na estrutura política e administrativa do Estado colonial. Este, com a colaboração da Igreja Católica, criou em 1817 a Escola Primária na Vila da Praia e, mais tarde, tiveram lugar as primeiras “aulas” na Escola Principal em 1848 na ilha da Brava. A criação do primeiro Liceu Nacional ocorreu em 1860, na cidade da Praia e trouxe uma importância significativa na escolarização da elite cultural, que serviu de mediadora junto da metrópole. Os indivíduos ali formados passaram a desempenhar um papel de saliência na promoção social, e a ocupar importantes cargos, sobretudo como agentes administrativos, tanto em Cabo Verde, como em outras colónias de expressão portuguesa.

Nesta sequência, destaca-se, em meados do século XIX o surgimento da literatura que serviu de base à elite cultural como instrumento de afirmação da identidade. Através dela, sobressaiu a ideia de uma identidade cultural com características próprias, que evidencia aspetos particulares do cruzamento de culturas. A literatura constituiu, desde de 1800, um meio de reflexão acerca das vicissitudes, das alegrias, dos amores, das esperanças, das desilusões, das angústias que tiveram lugar no arquipélago. O crescimento progressivo de uma nova literatura que englobava os temas

da política, da economia, da religião, da língua e da música acabou por distanciar, paulatinamente, o cabo-verdiano na sua maneira de sentir e de pensar em relação aos habitantes da metrópole. Esta consciência é tida como algo que não foi imposta, pois integra-se no processo de construção da Nação através de um grupo de escritores, poetas, ficcionistas, ensaístas, músicos moldados por um sentimento de partilha comum. Esta perspectiva enquadra-se no argumento de que “o poder cultural nacional passa a existir quando qualquer nação toma consciência de uma consciência nacional, de ter um chão físico da origem do grupo (isto é, de ser uma pátria) e um chão moral da história (isto é, de ser uma nação)” (Maltez, 1991, p. 214). Ligado a este processo de mobilização podem destacar-se as diversas revoltas populares que tiveram lugar em Engenhos (1822), Praia (1836), Achada Falcão (1841), Sal (1847), Santo Antão (1886), Ribeirão Manuel (1910), Achada Portal (1920) e, por último, as que ocorreram na ilha de São Vicente (1929 e 1934). Estes acontecimentos constituem exemplos de aspetos que possibilitaram a criação das condições necessárias para o reconhecimento de características identitárias e culturais que foram sendo gradualmente conquistadas ao longo de dois séculos de lutas, ações e reivindicações, sobretudo por melhores condições de vida.

2. Unidade e Diversidade Insular: A Singularidade de Cabo Verde

Os diferentes contingentes populacionais europeus e africanos que participaram no povoamento de Cabo Verde, pelo facto de partilhar de um mesmo espaço geográfico, acabaram por criar novas estruturas e práticas através do processo de interpenetração cultural, que passou a constituir uma característica comum a todas as ilhas. Esta concepção enquadra-se na perspectiva de Canclini (2011), que apresenta de forma pormenorizada a problemática das culturas híbridas, considerando que existem conflitos gerados pela interculturalidade no processo de cruzamento de povos e

esta particularidade, contribui positivamente para que novas estruturas e práticas surjam aquando da formação de uma sociedade. Quando se debate a problemática da unidade e diversidade identitária, existe a preocupação em se revisitar as diferentes perspectivas teóricas, nomeadamente aqueles que defendem a homogeneidade entre ilhas e os que admitem que as ilhas são essencialmente heterogêneas, sem contudo refutarem a hipótese de que existem troncos comuns que identificam e unem os cabo-verdianos nas ilhas e na diáspora. As circunstâncias provenientes das relações entre as civilizações presentes na formação da Nação cabo-verdiana permitiram proporcionar as características que são tidas como particularizáveis a cada uma das ilhas, mas que constituem “fundamentalmente, um povo com comportamentos generalizáveis a todo o arquipélago e afinidades que são as raízes da cultura cabo-verdiana – língua, miscigenação, interpenetração sociocultural, sincretismo religioso” (Lopes Filho, 2003, p. 227). A maioria da população cabo-verdiana, pelo menos os residentes no arquipélago, possui uma identidade cultural bastante homogênea e de notável coesão e “estabelecem uma matriz cultural genérica sobre a qual assentam diversificações regionais, locais ou diaspóricas” (Laranjeira, 2011, p. 18). Na verdade, a extensão da administração colonial a todo o território, bem como a língua em uso, “fosse o crioulo, fosse o português, eram verdadeiros fatores de unificação, não menos certo que o pulsar da vida dos povos traduzia em formas próprias, de ilha para ilha, e por vezes, em grupos de várias ilhas, sofrendo umas maior ou menor influência das outras” (Silveira, 2005, p. 112).

A mestiçagem biológica e cultural não se processou de forma uniforme por todo o arquipélago, pois é possível verificar diferenças acentuadas de ilha para ilha. Artur Monteiro Bento considera que “os povoadores esqueceram as diferenças etnoculturais, mesclando-se as diversas contribuições, tanto africanas quanto europeias. Disso resulta um povo que, apesar de parecer homogêneo, é bastante heterogêneo” (Bento, 2005, p. 31). O povoamento

das ilhas do arquipélago ocorreu de forma diferenciada. No caso das duas primeiras, Santiago e Fogo, foram povoadas em meados do século XV com colonos e escravos provenientes da costa africana. Desde o século XVI, os mestiços nascidos no arquipélago, participaram igualmente no povoamento das restantes ilhas. Estabelecendo uma comparação entre as ilhas de povoamento mais tardio e a ilha de Santiago, no que se refere à organização social e cultural, considera-se que, povoadas mais tarde, em épocas diferentes, as restantes ilhas, “não obstante as características comuns, complementares ou de reciprocidade que delas fazem um todo articulado, apresentam formas de ocupação da terra, relações de trabalho, actividades económicas e composição social diferenciadas entre si e em relação a Santiago” (Tolentino 2007, p. 200). Apesar de cada ilha possuir as suas particularidades culturais, fruto de variados condicionalismos sociais, existem, todavia, determinados comportamentos que os une. Em Cabo Verde, “a exiguidade territorial e o suposto isolamento do arquipélago prenunciariam um elevado grau de homogeneidade cultural e um relativo consenso sobre os principais marcadores da identidade nacional” (Caldas, 2011, p. 171). Esta é a opinião daqueles que defendem que a sociedade cabo-verdiana se caracteriza pela sua homogeneidade, pois consideram que não se verificam conflitos típicos visíveis das sociedades heterogéneas, como sejam os conflitos étnicos e religiosos.

Devido às diferentes características de cada uma das ilhas, é natural que, por vezes, se verifique um certo antagonismo entre os seus habitantes, mas efectivamente o que se procura é o desenvolvimento harmonioso e equilibrado entre elas, sem esquecer Cabo Verde enquanto Nação. A realidade cultural vivenciada em cada uma destas ilhas é fruto de um contexto histórico em que decorreu o processo de povoamento e dos contactos estabelecidos com outros povos e culturas. Os cabo-verdianos constituem uma “síntese”, pois são oriundos do cruzamento de vários elementos populacionais e que devido à dispersão territorial do arquipélago,

acabaram por conferir características peculiares, que se repercutem nos modos de sentir, pensar e de agir. As diferenças reflectem-se nos mais variados comportamentos e distintas manifestações culturais de cada ilha, e que são visíveis na dança, na música, nas festas populares, no folclore, na arte e na literatura. Porém, os cabo-verdianos sentem que são detentores “de uma comum identidade cultural, nacional na sua essência, e homogénea nos seus traços essenciais” (Almada, 1997, p. 28).

Considerações Finais

É um facto que a autenticidade do processo de formação da identidade e da construção da Nação em Cabo Verde, resulta de um encontro secular entre duas civilizações, ambas com estatutos diferentes, e que acabaram por permitir a concepção de um sentimento comum e, ao mesmo tempo, que se afirmasse na esfera pública cabo-verdiana, uma elite cultural defensora da identidade cabo-verdiana, ora ambivalente no pensamento e acção discursivo-literária, ora determinada em alcançar a autodeterminação e independência.

Cabo Verde caracteriza-se por ser uma Nação que não herdou divisões étnicas, o que se traduz numa certa homogeneidade do ponto de vista cultural e identitário. A formação da identidade no arquipélago é o resultado de um processo que deu lugar a um fenómeno local observável a partir de uma perspectiva de alteridade “o nós e o outro”, com destaque para os estereótipos que são visíveis entre “badiu”/”sampadjudu” e “africanistas”/”europeístas” configurados pelo processo histórico. A divisão verificada entre as ilhas de Sotavento e de Barlavento, no seu todo, não afeta o reconhecimento de uma base comum, de uma identidade coletiva traduzida numa língua e numa cultura, que se reconhece através de um recorte social único e de um mecanismo de identificação, de comunhão e de reconhecimento como cabo-verdianos. Contudo, é oportuno realçar que tem fundamento formular uma explicação acerca da formação da

identidade e da construção do Estado-Nação, apesar desta análise se encontrar num processo permanente de revisitação, dado que o país sofre influências nos mais diversos níveis, sobretudo da emigração. Verifica-se atualmente a existência de uma identidade cultural e um espírito de aproximação e de cordialidade evidente que liga os cabo-verdianos nas ilhas e na diáspora.

Os contornos desta discussão levantam questões importantes, sobretudo quando analisadas à luz da formação da identidade e construção do Estado-Nação. Estas mostram-se fundamentais e reforçam a aceção de que existem elementos identitários que são particularizáveis a cada uma das ilhas e que permitem salientar o tal fator heterogéneo que é, apesar de tudo, dissemelhante e desigual, mas que, no caso cabo-verdiano, conflui para formas generalizáveis, o tal aspeto homogéneo que acaba por uniformizar e permitir a tal coesão identitária.

Bibliografia

- ALMADA, J. L. H. (1997). Homogeneidade e Heterogeneidade da Caboverdianidade. *Fragmentos: Revista de Letras, Artes e Cultura*, 11/15, 28-37.
- BENTO, A. M. (2005). *Memória Híbrida, Identidade e Diferença: Uma visão Múltipla da Comunidade Caboverdiana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UNIRO.
- BRITO, R. S. de (1966). Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Alguns Aspectos da Terra e dos Homens. *Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe, Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965- 1966* (pp. 21-33). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- CABRAL, I. M. (1995). Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação. Em M. E. M. SANTOS (Coords.). *História Geral de Cabo Verde* (Vol. II, pp. 225-274). Lisboa/Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde.

- CALDAS, M. de L. M. (2011). *A Construção da Diferença num Arquipélago Mestiço: Brancos e Não- Brancos na São Filipe da Primeira Metade de Novecentos* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade de Técnica de Lisboa- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- CANCLINI, N. G. (2011). *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- CORREIA E SILVA, A, (1995). *História de um Sabel Insular*. Praia: Spleen.
- DUARTE, D. A. (1998). Literatura e Identidade: Uma Abordagem Sociocultural. *Revista Cultura*, 2, 2, 7-15.
- DOS SANTOS, A. P. R (1998). *As Metamorfoses do Estado: Rumo à Mega-Confederação Europeia?* Coimbra: Almedina.
- FERNANDES, V. (1951). *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Senegal au Cap de Monte, Archipels): 1506-1510*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- LARANJEIRA, J. L. P. (2011). A Identidade “Crioula” e Negro-africana e uma Nova Representação da Mulher, com exemplos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (pp.18-31). Em M. G. Ribeiro & S. R. JORGE (Orgs.). *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento.
- LOPES FILHO, J. (2003). *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Praia: Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.
- MALTEZ, J. A. (1991). Sobre a Estratégia Cultural Portuguesa. *Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 18, 1991, 119-235.
- REGO, A. da S. (1956). *Curso de Missionologia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- SILVEIRA, O. (2005). *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Colibri.
- TOLENTINO, A. C. (2007). *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

As Práticas Ambientais da Mulher Cabo-Verdiana

Luzia Mendes Oliveira

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

luliveira2@gmail.com

RESUMO

As alterações climáticas (AC) constituem atualmente um problema ambiental grave. A mulher é particularmente vulnerável aos seus impactos não só pela situação socioeconómica desfavorável, mas também pelos factores de ordem cultural, político e religioso, porém, elas possuem conhecimentos que são importantes no seu combate. As mulheres têm uma relação muito direta com o meio ambiente no que concerne à gestão e manejo dos recursos naturais que advém das práticas quotidianas e do próprio papel que lhe é atribuído dentro da sociedade, como tal, continua a dirigir degradação ambiental. As práticas ambientais da mulher cabo-verdiana (PAMCV) estão relacionadas com factores de ordem socioeconómica e cultural. Estas ações nem sempre são benéficas, embora algumas tenham contribuído para a resolução de problemas ambientais, mais concretamente nas estratégias de adaptação às AC. As políticas desenvolvidas por diversos *stakeholders* e a diversos níveis, têm contribuído para atenuar as PAMCV, mas, ainda elas perduram no tempo e no espaço, sobretudo no meio rural onde a situação da mulher é mais adversa.

Palavras chave: Práticas ambientais; mulher cabo-verdiana; adaptação às alterações climáticas.

1. Introdução

As alterações climáticas (AC) constituem um facto inequívoco. As projeções em todos os cenários sugerem que é muito provável a variabilidade nos padrões de temperatura e precipitação, subida do nível médio do mar e aumento de fenómenos climáticos extremos como inundações, secas, incêndios (IPCC, 2012). A maneira como esses impactos afectam a sociedade e a capacidade de resposta é desigual entre género, idade, grupos étnicos e sociais (IPCC, 2007). A mulher é

largamente afetada, não só pela situação socioeconómica desfavorável, mas também pelos factores de ordem cultural, político e religioso (Demetriades *et al.*, 2009). Na maioria das vezes não são tidas em conta na tomada de decisões, mas sabe-se que elas possuem conhecimentos e competências que são relevantes no processo de adaptação as mudanças climáticas (Carvajal, Y. *et al.*, 2008).

As mulheres têm uma relação muito direta com o meio ambiente no que concerne à gestão e manejo dos recursos naturais que advém das práticas quotidianas e do próprio papel que lhe é atribuído dentro da sociedade, como tal, continua a dirigir degradação ambiental (Ciommo, D., 2003). Por outro lado, elas são as principais vítimas da degradação ambiental e participam ativamente nos movimentos cívicos ecológicos em prol da defesa do ambiente (Garcia, L. 2009).

A situação da mulher cabo-verdiana desde a independência (1975) tem conhecido avanços significativos através da melhoria nos indicadores de educação, saúde, emprego, participação e outras vulnerabilidades sociais como violência doméstica (ICIEG, 2008).

Pretende-se com esta pesquisa, identificar as práticas ambientais da mulher cabo-verdiana e relaciona-las com o impacto que têm sobre o ambiente e grande desafio de combate às AC. Como metodologia, baseou-se na revisão bibliográfica e na retrospectiva da minha vivência num país ecologicamente frágil e sujeito a secas frequentes.

As áreas de concentração para análise das práticas abarcam os sectores da: 1. Água; 2. Energia; 3. Agricultura, silvicultura, e pecuária e 4. turismo e zonas costeiras.

A pesquisa está dividida em 4 partes: para além da introdução e considerações finais, na parte II^a, farei uma breve contextualização do país; na III^a parte analiso a relação da mulher cabo-verdiana com o ambiente; na parte IV^a identifico as práticas, as suas causas e relação com as AC bem como o que se têm feito para atenuá-las;

2. Contextualização do País e da Mulher Cabo-Verdiana

Cabo Verde é um estado democrático, laico e soberano. Rege-se por leis internas da Constituição da República que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos, a paz e a justiça; ainda vincula-se às convenções e tratados internacionais sobre os direitos humanos e soberania dos povos (Governo de Cabo Verde, 2012) e tem políticas ativas em matéria de igualdade e equidade do género.

Trata-se de um país com grande fragilidade ambiental quer na sua biodiversidade devido a secas frequentes e persistentes e também devido à pressão antrópica, quer no tocante à questão da água e saneamento ou ainda ao fornecimento de energia (Oliveira, 2011).

Assim como todos os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento (*SIDS*, sigla inglesa), é muito vulnerável às AC, não só pela pequena extensão territorial e enormes desafios que enfrentam para conseguirem um desenvolvimento sustentável, mas também porque frequentemente são expostos aos fenómenos oceânicos, atmosféricos e climáticos (UNFCCC, 2007; Kelman & West, 2009). A sua vulnerabilidade face às AC está ligada à condição geoclimática, socioeconómica e ambiental. Prevê-se que as AC afetarão sectores chaves do crescimento e desenvolvimento como agro-silvo-pastoril, recursos hídricos, turismo/zonas costeiras, energia, pesca e saúde (INMG, 2007).

A população residente é maioritariamente feminina (fig.1) e jovem. Os últimos dados indicam que dos 421575 habitantes, 50,5 % são do sexo feminino e 49,5 % do sexo masculino. Destes, 61,8% concentram-se no meio urbano e cerca de (INE, 2010).

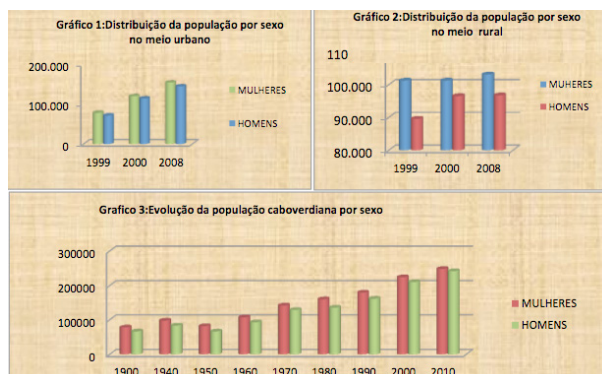


Figura 1: População Cabo-Verdiana por Sexo.

Esperança média de vida é de 71,9 anos, sendo 71 anos para as mulheres e 66 anos para os homens (INE, 2010).

A taxa de mortalidade materna situa-se à volta de 37,9 em cada 10 000 nados vivos (INE, 2015) e a taxa de prevalência do HIV/SIDA é de 0,4% nas mulheres e 1,1% nos homens (<http://www.ccssida.cv>).

Desde a independência houve melhoria nos índices de alfabetização tanto entre as mulheres como entre os homens, mas o analfabetismo afecta principalmente as mulheres do meio rural com mais de 35 anos. No entanto, ultimamente verifica-se uma inversão na taxa líquida de escolarização e aproveitamento a favor das meninas (Governo de Cabo Verde, 2012).

A pobreza afecta fundamentalmente as mulheres no meio rural onde chega a atingir 72% da população. Destes 33% são chefes de família (INE, 2009; INE & Ministério de Saúde 2008). A taxa de desemprego é inferior nas mulheres (fig. 2 b). Elas estão empregadas em áreas menos qualificadas, de menor rendimento e irregulares, pois, estão mais representadas no sector informal e realizam mais horas de trabalho (INE, 2015).

A participação da mulher nos órgãos de decisão tem melhorado, mas, ela ainda está aquém do desejado. É cada vez maior o número de mulheres no parlamento, no poder executivo, na comunicação social e na liderança das associações, no entanto, ainda há um longo caminho a percorrer. Évora (2011), analisando os dados sobre a representação das mulheres na política, conclui que, há necessidade de se aprofundar o debate sobre as questões da equidade e igualdade de representação no processo democrático, bem como encontrar soluções para a problemática.

Quanto ao acesso a determinados serviços relacionados com o nível de conforto, exceptuando a água potável e canalizada, os agregados familiares chefiados por homens usufruem de uma situação melhor, nomeadamente, na utilização do gás para cozinhar, na ligação à rede eléctrica, na propriedade de computadores e automóveis, e no acesso aos serviços de evacuação de lixo (INE, 2009).

Referindo aos indicadores intimamente relacionado com as representações e atitudes ligadas à gestão do espaço doméstico como cuidados e prioridades na alimentação, a mulher está em desvantagem, pois, 43% têm carências alimentares contra 37% nos homens; 29% sofrem de anemia enquanto que, nos homens a taxa é de 8% (ICIEG, 2008).

Analisando a estrutura da família cabo-verdiana (fig. 2) pode-se constatar que existe uma tendência para as famílias monoparentais serem chefiadas por mulheres. Os últimos dados apontam para o valor de 90,1% (ICIEG, 2008, INE, 2015).

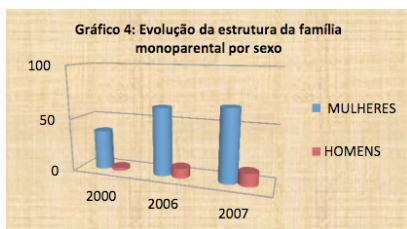


Figura 2: a) Estrutura monoparental por sexo

Fonte: ICIEG, 2008

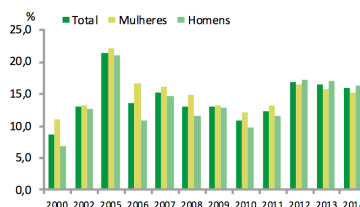


Figura 2: b) Evolução da taxa de desemprego da população de 15 anos e mais (%), 2000-2014

Fonte: INE& ONU Mulheres 2015.

As mulheres e meninas são as maiores vítimas de violência baseada no género e razões ligados a “*desigualdade na repartição do poder na família e na sociedade fundamentalmente a nível dos órgãos de decisão*” explicam este facto (Ministério da Justiça/ICIEG, 2006, pág. 14).

De salientar que, esta realidade não difere muito da situação a nível mundial em que: as mulheres possuem menos de 1% dos recursos globais e representam 70% das pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia; cerca de 83% de trabalhos domésticos são realizados por mulheres; cerca de $\frac{3}{4}$ dos homens em idade ativa estão no mercado de trabalho, enquanto que somente a metade das mulheres em idade ativa estão a trabalhar; elas ganham em média menos que 24% que os homens; elas trabalham mais horas do que os homens (até 2 a 2,5 vezes mais); uma em cada 3 mulheres já sofreu algum tipo de violência; relativamente à representação nos órgão de decisão, embora esteja ainda longe da paridade com a representação masculina, tem feito uma trajetória ascendente. A representação política é atualmente cerca de 22% comparativamente aos 14% do ano 2000 (*UN Women*, 2015).

3. A Relação da Mulher Cabo-Verdiana com o Ambiente

Segundo os movimentos eco feministas, nas sociedades ocidentais existem um convergência entre a relação da exploração e dominação da natureza e das mulheres, em que ambos são submetidas às necessidades humanas, como objecto de consumo e meio de produção ou exploração (Siliprandi. E., 2000). A sociedade cabo-verdiana é patriarcal (Dias, 2010) onde a mulher está numa posição menos privilegiada em quase todos os aspectos, embora têm-se feito um percurso ascendente. Por questões de sobrevivência, cultural e outros a mulher está numa permanente interação com o meio ambiente, desfrutando dos seus recursos mas também contribuindo muito para sua degradação.

3.1. Identificação das Práticas Ambientais

A prática, consiste na *“interdependência entre elementos diversos, incluindo formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, “coisas” e seu uso, um conhecimento profundo na forma de compreensão, know-how, estados de emoção e conhecimento motivacional”* (Reckwitz, 2002, pág. 249 citado por Shove *et. al.*, 2012, pág. 7); ela *“constitui um nexo temporal e espacialmente disperso do fazer coisas”* (Schatzki, 1996, pág. 89) e sua performance é vista como parte das rotinas (Hargreaves, T., 2011).

As práticas ambientais da mulher cabo-verdiana já fazem parte das suas rotinas e estão interligadas no tempo e no espaço. Num mesmo dia elas podem realizar um conjunto de ações no mesmo espaço (casa ou comunidade) e/ou em locais diferentes. Muitas práticas acompanham as mulheres durante todas as suas vivências, outras vezes, podem romper com elas, logo que encontrarem melhores condições de vida.

3.1.1. Procura e Gestão da Água

A Mulher é na maioria das vezes a principal responsável para garantir a água para o consumo doméstico, por isso, para além da árdua tarefa de procurá-la, perdendo muito tempo de espera e percorrendo longas distâncias, também faz a sua gestão em casa nos trabalhos domésticos. Na sua utilização diária tenta fazê-la de forma mais racional possível, valorizando o próprio esforço que fez para consegui-la e a falta que lhe possa fazer. Por estes motivos, pode-se reduzir que as mulheres, melhor que os homens, conseguem fazer uma gestão mais eficiente da água.

3.1.2. Procura da Lenha e Gestão da Energia

Pelo facto da mulher ser a principal responsável pelo confeccionamento dos alimentos e também da lenha representar a fonte primária no meio rural e segunda fonte a nacional (cerca de 68,4% recorre ao gás 33,3% à lenha)³⁵, rotineiramente dedica à sua procura da lenha e utilização na cozinha.

Para além da lenha, uma outra fonte de energia utilizada é o gás do petróleo liquefeito (GPL), totalmente importado, fazendo com que o preço final fica a mercê da flutuação dos preços no mercado internacional. A debilidade da condição económica da mulher faz com que nem sempre ela dispõe de recursos financeiros a compra do gás. Tal facto leva a que, muitas vezes, não tem outra alternativa se não, recorrer ao uso da lenha.

Esta prática da procura e uso da lenha, tem tido um impacto muito negativo sobre a biodiversidade na medida em que a provoca o desaparecimento das espécies endémicas e em vias de extinção; intensifica desflorestação e erosão dos solos. De notar que tendencialmente vai-se

35. INE, 2015. Cabo Verde 2015. Anuário estatístico.

diminuindo o consumo deste combustível. Outra consequência do uso da lenha na cozinha é que contribui para a degradação da situação da saúde da mulher pelo impacto que as (aerossóis e gases resultantes da combustão), refletindo sobretudo nas doenças respiratórias e nas relacionadas com a visão.

A própria energia elétrica que têm disponível em casa, é a ela quem cabe a quase total responsabilidade de gestão, pois, passa maior tempo em casa. Por isso, não é de se estranhar que ela tenha maior habilidade em fazer o consumo mais eficiente da energia elétrica.

Ainda há a questão da administração do orçamento familiar: pelos poucos recursos financeiros que tem disponível para gerir mensalmente de forma a pagar as facturas do consumo não só da energia como da água, faz com que, nas práticas de eficiência energética, possa superar os homens.

3.1.3. Prática da Agricultura Silvicultura e Pecuária

Devido a questão da organização da estrutura familiar, a emigração dos homens e outras, as mulheres sobretudo das zonas rurais dedicam à agricultura, silvicultura e pecuária.

A agricultura no país é predominantemente praticada população feminina e mais representativa nos grupos etários mais elevados. Houve uma viragem nas chefias das explorações entre 1998 e 2004 (figura 3).

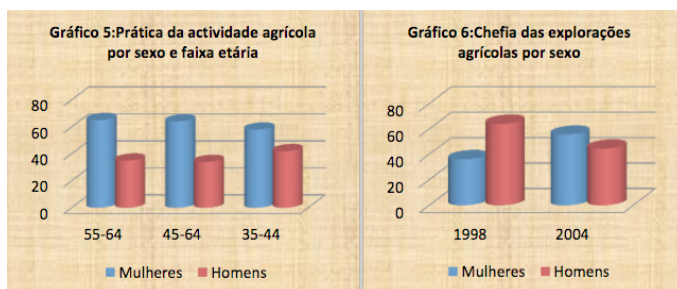


Figura 3: Relação das chefias de explorações agrícolas

Muitas vezes as práticas agrícolas não são adequadas, pelo que contribuem para a degradação ambiental (erosão e contaminação do solo e água), e perda da biodiversidade. A forma como é praticada a agricultura do sequeiro: monocultura de milho e feijão utilizando a enxada nas encostas e vertentes provoca o empobrecimento e erosão dos solos.

Nem tudo é mau relativamente à prática. A agricultura de regadio que antes era praticada basicamente por alagamento e por isso água à custa de muita água, hoje adoptou-se novas práticas baseadas em tecnologias modernas da irrigação como a rega “gota a gota” e hidroponia que diminuem o consumo da água e solo, embora haja sempre o perigo de contaminação do solo e água com fertilizantes e pesticidas sintéticos pelo uso inadequado.

A prática da pastorícia de forma livre é pouco abonatória para o meio ambiente porque aumenta o risco de erosão e provoca a perda da biodiversidade. Quando a criação dos animais é em estábulos, implica que haja a procura de pastos, e as más práticas como o arranque pela raiz e o recurso à algumas espécies vegetais, põe em causa a conservação da vegetação endémica e em vias de extinção.

3.1.4. Utilização das Zonas costeiras, Ribeiras e Encostas

Trata-se de uma prática ilegal, que consiste na extração de inertes (areia e britas) nas praias, ribeiras e encostas. Estes são vendidos pelos camionistas que por sua vez, efetuam a revenda, para serem usadas na construção civil. Os impactos são extremamente negativos para a conservação dos solos, condiciona a disponibilidade e qualidade da água subterrânea, afecta a produtividade agrícola, degrada a biodiversidade terrestre e marinha, ameaça a sustentabilidade turística e facilita a inundação pela subida do nível médio do mar.

Destas práticas, as nas zonas costeiras (praias) é a mais antiga, mais grave e persistente, e está mais enraizada na ilha de Santiago.

Todos os estudos até então, demonstram que esta atividade é essencialmente praticada por mulheres, desempregadas, chefes de família, de baixa escolaridade e as jovens adolescentes estudantes.

No contexto das AC, a extração das areias nas praias é muito grave, uma vez que com a subida do nível do mar cria problemas nas estratégias de adaptação nos sectores do turismo, da biodiversidade marinha, da agricultura (parcelas agrícolas junto à costa), dos recursos hídricos e conservação das infraestruturas.

Muitas localidades da ilha de Santiago já sofreram com a salinização dos solos e da água fruto da apanha desenfreada da areia; várias praias hoje não têm areia para a prática do turismo balnear e as tartarugas marinhas têm dificuldades em se encontrar espaço para a desova e consequentemente reprodução.

3.2. Causa das Práticas

As práticas ambientais da mulher cabo-verdiana estão relacionadas com factores socioeconómicas, culturais e tendem-se a serem reproduzidas para as gerações futuras.

Factores relacionados com as vulnerabilidades socioeconómicas da mulher cabo-verdiana referidas no ponto II, nomeadamente, às disparidades face à situação do emprego e rendimentos; o acesso ao mercado de trabalho, bens e serviços como à educação e cuidados de saúde ; o insuficiente grau de participação nos órgãos de decisão, dentre outras causas, explicam em grande parte esta interação nem sempre é benéfica entre a mulher e o ambiente.

A extração de inertes é motivada essencialmente pela situação da pobreza em que as referidas mulheres se encontram. Elas laboram em condições muito precárias em termos de segurança e saúde; estão conscientes de que ato é prejudicial para elas e para o meio ambiente, mas afirmam não terem outra alternativa de sobrevivência (Lopes, 2010).

Outra causa que se encontra muito ligada à extração de inertes é a revolução no padrão da construção civil. Antigamente as casas eram cobertas de palha, telha e “lozalete”, e, a partir da década de 80 houve uma revolução nas técnicas de construções, pelo que, estas passaram a ser cobertas de betão armado. A própria construção da parede que era de pedra e barro, passou a ser com blocos de argamassa (Inocêncio, 2012). Esta nova técnica tem como elementos essenciais a areia e brita.

O factor cultural também exerce um papel preponderante nas PAMCV, dado que, este tem determinado a distribuição do papel da mulher e do homem dentro da sociedade. Tradicionalmente na sociedade cabo-verdiana a mulher era indicada para casar, ter filhos e cuidar de casa, por sua vez, era excluída do acesso à educação ou exercer funções administrativas. Durante muito tempo, houve uma tendência muito forte de passar esses valores entre as gerações. Embora seja hoje menor, ainda esta cultura subsiste, sobretudo no meio rural.

Um outro factor que tem determinado as práticas ambientais da mulher cabo-verdiana é a cultura ligada à emigração essencialmente masculina até os anos 80 (Grassi, 2007) contribuindo assim, para o aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulher.

As práticas ambientais da mulher cabo-verdiana também podem ser externalizadas: é que com as frequentes crises do petróleo e consequente aumento do crude, o país tem assistido frequentes oscilações de todos os produtos de que dele depende, mais concretamente nos custos da água, energia e transporte, encarecendo ainda mais o nível de vida a população sendo que a mulher o alvo principal.

Existem barreiras que dificultam a mudança das práticas (Hargreaves, 2011). Os fatores que influenciam as PAMCV impedem uma mudança para as práticas mais saudáveis e constituem entraves ao desenvolvimento sustentável do país, tornando-o ao mesmo tempo, menos resiliente face às AC.

3.3. Relação das Práticas com as AC

Para fazer face às AC, pode-se recorrer ao processo de mitigação dos gases com efeito estufa, em que várias ações a diversos níveis, estariam voltadas para diminuir a emissão dos gases com efeito estufa. Estas passam necessariamente por uma economia de baixo carbono, sequestro do carbono mediante tecnologias ou florestação; conservação e restauração da biodiversidade, e ainda, o investimento em energias renováveis eficiência energética.

Para além ou em combinação com a mitigação, é imperativo que se desencadeiem políticas e ações voltadas para a adaptação, afim de fazer face aos efeitos que os ecossistemas e comunidades já estão a enfrentar.

Em Cabo Verde, já existem algumas práticas ligadas estratégias de adaptação às alterações climáticas para fazer face as secas: mobilização da água mediante a dessalinização, armazenamento da água das chuvas nas barragens; captação das águas pluviais nas cisternas familiares e comunitárias, captação da água do nevoeiro a ser utilizada para o consumo; conservação do solo recorrendo a técnicas como diques, banquetas e plantação de árvores. Na agricultura destacam-se utilização do sistema de rega gota a gota, técnica hidropónica, diversificação e exploração de novas variedades de culturas que adaptam às condições edafoclimáticas.

Referir ainda a adopção de um conjunto de medidas legislativas e elaboração e execução de instrumentos de gestão territorial que possam contribuir para maximizar a estratégia de adaptação no sector do turismo e zonas costeiras nomeadamente a Diretiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT) e o Esquema Regional de Ordenamento do Território (EROT).

Salientar também, a execução de projetos que visam integrar as AC em vários sectores de atividade e o reforço da capacidade institucional, adaptação ao sector das pescas, dos recursos hídricos, das gestão marinha

e costeira, todos enquadrados num programa de ação nacional sobre a adaptação às alterações climáticas.

A tabela 1 que se segue, relaciona cada prática com os impactos das AC e portanto, faz uma classificação dos respetivos impactos. Na coluna 2 identificam-se os impactos das práticas sobre o ambiente dentro de um determinado sector, para na coluna 4 estabelecer a relação das práticas com o processo de adaptação às AC. Pode-se verificar que algumas destas práticas são benéficas, quase todas elas contribuem negativamente para a estratégia de adaptação às AC.

Práticas	Impactos / Sector	Classificação dos impactos		Relação das práticas com as AC
Gestão da água	1. Recursos hídricos: melhor racionalização no consumo;	X		Proporciona uma maior habilidade em adaptar face as escassez da água; Por outro lado a excessiva procura intensifica a escassez que já é provocada pelas A. C.
Procura da água	1. Sobre-exploração dos recursos hídricos;		X	
	2. Valorização da água;		X	
Procura da lenha: (Biodiversidade Terrestre; Solos)	1. Acelera a degradação da biodiversidade terrestre;		X	Agrava a situação da erosão, desertificação e biodiversidade aumentando os riscos de catástrofes e graves prejuízos socioeconómicos e ambientais.
	2. Intensifica a erosão dos solos;		X	
	3. Acelera a desertificação;		X	

Práticas	Impactos / Sector	Classificação dos impactos		Relação das práticas com as AC
Uso da lenha	1. Poluição: aumento das emissões de aerossol;		X	Aumento de GEE pela emissão do CO2 e aerossóis favorece o aquecimento do clima.
Consumo da energia elétrica	2. Gestão mais racional (eficiência energética);	X		Com a eficiência energética diminui a emissão dos GEE para atmosfera e consequentemente atenua o aquecimento global do clima
Agricultura Prática da agricultura	1. Contaminação do solo por fertilizantes, e pesticidas;	X		Com a contaminação do solo e da água, diminui a resiliência do país em relação aos sectores dos recursos hídricos, biodiversidade, agricultura e saúde pública. Reforça a capacidade de adaptação no tocante á gestão da água e melhora a segurança alimentar provocada pelas A.C;
	2. Contaminação da água; 3. Aceleração da erosão e perda do solo; 4. Perda de endemismos; 5. Racionalização da água (utiliza novas técnicas		X	
Procura do pasto para a pecuária; pastorícia	1. Acelera a erosão;		X	Aumenta problemas de adaptação às A.C. no sector da agricultura, recursos hídricos e biodiversidade e saúde.
	2. compactação do solo;		X	
	3. Perda da Biodiversidade;		X	
	4. Contaminação do solo com fertilizantes e pesticidas		X	

Práticas	Impactos / Sector	Classificação dos impactos		Relação das práticas com as AC
Extração de inertes (areia e brita) nas zonas costeiras, ribeiras e encostas	1. Acelera a perda da biodiversidade costeira;		X	Diminui a resiliência das zonas costeiras e da biodiversidade marinha e costeira; coloca problemas de adaptação às A.C nos sectores da agricultura, recursos hídricos, do turismo; aumenta o risco de catástrofes pela subida do nível médio do mar.
	2. Aumenta a vulnerabilidade face a subida do nível da água do mar;		X	
	3. Ameaça o turismo das baleias;		X	
	4. Acelera a erosão nas encostas;		X	
	5. Provoca a destruição das infraestruturas costeiras;		X	
	6. Fere a visão estético-paisagística;		X	
	7. Provoca a salinização das águas subterrâneas		X	
	8. Afeta a produção agrícola das parcelas junto à costa		X	

3.4. Atenuação das Práticas

As práticas têm as suas dinâmicas sociais. Há uma tendência para serem conservadas e reproduzidas, competindo e apoiando-se uma nas outras (Shove *et al* 2012). Na sociedade cabo-verdiana as práticas ambientais anteriormente referidas são muito antigas e têm sido passadas de geração em geração. Ainda as mulheres continuam a fazê-las, sendo assim, reforça a habilidade das meninas na eficiência do consumo da água e energia e gestão dos recursos naturais e consequentemente capacidade de adaptação às alterações climáticas.

Alguns elementos têm contribuído para atenuá-las nomeadamente a adopção de políticas e ações que permitiram melhorar paulatinamente as condições de vida das mulheres.

Os planos, programas e projetos têm trabalhado de forma integrada afim de reduzir as assimetrias entre o género. Referem-se alguns como: Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, Plano Nacional de Combate contra a Violência Baseada no Género, Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA I e II), Plano Nacional da Agricultura, Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, programa de electrificação rural, programa água e saneamento, programa de proteção da saúde materna infantil, programa de luta contra o HIV/ SIDA, projetos de acesso a microcrédito e atividades geradoras de rendimento, projeto de ordenamento das bacias hidrográficas e da construção das barragens, projetos de promoção no sector agropecuário.

A nível governamental o existe o IGIEG (Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género) responsável pela promoção das políticas de igualdade e equidade de género e tem envidado esforços de introdução da abordagem género na elaboração das diferentes políticas, incidindo fortemente nas ações de informação, sensibilização e capacitação.

- Houve melhorias em indicadores de educação, saúde, situação da pobreza, participação e acesso à água e energia (BAfD *et al.*, 2012; INE, 2015; OCDE.org, 2011; DGE, 2013; Governo de Cabo Verde, 2012):
- A nível da saúde reduziu-se o número de filhos por mulher: 4 em 2000 para 2,3 em 2014;
- A mortalidade materna passou de 53,7 por cada 100.000 nados vivos em 2009 para 37,9 em 2013;
- Introduziu-se novos os cuidados de saúde como o despiste do cancro, testes de do HIV/SIDA na gravidez bem como o tratamento com antirretrovirais;
- Diminui-se a taxa de analfabetismo: de 74,8% em 2000 passou para 86,5% em 2014, sendo 91% para os homens e 82,1% para as mulheres;

- Houve a redução ainda que tímida, da pobreza (39% em 2000 para 26% em 2009);
- As mulheres passaram a participar mais nos órgãos de decisão: em 1990 somente 1% da fazia parte do parlamento , hoje a representação é de 20.8%mas desde 2008 que Cabo-Verde tem o governo paritário e há cada vez maior representação feminina nas atividades produtivas;
- Aumentou-se o acesso a água potável. A taxa de acesso de 78% em 2000 para 91% em 2014;
- Aumentou-se a taxa de electrificação: passou de 47% em 2000 para de 95% em 2010;
- Diminuição do consumo da lenha. Em 2000 a lenha como fonte de energia representava 66% passou para 33,3% atualmente (INE, 2009);
- Houve introdução de medidas legislativas como por exemplo a proibição a apanha da areia e que criação as áreas protegidas, lei sobre a proteção florestal e poluição das águas;
- Reforço de empoderamento feminino com acesso ao microcrédito e atividades geradoras de rendimento;
- Introduziu-se o componente da educação e sensibilização em matéria do género nas escolas ena sociedade;
- Houve integração das políticas do género de forma transversal;
- Alargamento da educação pré-escolar ;
- Aparecimento de novas de organizações não governamentais de proteção da mulher;
- A intervenção das organizações internacionais.

As organizações da sociedade civil têm dado um grande impulso da redução da pobreza, empoderamento económico, emancipação, promoção

do acesso ao mercado de trabalho, educação, informação, sensibilização, melhoria dos cuidados de saúde, combate á violência baseada no género, valorização cultural, participação e proteção do ambiente. Merecem destaque as de carácter nacional como OMCV, MORABI, VERDEFAM, AMEPCV, AMJ, RMP-CV, a REDEMEC, ADAD. Várias outras de âmbito local têm desempenhado também excelente papel na mitigação das desigualdades do género.

4. Conclusões e Sugestões

A relação da mulher cabo-verdiana com o ambiente é muito estreita e advêm das práticas quotidianas ligadas as sua função doméstica cujo a responsabilidade é de cuidar da casa e da família.

As PAMCV, nem sempre são saudáveis para o ambiente, pelo que traduzem na maioria das vezes na degradação do meio ambiente mas, de outra forma têm contribuído para aumentar a capacidade de combate às AC no que concerne à estratégia de adaptação.

Essas práticas antigas são rotineiras e tendencialmente vão sendo reproduzidas para várias gerações.

Factores de natureza interna relacionado com as normas, culturas e valores influenciaram as práticas mas também de ordem externa relacionadas com a conjuntura internacional como as crises energética e económica.

As políticas levadas a cabo por atores nacionais, internacionais, publico e privado, governamentais e não governamentais tem contribuído para atenuar as PAMCV, mas a sua irradicação e consequente impacto nefasto sobre o ambiente, está longe de ser uma realidade

Face às conclusões sugere-se:

- O reforço das políticas para reduzir a vulnerabilidade da mulher evitando que haja ação degradativa no ambiente e que obstaculiza o combate às AC;
- Necessidade de desenvolver estudos mais aprofundados nesta matéria, sobretudo nas questões de eficiência energética e consumo da água entre o género;
- Necessidade de desenvolver programas e projetos relativos a mulher e meio ambiente;
- Reforçar a participação das mulheres na tomada de decisões sobretudo nas questões ambientais.

Referencias Bibliográficas:

- 1.BAFD et al., 2012 . Perspectivas Económicas em África.
- CARVAJAL,Y,E. et al., 2008. Advances in Geosciences Women 's role in adapting to climate change and variability. , pp.277-280.
- CIOMMO, D., 2003. Ambiente e a teoria da complexidade. , 11(2), pp.423–443.
- DEMETRIADES, J. & Esplen, E., 2009. The Gender Dimensions of Poverty and Climate Change Adaptation. IDS Bulletin, 39(4), pp.24–31. Available at: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1759->
- DGE, 2013. Estatísticas do sector de energia: Eletricidade 2001-2011. Principais indicadores do sector energético
- DIAS. B. J.2010. Projetos migratórios e as relações familiares em Cabo Verde. Revista interdisciplinar de mobilidade humana. Nº 26-27/2006. Disponível em <http://www.csem.org.br>. Acesso em 27-01-2013.
- ÉVORA, R. 2011 em Fortes &Silva. As mulheres em Cabo Verde. Experiências e Perspetivas. UNICV.
- GARCIA, L. , 2009. A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida. Gaia Scientia, 3(1).
- GOVERNO DE CABO VERDE, 2012. Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável. Relatório à convenção do Rio+20.

- GRASSI Marzia. 2007. Género e migrações cabo-verdiana. ICS.
- HARGREAVES, T., 2011. Practice-ing behaviour change: Applying social practice theory to pro- environmental behaviour change. *Journal of Consumer Culture*, 11(1), pp.79–99. Available at: <http://joc.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1469540510390500> [Accessed November 7, 2012].
- ICIEG, 2008. Plano Nacional para a Igualdade e equidade do género.1-109 páginas.
- INE & Ministério de Saúde, 2008 e Macro internacional. Inquérito demográfico, de saúde reprodutiva, Cabo Verde, IDRSII 2005.
- INE, 2009. Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem –Estar (QUIBB-CV).
- INE & ONU Mulheres, 2015. Homens e mulheres em Cabo Verde. Fatos e números
- INMG, 2007. Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, 2007-2012.
- INOCÊNCIO, D., 2012. Construções e arquiteturas sustentáveis em Cabo Verde. Dissertação do mestrado em engenharia civil. Disponível em <https://dspace.ist.utl.pt>. Acesso em 30-01-2013.
- IPCC, 2007. Assessments of Adaptation practices, Options, constraints and vulnerability. Working group II, Cap. 17.
- IPCC.2012. Managing the risks of extreme events and disasters to advance climate change adaptation. Disponível em <http://www.ipcc.ch/publications> Acesso a 21-01-2013.
- KELMAN, I., West,J., 2009. Climate change and small Island developing states: A critical review. *Ecological and environmental anthropology*. Vol. 5. No.1
- LOPES, Ermelinda, 2010: Mulheres e Ambiente. A problemática da apanha de inertes na ilha de Santiago(Cabo Verde). Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>. Acesso em 20-12-2012.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E ICIEG, 2006. Plano nacional de combate à violência baseada no género.

- OCDE.org., 2011. Energia e desenvolvimento. A situação de Cabo Verde: Evolução, ganhos e perspectivas. Fórum CSAO. Cidade da Praia 5-6 de Dezembro de 2011.
- OLIVEIRA, L., 2011. Energias Renováveis no contexto de Cabo Verde. Dissertação do mestrado em Gestão e Auditorias ambientais. Universidade de León –Espanha.
- SHOVE, et al. , 2012. The Dynamics of Social Practice: Everyday life and how it changes. London, Sage. (to be published in May 2012 - copy as reader, available at the Institute)
- SILIPRANDI.E.,2000. Ecofeminismo : contribuições e limites para a abordagem de políticas
- UN WOMEN, 20015. Progress of the world's women 2015-2016. Transforming economies, realizing rights
- UNFCCC, 2007. Vulnerability and adaptation to climate change in Small Island Developing States. Background paper for the expert meeting on adaptation for Small Island developing States. Disponível em <http://unfccc.int>. Acesso a 24-01-2014.

Incompatibilidade de Género: Caso de São Miguel

Manuela Gomes Tavares Furtado

Universidade de Cabo Verde

manuela.furtado@adm.unicv.edu.cv

RESUMO

Este presente paper visa fazer uma reflexão o fenómeno recorrente no interior da ilha de Santiago de relacionamentos conjugais violento, tomando com referência o Concelho de São Miguel, na ilha de Santiago, em que ainda as mulheres vivem sob a pressão dos modelos de participação gerado naquelas matrizes da escravidão, do racismo e do colonialismo no modo como essas dimensões humanas se inter-relacionam com o patriarcalismo. No contexto teórico, tomo como perspectiva analítica os estudos antropológicos de género. Em termos metodológicos, este estudo tem uma componente prática baseado numa perspetiva etnográfica e trabalhos de campos realizados numa combinação de várias metodologias como, questionários, entrevistas, diários de campo e histórias de vida.

Palavras-chaves: Violência, género, conjugalidade, história de vida.

ABSTRACT

This present paper aims at reflecting very deeply on the incompatibility of gender, by reference to the destruction of women's lives in the Municipality of San Miguel, where women still living under the pressure of the participation models generated in those slavery, racism and colonialism's matrices in the way these human dimensions interrelate with a patriarchy system. In the theoretical context, we take as analytical perspective the anthropological studies of gender. In terms of methodology, this study has a practical component based on an ethnographic perspective including field works carried out by implementing a combination of various methodological instruments like daily questionnaires, interviews, and field stories of life, which contribute significantly to shape the required consistency of this study.

Thus, there is a possibility, in this dissertation, to assume that under a complex perspective, the phenomenon of domestic violence experienced by women in the interior of Santiago island, specifically in the Municipality of San Miguel, includes several interacting factors operating as the couple socioeconomic conditions, the culture where they live, the quality of the interpersonal relationships and their values they share. Hence the dissertation becomes a

means of ethnographic interpretation of the recurrent phenomenon of violent conjugal relationships in the interior of Santiago Island.

Key words: Violence, gender, married relationship, life story.

Introdução

O presente estudo, que recai sobre a problemática dos relacionamentos conjugais violentos no Concelho de S. Miguel, na Ilha de Santiago – Cabo Verde, constitui uma reflexão sobre a condição de género num lugar específico de modernidade periférica. Neste âmbito, as generalizações tecidas ao longo do trabalho incidem especificamente sobre o interior da ilha de Santiago, onde as mulheres ainda vivem sob a pressão dos modelos de participação gerada nas matrizes da escravidão, do racismo e do colonialismo, e no modo como essas dimensões humanas se inter-relacionam com o patriarcalismo. Sem a pretensão de as estender para além do universo analisado, partimos da premissa de que tal espaço de socialização infunde na mulher uma inquietude básica entre o desejo de independência e a pressão para o conformismo conjugal. Antes de iniciar o estudo empírico, possuíamos a convicção de que essa contradição se manifestaria tanto na definição de identidades no interior das relações familiares atuais como nas relações entre os padrões racionais, a ética e a estética que orientam a relação com o próprio corpo e com o do cônjuge.

De acordo com Lopes (1997), podemos afirmar que a mesma contradição poderia ser encontrada seja nos movimentos feministas que advogam a igualdade, ou naqueles que exaltam a diferença entre os sexos, seja também na materialização da violência ao interior da estrutura da conjugalidade, onde se localizaria uma sabotagem do doméstico aos projetos de autonomização, entre outras esferas de ação. Procuramos, portanto, quanto a essa tensão entre autonomia e subordinação feminina, descortinar as especificidades do interior da ilha de Santiago, partindo da localidade de Calheta de São Miguel.

Embora grande parte das problematizações aqui edificadas possa ser estendida a todo o interior da ilha de Santiago, o nosso esforço metodológico incidiu sobre o Concelho de São Miguel, ilha de Santiago, em Cabo Verde.

Este concelho foi criado pela lei 11/05796 de 11//11/96, possui um superfície de 90.7 km, situa-se na parte oriental da ilha de Santiago, entre os municípios de Tarrafal, a norte, Santa Catarina, a oeste, Santa Cruz, a sul, o oceano atlântico, a leste. A população do Concelho é de 15.648 pessoas, repartida por 7.025 homens e 8.623 mulheres (INE, Censo, 2010). Esta população está dividida em 3.544 agregados familiares, sendo que a maior parte das famílias vive à base da agricultura, criação de gado e pesca.

Segundos os dados aqui apresentados, podemos verificar que a maioria da população deste concelho é formada por mulheres. Elas se dedicam a tarefas domésticas e trabalhos agrícolas; são elas as responsáveis pela criação dos filhos e, mesmo assim, esses trabalhos não são valorizados nem remunerados. Pelo contrário, o trabalho masculino é tido como tendo valor superior ao feminino e esta é uma condição histórica a se ter em conta na construção do objeto em análise. Não apenas, se pode constatar que neste concelho, como em todos os outros, o papel social do homem e da mulher têm valores desiguais mas suas prestações são desigualmente recompensadas. A cultura do trabalho está conformada de modo a invisibilizar o trabalho de cuidado familiar realizado esmagadoramente por mulheres. Este tratamento desigual, geralmente baseado na cumplicidade ontológica da divisão sexual do trabalho com as estruturas simbólicas da divisão do doméstico e do espaço público (Bourdieu, 1999), concorre certamente, para a desigualdade na distribuição de poder, prestígio e riqueza entre homens e mulheres. A pergunta que norteou este estudo é a que buscar saber em que medida a violência física doméstica nesta realidade se correlaciona às contradições e antagonismos decorrentes do facto de que na região a mulher possui uma carga de responsabilidade

imposta para manter a reprodução, em condições de exigências duplicadas pelo mundo produtivo extra-doméstico, em circunstâncias em que o parceiro tem várias mulheres e filhos em diferentes casas.

1. Na condição de Provedora do Lar

Ao invés de se verem aliviadas pela entrada no mercado de trabalho, como pretende atual retórica governamental de direitos iguais para as mulheres e da eliminação da discriminação de género, o que as mulheres de São Miguel vivenciam, de fato, é uma acentuada precarização na sua condição, na medida em que as exigências de contraprestação monetária na economia doméstica vão corroendo o princípio da condição de provedor do parceiro.

Pode-se notar ainda que neste concelho a vulnerabilidade dos agregados familiares se correlaciona à flexibilização dos conceitos patriarcais da responsabilidade masculina que conferia uma certa estabilidade ao parentesco e ao casamento. Mais do que a simples pobreza e a desigualdade social entre homens e mulheres, a irresponsabilidade masculina diante dos fardos da procriação tem contribuído para o desmoronamento dos agregados familiares patriarcais.

A intensificação das exigências de que as mulheres busquem o sustento no mercado laboral extra-doméstico intensifica já a forte dominação masculina, ou seja as mulheres estão condenadas à sua própria sorte de ser trabalhadora dentro e fora de casa de modo sobrecarregado. Neste concelho existe uma alta taxa de mulheres chefes de famílias e muitas delas e os seus filhos sobrevivem nos limiares da pobreza, frequentemente sem qualquer apoio parental masculino. Encontra-se com frequência, casos de famílias que comportam três gerações de mulheres sem um homem provedor ao longo de toda a trajetória do lar. Geralmente a filha continua a viver com a mãe após o nascimento do seu primeiro filho, o que ocorre normalmente ainda na escola secundária.

Em muitos casos, quando mãe não está presente, pela necessidade de emigrar, os avós, e principalmente às avós, são crescentemente sobrecarregadas com a responsabilidade de cuidar dos netos. A emigração é fenómeno bem marcante em São Miguel; sempre que podem, mulheres e homens desta terra emigram à procura de uma melhor condição de vida, muitas vezes deixando os filhos ao cuidado de parentes maternos, preferencialmente as avós. A imigração das mulheres deste concelho tem assumido tendências de crescimento, particularmente, para os países europeus, dos quais predominam França e Portugal. Muitas mulheres do concelho trabalham, enquanto emigradas, como empregadas domésticas para enviar o sustento aos filhos, o que confere a dimensão transnacional à sobreexploração feminina.

No Concelho de S. Miguel é muito comum encontrar mulheres com vários pais biológicos para os diferentes filhos. A trajetória matrimonial da maior parte das mulheres nunca passa por um casamento formal na igreja ou no civil.

A maior parte dos homens têm filhos com mais do que uma mulher. Em vez de esposas, normalmente são chamadas de *mai di fidjo*. Como se relacionam com muitas mulheres ao mesmo tempo, grande parte dos homens não está em condições de sustentar nenhum dos lares em que seus filhos se encontram. Exceto os lares para os quais contribuem financeiramente, os demais são tomados como situação transitória mesmo quando há crianças geradas do relacionamento.

E, porque a categoria *mai di fidjo* não implica um compromisso estável, duradouro e com compromisso financeiro, acaba sendo sinal de status e definidor da masculinidade ter-se muitas, portanto, vários filhos em vários lares. O princípio justificador é o de que “um homem não pode negar-se a uma mulher mesmo quando casado”. Resta às mães competirem pela condição de esposas de fato, isto é, para conseguirem manter um homem em casa. Constitui um ponto forte de afirmação da masculinidade não

se deixar capturar por um lar e exibir várias *mai di fidjo*. Sendo assim podemos dizer que, neste concelho, a construção de masculinidade está essencialmente ligada à sexualidade e não a um investimento pessoal na paternidade e no casamento. O fato de homens não se responsabilizarem por nenhuma das suas crianças não chega a colocar em questão a honra associada à sua masculinidade.

2. Homens para quê?

Desde muito cedo, os filhos estão na rua para que “se tornem homens”, e isso pressupõe liberdade e precocidade sexual. O contraponto da construção da masculinidade em torno de uma sexualidade obsessivamente cultivada é a construção da feminilidade em torno das atividades invisíveis de cuidado doméstico. É parte da aprendizagem masculina lidar com o corpo das mulheres como corpos sexuais. De outro lado, às filhas se atribui muito cedo os trabalhos domésticos, tarefas e obrigações, já na adolescência, de dimensões do trabalho adulto.

Enquanto isso os filhos são deixados sem este tipo de incumbência, pois é parte do processo de generificação dos espaços sociais o relaxamento em relação às atividades de cuidado de si e dos outros. Considerando que os rapazes necessitam de mais liberdade para encontrar o seu caminho de afirmação masculina, incute-se-lhe a prisão de uma sexualidade voraz e pouco reflexiva. Como homens, eles aprendem desde cedo a delimitar o espaço social como espaço de pedação de mulheres.

Em São Miguel, é bem comum encontrar rapazes que anulam um compromisso quando a namorada fica grávida. Geralmente, alegam que a namorada estava a andar com outros homens, e porque não confiam não assumem compromissos com os filhos. E como os pais não se responsabilizam pelos filhos, as mulheres sentem-se obrigadas a arranjar um outro homem, mesmo já casado, para “lhes ajudar” a criar

os filhos das relações passadas. O paradoxal é que os próximos homens geralmente não lhes aceitam com os filhos de outras relações. Sentem-se, elas, então obrigadas a deixar os filhos com as avós para não perderem o homem que lhes vai ajudar a sustentar as despesas. O fito que conduz a presente investigação tem a ver com o fato de que essa economia do doméstico parece muito pouco racional e nada vantajosa para as mulheres. A pergunta fica mais pertinente ainda quando se leva em conta que esses relacionamentos estão permeados por violência. - Porque mulheres em situação de violência e sem ganhos económicos insistem em permanecer com homens que tão pouco lhes tem a oferecer?

Poder-se-ia levantar a hipótese de que as mulheres sozinhas não conseguiriam criar os filhos e sustentar a casa. Mas, predominantemente, são outras mulheres que ajudam de fato as mães a cuidar e a sustentar os filhos. É por isso que, neste concelho é muito difícil encontrar uma mulher a morar sozinha, geralmente estão no interior de estreitos laços de reciprocidade do lado materno da parentalidade. As mulheres que não se encontram nesta situação é porque estão num relacionamento conjugal. Quando se relacionam com homens casados, inseridas em outras famílias, pouco apoio efectivo recebem.

É necessário questionar portanto a noção comum de que elas precisam de “um homem para lhes ajudar”. Exige investigação o fato de que elas aceitam este tipo de relacionamento, em que, não tendo o homem a morar com elas, pouco têm a receber em termos materiais e afectivos.

Não há muitos homens casados que ao arranjarem relacionamentos fora do casamento busquem o sigilo. Na maioria dos casos assumem publicamente o relacionamento fora do casamento e as mulheres casadas aceitam o fato para não perderem o marido.

A virtude de uma mulher honrada porque inserida em uma família respeitável também parece pouco generalizável para sustentar a lógica

feminina de se manter agarrada a um relacionamento a todo o custo.

Muitas mulheres queixam-se de sentir falta de um marido presente em casa porque os que não trabalham passam o dia inteiro na passeadeira e os que trabalham saem do trabalho e vão diretamente para a passeadeira. Quando chegam em casa já é noite e a família já está toda a dormir. Sem falar dos que chegam tão embriagados que vão logo à procura de brigas com a mulher e filhos.

Esmagadoramente, é a mulher a responsável pela criação e educação dos filhos; tipicamente ela sai todos os dias de casa para fazer o trabalho de agricultura ou de apanha de areia quando não trabalham como empregadas domésticas; são elas que voltam tarde para preparar o jantar e cuidar dos filhos que, entretanto, já regressaram da escola.

3. A Economia Política das Conjugalidades Frouxas

As mulheres, ao descreverem as formas de violência a que são submetidas, ou foram, constroem um discurso que expõe sua visão sobre os motivos de violência, e consequentemente uma visão sobre os homens que lhes pautam o quotidiano em violência. Nesse apanhado de suas relações, soma-se incursões sobre o seu processo de formação enquanto mulher, a aspiração a ser senhora de lar. Está subjacente às concepções de maternidade, uma concepção do bem-viver associada ao domínio do lar que perpassa as rupturas nos sentimentos, nos valores e atitudes.

Simultaneamente, na exposição das visões de mulher se misturam as cores dos processos de contratos, a forma como os vínculos estão baseados na ameaça de ruptura violenta. Mais do que resistências, visualizamos as condições nas quais as mulheres constroem vidas, formas de conhecimento, de superação, de esquecimento, de negociação. As formas de vida forjadas em situação da violência pelas mulheres do interior de Santiago são outras tantas expressões do feminino, que não podem ser plenamente

explicitadas sob o prisma da falta, da lacuna, do desvio. Trata-se aqui de mirar a condição da mulher frente à violência como forma de vida plena e não somente pelo prisma da passividade, da falta, das atitudes que teriam outras mulheres de outras latitudes visando romper o ciclo da violência. Aqui, importa reconhecer as condições nas quais as mulheres do interior da ilha de Santiago se movimentam, nesse campo de gravidade em que a violência interpessoal projeta capacidades plenas de decisão, modos dignos de significação das relações que elas mesmo vivenciam.

Para a interpelação do material teórico que coloca ênfase no idioma da violência como parte do processo de se dar significados aos relacionamentos, utilizo uma narrativa em que a vítima não é necessariamente uma mulher. É o caso da história de vida de Humberto, de 42 anos. Ele vive com a sua companheira há 18 anos e nesses anos de relacionamento ele sofre sistematicamente atos de violência por parte da companheira. Nos termos do próprio Humberto:

De vez em quando que eu chegava bêbado em casa, no outro dia sempre eu acordava com muitas dores no corpo sem saber o porquê de tanta dor. Até que um dia um vizinho me alertou que sempre que eu chegava em casa ele sentia a minha mulher a me bater.

Estudos constataam com frequência que em famílias alcoolistas e violentas, durante o período de intoxicação do membro alcoolista, os demais membros da família adotam uma postura mais ríspidas, provocadora e agressiva. De acordo com SENAD – Secretária Nacional Anti-drogas, (2007), vários relatos de violência doméstica, lesões corporais, tentativas de homicídio, assim como outras situações de conflitos interpessoais, são cada vez mais evidentes em contextos nos quais o álcool se faz presente. A minha ênfase aqui é contudo outra. Numa contexto de desemprego estrutural masculino massivo, e em que os homens estão menos dispostos ao trabalho informal, a mulher tende a ser com frequência a provedora do lar. A masculinidade em desmoronamento intensificado pelo efeito

do álcool apresenta um corpo vulnerável numa situação estrutural de vulnerabilidade. É nesse contexto que a violência doméstica é um *medium* que redefine os lugares da masculinidade e da feminilidade. O corpo frágil do sujeito não-provedor tende a perder a prerrogativa masculina da violência. Poder-se-ia pensar aqui os efeitos do alcoolismo, não apenas como intensificador da violência masculina, mas por vezes como fator de inversão de papéis em uma sociedade de uma masculinidade circulante. Em determinadas circunstâncias é possível que o corpo do alcoólatra ganhe o lugar feminino do receptáculo da violência e por isso essa violência precisa ser sistematicamente escondida, talvez do próprio sujeito que a sofre.

Fui tirar satisfação com a minha mulher que estava na cozinha a preparar o jantar. Como ela não ficou satisfeita com a conversa, atirou uma panela com óleo quente na minha cara.

Entre a construção e manutenção de si, como mulher, e os jogos flutuantes de masculinidade e feminilidade, vão-se construindo modos de vida que não podem ser avaliados por outros parâmetros que não os que emergem das próprias tessituras culturais em jogo. De tal encontro projetam-se representações, valores, ordens, incomensuráveis e incorrigíveis em relação a parâmetros de outras latitudes. Para se evitar a imputação de etnocentrismo e sua variante mais recorrente, é preciso entender a violência interpessoal como forma de encontro, trocas físicas e simbólicas que os sujeitos operam e que constituem formas de vida (LOPES, 1997).

Nessa perspetiva, é de salientar que alguns autores como Smigay (2000) apontam que as mulheres vivem uma relação ambígua com a violência, sendo, que “por um lado, sentem-na como um elemento constante em suas vidas, que é parcialmente tolerado, por outro lado, ressentem-se de sua presença inquietante, conduzindo-as as crises. Até certo ponto, a violência as define.” (SMIGAY, 2000 apud LOPES, 1997, p. 19).

Na medida em que a relação entre as famílias dos parceiros não carrega um princípio de vínculo moral, aqui, correntemente o vínculo conjugal inicial entre os adolescentes raramente chega a se consumir na forma social de casal. Quando os jovens chegam a morar juntos o laço está sempre sujeito a uma dissociação causada por um princípio de instabilidade na relação que é o da supremacia masculina.

Analisando as relações familiares em Calheta, podemos afirmar que tal instabilidade conjugal assume a forma de uma assimetria em que o masculino prima por investimentos pessoais unilaterais e o lado feminino pela ausência de um projeto de ascensão social, reduzida a condição de suporte econômico e de cuidados do lar. À medida que a distância entre os parceiros se estende espacial e socialmente, longe de uma relação recíproca de compromissos com o homem-pai-de-seus-filhos, as mulheres em Calheta se vêm cada vez mais isoladas. É comum na Calheta as mulheres reconhecerem a ausência de um companheiro de fato mesmo quando a separação ainda não se efectivou.

De acordo com as histórias de vidas relatadas, constata-se que o ciclo dependência econômica estrutural dá-se com relação à família materna. As prestações econômicas do parceiro sexual estão melhor inseridas numa economia política libidinal, do que propriamente na economia de manutenção de um lar como o senso estabelecido tende a nos enganar.

A mulher percebe que, nas tramas de relações de gênero, a afirmação da honra masculina é problemática se, de alguma forma, os homens aparecem como dependentes das esposas. Sob o esquema de dominação masculina, os homens são compelidos a dissolver a prazo à própria família para estar a altura da sua política de masculinidade.

Numa sociedade em que se espera que os homens ou sejam provedores ou não estejam em família, um lar é, a prazo, uma praça de guerra, em que a honra masculina está sob escrutínio. Transformar o quotidiano em

espaço de demonstração de força física é retomar o fator simbólico-cultural da virilidade em mãos. O poder falocrático, construído socialmente para um exercício doméstico ilimitado exige respeito e prestígio como prova de erecção.

Na ilha de Santiago, das camadas populares mais atingidas pela pobreza, domina cada vez mais a geografia de uma masculinidade centralizada nas mercearias de venda de aguardente. A centralidade geográfica das mercearias, o tempo estruturado pelo levar da vida em hábitos de estar na rua a beber com os amigos conforma hoje uma masculinidade mais insustentável do que no passado (Miranda, 2013). O trânsito entre a rua e a casa é dominado pela rua e a regulação da honra masculina é mais do que nunca regida nos bares nas relações entre pares.

A maioria dos estudos antropológicos feitos em comunidades pequenas do interior da ilha, constata, à semelhança da Calheta, uma masculinidade concebida e estruturada em espaços públicos e depois projetada de forma anómala para dentro do lar. Aqui a masculinidade é marcada por uma virilidade feita para apreciação de outros homens. Desde o ato sexual, a toda a organização da vida social, todos os atos quotidianos são militarizados para uma apreciação pelos outros homens da dominação masculina exercida em sobre a mulher.

Assim, o esforço feminino para manter o homem em casa visa trazer o parceiro para um espaço de relações em que a dominação pode ser subvertida por dentro, no próprio modo como as categorias de masculinidade e feminilidade circulam instáveis por corpos mais ou menos fragilizados.

4. A Militarização do Cotidiano

As correntes situações de violências quotidianas podem ser atribuídas a este fato do desemprego e a impossibilidade do próprio marido corresponder às suas próprias expetativas de provedor. O trabalho como condição que

confere ao homem não apenas o sustento, mas a respeitabilidade perante a mulher declinou como valor associado à honra masculina.

É correta a percepção de que os valores da masculinidade permanecem associados ao dinheiro recebido pelo trabalho prestado no espaço público e que é visto como fundamental retorno à manutenção do relacionamento privado. Mas quando a falta de emprego é estrutural, uma forte carga negativa se associa estruturalmente aos valores da masculinidade como estado de pessimismo, baixa autoestima e a insegurança ressentida no refúgio no alcoolismo.

É consequente que, na ausência de uma contra-prestação financeira, constitui-se um momento de fragilidade do homem como figura central de autoridade perante a família. É de se prever que o medo da cobrança por parte dos demais membros da família, particularmente da esposa, resultem numa crise da masculinidade (Miranda, 2013).

As cobranças das mulheres relacionadas ao desemprego ou a baixa remuneração repercutem como uma injúria, um ultraje a masculinidade que não pode ser compensada senão na demonstração de força física que se faz autoridade. Neste caso podemos notar que o dinheiro aparece como pivô de conflitos conjugais cujas raízes mais profundas estão na assimetria de poder e consequentemente nas expectativas de responsabilidades. O mundo rural cabo-verdiano ainda considera como responsabilidade masculina o papel de provedor familiar, num contexto em que, cada vez menos, o homem é capaz de desempenhar esse papel em exclusividade. Perante esta situação em que o homem sente uma das bases do seu poder ameaçado, ele recorre excessivamente ao segundo pilar da dominação masculina: a disposição para o recurso à violência física contra a sua companheira.

A suspeita de traição e o ciúme são temas frequentes nas narrativas de violência conjugal. Em situações de violência conjugal, acusações de traição são usadas como justificativa para as agressões, ameaças e homicídios

perpetrados. Nessas situações, as temáticas do amor romântico se fazem presentes como o pano de fundo da violência. É comum dizer-se, por exemplo, que a violência que resultou na morte de um parceiro amoroso resulta do fato de que o autor do crime não podia viver sem a outra pessoa, de que o amor é um sentimento universal e natural presente em todas as épocas e culturas, que é surdo à voz da razão e incontrolável à vontade de se ser razoável. Esse é o tom da cumplicidade criminosa com uma cultura machista que violenta e mata.

O amor, valorizado como condição máxima de felicidade, que se dirigiria eternamente ao mesmo objeto, independentemente de ser correspondido é uma construção cultural de uma época e dificilmente transferível como conceito, sem especificações, para o caso dos relacionamentos conjugais do interior da ilha de Santiago. O amor romântico, na forma como é resignificado na cultura *badia*, é uma construção histórico-cultural muito menos prolongada do que prevê a sua versão ocidental e que dá origem a essas vivências emocionais intensas nos primeiros meses dos relacionamentos afetivos.

Constatámos, a partir das narrativas, que o sentido da violência, é encoberto por um verniz de relações afetivas. Daí a grande importância da adesão à lógica dos ciúmes e da crise do amor não retribuído. Apresentado como uma das causas mais frequentes das histórias de violência doméstica, a justificativa amorosa encobre o fato de que não podendo suportar as exigências de honra, o recurso a demonstrações físicas de virilidade é a alternativa para se manter um padrão de dominação.

Dois mundos simbólicos parecem dividir as expectativas das mulheres face ao seu companheiro. De um lado, a igualdade de direitos, de outro, a construção de um parceiro amoroso que seja protetor e que detenha disposições para reconhecimento pleno da parceira como uma alteridade que se faz pessoa na integralidade. Na busca do parceiro amoroso e ideal, ela parece sucumbir às idealizações do amor romântico, o estado ideal

de apenas desejar e ser desejada. Mas o parceiro idealizado precisa ser também o parceiro social que busca o sustento para a família, pronto para dividir os trabalhos caseiros e os cuidados para com os filhos. Para uma mulher com filhos de relacionamentos anteriores, a contradição se instaura no antagonismo frequente entre o que se espera do companheiro como parceiro sexual amoroso e as exigências de desempenho sobre o parceiro social.

As relações amorosas violentas mobilizam e são mobilizadas por construção de gêneros igualmente enraizados em idealizações do que seja o masculino e o feminino. Os sentimentos relacionados ao que comumente se aponta como ciúmes estão no cerne dessas idealizações.

Se outras inseguranças podem ser travestidas de inseguranças amorosas, não é menos verdade que, em grande parte dos casos, os ciúmes são vivenciados efetivamente com um dos principais motivos da violência. Aqui, as nuances conceituais entre razões, motivos e disposições mereceriam um discernimento mais adequado se não conflitasse com os imensos acúmulos da disciplina vizinha, a psicologia. De todo o modo, cabe-nos assinalar, enquanto sociólogos, que as cenas de ciúmes aparecem como cenário preferido dos assaltos identitários que redundam em violência conjugal extrema. Os ciúmes enredam os investimentos subjetivos de culpa, intolerância, que transformam acontecimentos corriqueiros em fantasmáticos. Mas o que cabe assinalar nesta sociologia da violência conjugal, é o quanto o ciúme masculino é compartilhado e alimentado pelos rumores dos pares da aldeia, compartilhamento esse que confere legitimidade à violência.

O cenário da violência que, na maior parte dos casos, parece ser o da disputa entre o poder cultural feminino de gestão das relações familiares e o poder masculino de autoridade última ou de representação da unidade familiar, reveste-se aqui de uma áurea de uma autenticidade imaculável. “Matou por amor!”.

A violência física como argumento de equacionamento de desequilíbrios de poder parece não ter a mesma capacidade de fascínio sobre os investimentos subjectivos femininos. Quanto mais a violência se torna percebida como disputa de poder desenredada da história amorosa e da história identitária, mais a violência como o uso de poder legítimo ou efeito de uma razão enlouquecida se torna predominante. Na maioria das histórias de vida coletadas, os ciúmes parecem operar como um “coringa”, aquele significante que permite o disfarce das questões amorosas em questão de poderes e direitos e vice versa. A maior parte das vezes, os ciúmes tomam todo o espaço do cenário da violência conjugal. Outras vezes, estão ali presentes para viabilizar sentido para o que, sem invocação dos ciúmes, apareceria como extremamente brutal, ou como pura imposição de vontade.

Porque o homem enciumado exige que seus sentimentos sejam percebidos como manifestação de amor, os ciúmes deixam de ser tratados como manifestação arbitrária de poder masculino. No caso da cultura masculinizada do interior da ilha de Santiago, aquele que tem ciúmes reafirma não apenas que deseja a mulher e que exige ver nela a expressão única de que nada deseja além dele, mas sobretudo enfatiza o direito a posse e ao controlo do corpo e dos desejos da mulher. A fraqueza masculina, responsável pelo descontrolo violento que relatam as nossas entrevistadas não está muito distante da situação de impotência simbólica com que alguns homens se defrontam quando as suas mulheres não lhes devolvem as imagens especulares esperadas: que elas só desejam ser por eles desejados.

O senso comum dos universos masculinos e femininos, no nosso código cultural, poderiam facilmente acordar que tanto o excesso quanto a falta incomoda.

Apesar da construção teórica acima sobre direitos e roubos identitários, o paradoxal, no caso em pauta, é que as exigências do homem enciumado beiram ao suicídio económico do casal. Uma leitura atenta dessas notas

mostra que o sentido da violência que as mulheres sofrem escapa regularmente da sua compreensão. Estão inseridas numa situação *double bind*, simultaneamente compelidas a trabalhar e a não-trabalhar, a amar e a agredir.

A cisão da compreensão original da relação entre os conhecimentos do interior e do exterior do sujeito é um outro efeito de ruptura e incompatibilidade com a exigência mundana de um plano coerente de ação. Homens e mulheres, sob a situação de violência conjugal, manifestam-se como produtos do descentramento identitário. A supremacia masculina é extrapolada para o interior dos processos de subjetivação femininos, a identidade centrada masculina torna-se modelo, a identidade centrada feminina entra em metamorfoses em função das acusações.

E, se o problema central - de porquê permanecer junto apesar da violência - parecer ainda indecifrável, é porque continua encoberto por supostas causas externas à própria violência. Quando são apontadas como causas o ciúmes, o alcoolismo ou um inalcançável estatuto de macho por causa do desemprego, escamoteia-se que a violência se tornou interior aos processos de subjetivação e, portanto da constituição dos sujeitos como pessoas. Na medida em que as acusações impostas pelos homens e vistas pelas mulheres como tentativas de degradação ou demonstração de ciúmes com o tempo são incorporadas como parâmetros de definição de si, a auto-recusa passa a fazer parte do processo de subjetivação.

A evocação de ciúmes, em grande parte das justificativas da violência aplicada sobre o corpo feminino, reforça as constantes acusações de traição que os homens fazem regularmente às mulheres. Essas acusações geram um reforço subsequente das autorepresentações femininas cindidas, confundindo as mulheres quanto aos motivos da violência, configurando ambivalências que desestruturam sua compreensão de si e da situação em que se encontram. Muitas mulheres em Calheta buscam explicar porque os homens são violentos e as acusam de traição injustificadamente e só

encontram a resposta de que é “porque bebem”. Justificando as condutas masculinas pelo desvio causado pelo alcoolismo têm a compreensão bloqueada. Algumas das mulheres entrevistadas afirmam que ao perguntarem aos companheiros sobre os motivos do alcoolismo, e sobre a situação de violência que eles criam quando estão alcoolizados, não obtêm respostas, apenas perplexidade e mais violência.

É o caso emblemático de uma jovem que sai de um relacionamento violento para entrar em outro. Goreti depois de uma separação e de seis meses a morar sozinha, conheceu o António que é pescador e que morava na mesma localidade. Logo nos primeiros meses de namoro o António decidiu ir morar com a Goreti porque ele estava a passar por uma situação difícil com a esposa.

Nesse ponto do relato, as razões económicas para um novo laço amoroso previsivelmente problemático são difíceis de serem apresentadas. Para uma mulher, assumir um homem e colocá-lo a morar na própria casa, contraria todo o senso da honra matrimonial do interior da ilha de Santiago. Esse só é um risco assumido na medida em que se está a roubar o marido a alguém. No começo estava tudo bem, o António, de fato, ajudava com as despesas da casa. E passaram seis anos a viver juntos sem maiores problemas e nesses seis anos eles tiveram dois filhos.

A nossa entrevistada conta que depois que o António começou a frequentar um grupo de amigos as coisas mudaram na família. O António começou a sair à noite e só chegava a casa de madrugada. Sempre que chegava em casa bêbado procurava confusão. Normalmente, Goreti fingia que estava a dormir para não responder à provocação do companheiro. Um desses dias, António chegou da pesca e em vez de ir diretamente para casa, foi beber com os amigos até à noite e chegou em casa bêbado e sem o dinheiro da venda dos peixes. Quando ele acordou no outro dia ficou a procurar o dinheiro e acusou-a de lhe ter roubado o dinheiro e aí começou o desentendimento entre eles.

Com o aumento da tensão matrimonial, os amigos do António evidenciaram-lhe o fato de que “ele não era homem pois morava na casa da mulher”. Ele que antes sempre ia para casa depois da pesca, não saía com amigos à noite e aceitava a autoridade da dona da casa, passou a desafiar a mulher para provar aos amigos que quem mandava no relacionamento era ele.

É de notar que estamos diante de uma narrativa feminina que expõe as regras que regulam as relações domésticas de poder. Fica explícito que a relação conjugal é uma relação de força, quando uma narrativa feminina expõe que o marido teve de demonstrar que:

A mulher não manda nele. Que ele é o homem e continua a ser o homem. Passou a sair todas as noites e às vezes chegava a casa no outro dia. Gastava todo o dinheiro a beber com os amigos.

A mulher percebe que, nas tramas de relações de género na Calheta, a afirmação da honra masculina é problemática se, de alguma forma, ele aparece como dependente da esposa.

O relato atinge o seu ápice no seguinte ponto, e para que não se diga que o conceito de militarização do cotidiano é inadequado à economia política conjugal do interior da ilha de Santiago:

Eu demorei em chegar em casa porque estávamos a cantar o aniversário de uma colega. Logo ao chegar em casa fiquei cheia de medo porque o António estava bêbado e quando ele está nesta situação ele é muito violento. Por isso eu não queria entrar em casa. Ele agarrou-me, empurrou-me ao chão, arrastou-me para dentro da casa. Já dentro da casa ele me pegou no pescoço e bateu-me com a cabeça contra a parede. Dizia-me, enquanto batia-me, coisas como: tu és uma puta! Tu tens alguém que está a mandar em ti, bandida! Estás com outro homem! Não estavas na formação mas sim estavas com outro homem! (Goreti , 32 anos).

Dessa forma, ciúmes e acusação complementam-se na formação de um domínio dramático, onde se mitifica um sentimento para justificar uma ordem de poder e destruição. O campo onde se configuram essas violências interpessoais são também os espaços de reconstituição de *um si* como pessoa. É aí que as metamorfose femininas conflituam com o modelo masculino. Gradualmente, o campo torna-se um espaço minado de lutas por poder de mando no espaço doméstico, repleto de elementos dissimulados de exigências de amor nas entrelinhas de uma disputa por direitos. O sentido da violência oscila entre a busca de uma ordem doméstica mínima para tornar o espaço de interações coordenado, o reatamento de um amor cada vez mais distante e a completa violência desnuda de motivações utilitárias, puramente destrutiva.

Por aí é que se constituem os canais pelos quais os conflitos interpessoais íntimos escamoteiam seus motivos que são o aniquilamento do outro como alteridade persuasiva. Essa causa fundamental, que é a vontade de transformar o outro em puro objeto de contemplação e extração da capacidade de cuidados, se encontra abafada pelas dissimulações do amor ilimitado, incontido e mal compreendido. Embora em todos esses conflitos a questão do trabalho feminino, da emergência dos novos significados do feminino, estejam presentes, eles são obnubilados pelo mito do amor romântico. Reforçadas pelas estruturas passadas da história que, nascidas da escravidão, justificavam a objetivação completa do corpo feminino, amor romântico e a dedicação exigida da escrava se conjugam no interior da ilha de Santiago como um linguagem de exigência de submissão. As mentalidades difundidas nas instituições patriarcais afetam a estrutura da conjugalidade impondo-lhe um modelo inalcançável quando a mulher tem mais acesso ao mercado de trabalho do que o homem.

Mesmo que tais situações de violência possam explicitar as metamorfoses subjetivas pelas quais passam as mulheres, da gravidez adolescente à velhice amarga, elas não foram aqui analisadas de modo a se colocar suficiente

ênfase na edificação ativa de si, processo intenso de produção de uma sabedoria de vida que se poderia associar a noção de Gilroy (2001) do sublime *blues* como derivado do “ser em estado de dor”.

Conclusão

Tendo por base a pesquisa realizada, podemos afirmar que, sob uma perspectiva complexa, o fenómeno da violência doméstica (Anglim, 2009) inclui vários fatores em interação, como as condições socioeconómicas do casal, a cultura em que se vive, a qualidade do relacionamento interpessoal e os valores compartilhados por estes. Sendo assim, a violência conjugal se constitui como um processo social, judicial, interpessoal e pessoal de interpretação de um relacionamento íntimo e agressivo. Como processo, ela não pode ser resumida a um episódio isolado de agressão e por suas características sociais, tampouco, pode ser compreendida como escolhas pessoais dos envolvidos.

Por isso, ao se considerar a problemática da violência doméstica, ou mais especificamente, a violência que ocorre na conjugalidade, deve se ter em mente a organização que surge por meio de interação dos vários fatores apontados. A partir da interação entre estes fatores, muitos casais desenvolvem um padrão relacional violento, no que possibilita a emergência da violência conjugal. Para obter a compreensão de uma forma complexa, esse fenómeno exige compreender que ao mesmo tempo que a violência conjugal é um fenómeno social, pois se dá em uma construção sócio histórica, é também um fenómeno relacional, pois acontece no âmbito familiar e doméstico. Igualmente é carregado de subjetividade, levando-se em conta os valores estereotipados de género que estão imersos.

A violência doméstica emerge das relações desequilibradas de poder entre os membros da família. Algumas das características essenciais dessas famílias onde ocorre a violência doméstica podem ser universais.

Pode-se dizer que são universais, para além de um padrão muito rígido de funcionamento, também uma forte imposição autoritária e de género. Mas, com este estudo interessámo-nos por destacar particularidades dos contornos culturais do interior da ilha de Santiago.

Aqui as ideias compartilhadas entre os membros da família estão imersas em um contexto sócio cultural em que relações podem ser cultivadas a força, o que denota mais do que papéis rígidos e estereotipados para cada membro da família. A diferença entre os membros da família, dentro de um contexto autoritário e de género implica também uma diferença de hierarquia. Entretanto existe uma diferença significativa entre o discurso autoritário que faz a diferença de género e um tipo de relacionamento em que um padrão de terror físico e psíquico mantém a estabilidade dos lares.

Tomar o conflito vivenciado no ambiente familiar, no mundo de trabalho e na sociedade como estruturante é um dos esforços para romper com o funcionalismo que enviesa a maior parte das análises fundadas na ideia de uma coesão social de fundo que faz da família o elemento nuclear da sociedade. Pudemos, constatar que a submissão imposta à mulher em Calheta não é vivida passivamente, portanto a violência é uma constante estrutural para manter as famílias coesas.

Impera na conjugalidade um medo social do rompimento dessa relação primordial não apenas porque o casamento confere segurança ontológica, nos termos de Giddens (1991). Nas relações de alteridade e oposição que configuram o conflito conjugal, na Calheta, como em muitas localidades do interior de Santiago, criou-se um mecanismo de contenção do poder feminino através do terror de género. A esse terror a mulher responder seduzindo o homem a permanecer em casa para um silencioso jogo subversivo.

Referências Bibliográficas

- ARENDT, Hannah. Da violência. Madrid: Alianza Editorial, 2004
- AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres espancadas: a violência denunciada. São Paulo, Cortez, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Operas: Celta, 1999.
- INE. III Recenseamento geral da população e habitação do ano 2010. Praia, 2011
- INE, ICIEG, ONU, Homens e Mulheres em Cabo Verde: Fatos e Números, Praia 2008.
- FONSECA, Claudia. Família, Fofoca e Honra: Etnografia das relações de
- GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade. Sexualidade, amor, e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GRIGORI, M.F. Cenas e queixas, um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- GROSSI, Miriam. Rimando Amor e dor: Reflexões sobre a violência no vínculo afectivo conjugal. Paraula, 2000.
- MIRANDA, José. Constituição de masculinidades num contexto de crise do pescado: uma abordagem etnografica em Rincão, Santiago, Cabo Verde, 2013.
- PRETINI, J. C. Mudanças sociais e familiares na atualidade: Reflexões a luz da historia social e da sociologia, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais. Editora Revinter Ltda, São Paulo, 1997.
- SALÚSTIO, Dina. Violência contra mulher. Praia: ICF, 1994.
- LOPES, José Rogério. Violência, sexualidade e cidadania. Conflitos interpessoais íntimos e a busca por autonomia na cultura contemporânea. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1997.

Meios de Comunicação como Instrumentos de Inserção da Comunidade Cabo-Verdiana na Sociedade de Acolhimento - O Caso da Área Metropolitana de Lisboa

Marlene Silva de Brito

Escola Superior de Comunicação Social – IPL

brito_marlene@hotmail.com

Após ter-se estudado trinta e quatro associações cabo-verdianas, sediadas na Área Metropolitana de Lisboa (AML), pode-se afirmar que estas associações produzem mais instrumentos de informação que órgãos de comunicação. No entanto, desde o início do associativismo cabo-verdiano em Portugal os dirigentes tiveram a preocupação de manter a comunidade informada sobre Cabo Verde e a diáspora, tendo criado logo na década de 70 um boletim informativo denominado *Presença Cabo-Verdiana*, que teve apenas dois anos de vida. Este boletim tinha como área de abrangência Portugal e a diáspora e publicava diferentes géneros jornalísticos, tais como notícias, entrevistas, crónicas e artigos de opinião, etc.

Atualmente, com todas as novas tecnologias ao dispor e com a facilidade que existe em se divulgar uma informação, nenhuma das associações estudadas tem um instrumento com tanta qualidade a nível de conteúdo noticioso.

Para transmitir uma informação, as associações da Grande Lisboa utilizam em primeiro lugar, os meios orais como o “boca a boca” e o telefone. De seguida o *site*, as redes sociais, os panfletos e os cartazes. De acordo com a maioria dos dirigentes associativos, a comunidade cabo-verdiana encontra-se ainda muito ligada aos meios orais, sendo este um instrumento que surte efeito junto de grande parte deste grupo de

imigrantes, que ainda está pouco sensibilizado em procurar informações sobre a sua comunidade.

Quanto aos órgãos de comunicação feitos por e para os cabo-verdianos encontra-se apenas um - o programa de rádio *Cabo Verde no Horizonte*. O programa de rádio foi criado em 2006, pela Federação das Organizações Cabo-Verdianas, sendo financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Este programa funciona duas horas por dia, das 19h às 21h, tendo como fontes de informação jornais portugueses, cabo-verdianos e a própria comunidade.

Este órgão de comunicação sobrevive com alguma dificuldade, entre as quais se destacam as financeiras. O programa de rádio é pouco utilizado pelos dirigentes associativos para divulgar uma informação e raramente é (re) conhecido pela própria comunidade como um meio de informação/comunicação.

Torna-se importante referir que os instrumentos de informação e comunicação utilizados pelas associações procuram realizar um jornalismo de proximidade, por manterem uma ligação direta com a comunidade e com a região onde ela reside. Esta proximidade reflete-se nos temas dos conteúdos noticiosos que são divulgados, sendo a comunidade a personagem principal das narrativas criadas e, ao mesmo tempo, a fonte de informação e o recetor dessas mesmas mensagens.

As funções dos meios de comunicação e de informação utilizados pelos dirigentes associativos encontram-se intimamente ligadas ao tipo de atividade que realizam. Daí que grande parte tenha referido que o principal objetivo dos seus meios é promover eventos, divulgar a cultura de Cabo Verde e promover a inserção do imigrante, bem como servir de ponte entre o país de acolhimento e o país de origem.

Por sua vez, na oralidade, as línguas que são mais usadas nos meios de comunicação e de informação são o português e o crioulo. Já na escrita

nota-se o predomínio da língua portuguesa. Este facto justifica-se, por um lado, por ainda ser pouco divulgado o alfabeto unificado da escrita do cabo-verdiano e por outro por o português ser utilizado em situações de maior formalidade.

Estes meios sobrevivem, na sua maioria, através de financiamento próprio, sendo a sua área de abrangência nacional e internacional. Através do “passa palavra” e do telefone as informações divulgadas pelas associações chegam a um maior número de pessoas. Já as redes sociais permitem que as informações saiam do local alcançando uma dimensão a nível internacional.

De modo a promover a inserção do imigrante no país de acolhimento, os dirigentes, procuram informar sobre a legalização, o recenseamento e o realojamento, sendo igualmente estas as áreas onde pensam que mais já contribuíram para a socialização do imigrante.

As maiores dificuldades das associações, no que diz respeito aos meios de comunicação e de informação, são a nível financeiro, uma vez que não conseguem ter ao seu dispor diferentes meios que possam atingir os vários estratos sociais da comunidade.

O próximo desafio dos responsáveis associativos é criar um jornal comunitário e conquistar mais tempo de antena num canal televisivo, com o objetivo de fazer chegar as suas mensagens de uma forma mais célere e eficaz à comunidade cabo-verdiana.

Respondendo concretamente à pergunta de partida que consiste em averiguar se os meios utilizados pelas associações contribuem ou não para a inserção do imigrante, a hipótese avançada é a de que poderiam contribuir nada, pouco, algo ou muito. Dos duzentos inquiridos cerca de metade (45,2%) assinalou que esses meios são muito importantes para a socialização da comunidade, visto que a informação divulgada procura responder às necessidades do imigrante (como questões laborais, saúde

e habitação). Contudo, quando questionados a nível pessoal se os meios de comunicação das associações contribuíram para a sua adaptação na sociedade de acolhimento, a maioria indicou que não contribuiu. Esta situação poderá ser justificada pelo facto de mais de metade dos inquiridos já ter nacionalidade portuguesa e por, provavelmente no processo de inserção no país de destino terem tido o apoio de familiares e de amigos. Outra possível justificação prende-se com as condições em que saíram da sua terra natal e da época em que emigraram para Portugal. Os cabo-verdianos que vieram com contratos de trabalho ou com visto de estudante dificilmente estiveram ilegais, estando inseridos a nível escolar ou laboral. Por sua vez, quem emigrou antes da década de 80 é pouco provável que tenha tido o apoio das associações, que só proliferam neste período. Nesta altura surgiram organizações com diferente cariz, que procuravam dar resposta às necessidades locais.

Neste sentido, os dirigentes associativos sentem que colaboraram para a inserção do imigrante ao criarem espaços de partilha, ao darem apoio no tratamento da documentação e ao aproximarem o imigrante da comunidade cabo-verdiana na diáspora.

É de referir que os inquiridos revelaram-se satisfeitos com o desempenho dos meios (de comunicação/informação) das associações cabo-verdianas face aos itens avaliados. Isto porque consideram que estes meios são muito importantes para: manter a ligação com Cabo Verde, criar espaços de partilha dentro da comunidade, conhecer os seus direitos e deveres e como instrumentos de informação e de divulgação etc.

De acordo com a nossa amostra as associações têm feito um trabalho muito positivo em prol da comunidade, mas falta maior divulgação de informação sobre os direitos e dos deveres dos imigrantes e sobre questões de legalização e emprego. Para que possam difundir melhor estas informações a televisão, através de mais tempo de antena, e as

rádios comunitárias são tidas como os órgãos mais eficazes, com efeitos multiplicadores na sociedade.

Para melhor difundir estas informações a população inquirida considera que os órgãos de comunicação que as associações deveriam utilizar é a televisão, através de mais tempo de antena em determinados programas e uma rádio (comunitária).

Dos duzentos inquiridos que participaram neste estudo a maioria tem formação superior (37%) e 32% tem o ensino secundário. Contudo, sabe-se que esta não é a realidade comum da população cabo-verdiana residente em Portugal. Segundo os censos de 2012, 66% da população em causa tem um nível de ensino inferior ao básico 3º ciclo. Todavia, este facto permite refletir sobre o tipo de pessoas que mais frequentam as atividades promovidas pelas associações, uma vez que os questionários foram aplicados durante essas mesmas atividades. Neste caso, pode-se eventualmente afirmar que são as pessoas com nacionalidade portuguesa (40%) ou dupla nacionalidade (portuguesa e cabo-verdiana) (26%) e com um nível de habilitações superior ou secundário as que mais frequentam as ações realizadas pelas associações ou as que mais facilmente recebem e descodificam as mensagens por elas divulgadas.

Neste sentido, quando questionados sobre se conhecem algum meio de informação utilizado na sua comunidade a maioria assinalou as redes sociais, o *site* (60%) e o telefone (54%). A opção “Outro” também apresenta uma percentagem significativa, quase metade, (47%) predominando o “boca a boca”. O *site* e as redes sociais são, por sua vez, os meios mais utilizados pelas pessoas inquiridas. Mais uma vez na opção “Outro” o “boca a boca” surge como o terceiro meio mais utilizado. É de se referir que, de forma informal foi dito que a RTP e a RDP África são tidos como dois órgãos fundamentais para o imigrante manter o contacto com a sua terra natal, bem como na divulgação de informações que são úteis para o seu dia-a-dia. Assim sendo, pode-se concluir que as redes sociais e o *site*

são os meios mais conhecidos e utilizados pela população inquirida. Por outro lado, as *newsletters* e as cartas são os menos conhecidos e utilizados pelas próprias associações.

Já as temáticas mais procuradas pela população inquirida nos meios de comunicação e de informação das associações são as notícias de Cabo Verde e de Portugal.

Torna-se importante salientar que, a idade condiciona o meio de comunicação/ informação que é mais conhecido e utilizado. A faixa etária entre os 15-44 anos conhece e utiliza mais os meios digitais como as redes sociais e os *sites*. Os inquiridos com idade igual ou superior a 45 anos reconhecem o telefone, o *site* e a televisão.

Em relação ao sexo, este não se reflete nem no meio conhecido, nem no meio mais utilizado. Os dados revelam que em ambos os sexos os instrumentos mais conhecidos são as redes sociais, o *site* e o telefone.

Já as habilitações refletem-se quer no meio mais conhecido, quer no mais utilizado. Os inquiridos com o ensino básico conhecem mais os canais orais como o “boca a boca” e o telefone. Também a televisão, os cartazes e os panfletos são instrumentos reconhecidos por este grupo. Já os inquiridos com o ensino secundário, médio e superior conhecem mais as redes sociais e os *sites*.

As habilitações também influenciam o meio mais utilizado. As pessoas com o ensino secundário, médio e superior encontram-se mais familiarizadas com os meios ligados às novas tecnologias de informação (redes sociais e *sites*) e as do ensino básico aos meios orais e audiovisuais (“passa palavra”, telefone, cartazes, panfletos e televisão).

De um modo geral, pode-se afirmar que uma das razões que faz com que a comunidade cabo-verdiana não tenha uma maior diversidade de meios de comunicação é a falta de união. Se as associações se unissem teriam mais verba disponível e mais mão-de-obra (qualificada) para

colaborar nos meios de comunicação. Esta união levaria a que um maior número de associações utilizassem esses meios e consequentemente esse mesmo meio teria maior impacto junto da comunidade, tendo um efeito ambivalente.

Desta forma, o órgão a ser utilizado funcionaria como um mediador entre a associação e o seu público-alvo e entre a sociedade acolhedora e os imigrantes. Outra vantagem da criação de um meio de comunicação que fosse transversal a todas as associações é a preservação da língua e da cultura dos imigrantes. Esta promoção da cultura e da língua materna favorece a que população autóctone conheça e valorize a cultura do “outro”, assim como permite que os filhos dos imigrantes convivam de perto com as suas raízes.

O ter um órgão colateral permite, de igual modo, promover personagens que normalmente estão ausentes das notícias nos *media* generalistas. As associações e a população cabo-verdiana em geral devem neste sentido, também, procurar com mais frequência e com mais antecedência os *media* generalistas, de modo a divulgar o bom que a comunidade tem para oferecer.

Parece-nos importante sublinhar que o jornalismo de proximidade feito em parceria entre a população autóctone e a imigrante contribui para o desenvolvimento e sobrevivência de uma região e que deve conquistar o seu lugar, aproveitando as possibilidades para se instalar em determinadas áreas geográficas, que têm fragilidades que podem ser transformadas em oportunidades (Coelho, 2005:153).

Independentemente do órgão de proximidade a ser criado pelos imigrantes seja impresso, digital ou ainda audiovisual, os seus dirigentes devem fazer um diagnóstico rigoroso para saber qual o meio que terá mais impacto junto da sua comunidade. No caso português um dos órgãos

mais utilizados é televisão³⁶, mas consome-se poucos jornais³⁷. Quando comparado com outros países da União Europeia, Portugal é um dos países com índices de leitura mais baixos. Contudo, a pouca adesão dos portugueses aos jornais nacionais poderá ser uma oportunidade para que a informação de proximidade imigrante se desenvolva e se torne mais competitiva, oferecendo à população em geral, o que os jornais nacionais não oferecem.

Por outro lado, torna-se fundamental incentivar o aparecimento de mais jornalismo de proximidade, sobretudo junto das comunidades imigrantes, uma vez que, tal como já se referiu, em alguns distritos³⁸ de Portugal a imprensa regional é mais lida que a nacional. Outra vantagem do investimento nesta área prende-se com o facto dos *media* da comunidade imigrante enriquecerem o país anfitrião, oferecendo uma maior diversidade de meios e de artigos noticiosos, permitindo a afirmação e consolidação das comunidades.

Na verdade, o investimento nos seus próprios meios de comunicação ou a parceria com os já existentes tornam-se uma necessidade para a população imigrante, uma vez que “os grandes operadores chegam à conclusão de que não é possível que todos cheguem ao mesmo tempo ao mesmo público” (Camponez, 2002:77). Nesta perspectiva, Manuel

36. Castells aborda a questão da televisão afirmando que “o resultado líquido desta competição e concentração empresarial é que, apesar da segmentação e diversificação das audiências, a televisão comercializou-se mais do que nunca, tornando-se também mais oligopolista. O conteúdo real da maioria da programação não se diferencia muito de um canal para outro” (apud Camponez, 2002:85).

37. “Portugal é o segundo país da Europa com mais baixa taxa de leitura e compra de jornais. Só 19% dos portugueses lê jornais diariamente e 25% uma vez por semana. 44% dos portugueses diz não ter motivação para ler jornais. No entanto, somos dos países que mais horas de televisão vê na Europa, e o quarto a ouvir rádio” (Duarte, 2005:59).

38. Os distritos com mais hábito de leitura de publicações regionais são: Braga, Coimbra, Leiria, Aveiro e Viana do Castelo (Fonte: Estudo AIND/IPOM, in Duarte, 2005:56). Sendo os distritos com mais títulos regionais Lisboa, Porto, Aveiro, Viseu e Braga (ibid:56).

Fernández Areal explica que o jornalismo de proximidade é sem dúvidas, uma “oportunidade de representar mais diretamente a sociedade, tanto as minorias como as maiorias, todos os grupos ou entidades sociais que não têm acesso a outros espaços comunicacionais (apud Camponez, 2002:277).

Igualmente, a comunicação de proximidade deve procurar ser original, adequar os conteúdos ao destinatário, primando por um trabalho sério e verossímil, estabelecendo parcerias e envolvendo a própria população para garantir a sua sustentabilidade.

O investimento nos *media* de proximidade feitos pelas comunidades imigrantes é uma forma não só de preencher uma lacuna que existe no país de acolhimento, como também uma forma de conquistar novos mercados que podem revelar-se aliciantes para os grandes grupos dos *media*. De acordo com o Estatuto da Imprensa Regional este tipo de informação tem um papel fundamental “para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do mundo” (Decreto –Lei nº106/88, p.1).

Vivendo na era das novas tecnologias, os órgãos de informação de proximidade devem conquistar novos canais por via da digitalização do sinal e reforçar o suporte *web*, como forma de alargar o mercado do seu produto. Isto porque quer os leitores/ ouvintes, quer os anunciantes irão procurar meios com maior visibilidade (Duarte, 2005:113).

Em termos gerais, este tipo de jornalismo conduz, também, a uma maior coesão e identidade intercultural³⁹, pois Portugal, devido à imigração, é cada vez mais um país com diferentes tipos de portugueses, sendo as urbes cada vez mais diversificadas e cosmopolitas e isso deve ser representado nos meios de comunicação, especialmente nos de proximidade.

39. Cfr. *II Plano para a Integração dos Imigrantes*, área de intervenção Cultura e língua, medida nº12 In http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Consulte+a+vers%C3%A3o+do+Plano+2010-2013+em+portugu%C3%AAs

Fontes e Bibliografia

1. Legislação, imprensa e outras fontes primárias

Decreto-lei 106/88 de 31 de Março: <http://www.gmcs.pt/ficheiros/pt/decreto-lei-n-10688-de-31-de-marco.pdf> (Consult. 27 Jun.2013).

Estatuto da Imprensa Regional: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/estado-portugues-estatuto-imprensa-regional.pdf> (Consult. 02 Jul.2013).

Estatuto da Imprensa Regional- Decreto Lei nº106/88: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/estado-portugues-estatuto-imprensa-regional.pdf> (Cosult. 25 Jun.2013).

Lei da Imprensa: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/estado-portugues-lei-imprensa.pdf> (Consult.12 Nov.2012).

Lei da Rádio, Lei de 87/88 de 30 de Julho, com alterações resultantes da lei nº2/97 de 18 de Janeiro: <http://bocc.ubi.pt/pag/estado-portugues-lei-radio.html> (Consult.03 Jun.2012).

Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto Regime jurídico das associações de imigrantes: http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_115_1999.pdf (Consult. 11 Jul2013)

Jornal *A Semana*: <http://www.asemana.publ.cv/>

Jornal i: <http://www.ionline.pt/artigos/dinheiro/descida-desemprego-positiva-ainda-muito-cedo-cantar-vitoria> (Consult. 07 Nov.2013)

Jornal Público: <http://www.publico.pt/>

Programa de rádio *Cabo Verde no Horizonte*: www.horizonte.fm.pt

Instituto Nacional de Estatística, *A População Estrangeira em Portugal*-2011, Dezembro de 2012. In www.ine.pt

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras: <http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/page.aspx>

2. Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Rosana, FERREIRA, Lúcia Évora, VIEGAS, TELMA-
O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório. Oeiras: Celta, 2000.
- BRETON, Roland- *As etnias*. Porto: Coleção Cultura Geral, [199?].
- CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS- *Imprensa Regional, Sobrevivência, Redenção ou a Última Oportunidade*. Mem Martins: CMO, 1999.
- CAMPONEZ, Carlos- *Jornalismo de proximidade rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2002.
- CARREIRA, António- *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Mem Martins: Instituto cabo-verdiano do livro, 1983.
- COELHO, Pedro- *A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- CORREIA, António Mendes *et al*- *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, LDA, s.d., p.791.
- CORREIA, João Carlos- *Jornalismo e Espaço Público*. Covilhã: Estudos em Comunicação Universidade da Beira Interior, d.l.1998
- DIAS, Eduardo Mayone- *Falares Emigreses- uma abordagem ao seu estudo*. Maia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.
- CURRAN, James, SEATON, Jean- *Imprensa, rádio e televisão poder sem responsabilidade*. Lisboa: Epistemologia e Sociedade, 2001.
- DUARTE, Feliciano Barreiras- *Informação de proximidade, Jornais e Rádio*. Lisboa: Âncora Editora, 2005.
- ELLMORE, R. Terry- *NTC's Mass Media Dictionary*. Lincolnwood: NTC Textbook Company, 1991.
- ESCUADERO, Manuel Chaparro- *Rádio Pública Local*. Andalucía: Fragua Editorial, 1998.
- ÉTIENNE, Jean, BLOESS, Françoise, NORECK, Jean-Pierre, ROUX, Jean-Pierre- *Dicionário de Sociologia. As noções os mecanismos e os autores*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1998.
- FAUSTINO, Paulo (org.) -*Ética e responsabilidade social dos media*. Lisboa: Media XXI, 2007.

- FAUSTINO, Paulo- *A imprensa em Portugal. Transformações e tendências*. Lisboa: Media XXI, 2004.
- CUNHA, Isabel *et al-* *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*. Lisboa: ACIDI, 2006
- FERIN, Isabel *et al-* *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, 2005-2006. Lisboa: ACIDI, 2008.
- FERNANDES, José- *O associativismo de pais no limiar da virtualidade?*. Lisboa: Ministério da Educação, 2003.
- FONSECA, Maria Lucinda *et al-* *Reunificação familiar e imigração em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2005
- FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante- *Manual da elaboração de tese, dissertação e monografia*. Fortaleza: Fundação Edson Queiroz, Universidade de Fortaleza, 2004.
- FRANÇA, Luís (coord.)- *A comunidade cabo-verdiana em Portugal*. Estarreja: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1992.
- GIDDENS, Anthony- *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GÓIS, Pedro- *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIDI, 2008
- GOMES, Isabel B. (coord.)- *Estudo de Caracterização da Comunidade Caboverdeana Residente em Portugal*. Lisboa: Embaixada de Cabo Verde, 1998.
- GRASSI, Marzia, ÉVORA, Iolanda (org.)- *Género e Migrações Cabo-Verdianas*. Lisboa: ICS, 2007.
- HORTA, Ana Paula Beja, *Associativismo Imigrante*, Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI I.P., 2010.
- ILHARCO, Fernando- *Filosofia da informação. Uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

2.1. Artigos

- ACIDI, *et al.*- II Plano para a Integração dos Imigrantes. 2010-2013, [Em linha].[2010], [Consult.08 Jul.2013]. Disponível na Internet: http://www.acidi.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Consulte+a+vers%C3%A3o+do+Plano+2010-2013+em+portugu%C3%AAs.
- AMARAL, Vítor- *A proximidade de uma imprensa regional à ideia de cidadania activa*. In CORREIA, João Carlos- *Jornalismo de proximidade: limites, desafios e oportunidades*. Covilhã: Labcom Books, 2012.
- ATAÍDE, João, DIAS, Pedro (coord.), *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo*, Oeiras, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras . [Em linha].[2011], [Consult.14 de Fev.2013]. Disponível na Internet : http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf .
- AZEVEDO, Ana Paula- As rádios locais no pós 25 de Abril. Revista do Obercom da Comunicação nº4. Novembro de 2001, [Em linha]. [Novembro 2010], [Consult. a 24 de Out.2013]. Disponível na Internet: <http://www.obercom.pt/content/82.cp3>
- BATALHA, Luís- *Cabo-Verdianos em Portugal: 'Comunidade' e Identidade*. In GÓIS, Pedro (Coord.)- *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ACIDI, I.P., 2008.
- CAPUCHA, Luís -Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. Sociologia – Problemas e Práticas, nº8.[Em linha]. [1990], p. 29-41. [Consult. 16 Jul.2013]. Disponível na Internet: <https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1031/1/2.pdf>
- CAPURRO, Rafael, HJORLAND, Birger- *O conceito de informação*. In *Perspectivas em Ciência da Informação*, 2007,v.12, nº1, p.148-207.
- CARDOSO, Ana Josefa- *O crioulo e a sua escrita num percurso de afirmação*. In ALMADA (coord.) Ano Mágico de 2006- *Olhares retrospectivos sobre a história e a cultura cabo-verdianas*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do livro, 2008.
- CÁRITA, Cristina, ROSENDO, Vasco Nuno- *Associativismo cabo-verdiano em Portugal- estudo de caso da Associação Cabo-Verdiana de Lisboa*. Sociologia e Práticas, nº13, 1993, pp.135-152.

- DUDZIAK, Elisabeth Adriana -*Information literacy: princípios, filosofia e prática*. In *CI. Inf.*, Brasília: 2003, v.32, p.23-25.
- MACHADO, Alberto Rui- *O associativismo cabo-verdiano em Portugal- da Casa de Cabo Verde aos tempos de hoje*. In HORTA, Ana Paula Beja, (coord.)- *Associativismo Imigrante*. Lisboa: ACIDI, IP., 2010.
- GÓIS, Pedro - *Entre janus e hydra de lerna: As múltiplas faces dos cabo-verdianos em Portugal*. In GÓIS, Pedro (Coord.)- *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ACIDI, I.P., 2008.
- GÓIS, Pedro - *Práticas Transnacionais dos Imigrantes Cabo-Verdianos em Portugal*. In GÓIS, Pedro (Coord.)- *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ACIDI, I.P., 2008.
- HORTA, Ana Paula Beja, MALHEIROS, Jorge -Os Cabo-verdianos em Portugal: Processo de consolidação, estratégias individuais e acção colectiva. Estratégia- Revista do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.[Em linha]. [2004], nº20:83-103[Consult.04 Nov.2012]. Disponível na Internet: http://ieei.pt/files/cabo_verdianos_em_Portugal_Ana_Paula_Horta_e_Jorge_Malheiros.pdf.

2.2. Sitegrafia

- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: <http://www.acidi.gov.pt>
- Associação Mundial de Radiodifusores Comunitários: <http://www.amarc.org>
- Associação CaboVerdeana de Lisboa: <http://www.acaboverdeana.org/>
- Associação Mundial de Radiodifusores Comunitários: www.amarc.org
- Bareme Imprensa (2010): <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~1574.aspx> (Consult. 02 Jul.2013).
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa: <http://www.cplp.org/>
- Convenção Europeia dos Direitos do Homem (Artigo 10º): http://www.cidadevirtual.pt/cpr/asilo1/cesdh.html#artigo_10 (Consult. 09 Jul.2013).
- Dicionário Priberam: <http://www.priberam.pt/dlpo/>
- Embaixada de Cabo Verde em Portugal: <http://www.embcv.pt/>

Federação das Organizações Cabo-Verdianas em Portugal: <http://www.federacaocv.org/actas.php>

“Manifesto Europeu para apoiar e sublinhar e sublinhar a importância dos Media de Comunidades Minoritária”: http://br.groups.yahoo.com/group/dialogos_lusofonos/message/1102 (Consult. 09 Jul.2013).

Ministério das Comunidades de Cabo Verde: <http://www.mdc.gov.cv/>

População estrangeira residente em Portugal (2012): <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>

Publicações CIES e-working Papers: <http://www.cies.iscte.pt/wp.jsp>

Rádio Televisão de Cabo Verde: <http://www.rtc.cv/rcvdirecto/>

RDP África: <http://www.rtp.pt/popups/rdp-africa>

RTP: <http://www.rtp.pt/homepage/>

RTP África: <http://www.rtp.pt/rtpafrica/?headline=19&visual=6>

Informalidade Urbana: Representações Sociais da Mídia sobre a Informalidade Habitacional Urbana na Cidade da Praia

Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade Federal da Bahia

ruttecardoso3@hotmail.com

Resumo

Cabo Verde conheceu um percurso de desenvolvimento considerável, tendo em consideração os 38 anos de história enquanto país independente. Entretanto, esse desenvolvimento é também marcado por algumas contradições, principalmente no que tange à dimensão social e mais precisamente no que concerne à garantia das condições de vida de um segmento populacional ainda muito vulnerável que confronta principalmente com a problemática da informalidade habitacional. É com base nesta problemática que o presente estudo pretende investigar a representação social da mídia sobre a informalidade habitacional urbana, tomando a Cidade da Praia como espaço de pesquisa e os discursos jornalísticos como objecto de estudo. Para a consecução desse objectivo pretendemos analisar a informalidade habitacional urbana nos seguintes termos: as informações que a mídia, através dos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação* veiculam sobre a informalidade habitacional urbana na Cidade da Praia.

Palavras-chave: informalidade urbana, periferia, mídia, representação social

1. Uma Reanálise do Conceito de Informalidade Habitacional

O desenvolvimento de Cabo Verde é um processo embrionário, considerando a história recente do país que ascendeu à independência e auto-determinação política em 1975. Assim, a problemática do desenvolvimento de Cabo Verde deve ser analisado a partir do seu marco histórico fundamental que é a Independência Nacional, desenvolvimento esse que começa a assumir contornos cada vez mais acelerados com a

abertura política ao pluripartidarismo e a consequente liberalização da economia ao mercado global, no início dos anos 90. Assim, é importante considerar que nesses 38 anos de história como país independente, Cabo Verde fez um percurso considerável, nos diferentes domínios do seu desenvolvimento político, social e económico, com reconhecimento diplomático a nível da comunidade internacional.

Todavia, esse desenvolvimento é também perpassado por profundas contradições, sobretudo do ponto de vista social e mais precisamente no que concerne à garantia das condições de vida de uma grande franja da população, a nível nacional, principalmente na capital do país, ainda muito vulnerável, que se depara com desafios como saneamento básico, água, energia eléctrica, transporte público, por viverem em bairros ou comunidades informais. Desta forma, importa levantar algumas questões de fundo como ponto de partida para a investigação: quais os sentidos e as repercussões da representação social da mídia sobre a informalidade habitacional urbana na cidade da Praia? Que impactos têm a cobertura jornalística e as informações veiculadas pela mídia sobre a informalidade urbana na Cidade da Praia? O presente estudo tem como propósito responder a essas questões.

Actualmente, as cidades estão crescendo a um ritmo acelerado sem precedentes, marcando as tendências sociais, políticas, económicas, culturais e ecológicas, com todas consequências daí advenientes. Em 1950, um terço da população mundial vivia em cidades. Apenas 50 anos depois, esta subiu para metade e vai continuar a crescer a dois terços, ou 6 bilhões de pessoas, em 2050. Portanto, as cidades são hoje o lar de metade da humanidade (DAVIS, 2006). As cidades são também os centros de produção nacional e de consumo - processos económicos e sociais que geram riquezas e oportunidades. Assim, as cidades estão cada vez mais confrontadas com problemas e disparidades sociais preocupantes, tais como doenças, criminalidade, poluição, pobreza e violência.

Porém, o esforço das entidades públicas para proporcionar habitação e trabalho para todos revelou-se ineficaz, visto que um grande número de pessoas enfrenta problemas de assentamento informal, com todas as implicações sociais decorrentes. No contexto cabo-verdiano, verifica-se uma urbanização desordenada que não corresponde aos anseios das populações que vivem nas periferias urbanas. Neste sentido, o problema da informalidade urbana remete-nos para outros contornos decorrentes do subdesenvolvimento, em que a questão das habitações informais é apenas a ponta do iceberg. A informalidade habitacional urbana é decorrente dos fenómenos de desenvolvimento e de crescimento urbano, porém, trata-se de uma questão conflituosa, visto que o mesmo não se compadece com o fenómeno de desenvolvimento sustentado tão propalado na pós-modernidade e de cuja retórica se tornou recorrente nos discursos políticos dos governantes.

Em consequência do desenvolvimento do capitalismo e da revolução industrial, ocorreu uma intensa migração das populações do campo para a cidade, marcada pela busca de melhores condições de vida, emprego e salário pela população rural. Neste sentido, no mundo todo verifica-se este fenómeno social conhecido por “êxodo rural”, caracterizado pelo deslocamento de grandes segmentos populacionais que procuram a sobrevivência nas grandes metrópoles, provocando profundas mudanças e desequilíbrios sociais.

A informalidade habitacional na periferia da Praia, não se confina às construções de assentamentos informais mas agregam igualmente outras informalidades relacionadas com o acesso aos bens fundamentais, quais sejam: habitação, saneamento, acesso à energia e a água potável. Portanto, a informalidade diz respeito a uma situação que está fora dos padrões convencionais, ou daquilo que é formal e que obedece a uma certa organização, norma ou ordem social e urbana. Assim, a informalidade habitacional é conotada com habitações cujas construções não obedecem às

normas da urbanização. A informalidade urbana é o fenómeno resultante do desenvolvimento desordenado das cidades, regrado pela emergência de mercados “imobiliários excludentes”, provocando o surgimento de assentamentos informais como favelas, loteamentos irregulares, cortiços e conjuntos habitacionais irregulares.

No entanto, Nezar Alsayyad (2004) considera a informalidade urbana como um “novo modo de vida”. Uma das tendências mais promissoras dos estudos urbanos vem se firmando justamente na tentativa de superar o recorte dualista consagrado ao partir para uma caracterização da informalidade urbana em sua positividade, como “modo de vida” (ALSAYYAD, 2004). Deste modo, diferentes pesquisas e análises que retratam a questão da periferia evidenciam a importância de se prestar atenção nas classes mais pobres, no sentido de compreender a sociedade atual. Deste modo é de se considerar a proliferação de bairros periféricos ou informais como um processo mundial e irreversível, estando presente em todos os centros urbanos, tanto nos países desenvolvidos como nos países menos desenvolvidos. É característica da contemporaneidade e dos processos de urbanização globais. Isso torna a periferia o centro da discussão para pensar as cidades. Neste sentido, verifica-se que a tendência da mídia em apropriar-se do fenómeno da informalidade, representando a periferia não apenas pela pobreza, mas também pela criminalidade e, de um modo geral, pela informalidade quase todas as actividades desenvolvidas pelas populações aí residentes.

Assim, pode ser tão difícil identificar o urbano através da presença de condições urbanas, pois é para identificar o informal exclusivamente através da lente da Liberalização. Contudo, a liberalização não oferece uma ferramenta com a qual se compreendem as mudanças na condição urbana, principalmente no contexto de Cabo Verde, fortemente marcado por processos históricos e sociais específicos de uma sociedade pós-colonial. Assim, entendemos que os fenómenos da informalidade urbana não

podem ser explicados e/ou entendidos fora do contexto da globalização e da liberalização estrutural marcadas pela utopia do mercado.

Segundo Alssayad, a informalidade pode ser vista como estruturado através de sistemas de “regulação extralegais”. Estes novos processos, denominados “modernidade medieval” (ALSSAYAD 2004) podem ser vistos como modos de governação que podem envolver até mesmo a “invasão silenciosa do comum”, com o terreno de luta política e emancipação, sendo esculpida por uma subalterna e marginalizada cidades dos países desenvolvidos (Alssayad, 2004). Esse populismo radical, muitas vezes dispensado no idioma do religioso e fundamentalismo está muito longe das visões normativas da democracia liberal que têm vindo a ser associado à ideia de administração urbana. O fato é que os pobres também se esforçam para resistir e fazer avanços em suas vidas, quando a oportunidade surgir. Além dessa evidência, em muitas partes do mundo verifica-se que eles também criam para o avanço, organizam-se envolvem-se em políticas contenciosas (BAYAT, 2000).

Alguns estudiosos consideram que os pobres urbanos não são excluídos da sociedade. Pelo contrário, como Asef Bayat, (2000, p. 529) tem escrito, essas populações foram totalmente integradas na sociedade, mas em termos que muitas vezes as levaram a serem exploradas economicamente, reprimidas economicamente, estigmatizadas socialmente e culturalmente excluídas. Contudo, verifica-se uma prolongada acção directa dos indivíduos e famílias que vivem na periferia, na e da informalidade para satisfazerem as necessidades básicas de suas vidas.

2. Representação Social da Mídia sobre a Informalidade Habitacional Urbana

Durkheim (1987, p. XXVI) afirma que “o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo, e as coisas que os afetam são de outra natureza. É de destacar a relevância da representação coletiva da informalidade em detrimento da representação individual da informalidade habitacional, visto que a concepção que o grupo pode defender muitas vezes diferencia-se da concepção do indivíduo que por sua vez é marcado pelas ideologias, valores, visão do mundo bem próprio e pessoal.

As representações são construídas socialmente pelos grupos e se caracterizam como imagens da própria realidade. A representação construída pelo grupo ocorre nas suas próprias palavras “até mesmo pela maneira como se dispõe territorialmente, face à realidade. E suas formas organizacionais da vida social, além de mediações empíricas, são portadoras de uma ideologia implícita, que forma um arcabouço interno” (DURKHEIM *apud* RODRIGUES, 1990, p. 22).

Deste modo, importa igualmente interrogar até que ponto a informalidade urbana na Cidade da Praia não passa de um simples facto ou fenómeno construído pelo grupo de indivíduos que ocupam um mesmo território e que partilha, de certa forma, alguns valores comuns? Porém, sabe-se que esses indivíduos são oriundos de meios rurais heterogêneos, de ilhas diferentes, são portadores de valores e crenças também diversificados e aportam expectativas díspares que, na verdade, nem sempre constituem uma coletividade social. Como então compreender a informalidade urbana na cidade da Praia, a partir das categorias teóricas das representações sociais coletivas, ignorando ou subestimando as narrativas pessoais e individuais de cada sujeito que compõe esse mosaico social?

Quanto às representações coletivas, Durkheim (1987, p. 39) afirma que elas são exteriores com relação aos indivíduos, na medida em que não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, o que é bastante diferente. Na elaboração do resultado comum, cada indivíduo dá a sua contribuição. Porém, os contributos individuais apenas se tornam sociais pela sua cooperação, sob a ação de forças *sui generis*, que a cooperação entre os indivíduos desenvolve.

A exterioridade é uma característica marcante do fenómeno da informalidade urbana, cuja contribuição das partes na sua conceção tem um papel crucial, não obstante o facto de a individualidade não ter relevância na sua afirmação, os meios de comunicação têm sido analisados na perspectiva das representações, com destaque para a televisão, que, tendo em vista seu grande alcance, pode ser considerada um dos principais agentes do processo de orientação da formulação de representações sociais. Tringalli ressalta que essas representações entram em circulação e constroem um verdadeiro “ambiente simbólico”, dentro do qual se processa o pensamento: “um discurso se faz antes de outro discurso e supõe um discurso posterior que pode ser imediato ou retardado ou ficar em aberto. Isso acontece em razão da matéria do discurso ser dialéctica” (TRINGALI, 1988, p. 19).

Neste sentido, Durkheim vem destacar o conceito de representação coletiva, afirmando que o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo, nas relações com os objetos que o afectam; o mundo é feito de representações, sendo elas que permitem entender o comportamento dos grupos sociais, como eles se pensam e quais são as suas relações com os objectos que os envolvem. Ora, o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo, e as coisas que os afectam são de outra natureza. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas.

As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço mas também no tempo. Para fazê-las, uma multiplicidade de indivíduos cooperam - interagem entre si - misturam e combinam suas ideias e sentimentos e principalmente seus atos. As representações sociais são expressão da consciência coletiva. Por serem mais estáveis do que as representações individuais, as representações coletivas são a base de onde se originam os conceitos, traduzidos nas palavras do vocabulário de uma comunidade de um grupo de indivíduos.

Reportando-se concretamente às formas como a mídia representa a informalidade habitacional urbana, importa evidenciar que essas representações são, maneiras de interpretar e comunicar, mas também, de produzir e elaborar conhecimentos. Segundo Moscovici (1978) as representações “são conjuntos dinâmicos, cujo status é o de uma produção de conhecimento e/ou informação (MOSCOVICI, 1978, p.50, o grifo é nosso).

As representações sociais se modificam ou se actualizam dentro de relações de comunicações diferenciadas. Dessa forma, a mídia é responsável pela estruturação de sistemas de informação que visam comunicar, difundir ou propagar determinadas representações. Podemos dizer que a principal diferença entre o conceito de representação social e outros conceitos é sua dinâmica e história específicas, ou seja, as representações sociais estão associadas às práticas culturais, reunindo tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da sociedade contemporânea. Segundo Moscovici, representações são como estruturas simbólicas desenhadas tanto pela duração e manutenção, como pela inovação e constantes transformações (MOSCOVICI, 1978, p. 67).

A mídia enquanto meio de comunicação de massa abre espaços para múltiplas abordagens, centradas na questão da interação entre a representação colectiva da informalidade habitacional, nas distinções entre opinião pública e massa, passividade ou interactividade dos distintos

receptores. Neste sentido, as representações colectivas da informalidade habitacional na periferia urbana da cidade da Praia é o reflexo das representações que os meios de comunicação de massa veiculam, e, seguramente, essas representações são históricas e culturalmente construídas pelas colectividades societárias. As representações sociais são “um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais” (JODELET, 1984). Segundo a definição apresentada por Jodelet, são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos - imagens, conceitos, categorias, teorias, mas que não se reduzem apenas aos conhecimentos cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos (JODELET, 1984, p.64).

Com o presente estudo sobre as representações sociais da mídia sobre a informalidade habitacional urbana, pretendemos contribuir para o resgate de um grupo social e o seu *modus vivendis*, explicitando os múltiplos sentidos e significados dos modos de vida e das práticas sociais da periferia. Com isso, pretendemos fornecer subsídios para a uma releitura sobre o papel da mídia na veiculação de informações sobre as populações residentes nos bairros informais da Cidade da Praia.

As representações sociais se modificam ou se atualizam dentro de relações de comunicação diferentes. Dessa forma, a mídia, é responsável pela estruturação de sistemas de comunicação que visam comunicar, difundir ou propagar determinadas representações. Podemos dizer que a principal diferença entre o conceito de representação social e outros conceitos é sua dinâmica e histórias específicas, ou seja, as representações sociais estão associadas às práticas culturais, reunindo tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da sociedade contemporânea,

delineando a teoria de Moscovici como estruturas simbólicas desenhadas tanto pela duração e manutenção, como pela inovação e constantes transformações (MOSCOVICI, 1978, p. 67).

Perante as constantes e permanentes transformações sociais em diferentes domínios da vida social, os meios de comunicação de massa se tornam instrumentos fundamentais na produção da nova coesão social, na medida em que lidam com a disseminação de representações sociais que fundamentam a própria compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos e dos outros, ou seja, a visão social.

James Carey retratou no seu livro “*Communication as Culture*” 1989, a tese segundo a qual a mídia como instrumento de transmissão de informação a comunicação mediática representa a forma de vivência cultural. Na aceção de Carey:

“Comunicação é o processo através do qual mensagens são transmitidas e distribuídas no espaço para controle das distâncias e das pessoas [...] comunicação é o processo simbólico por meio do qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada” (CAREY, 1973, p. 3).

Ademais, ele assegura que a representação social “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Idem, p. 22). Interrogar a realidade a partir do que se diz sobre ela, utilizando-se da categoria de representações sociais, nas palavras de Porto, significa assumir que elas:

a) embora resultado da experiência individual, [...] são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem; b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo que, c) por sua condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenômenos; d) em decorrência do exposto em “b”, apresentam-se, em sua função prática, como máximas orientadoras de conduta; e)

em decorrência do exposto em “c”, admitem, nos termos de Michaud (1996), a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre os fenômenos e suas representações sociais, que, portanto, não são nem falsas nem verdadeiras, mas a matéria-prima do fazer sociológico (PORTO, 2002, p. 34).

Pelo contrário, apenas alguns indivíduos, grupos ou segmentos societários se constituem em protagonistas desse processo. Os demais, que formam a maioria, apenas consomem conteúdos mormente padrões e valores que não produziram. Importa ressaltar que poucos deixarão de admitir que a mídia, em suas diferentes facetas, mas com claro predomínio dos meios televisivos e jornais, tem protagonizado de modo crescente essa função pragmática de explicar o mundo e produzir significado para fatos e acontecimentos sob a forma de representações sociais.

Ao abordar determinado fenômeno social, pensando em habitações informais na periferia da Praia, a mídia ao mesmo tempo que apresenta e representa este acontecimento ou fenômeno, mediados por sua versão dos fatos, está silenciando outros. Antes de se concluir por uma intenção maquiavélica da mídia, com o premeditado objetivo de distorcer ou ocultar fatos, vale ressaltar que está em questão, de um lado, esse efeito de evidência acima mencionado, o qual constrói a notícia como realidade. De outro, o fato de a mídia ser um campo de lutas, conflitos, interesses, concorrências, de busca por posições e disputa por hegemonia, que se expressam interna e externamente ao campo (BOURDIEU, 1996). Internamente, a concorrência entre as grandes cadeias de empresas midiáticas não se situa unicamente na dimensão das disputas econômicas, mas também, e sobretudo, na disputa da produção simbólica.

Entretanto, é nessa dupla dimensão material e simbólica que se define a luta por hegemonia, considerando que está em questão uma mercadoria grandemente precíval - a notícia. Nesses moldes, ao considerar a mídia como quarto poder, diabolizam-na ou, ao contrário, divinizam-na,

pensamos que esta não exclui completamente o potencial de conhecimento, atuação e escolha dos atores sociais, os quais, e de acordo com o que Giddens sublinha na sua obra *A constituição da sociedade*, (2003):

“são sujeitos com capacidades reflexivas e cognoscentes, fazem escolhas, ainda que sejam relativas, pois que submetidas e articuladas às desigualdades materiais e simbólicas e aos jogos de poder vigentes nas sociedade” (GIDDENS, 2003, p. 58).

Deste modo, importa frisar que é na disputa pelo poder desse campo marcado por tensões, confrontos e acordos que os diferentes meios disputam o espaço midiático e constroem sua especificidade. Ademais, buscam fazer a diferença, definir seu peso relativo em meio a um espaço de grande homogeneidade, a qual está situada em dois níveis: o do conteúdo – as fontes são quase sempre as mesmas e só ganha relevância midiática o que já for pautado como notícia – e o da forma – há todo um aparato de linguagem, de rotinas produtivas do jornalismo, de economia do tempo, do espaço e da imagem para que um fato seja alçado à condição de acontecimento e ganhe todas as mídias.

Segundo Mary Jane Spink (2000), os conteúdos expressos pelo indivíduo, que são essencialmente heterogêneos, traduzem o pensamento, o senso comum de um dado grupo social. Neste sentido, Jodelet (1984) entende que o sujeito, construtor das representações sociais, é um sujeito social, o que na sua fala:

“Significa dizer, fora o caso em que tratamos da gênese das representações sociais, um indivíduo adulto, inscrito numa situação social e cultural definida, tendo uma história pessoal e social. Não é um indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas sim as respostas individuais enquanto manifestações das tendências do grupo de pertença ou de afiliação na qual os indivíduos participam” (JODELET, 1984, p. 36, apud SPINK, 2000, p. 120).

Importa deixar presente que a mídia não é a realidade em si, tal e qual ela é, mas a representação dessa realidade, com fragmentos recortados e remontados do cotidiano. Em outras palavras a mídia não representa a periferia da cidade da Praia de forma objetiva, ao contrário das teses defendidas na defesa da imparcialidade, verifica-se que o texto jornalístico é pleno em parcialidade, há a presença autoral do jornalista e toda sua carga ideológica e cultural e da empresa para qual trabalha. A imparcialidade “transformou-se em mito e vem permitindo aos veículos de comunicação camuflar a tendenciosidade das notícias veiculadas” (TEIXEIRA, GOMES & MORAIS, 1999, p.01). A mídia se transformou em instrumento fundamental na produção da nova coesão social uma vez que lida com a reprodução e a disseminação de representações sociais em escala planetária.

A comunicação enquanto instrumento poderoso na transformação da visão social possibilita a separação da representação social com a realidade. A liberdade de representações com relação à realidade coloca questões sobre os efeitos da globalização da tecnologia para os grupos sociais minoritários ou excluídos e também para as comunidades da periferia urbana. Cotidianamente, o ser humano é envolvido por informações, através de imagens e sons que, de uma forma ou de outra, tentam criar, mudar ou cristalizar modos de se posicionar perante o mundo e persuadir os indivíduos. A comunicação, sob a perspectiva da representação social, é um fenómeno segundo qual uma pessoa influencia ou esclarece outra que, por sua vez, pode fazer o mesmo em relação à primeira. É um fenómeno básico e universal de influência recíproca, fazendo parte de um processo mais amplo, que divulga informação, através da difusão de conhecimentos.

Conclusão

Para a realização da presente pesquisa, propomo-nos recorrer ao processo da documentação para a recolha das informações. Deste modo, tivemos como metodologia a análise qualitativa e como estratégia a técnica da análise de conteúdo para descrever e interpretar as informações indispensáveis à compreensão do nosso objeto de estudo.

A escolha dos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação* justifica-se por duas razões: por um lado, deve-se ao facto dos mesmos serem alguns dos jornais mais antigo da nossa praça de comunicação, no que concerne à imprensa escrita. Por outro lado, o fator cronológico define-se como essencial para a presente pesquisa, isto é, devido ao tempo da existência no mercado de comunicação estes vínculos nos fornecem informações mais precisas tanto em termos de qualidade quanto em quantidades, e desta forma possibilita-nos uma leitura comparativa das informações. O período de 2002 a 2012, período de tempo lato (uma década) nos permite aferir a visibilidade do tema. Este período e a análise dos três jornais, nos permite fazer um estudo comparativo do discurso da mídia sobre a informalidade habitacional na periferia urbana da cidade da Praia.

Neste sentido, toda a construção da parte empírica do nosso estudo apresenta as seguintes unidades: Unidade de amostra: As Representações Sociais da Mídia sobre a informalidade Habitacional Urbana na Cidade da Praia; Unidade de registro: periferia, comunidade informal, habitação informal, representação social, média, construção clandestina, pobreza urbana, informalidade urbana, Bairros da periferia da Praia. Portanto, estes são os conceitos que serviram de orientação na nossa análise. E a Unidade de Contexto: Primeira página do jornal, que apresenta o tema mais relevante da cobertura jornalística sobre a informalidade habitacional.

Concluimos que a informalidade habitacional na cidade da Praia é determinada pelo contexto histórico e social e por esta razão, ela

configura características específicas e *sui generis* que se demarcam de outras informalidades que têm sido abordadas pelas pesquisas da sociologia urbana, sobretudo na América Latina, na Ásia e na África. A informalidade habitacional na cidade da Praia começa a se configurar desde os primórdios da formação da sociedade Cabo-verdiana, marcada pelo signo da escravatura e, mais especificamente, com a formação da Cidade da Praia, caracterizada, na sua origem, pela fuga ao fisco, pela procura de lugares mais seguros em relação à invasão dos piratas e cossários e, mais recentemente, pelo êxodo rural e pela migração das populações das ilhas periféricas do arquipélago de Cabo Verde. Deste modo, a Cidade da Praia foi crescendo, expandindo-se pelos subúrbios periféricos, fora do controle das autoridades governamentais e autárquicas que, via de regra, são responsáveis pelo ordenamento do território e pela regulamentação do *modus vivendi* da urbanidade.

Fugindo-se ao controle das autoridades, foram surgindo os bairros informais, marcados pela ausência de políticas públicas promotoras de um desenvolvimento e crescimento urbanístico sustentáveis, com todas as consequências decorrentes da informalidade habitacional, designadamente, dificuldades de acesso a loteamentos legais para a construção de habitações próprias, dificuldades de acesso à água potável, energia eléctrica, saneamento básico, transporte público, cuidados básicos de saúde, educação, etc.

Marcados pela ausência das autoridades e do Estado providente, os bairros informais da Cidade da Praia, foram-se expandindo sob o signo da “clandestinidade”, da exclusão e da marginalização, carregando consigo o estigma da violência urbana, da pobreza e da miséria sociais e espirituais, transportando tudo de ruim que pode tipificar a dinâmica das cidades pós-industriais e pós-coloniais.

Foi a partir deste cenário que tivemos, no presente trabalho de pesquisa, a preocupação de estudar a informalidade habitacional urbana na Cidade da Praia, com o intuito de compreender as representações sociais da

mídia sobre a informalidade urbana na capital do país, tendo presente, sobretudo, as informações deturpadas que a comunicação de massa veicula sobre as periferias urbanas, nas quais revela o descompasso entre as perspectivas e as dinâmicas próprias das comunidades informais e a ordem social emanada das autoridades governamentais e autárquicas que mais servem para penalizar e excluir as comunidades informais dos “direitos da contemporaneidade”.

Os resultados da pesquisa têm demonstrado que as representações sociais da mídia sobre a informalidade habitacional na Cidade da Praia não traduzem a realidade que se vive nas periferias urbanas, veiculando, quase sempre, informações estereotipadas e estigmatizantes sobre essas “comunidades imaginárias”, enfatizando o supérfluo e ignorando o essencial e o existencial. A pesquisa permite constatar que as comunidades informais, para além dos múltiplos problemas que enfrentam, e que tipificam o drama das periferias urbanas pós-modernas, são também comunidades criativas e inovadoras, que a cada dia reinventam novas formas de vida e de subsistência, apesar da marginalização a que foram votadas pelas autoridades públicas.

São essas formas de criatividade que provavelmente a mídia acaba por ignorar, e fá-lo por vezes de forma confessada e subtil, revelando-se, assim, uma tendência perigosa que se presta mais aos interesses das hegemonias do que às reais expectativas, interesses e necessidades das comunidades informais. Neste sentido, entende-se que a mídia, enquanto instrumento de mediação entre os diferentes interesses dos sujeitos e das instituições sociais que configuram as comunidades sociais, poderia desempenhar um papel mais transparente, na veiculação de informações que beneficiassem os interesses das camadas sociais mais vulneráveis e desfavorecidas do tecido social cabo-verdiano.

Os resultados da pesquisa revelam uma comunicação de massa mais interessada no sensacionalismo típico das sociedades neoliberais, que se

coloca ao serviço da classe dominante, detentora do capital económico, e menos interessada com a sua verdadeira missão de promover a mediação comunicativa em prol da equidade de condições de vida e da justiça social. Neste sentido, constatamos que as representações da mídia sobre a informalidade urbana na Cidade da Praia, não reflectem a comunidade real, com os seus problemas, que urgem soluções por quem de direito. As representações da mídia retratam comunidades virtuais e imaginadas, recriadas a partir do imaginário social da classe média e das elites portadoras do poder político e económico, habitantes dos bairros formais e padronizados, comunidades “em conformidade com a lei”.

Denota-se que na maioria das vezes, os programas e projectos emanados das autoridades, servem mais aos sensacionalismos político-partidário. Empreendidos sobretudo nos períodos eleitorais, as iniciativas políticas em favor dos bairros periféricos, quase sempre improvisados, fogem aos padrões legais do planeamento urbano, em virtude de estarem mediadas pela “caça aos votos” dessas comunidades. São portanto, iniciativas descartáveis e líquidas, empreendidas na calada da noite, e, portanto, ilegais e verdadeiramente “clandestinas”. Dentro desta ótica da imoralidade político-partidária, as comunidades informais das periferias urbanas da Praia estão eternamente condenadas à “clandestinidade”.

A informalidade urbana na Cidade da Praia é também o reflexo do drama do crescimento urbano desenfreado que perpassa as cidades pós-modernas e pós-industriais, sobretudo nos países do cone sul. Apesar da Cidade Capital de Cabo Verde não ser tão populosa como as grandes metrópoles pós-modernas, ela transporta consigo quase todos os problemas iminentes a essas metrópoles, mas configura igualmente outras especificidades estruturais, por vezes mais difíceis de solucionar, o que torna a sua configuração de periferia urbana um caso *sui generis* na plataforma universal da informalidade habitacional urbana.

São essas especificidades que a mídia e as autoridades públicas cabo-verdianas precisam captar, sob pena de se tornarem irreversíveis, os graves problemas que afectam as comunidades oriundas das periferias urbanas da Praia. Como se pode concluir, os habitantes das periferias são também pessoas criativas e inovadoras e essas habilidades precisam ser capitalizadas em novas formas de se lidar com as periferias, permitindo assim que os segmentos sociais das periferias participem activamente nos projectos direccionados para a melhoria das suas condições de vida e de existência. Portanto, eles devem ser os principais sujeitos de intervenção e de mudança do seu *modus vivendi*. Não se pode pensar a periferia, excluindo e ignorando os sujeitos que habitam as periferias.

Riferências Bibliográficas

- ALSAYYAD, N. "Squatting and Culture: A Comparative Analysis of Informal Developments. In: Latin America and the Middle East," *Habitat International*, no. 1 1993.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 4º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAYAT, A. From Dangerous Classes to Quiet Rebels: *Politics of the Urban Subaltern in the Global South*, *International Sociology*, 2000.
- _____. *Street Politics: Poor People's Movements in Iran*. New York: COLUMBIA UNIVERSITY PRESS. Columbia University Press. *International Sociology Vol.*, 1997.
- _____. *Activism and Social Development in the Middle East'*, Discussion paper prepared for World Social Summit, Geneva, August, 2000.
- _____. "Globalization and the Politics of the Informals in the Global South." In *Urban Informality. Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia*, ed. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris, Minuit, 1984.
- _____. *Sur la télévision*. Raisons d'Agir, Paris, 1996.
- CASTELLS, M. *The Urban Question: A Marxist Approach*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1977.

- _____. *A Sociedade em rede*. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
- _____. *As regras do método sociológico*. 13 Ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- _____. Objectividade e identidade na análise da vida social. In: FORACCHI, Marialice Mencarini, MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. São Paulo: LTC, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- GIDDENS, Antony. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- HART, K. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana, *Modern African Studies*, 1973.
- _____. Everyday Form of Peasant Resistance, *The Journal of Peasant Studies*, 1986.
- JODELET, D. *Representações sociais : um domínio em expansão*. In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- _____. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (ed.). *Psicología social*. Paris: Press Universitaires de France, 1984.
- KELLNER, D. *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001.
- MAUSS, M. *A expressão obrigatória dos sentimentos*. In: OLIVEIRA, R. (org). Mauss: antropologia. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1979.
- MOSCOVICI, S. *Comunicação apresentada ao Colóquio sobre as Representações Sociais*. Paris, EHESS, 1979.
- _____. *El Psicoanálisis su Imagen y su Público*. Trad. Nilda Maria Fenetti. Editorial HUEMUL, Boenos Aires, 1979.
- _____. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, S.; MARKOVA, I. *Presenting social representations: a conversation*. Culture & Society, v. 4, n.3, 1998.

Os Objectivos do Milénio: O Posicionamento de Cabo Verde nos Degraus da Escada de Acesso ao Desenvolvimento

Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira

Universidade de Cabo Verde

vladmir.ferreira@adm.unicv.edu.cv

RESUMO

Em 2000, os dirigentes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio reafirmaram as suas obrigações comuns para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis. Comprometeram-se então a atingir um conjunto de objectivos específicos, que guiaram os seus esforços colectivos num horizonte temporal de 15 anos no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Cumprido o tempo previsto podemos constatar que a maior parte dos países em desenvolvimento não atingiram as metas propostas, principalmente os países da região da África Subsaariana. Isto leva-nos a concluir que as soluções propostas para o alcance das metas estabelecidas não surtiram o efeito pretensamente desejado.

Cabo Verde, um pequeno estado, insular e desprovido de recursos naturais, tem contrariado esta tendência dominante e têm conseguido alguns progressos em sectores-chave para melhoria da qualidade de vida das suas populações e em convergência com as Metas de Desenvolvimento do Milénio.

Nos meados do século passado, com o fim da Segunda Guerra Mundial, as lideranças políticas das principais potências deram início a uma nova forma de compreender e tratar os principais problemas do mundo. Dentro do leque de problemas identificados a questão de “como resolver o problema do subdesenvolvimento” de muitas regiões do mundo ganhou um destaque especial.

A industrialização, urbanização e a modernização da agricultura eram os principais desafios a serem enfrentados pelos países pobres com a “ajuda” dos países ricos e da Organização das Nações Unidas.

A partir da década de 80 do século passado as teorias do desenvolvimento passaram a colocar o enfoque não apenas no desenvolvimento económico *per se* mas também começaram a ter em conta a questão da distribuição dos frutos desse mesmo crescimento/desenvolvimento com vista à resolução dos problemas sociais e económicos das regiões mais pobres do mundo.

Walter Rostow, na sua obra “As Etapas do Desenvolvimento Económico: um Manifesto Não-comunista” (1974) defende que as diferenças entre as nações poderiam ser enquadradas numa escala evolutiva de desenvolvimento, cujo fim seria a Era do Consumo de Massas.

Não obstante as reacções negativas que esta obra fomentou, segundo Bonente & Corrêa (2009), algo de “As Etapas do Desenvolvimento” permaneceu e foi partilhado por toda teoria do desenvolvimento: a utilização das receitas do desenvolvimento das nações capitalistas pioneiras para propor saídas aos países subdesenvolvidos.

Em Setembro de 2000, os dirigentes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio reafirmaram as suas obrigações comuns para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças. Comprometeram-se então a atingir um conjunto de objectivos específicos, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que guiaram os seus esforços colectivos num horizonte temporal de 15 anos (2000 a 2015) no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

As metas de desenvolvimento do Milénio acabam por não ser, nada mais, nada menos, que modernas reconstruções dos degraus (indicadores) da escada de acesso ao desenvolvimento, novas etapas e novos paradigmas que dão novas legitimidades ao velho discurso hierarquizante dos meados do século passado.

Portanto, o subdesenvolvimento se apresenta como um fenómeno necessário à reprodução do capital. Nesse sentido, como posto por André

Gunder Frank (in Bonente & Corrêa 2009), o desenvolvimento capitalista é também o desenvolvimento do subdesenvolvimento. O desenvolvimento capitalista implica a reprodução da condição de dependência; implica a reprodução de pobreza, miséria, marginalização, etc., enfim, a reprodução do que se convencionou chamar subdesenvolvimento.

O trabalho desenvolvido por Foucault sobre a dinâmica do discurso e do poder pode ajudar-nos compreender os mecanismos mediante as quais uma determinada ordem de discurso produz formas de ser e pensar que inclui certos padrões e exclui outras (neste caso o Desenvolvimento). Nos mais diversos domínios, nomeadamente, antropologia, geografia, geopolítica, história, etc.

Até 2015, os 189 Estados Membros das Nações Unidas comprometeram-se a: Erradicar a pobreza extrema e a fome; Alcançar o ensino primário universal; Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher; Reduzir a mortalidade de crianças; Melhorar a saúde materna; Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; Criar uma parceria global para o desenvolvimento. Dentro deste horizonte temporal definido pelas Nações Unidas os países se posicionarão em função da percentagem de cumprimento (ou não) dos indicadores pré-definidos.

Cumprido este período temporal podemos constatar que a maior parte dos países em desenvolvimento não conseguiram atingir as metas propostas, principalmente os países da região da África Subsaariana. Isto leva-nos a concluir que as soluções propostas para o alcance das metas estabelecidas não surtiram o efeito pretensamente desejado.

Ha-Joo Chang (2004), em seu livro “Chutando a Escada”, sugere que os países desenvolvidos ascenderam aos céus por uma escada, que eles próprios, uma vez lá, trataram de chutar para longe, impedindo, com seu discurso, o desenvolvimento dos demais países. Para Chang, as políticas

e instituições utilizadas pelos países actualmente desenvolvidos, nos estágios iniciais de desenvolvimento, diferem significativamente das que normalmente se supõe que eles utilizaram e mais ainda das directrizes que recomendam, ou melhor, que frequentemente exigem dos actuais países em desenvolvimento. Nos últimos séculos o problema comum enfrentado por todas as economias em desenvolvimento é que a passagem para actividades de maior valor agregado não se dá “naturalmente”. A solução institucional tem limitações importantes. Primeiro, as instituições são por natureza, encarnações de regras gerais e por isso podem não ter eficácia ao lidar com problemas relativos a indústrias isoladas. Segundo, implementar novas instituições costuma levar tempo, e isso tende a limitar a capacidade dos países de reagir prontamente a novas mudanças. Consequentemente, em muitos casos, uma política mais focada e ágil pode ser preferível a soluções institucionais.

Ainda segundo Chang (*op. cit.*), os países actualmente desenvolvidos recorreram a políticas industrial, comercial e tecnológica intervencionistas a fim de promover as indústrias nascentes, muitas vezes protegeram suas indústrias com muito mais vigor do que actuais países em desenvolvimento. O pacote de “boas políticas” actualmente recomendado, que enfatiza os benefícios do livre-comércio e de outras políticas *laissez-faire*, parece conflitar com a experiência histórica.

Portanto, as políticas activistas utilizadas pelos países desenvolvidos, são precisamente aquelas que eles mandam os países em desenvolvimento não usarem, por causa de seu efeito negativo sobre o desenvolvimento económico.

Existe actualmente uma vasta literatura que demonstra com detalhe as causas dos fracassos na implementação das políticas de desenvolvimento nas mais diversas regiões do mundo. Podemos destacar aqui o interessante trabalho desenvolvido por James Ferguson (1997) no Lesoto, um pequeno país encravado com cerca de 1,8 milhões de habitantes. De acordo

com Ferguson as instituições internacionais como o Banco Mundial e o USAID têm investido vários milhares de dólares na implementação de modelos “standardizados” juntamente com os governos locais, liderados por uma elite fortemente burocratizada, sem que tal investimento se traduza em desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população.

Os resultados têm sido “desoladores” no Lesoto e as justificações avançadas por estas agencias apontam como causas a “excessiva” ruralidade do país e a forte pressão demográfica sobre os recursos e o território. Porém para Ferguson estas instituições têm falhado porque estão a trabalhar com base em um conjunto de dados complementemente falsos.

De acordo com Odhiambo (2002), recentemente tem aumentado as vozes, quer no meio académico quer dentro das instituições financeiras internacionais, daqueles que defendem a necessidade das políticas de apoio ao desenvolvimento se enquadrarem melhor às culturas locais e actuais. Não se pode continuar *ad eternum* a acusar as praticas culturais africanas de ser a causa do subdesenvolvimento do continente.

Para Pablo Escobar, (2007), o trabalho crítico sobres estes discursos como por exemplo o desenvolvido por Mudimbe, Timothy Mitchell, Chandra Mohanty etc., pode abrir caminho a um processo de maior autonomia dos africanos e terceiro mundistas sobre a forma como são representados. Podendo assim criar os seus próprios modelos sociais e culturais.

Ainda alguns anos antes Arun Agrawal (1995) defendia a necessidade de se encarar o conhecimento indígena como um importante recurso para o desenvolvimento. Num importante artigo este autor lança um conjunto de questões pertinentes sobre o conceito de “conhecimentos indígenas” (indigenous knowlwdge) no sentido de desproblematizar o seu papel no processo de desenvolvimento rompendo com a conceptualização até então vigente. É preciso, portanto encarar o desenvolvimento numa perspectiva

que vá para além da dicotomia “indígena vs ciência”. E poderíamos acrescentar também a necessidade de não se colocar em oposição a “ruralidade” versus “desenvolvimento”.

Porém existem alguns países na África Subsaariana, como as Ilhas Maurícias, Seicheles e Cabo Verde que têm procurado contrariado esta tendência dominante e têm conseguido alguns progressos em alguns sectores para melhoria da qualidade de vida das suas populações e em convergência com as Metas de Desenvolvimento do Milénio. Algumas características comuns sobressaem entre estes países: são pequenos estados, periféricos, insulares e frutos do cruzamento de povos africanos e europeus.

A República de Cabo Verde é um pequeno país arquipelágico situado na costa ocidental do continente africano, mais precisamente a cerca de 500 quilómetros da costa do Senegal. É constituído por dez ilhas e alguns ilhéus, e tem uma área total de 4033 km² e cerca de 454.000 habitantes.⁴⁰

Cabo Verde conheceu, desde a independência (1975), períodos de forte crescimento económico, com uma desaceleração entre 1988 e 1991. Em 1992 a economia retoma o ciclo de crescimento, a níveis dos melhores anos da década de 80, ciclo esse, que não obstante uma quebra em 1996 e 1997, perdurou até finais da década de 90. A partir de 1991 o país conheceu profundas transformações políticas e económicas com a realização das primeiras eleições livres e pluripartidárias.

Trata-se de um país praticamente desprovido de recursos naturais e fortemente dependente das ajudas externas, nomeadamente, ajuda pública ao desenvolvimento, investimento directo estrangeiro, etc.

As transformações económicas ocorreram, com a opção por uma economia de mercado de base privada, as reformas do sector empresarial do Estado, do sistema fiscal, do sistema financeiro e da administração

40. Segundo o censo de 2000, disponível no sítio do Instituto Nacional de Estatística: www.ine.cv

financeira do Estado, criando assim um ambiente empresarial cada vez mais favorável, promovendo o investimento directo estrangeiro e, de uma maneira geral, conferindo novo papel ao sector privado.

De acordo com Poirine (in Ferreira 2005), Cabo Verde enquanto uma pequena economia insular, depende do que vulgarizou-se chamar “motor externo”, ou seja, das rendas que conseguirá obter no exterior da sua economia, já que internamente tal não tem sido possível. E quanto menor for essa economia mais ela deverá se abrir no sentido de procurar captar as receitas que lhe permita atingir novos patamares de desenvolvimento económico e social.

Uma das actividades que o governo tem recentemente preconizado como alternativa de desenvolvimento é o turismo. No entanto, segundo Ferreira (*op. cit.*), esta actividade é particularmente exigente em termos da existência de infra-estruturas e transportes adequados para o seu desenvolvimento.

De 2000 a 2008, de acordo com os dados do Banco Mundial, constatamos um aumento na ordem dos 230%⁴¹ dos recursos que Cabo verde recebeu através das ajudas ao desenvolvimento, grande parte destes recursos foi investido na infra-estruturação do país e na formação/qualificação dos recursos humanos.

Ainda segundo o Banco Mundial, Cabo Verde tem conseguido avanços significativos ao nível da saúde. A esperança média de vida à nascença é actualmente de 71 anos, a mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos era de 40,8% em 2000 e passou para 28,7% em 2009.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Cabo Verde em 1999 se encontrava na posição número 105 entre 174 países. Em 2000 ascendeu ao 91º posto em virtude dos indicadores sociais

41. <http://datos.bancomundial.org/pais/cabo-verde> - retirado em 20/12/2010

relativamente favoráveis. Actualmente o país se encontra na posição 118º. Mas de uma forma geral o país evolui positivamente de 1990 até hoje, sendo o 11º melhor classificado de África.⁴²

Segundo os resultados do QUIBB-CV 2007, houve um aumento da população escolarizada nos últimos anos. Actualmente a população analfabeta situa-se abaixo dos 20% contra os 70% em 1975 e mais de 25% em 2000. Por isso, Cabo Verde é hoje considerado dos poucos países da região subsariana que conseguiu um avanço significativo a este nível, não obstante as disparidades regionais e sociais.

Devido aos investimentos feitos na educação e na não discriminação dos sexos, hoje em dia está praticamente corrigido o desnível entre homens e mulheres em matéria de níveis de instrução. Ao nível do pré-escolar a taxa bruta de acolhimento situa-se nos 64%, sendo a taxa de cobertura, em 2008/2009, de 74% para a faixa de 4 a 5 anos⁴³.

Estes indicadores determinaram que Cabo Verde, em 2009, deixasse de pertencer ao grupo de países menos avançados para integrar o de desenvolvimento médio. Esta mudança representa um grande desafio para o país pois determinará que o acesso ao crédito junto de instituições estrangeiras irá ocorrer em condições menos favoráveis.

Podemos concluir que a contribuição proveniente do que Hirschman (1961) chama de “*inputs*” não convencionais, tais como o investimento em indivíduos como agentes de produção e a introdução de técnicas aperfeiçoadas não incorporadas em bens materiais de produção tem sido uma referencia na definição das políticas publicas com vista ao desenvolvimento.

Cabo Verde conseguiu alcançar grande parte das metas propostas. A pergunta que se impõe é a seguinte: quais serão factores impulsionadores

42. <http://hdr.undp.org/en/data/trends/> retirado em 29/12/2010

43. <http://datos.bancomundial.org/pais/cabo-verde> - retirado em 28/12/2010

destes resultados? Na nossa opinião, Cabo Verde como uma pequena economia insular, desprovido de recursos naturais não teve outra alternativa a não ser alinhar-se de forma plena na actual ordem política e económica mundial seguindo à risca as recomendações das instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comercio, Banco Mundial, União Europeia, Estados Unidos, etc.).

Fruto de uma forte aposta na qualificação dos seus recursos humanos, Cabo verde tem conseguido gerir de forma positiva os recursos recebidos por via da ajuda ao desenvolvimento e de uma plena inserção naquilo que os governantes convencionaram chamar de “inserção dinâmica na economia mundial”. Portanto Cabo Verde tem-se afirmado como um “bom aluno” das instituições de *Bretton Woods* e tem conseguido manter-se agarrado à escada de acesso ao desenvolvimento.

Porém no nosso entender o sistema político/económico actual (democracia liberal) tem revelado algumas fragilidades e incertezas sobretudo com as últimas crises desencadeadas pela bolha especulativa no sector financeiro e imobiliário norte-americano. Com o acentuar da crise a ajuda pública ao desenvolvimento poderá sofrer baixas significativas e o acesso ao crédito estrangeiro será conseguido em condições menos favoráveis. O significativo peso de sectores como o turismo e as remessas dos emigrantes na economia nacional deixam o país à mercê de transformações conjunturais fora do nosso alcance apesar do forte investimento que se tem registado na modernização da agricultura e sistemas de retenção, captação de água e combate à pobreza.

Bibliografia

- AGRAWAL, Arun. *Dismantling the Divide Between Indigenous and Scientific Knowledge*. In: *Development and Change* 26(1995). P. 413-439. Pdf
- BONENTE, B. I. & CORRÊA, H. F. (2009) “Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico”. *Ensaio FEE*, v. 30, n. 01, p. 35-56.
- CHANG, Ha-Joo. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.
- ESCOBAR, Arturo. Cap. 1. Introd. Desarrollo y la antropología de la modernidad. In: *La Invención del Tercero Mundo*. Pdf – esp. 2007
- FERGUSON, James (1997). *Development and Bureaucratic Power in Lesotho*. In: *The Post-Development Reader*. Rahnema, Majid & Bawtree, Victoria. ZED Books. (p.223-233)
- FERREIRA, E. 2005. Questões Metodológicas sobre a Economia de Cabo Verde. In *África Género, Educação e Poder*. O. Barata & S. Piepoli (Coordenação). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. pp. 313-330.
- HIRSCHMAN, A. (1961) *Estratégia do desenvolvimento económico*, SP, Ed. Fundo de Cultura [cap. 1, p. 13-52].
- ODHIAMBO, E. S. A. The Cultural Dimensions of Development in Africa. *African Studies Review*, Vol. 45, No. 3 (Dec., 2002), pp. 1-16
- QUIBB – CV. *QUESTIONÁRIO UNIFICADO DE INDICADORES BÁSICOS DE BEM-ESTAR*, Instituto Nacional de Estatísticas. 2007
- ROSTOW, W. W. (1974) *Etapas do desenvolvimento económico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 274 p. [caps. 2 e 3, p. 16-51].

TEMA II
Tecnologias e Organizações

Efeito dos Parâmetros Técnicos na Dose e Qualidade de Imagem num Sistema de Radiografia Computorizada

Amilton Tavares, Nuno Machado, Luís Lança

Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa – IPL

amiltonjoel@gmail.com

RESUMO

Em radiologia, a qualidade diagnóstica está intimamente ligada à qualidade de imagens radiográficas. Sendo a qualidade de imagem (QI) o reflexo da exposição do paciente, a sua maximização não pode ser conseguida a qualquer custo. É fulcral ter sempre em mente que uma boa QI pode significar maior exposição do paciente. Deste modo, a otimização é fundamental e deve-se guiar pela maximização da fração benefícios/males, sendo para isso necessário compreender os parâmetros técnicos que influem na dose e QI.

Neste trabalho foi feito um estudo dos efeitos dos parâmetros técnicos (tensão de ampola (kVp), produto da intensidade do feixe (mA) pelo tempo de exposição (s) (mA*s)) e da filtração adicional tanto na dose como na QI. A medição da dose para diferentes valores de kVp, mA*s e espessura de cobre (Cu) usada na filtração adicional, foi feita usando uma câmara de ionização e medidor do produto dose-área (DAP). Usando o fantoma CDRAD, a QI foi analisada através de *Image Quality Figure* (IQF) e de parâmetros como contraste, ruído, razão sinal-ruído (SNR) e razão contraste-ruído (CNR).

Verificou-se que, no modo manual de exposição, a dose varia de forma direta com kVp e mA*s e, no modo semiautomático, a variação é inversa. Mantendo fixo o kVp e mA*s, a redução da dose pode ser conseguida com recurso à filtração adicional. A QI é degradada quando o kVp aumenta e na presença da filtração adicional. Melhores QI estão associadas a maiores valores de dose. O CNR é pouco afetado pela dose, enquanto que o SNR aumenta com a dose.

Palavras-chaves: qualidade de imagem, dose, tensão de ampola, intensidade do feixe, filtração adicional.

1. Introdução

A descoberta dos raios X foi, sem dúvida, um dos maiores impulsos para a melhoria da eficácia na prestação dos serviços de saúde. A capacidade de visualizar, de forma não invasiva, o interior do corpo humano facilitou consideravelmente a tarefa dos profissionais no diagnóstico de patologias.

A preocupação exclusiva com a qualidade de imagem (QI), sem a compreensão da forma como são obtidas, faz com que a eficiência do uso da radiação X estivesse num patamar abaixo do desejado. Preocupa-se muito com os benefícios, mas, muitas vezes, os malefícios são esquecidos. É necessário que os serviços de saúde adotem estratégias de otimização de forma a maximizar os benefícios (qualidade de imagem) e minimizar os malefícios (dose ao paciente).^[1]

Em radiologia, a implementação de estratégias de otimização implica a compreensão daquilo que acontece desde o momento em que a ampola de raios X é ligada até à obtenção das imagens (radiografias). Quando um técnico de radiologia adota um determinado valor de um parâmetro (kVp ou mA*s), é fundamental saber o seu significado e qual o impacto da sua variação em termos de dose e QI. Sem isso, qualquer estratégia de otimização estaria condenada ao fracasso.

No que diz respeito aos equipamentos que usam radiação X, em 2011, o parque tecnológico português contava com mais de 3100 equipamentos, significando mais de 300 equipamentos por cada milhão de habitante.^[2] A nível mundial, os dados mostram que, ao longo do tempo, o recurso à radiação X tem sido cada vez mais frequente.^[3,4,5,6] Em Cabo Verde, as instituições de saúde têm apostado em equipar as unidades de radiologia, e a recente instalação do sistema telemedicina obriga a aquisição de novos equipamentos. Além disso, a transição dos sistemas analógicos (baseados em películas) para os digitais é caracterizada pelo aumento da exposição do paciente,^[7] e, tendo em conta que essa etapa ainda não está concluída

e que nos países menos desenvolvidos, como é o caso de Cabo Verde, essa transição será mais lenta, a necessidade de adoção de estratégias de otimização torna-se cada vez mais necessária.

Tendo em conta essa necessidade de otimizar, de forma a tornar mais eficiente o uso da radiação X na saúde, com a realização deste trabalho pretende-se adquirir o know how necessário para, futuramente, na vida profissional, ser aplicado na definição e implementação de tarefas de otimização.

Apesar de este trabalho consistir na avaliação objetiva da QI, e na prática médica ser muito mais preponderante a avaliação subjetiva (porque normalmente o diagnóstico é feito baseando na avaliação visual da imagens pelo profissional de saúde), os relatos de correlação entre esses dois tipos de avaliação (objetiva e subjetiva) [8-10], abonam a favor da realização de estudos deste tipo.

Espera-se que no final, seja possível responder à seguinte questão de investigação: Qual é o efeito da variação kVp e mA*s e do uso da filtração adicional na dose e QI?

1.1. Objetivos do Estudo

Com a realização deste trabalho pretende-se compreender de que forma é que os parâmetros técnicos, como o kVp e mA*s, influenciam a dose e a QI. O efeito da filtração adicional também será avaliado para que, no final, possa chegar à uma conclusão quanto às mais-valias do seu uso.

Em suma, os objetivos deste trabalho resumem-se no seguinte:

- I. Caraterizar dosimetricamente o equipamento;
 - a. Avaliar a exatidão da câmara de ionização e medidor de DAP;
 - b. Determinar a espessura semi-redutora (HVL);

II. Avaliar a QI:

- Avaliar automaticamente a QI pelo IQF;
- Calcular o contraste, ruído, SNR, e CNR.

III. Medir o Kerma no ar (K_{ar}) e DAP;

IV. Avaliar o efeito da variação de kVp, mA*s e filtração adicional na dose e na QI.

2. Materiais e Metodologia de Estudo

2.1. Materiais e Equipamentos Utilizados

Tabela 1 – Materiais e equipamentos utilizados

Gerador de raios X		O gerador de raios X utilizado neste trabalho foi o <i>MULTIX PRO</i> da Siemens (<i>Siemens AG, Muenchen, Germany</i>).
Sistema de deteção (detetor)		O sistema de deteção utilizado foi o IP <i>CR MD 4.0</i> de 43 cm x 35 cm contendo BaSrFBr:Eu, da AGFA (<i>Agfa-Gevaert NV, Mortsel, Belgium</i>).
Sistema de leitura (Leitor / digitalizador)		A leitura do IP foi feita no digitalizador <i>ADC™ Solo™ Digitizer</i> da AGFA (<i>Agfa-Gevaert NV, Mortsel, Belgium</i>).
medição da dose	Medição do Kerma no ar (K_{ar})	Avaliação do Kerma no ar (K_{ar}) foi feita através do sistema <i>Radcal 9010</i> com a câmara de ionização (CI) <i>10X5-6</i> (<i>Radcal Corporation, Monrovia, CA</i>).
	Medição do DAP	A medição do DAP foi feita com o medidor de DAP <i>KermaX® plus DDP</i> (<i>IBA Dosimetry GmbH, Schwarzenbruck, Germany</i>).
Fantoma utilizado		Fantoma <i>CDRAD 2.0</i> (<i>Artinis Medical Systems, Netherlands</i>).
Software utilizado (avaliação das imagens)		<i>CDRAD Analyser</i> (<i>Artinis Medical Systems, Netherlands</i>).

2.2. Caraterização Dosimétrica

A caraterização dosimétrica foi efetuada de forma a avaliar a exatidão dos equipamentos de medida (CI e medidor de DAP) e determinar a espessura semi-redutora (HVL). A exatidão foi avaliada através da análise comparativa entre os valores de dose fornecidos pelos equipamentos e os

expectáveis. Para diferentes valores de kVp e mA*s, foram medidos os valores de DAP e Kerma no ar (Kar).

A determinação de HVL foi feita usando placas de alumínio (Al) em que a espessura foi sendo alterada em função dos valores dos parâmetros técnicos adotados. Foi também alterada a espessura de cobre (Cu) usada na filtração adicional.

Foi adotado o modo manual de exposição onde, para cada espessura de Cu usada na filtração adicional (0,0, 0,1, 0,2 e 0,3 mm), foram adotados cinco valores de kVp: 81, 90, 99, 109 e 121 e o valor de mA*s foi mantido em 20.

2.2.1. Avaliação da Exatidão dos Instrumentos de Medida

Na caracterização do equipamento, a medição da dose (Kar) foi feita com a CI posicionada a 100 cm do foco. Sabendo que, a medida que o feixe afasta-se do foco os fótons vão-se divergindo, a área irradiada (field of view – FOV) torna-se maior quando a distância ao foco aumenta. O efeito da variação da distância no FOV pode ser traduzido pela equação 1.

$$\frac{A_1}{A_2} = \left(\frac{d_1}{d_2}\right)^2 \quad (1)$$

Pretendia-se medir a área A1, no ponto onde estava a CI. De forma direta a dificuldade em proceder à essa medição é maior, por isso, recorreu-se à equação 1. Sabendo que d1 = 100 cm (distância foco – CI), o passo seguinte foi determinar A2. A2 foi definida como o FOV sobre a superfície da mesa (Figura 1).

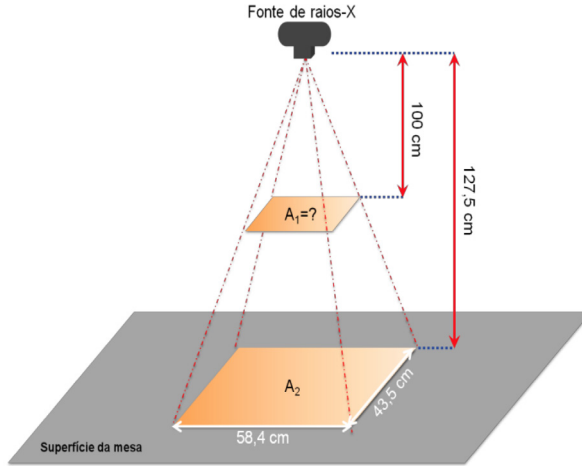


Figura 1 – Configuração utilizada na determinação do FOV no ponto da CI

O FOV na superfície da mesa foi de 43,5 cm x 58,4 cm, o que equivale à uma área de 2540,4 cm². A₁ foi calculada a partir da equação 1, como indicado de seguida (equação 2).

$$\frac{A_1}{2540,4} = \left(\frac{100}{127,5} \right)^2 \Leftrightarrow A_1 = 0,156 \text{ m}^2 \quad (2)$$

Espera-se que o produto entre A₁ e a dose (Kar) seja equivalente ao DAP fornecido pelo medidor de DAP. Os valores expectáveis de DAP (DAP(exp)) e Kerma no ar (Kar(exp)) foram calculados pelas equações 3 e 4.

$$DAP_{(exp)} = K_{ar(medido)} \times A_1 \quad (3)$$

$$K_{ar(exp)} = \frac{DAP_{(medido)}}{A_1} \quad (4)$$

$DAP_{(medido)}$ e $Kar_{(medido)}$ representam os valores de Kar e DAP, respetivamente, medidos pelos equipamentos.

2.2.2. Determinação de Espessura Semi-Redutora (HVL)

A espessura semi-redutora (HVL) é a espessura da material atenuante (e.g. alumínio – Al) necessária para reduzir para metade a intensidade do feixe. Os valores de Kar foram medidos com a CI situada abaixo do Al usado como material atenuante. A Figura 2 ilustra o esquema utilizada na determinação de HVL.

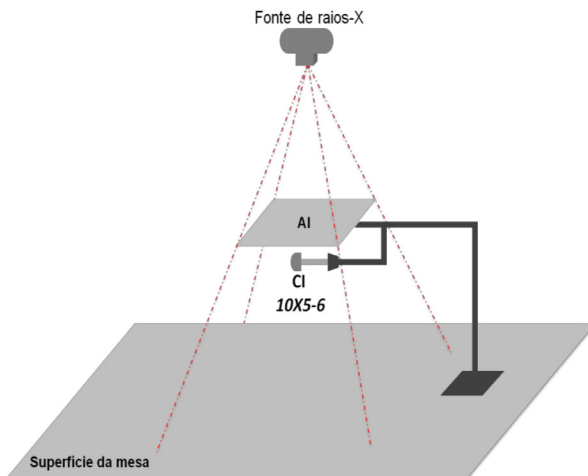


Figura 2 – Configuração utilizada na determinação de HVL

Espera-se que a adição de placas de Al cause atenuação do feixe, fazendo com que o Kar seja menor. Portanto, foi aumentada a espessura do Al até que o valor de Kar seja correspondente a 50% do valor medido na ausência das placas. A tabela 2 contém os valores de HVL para diferentes espessuras de Cu usados na filtração adicional.

Tabela 2 – Valores de HVL para diferentes espessuras de Cu

Filtração adicional (mm Cu)	HVL (mm Al)
0,0	3,62
0,1	5,55
0,2	6,31
0,3	6,96

Devido à insuficiência de material atenuante (placas de Al), para valores de filtração adicional de 0,2 e 0,3 mm de Cu, foi necessário recorrer à extrapolação para encontrar o valor de HVL. Todas as medições foram feitas a 81 kVp e 20 mA*s.

2.3. Recolha de Imagens

A recolha das imagens foi feita usando outras placas de acrílico (PMMA) como forma de simular a dispersão dos fótons. Foram utilizadas 14 placas de 1 cm, posicionadas antes do fantoma CDRAD e a distância foco-CDRAD foi de 180 cm (Figura 3).

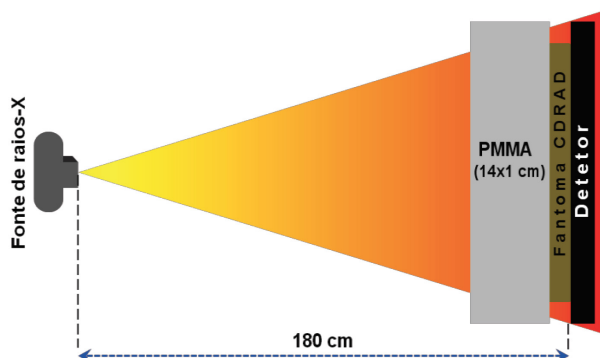


Figura 3 – Configuração utilizada na recolha de imagens

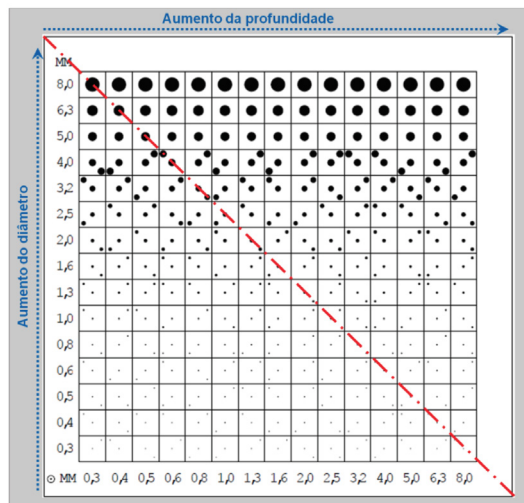


Figura 4 – Representação esquemática do fantoma CDRAD 2.0
(modificado de [11])

As imagens recolhidas do CDRAD foram obtidas em modo semiautomático, onde é feita a seleção manual de kVp e seleção automática de mA*s pelo equipamento, de forma a manter constante a exposição no detetor. Deste modo, torna-se necessário que o aumento do kVp seja acompanhado pela diminuição de mA*s, conforme pode ser confirmado pelo gráfico 1.

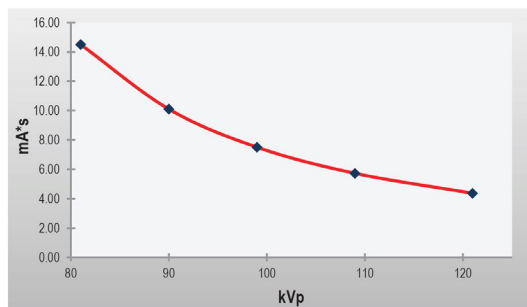


Gráfico 1 – Valores de tensão de ampola (kVp) e intensidade do feixe (mA*s) adotados na recolha de imagens (sem filtração adicional)

2.3.2. Avaliação da Qualidade de Imagem

A avaliação da QI foi feita através do inverso da *Image Quality Figure* (IQF_{inv}), que pode ser calculado através equação 5.

$$IQF_{inv} = \frac{100}{\sum_{i=1}^{15} C_i \times D_{i,th}} \quad (5)$$

C_i representa a profundidade dos furos da linha i , e $D_{i,th}$ o diâmetro mínimo detetado naquela linha. O IQF_{inv} é calculado de forma automática pelo *software* CDRAD Analyser (*Artinis Medical Systems, Netherlands*), e é feito o display dos detalhes detetados (pontos a laranja), a curva IQF_{inv} (gráfico azul) e o correspondente valor do IQF_{inv} (Figura 5).

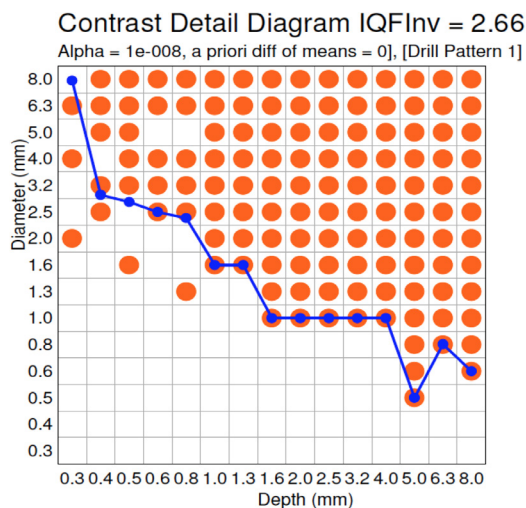


Figura 5 – Output do CDRAD Analyser com detalhes os detetados e curva IQF_{inv}

Para que o valor de IQF_{inv} seja elevado, a quantidade de detalhes detetados na proximidade do canto inferior esquerdo do fantoma (abaixo da curva vermelha na Figura 4) tem que ser elevada.

Como a detecção de detalhes está associada ao contraste da imagem, um alto valor de IQF_{inv} é associado a um alto valor de contraste.

Além do IQF_{inv} , a QI foi avaliada através do cálculo do Contraste (C), CNR, SNR e Ruído. O Ruído é o desvio-padrão () dos valores de níveis de cinza (NC) numa região de interesse (ROI).

Os parâmetros Contraste, CNR e SNR foram calculados pelas equações 6, 7 e 8, respetivamente.

$$C = \frac{NC_1 - NC_2}{NC_1} \quad (6)$$

$$SNR = \frac{S}{\sigma} \quad (7)$$

$$CNR = \frac{NC_1 - NC_2}{\sigma_1} \quad (8)$$

Para o cálculo de Contraste e CNR, foi necessário seleccionar duas ROI: uma dentro (ROI1) e outra fora da zona dos detalhes (ROI2) (Figura 6).

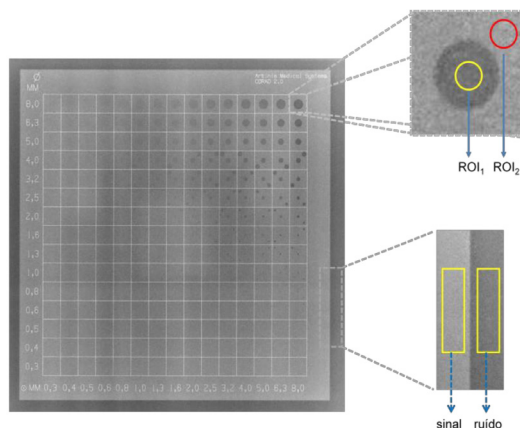


Figura 6 – Esquema representativo da metodologia utilizada na seleção das ROI

Para o SNR, o “ruído” é o desvio-padrão numa ROI (e.g. fundo da imagem) e o “sinal” corresponde ao valor médio de NC numa região anatómica de interesse. ^[12] Neste trabalho o “sinal” foi medido na zona do detetor sobreposta pelo CDRAD e o “ruído” foi avaliado na zona não sobreposta, onde a fluência de fotões é máxima.

3. Apresentação e Discussão de Resultados

3.1. Caraterização Dosimétrica

3.1.1. Avaliação da Exatidão dos Instrumentos de Medida

O gráfico 2 mostra a variação das diferenças entre $DAP_{(exp)}$ e $DAP_{(medido)}$ para os diferentes valores de kVp usados. As medições foram feitas na ausência de filtração adicional.

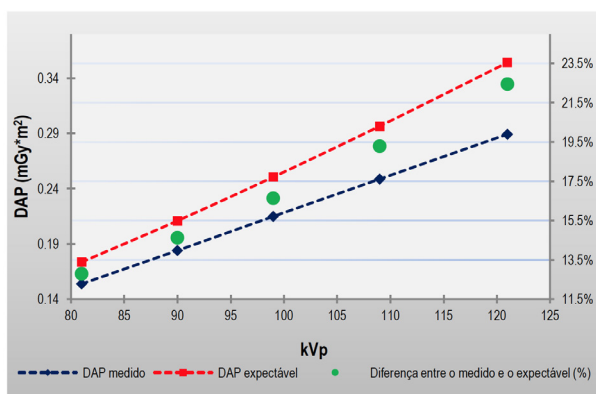


Gráfico 2 – Diferenças entre os valores medidos e expectáveis de DAP

Quanto ao K_{ar} , essas diferenças entre $K_{ar(exp)}$ e $K_{ar(medido)}$ também existem e estão representadas no gráfico 3.

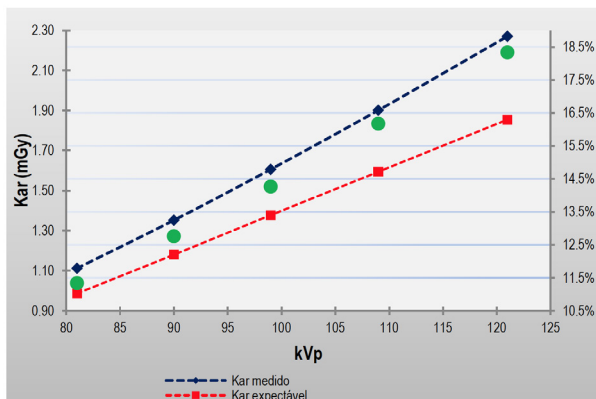


Gráfico 3 – Diferenças entre os valores medidos e expectáveis de Kar

Quanto mais próximos de zero forem os valores percentuais das diferenças, melhor. No entanto, para certos valores de kVp, a diferença ultrapassa os 22% para o DAP. Para o K_{ar} verificou-se valor percentual de diferença acima dos 18%. Essas diferenças existem para todos os valores de kVp adotados.

As causas dessas diferenças podem estar relacionadas com uma falha dos equipamentos (medidor de DAP e CI) na medição dos valores de DAP e K_{ar} , ou com erros na medição do FOV (A_1).

Não se exclui nenhuma das possibilidades. A primeira porque, por exemplo, verificou-se ligeiras diferenças entre os valores de kVp selecionados e os efetivos medidos. Isto leva a crer que o mesmo pode-se suceder com o Kar medido pela CI. A segunda possibilidade também não é de excluir uma vez que o FOV foi medido a partir da área iluminada pela lâmpada da fonte de raios X. A luz emitida pela lâmpada apresenta propriedades eletromagnéticas diferentes das do feixe de raios X, logo é possível que a área iluminada não corresponda ao FOV real. Admitindo essa possibilidade, o valor do FOV teria que ser menor do que aquele que foi assumido, de forma a minorar as diferenças entre os valores obtidos e expectáveis.

3.1.2. Determinação de HVL

A HVL foi determinada seguindo a metodologia descrita no capítulo 3. Os valores de K_{ar} medidos estão representados no gráfico 4, em que a ordenada do gráfico representa o valor normalizado do K_{ar} .

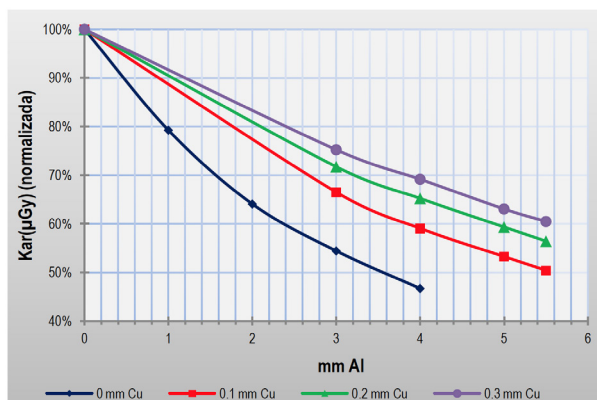


Gráfico 4 – HVL para diferentes valores de filtração adicional

A medida que foi sendo adicionada placas de Al, o valor de K_{ar} foi diminuindo. Na ausência de filtração adicional e com 0,1 mm de Cu, o valor de HVL é visível pelo gráfico (3,62 e 5,55 respetivamente). Para outros valores de filtração adicional, a HVL foi determinada pela extrapolação, e os valores estão representados na tabela 3.

Tabela 3 – HVL em função da filtração adicional

Filtração adicional (mm Cu)	HVL (mm de Al)
0,0	3,62
0,1	5,55
0,2	6,31
0,3	6,96

Os valores da tabela mostram que HVL é maior quando o valor da filtração adicional aumenta. Com o aumento da espessura do material filtrante, o feixe torna-se mais duro e penetrante, fazendo com que o valor

do coeficiente de atenuação (μ) do Cu diminui, e deste modo o material perde a capacidade de atenuar o feixe. Para pôr cobro a este problema, a solução passa por usar um material que tenha um μ maior. Se isso não for possível, então a alternativa é aumentar a espessura do material. Foi isso que sucedeu neste trabalho. Na impossibilidade de usar um outro material que tenha maior capacidade em atenuar o feixe (com maior μ), a solução foi aumentar a espessura do material disponível.

O aumento de 0,1 mm da filtração adicional causou um aumento médio de 19% no valor de HVL.

3.2. Avaliação da Dose

A avaliação da dose foi feita através da análise do efeito da variação de kVp, mA*s e filtração adicional nos valores de K_{ar} e DAP, conforme descrito de seguida.

3.2.1. Efeito da Tensão da Ampola (kVp)

Mantendo constante o mA*s, foi avaliada o efeito da variação do kVp no valor de K_{ar} . Verificou-se que há um aumento de K_{ar} a medida que o kVp aumenta, conforme ilustra o gráfico 5.

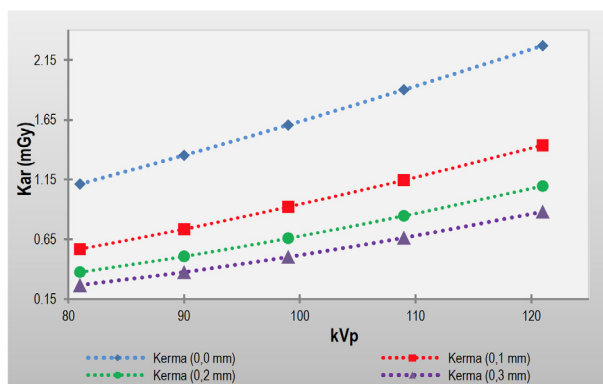


Gráfico 5 – Efeito de kVp na Kar para diferentes valores de mm de Cu

Pelo gráfico 5, é visível o aumento de K_{ar} à medida que o kVp aumenta. Para qualquer valor de filtração adicional, o gráfico aproxima-se à uma função linear e a correlação entre kVp e K_{ar} é elevada, com $R^2 > 0,99$. Isto faz com que seja possível “prever” o valor de K_{ar} a partir dum valor de kVp adotado. A tabela 4 contém as equações, para cada valor de filtração adicional, através das quais o valor de K_{ar} pode ser calculado a partir de kVp.

Tabela 4 – Equações para determinar K_{ar} a partir de kVp

Filtração adicional (mm de Cu)	Equação para o cálculo de K_{ar}	Correlação (R^2)
0,0	$28,989 \times kVp - 1250,7$	0,9992
0,1	$21,785 \times kVp - 1217,9$	0,9972
0,2	$18,063 \times kVp - 1110,3$	0,9935
0,3	$15,405 \times kVp - 1003,7$	0,9977

Sabendo que K_{ar} está relacionado com a libertação de energia de partículas não carregadas (e.g. fotões) na massa do ar, causando a libertação de partículas carregadas (e.g. eletrões) dessa massa do ar, espera-se que K_{ar} seja maior para valores altos de kVp.

Isto porque a capacidade dos fotões em libertar eletrões da massa do ar depende da sua energia, sendo essa energia determinada pelo kVp. Se o valor de kVp for alto, a energia com que os fotões saem da ampola de raios X também será alta e, consequentemente, mais eletrões serão libertados da massa do ar e o K_{ar} será maior. Os valores medidos vão ao encontro dessa teoria, conforme indica o gráfico 5. Resultados idênticos foram alcançados por Sun Z et al. ^[117]

Quando se adota um valor de kVp, é importante perceber o seu efeito no valor da dose. A variação de kVp resulta na variação da dose e a perceção dessa variação é fulcral para a controlo da exposição. Neste trabalho, verificou-se que para 81 kVp e sem filtração adicional, o K_{ar} foi

de 1097,409 μGy . Para duplicar esse valor de K_{ar} , é necessário aumentar a tensão de ampola para 119 kVp, significando um aumento em cerca de 47%. À medida que a filtração adicional aumenta, o aumento percentual de kVp necessário para duplicar a dose é menor. Com filtração adicional de 0,3 mm de Cu, a duplicação da dose é conseguida com um aumento de kVp na ordem dos 20%. Os valores de kVp necessários para duplicar a dose foram calculados através das equações da tabela 6.

Sendo DAP o produto da área pela dose (K_{ar}), e sabendo que a área é constante e que a K_{ar} aumenta com o aumento de kVp, espera-se uma elevada correlação entre o K_{ar} e o DAP, e que DAP aumente diretamente com o kVp. De acordo com o gráfico 5, esse pressuposto é confirmado.

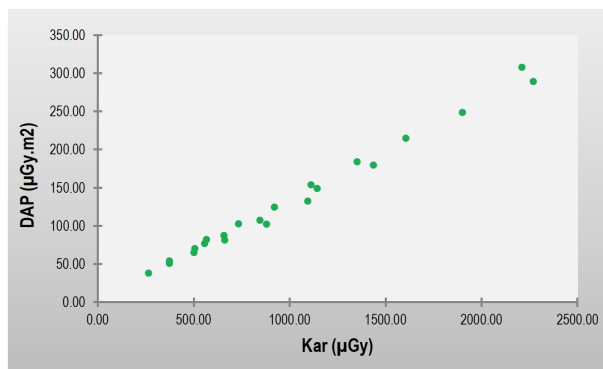


Gráfico 6 – Valores de Kar e DAP para diferentes valores de mm de Cu

Nota-se que um aumento do Kar é sempre acompanhado pelo aumento do DAP, para qualquer valor de mm de Cu. A variação entre DAP e Kar é linear com elevada correlação ($R^2 > 0,99$).

3.2.2. Efeito da intensidade do feixe e tempo de exposição (mA^*s)

Os dados recolhidos permitiram testar o efeito do mA^*s na Kar. Os valores de Kar para diferentes valores de mA^*s estão representados no gráfico 7.

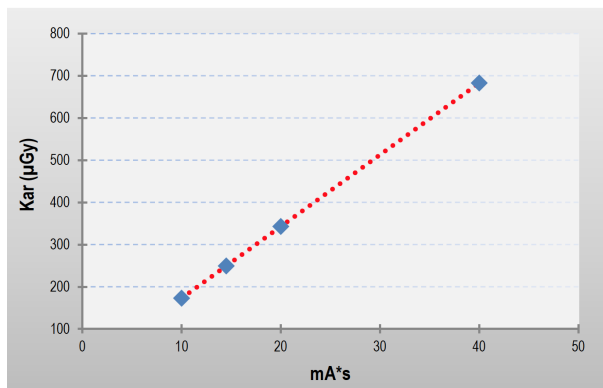


Gráfico 7 – Valores de Kar em função de mA*s

A representação gráfica mostra uma variação linear entre K_{ar} e mA^*s , com elevada correlação ($R^2 = 1$).

Recorrendo à equação 8, com 81 kVp, para qualquer valor de mA^*s (entre 10 e 40), é possível saber o valor correspondente de K_{ar} .

$$K_{ar(81\text{ kVp})} = 16,995 \cdot mA^*s + 2,7715 \quad (9)$$

A variação de K_{ar} de forma direta com a de mA^*s é justificada pelo facto de, quando o mA^*s aumenta, a quantidade de partículas não carregadas (fótons) que incidem na massa do ar ser maior. Isso faz com que a quantidade de partículas carregadas (elétrões) libertadas da massa do ar seja maior e quanto mais partículas carregadas forem libertadas da massa do ar maior será o K_{ar} .

Sun Z et al. relatam resultados idênticos aos alcançados neste estudo. ^[13]

Assim como no caso do kVp, é importante a compreensão do efeito da variação do mA^*s na variação da dose. O aumento de mA^*s causa um aumento da mesma fração no valor da dose.

Mantendo constante a tensão de ampola em 81 kVp e usando 10, 14,5, 20 e 40 mA^*s , os valores de Kar obtidos foram 172,37, 248,18, 343,21

e 682,407 μGy , respetivamente. Isto mostra que a duplicação da dose é conseguida com a duplicação de mA^*s .

Quando se opta pelo modo semiautomático, o aumento de kVp (acompanhado pela diminuição de mA^*s), causa a diminuição de K_{ar} . Isto pode ser confirmado pelo gráfico 8.

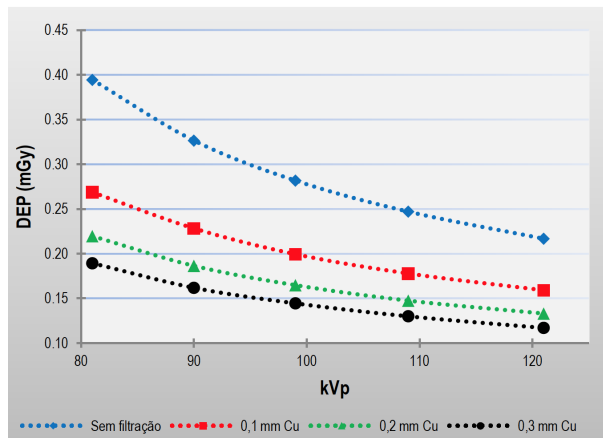


Gráfico 8 – Variação de DEP em função de kVp

No gráfico 8 optou-se por representar a variação da DEP em função de kVp . A DEP é dependente de K_{ar} , e a única diferença estas grandezas é que o DEP inclui a radiação dispersa, contabilizada através do *Backscatter Factor* (BSF), que varia entre 1,29 e 1,43. ^[14] O valor adotado neste estudo foi de 1,3, fazendo com que, à mesma distância do foco, a DEP seja 30% maior do que K_{ar} . A DEP foi calculada de acordo com a equação 10.

$$DEP = \frac{DAP}{A} \cdot BSF \quad (10)$$

DAP representa o produto dose-área, e leva em consideração a área irradiada A (FOV). Foi considerada uma distância ao foco de 165 cm e o FOV à esta distância foi calculado através da equação 1.

Neste caso, como o aumento de kVp é acompanhado pela diminuição de mA*s, nota-se que a DEP diminui quando o kVp aumenta. Isto acontece porque a variação do kVp não afeta o valor da DEP da mesma forma que a de mA*s, conforme foi constatado anteriormente. Em termos médios, por cada aumento de 9,5% no valor de kVp, o mA*s diminui cerca de 35% e DEP diminui cerca de 16%.

Tal como sucedeu com o K_{ar} , a correlação entre DEP e kVp é elevado. Para qualquer valor de filtração adicional o gráfico aproxima-se duma função polinomial de grau 2 com $R^2 > 0,99$.

Estes resultados vão ao encontro dos resultados de outros estudos. ^[118-123]

Para efeitos de cumprimento de possíveis NRD, notou-se que, para um valor de NRD de 0,20 mGy para o DEP, esse valor só pode ser alcançado com 85 kVp e 0,20 mm de Cu ou 98 kVp e 0,1 mm de Cu. Sem filtração adicional, esse NRD não é alcançado com a gama de kVp utilizada, e só é possível alcançá-lo usando valores de kVp superiores a 121. Com 0,3 mm de Cu acontece algo idêntico. Para alcançar um NRD de 0,20 mGy, é necessário adotar um valor de kVp inferior a 81. Um NRD de 0,25 mGy para a DEP só é alcançado sem filtração adicional e 85 kVp ou 0,2 mm de Cu e 109 kVp. Isto deixa bem patente a importância da caracterização dosimétrica no estabelecimento e cumprimento de NRD.

3.2.3. Efeito da Filtração Adicional

O efeito da filtração adicional na dose foi perceptível nos gráficos 9 e 10. Notou-se que os valores de Kar e DEP diminuem na presença de filtração adicional.

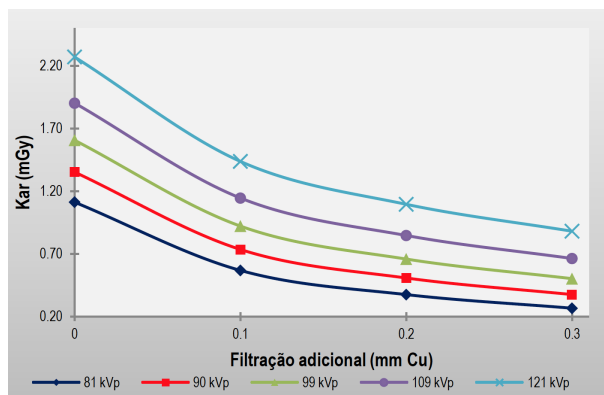


Gráfico 9 – Valores de K_{ar} em função da filtração adicional

A filtração adicional causa a redução da intensidade do feixe, atuando, principalmente, sobre os fótons menos energéticos. Quanto maior for a filtração adicional, maior será essa redução. Isto porque, à medida que aumenta a espessura do material filtrante, a quantidade de partículas não carregadas (fótons) que incidem na massa do ar é menor, logo, a quantidade de partículas carregadas (elétrões) que são libertadas dessa massa do ar também diminui e, conseqüentemente, K_{ar} será menor. Desta forma, para o mesmo valor de kVp, o K_{ar} é menor para valores maiores de mm de Cu (gráfico 9).

O gráfico 10 compara os valores percentuais de K_{ar} em função da espessura de Cu usada na filtração adicional.

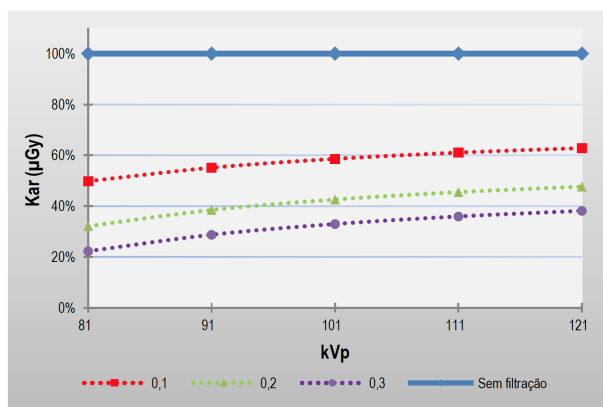


Gráfico 10 – Valores percentuais de Kar em função da filtração adicional

É notável que o K_{ar} diminui à medida que a filtração adicional aumenta. Adicionando 0,1 mm de Cu, o valor do K_{ar} passa para cerca de 60% do valor inicial, significando uma redução de cerca de 40%. Com 0,2 mm de Cu a redução pode chegar aos 68% e com 0,3 mm de Cu aos 80%.

Os resultados alcançados neste estudo vão ao encontro dos de outros estudos, [15,16,17,18-21] e encorajam o uso da filtração adicional como forma de proteger o paciente.

3.3. Avaliação da Qualidade de Imagem

3.3.1. Image Quality Figure (IQFinv)

3.3.1.1. Efeito da Tensão de Ampola

Os resultados alcançados apontam para uma degradação de IQFinv à medida que o kVp aumenta, conforme ilustra o gráfico 11.

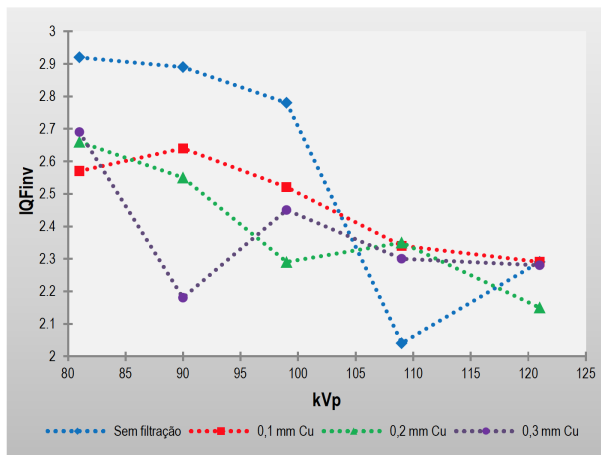


Gráfico 11 – Valores de IQFinv para diferentes valores de kVp e filtração adicional

Os resultados obtidos indicam uma tendência para a redução de IQFinv à medida que kVp aumenta, para qualquer valor de filtração adicional. Isto significa que a quantidade de detalhes menores em profundidade e diâmetro (abaixo da linha vermelha da Figura 4) é menor quando o kVp aumenta.

Sabendo que baixo IQFinv associa-se a baixo contraste, os resultados apontam para uma redução de contraste quando o kVp é aumentado.

Destaca-se a baixa linearidade entre IQFinv e kVp. A correlação entre estas grandezas é baixa, apesar disso, para qualquer valor de filtração adicional, nota-se o efeito degradante de kVp no valor de IQFinv.

Este decaimento do IQFinv pode ser explicado pelo facto de o aumento de kVp fazer com que os fótons tornem-se mais energéticos, resultando numa menor diferença de fluência entre as zonas do detetor sobrepostas pelos detalhes e zonas adjacentes do CDRAD. Como consequência, o NC entre estas duas regiões é menor e isso faz com a detecção de detalhes seja menor e, consequentemente, o valor de IQFinv é menor.

Tal como neste estudo, outros estudos revelaram menor detecção de detalhes na presença de kVp altos. [17,22-24]

3.3.1.2. Efeito da Dose (K_{ar})

Como referido anteriormente, na obtenção das imagens do CDRAD, optou-se pelo modo semiautomático, onde a seleção manual de kVp é acompanhada pela seleção automática de mA*s, resultando num valor de dose em função da qual será feita a análise da QI. Deste modo, torna-se possível uma avaliação do efeito da variação simultânea dos dois parâmetros no valor de IQFinv.

Notou-se que os melhores resultados em termos de IQFinv eram conseguidos recorrendo a valores altos de dose. Foi avaliado o efeito do DAP no valor de IQFinv, conforme ilustra o gráfico 12.

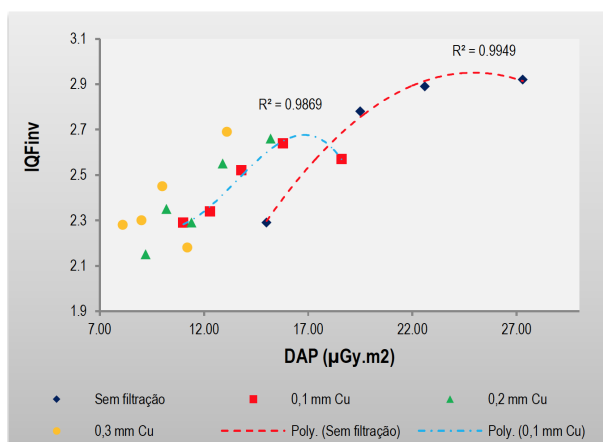


Gráfico 12 – Valores de IQFinv para diferentes valores de DAP, em função da filtração adicional

A representação gráfica mostra uma tendência para a melhoria da QI quando a dose aumenta. Os valores de IQFinv aumentar de forma direta com o DAP. O ideal seria obter uma representação gráfica com a

acumulação de pontos no canto superior esquerdo, significando que com valores baixos de dose obteve-se altos valores de IQF_{inv}. No entanto, não foi isso que se verificou.

Nota-se uma acumulação de pontos no canto inferior esquerdo, o que permite associar alguma dificuldade em alcançar valores altos de IQF_{inv} quando se opta por valores baixos de dose. Estudos relatam resultados idênticos. [16,22-25]

Para 0,1 mm de Cu e sem filtração adicional, a correlação entre DAP e IQF_{inv} é elevada ($R^2 > 0,98$), sendo essa correlação menor para outros valores de filtração adicional.

3.3.1.3. Efeito da Filtração Adicional

Em termos de QI, os resultados obtidos mostram que a filtração adicional origina o decaimento do valor de IQF_{inv}, cenário que pode ser confirmado pelo gráfico 13.

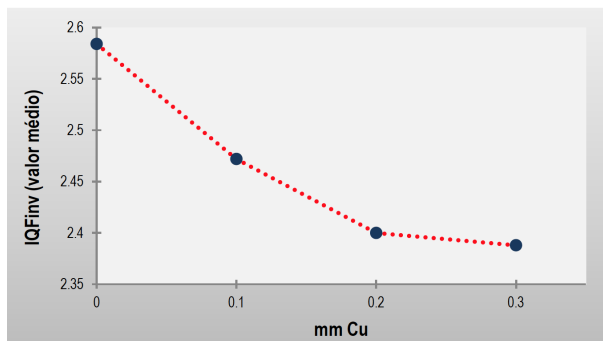


Gráfico 13 – Valores médios de IQF_{inv} para diferentes valores de kVp, em função da filtração adicional

O gráfico 13 mostra o valor médio de IQF_{inv} para a gama de valores de kVp, para cada valor de filtração adicional. É visível o decaimento do valor médio de IQF_{inv} à medida que a espessura da filtração adicional

aumenta. Foram relatados resultados que vão ao encontro dos alcançados neste estudo. ^[17]

O decaimento de IQF_{inv} na presença da filtração adicional pode ser explicado pelo endurecimento do feixe, fazendo com que o feixe seja constituído por fótons de elevada energia. Esta energia elevada faz com que a diferença de μ entre a zona dos detalhes e as adjacentes seja menor, o contraste será menor e, conseqüentemente, o valor de IQF_{inv} também será menor.

Variando a filtração adicional entre 0,0 e 0,3 mm de Cu, o valor médio de IQF_{inv} decai 8%.

3.3.2. Contraste

A avaliação do contraste foi feita em função do kVp e os resultados estão representados no gráfico 14.

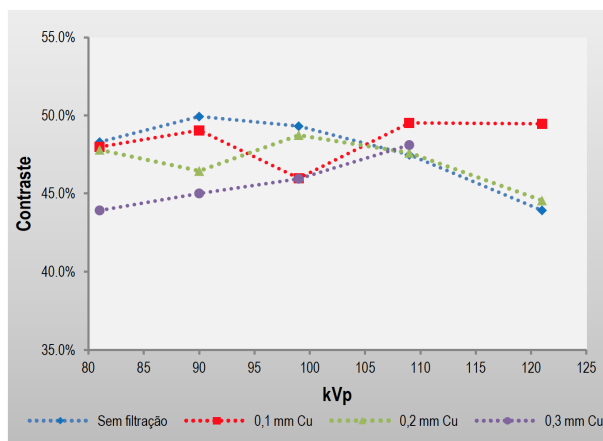


Gráfico 14 – Valores de contraste para diferentes valores de kVp e filtração adicional

Pelo gráfico 14, é notável a pouca influência do kVp no contraste da imagem. Combinado a variação da tensão de ampola (entre 81 e 121

kVp) e filtração adicional (entre 0,0 e 0,3 mm de Cu), o resultado em termos de variação do contraste situa-se em torno dos 5%. No entanto, para filtração adicional de 0,0 e 0,1 mm, nota-se uma ligeira tendência do contraste em diminuir quando o kVp aumenta, não sucedendo o mesmo para os restantes valores de filtração adicional.

Além da avaliação separada do efeito do kVp no valor de contraste, a avaliação do efeito da variação simultânea de kVp e mA*s (usando o modo semiautomático) foi feita, recorrendo ao DAP (gráfico 15).

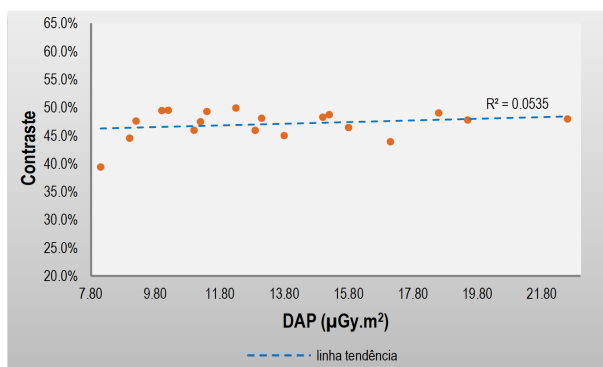


Gráfico 15 – Valores de contraste em função do DAP

Os valores obtidos mostram pouca influência do valor do DAP no valor de contraste. A variação dos valores de DAP entre 9,00 e 22,60 μGy.m2 proporcionou uma variação dos valores de contraste entre 40 e 50%. 90% dos valores de contraste flutuam em torno dos 45% (gráfico 15). O desvio-padrão é 2,6% e a diferença entre os valores máximos e mínimos do contraste é de 6% (tabela 7).

Tabela 5 – Valores de contraste, CNR, SNR e ruído

Parâmetros de QI	Máximo	Mínimo	Diferença	Desvio-Padrão (σ)
Contraste	43,9%	49,9%	6%	2,6%
SNR	9,85	6,34	3,51	0,98
CNR	8,31	4,98	3,33	0,97
Ruído	3,89	2,80	1,09	0,32

Sem filtração adicional, o contraste tende a diminuir com o DAP, sucedendo o inverso com 0,3 mm de Cu. Para os restantes valores não há uma tendência clara.

Visualmente, a influência da variação do DAP no contraste é nula. Por exemplo, não se nota diferença nenhuma entre uma imagem obtida a 8,10 $\mu\text{Gy.m}^2$ comparativamente à obtida a 22,6 $\mu\text{Gy.m}^2$.

Estes resultados mostram que a melhoria da acurácia diagnóstica através da exposição excessiva pode não ser a melhor estratégia, isto porque a melhoria na visualização de estruturas anatómicas de interesse pode não ser conseguida com mais dose.

3.3.3. Ruído

A análise do ruído das imagens é feita através do cálculo do desvio-padrão (σ) dos valores de NC numa ROI. Neste trabalho, o ruído foi medido na zona do detetor não sobreposta pelo fantoma, conforme ilustra a Figura 6. A avaliação do ruído foi feita em função do DAP e os resultados estão representados no gráfico 16.

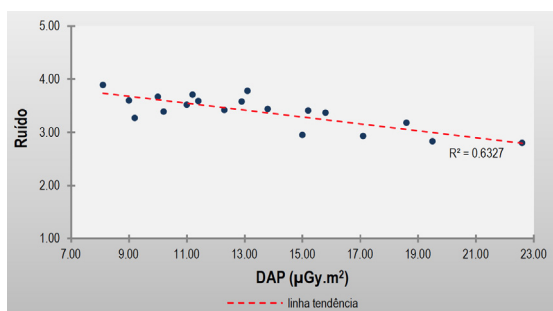


Gráfico 16 – Valores do ruído em função do DAP

Os resultados apontam para uma redução do ruído à medida que o DAP aumenta (gráfico 16). A variação dos valores de DAP entre 8,10 e 22,60 $\mu\text{Gy.m}^2$ proporcionou um desvio-padrão de 0,32 e a diferença entre os valores máximos e mínimos de 1,09 para o ruído (tabela 7).

Tendo em conta o maior efeito de mA^* s no ruído, comparativamente ao kVp, e sabendo que o aumento do DAP foi acompanhado pelo aumento do mA^* s, pressupõe-se que o ruído fosse maior quando o DAP aumenta. Os resultados vão ao encontro a esse pressuposto.

3.3.4. Relação Sinal-Ruído (SNR)

Os resultados da análise do SNR em função do DAP estão representados no gráfico 17. Pelo gráfico, é visível o aumento do SNR de forma direta com o DAP.

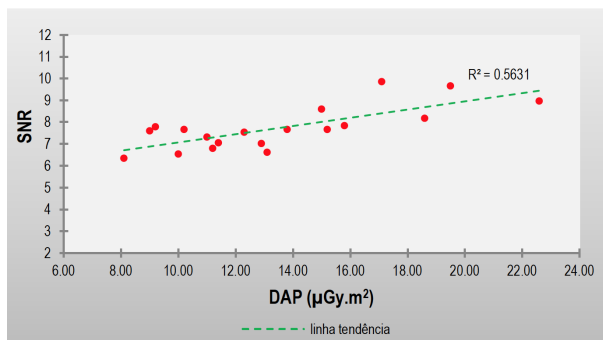


Gráfico 17 – Valores de SNR em função do DAP

Estes resultados eram esperados porque, quando se fez a análise do contraste, verificou-se que os valores de NC não alteram muito com a dose. Para o cálculo de SNR, esses valores de NC foram utilizados para determinar o “sinal”, portanto já se previa que o “sinal” não variasse muito. Na análise do ruído, verificou-se que o ruído diminui com o aumento do DAP. Sendo o SNR o quociente entre “sinal” e “ruído”, se o “ruído”

diminui de forma mais acentuada, comparativamente ao “sinal”, é normal que o SNR aumente.

Para qualquer valor de filtração adicional, de acordo com o “modelo de Rose”, é possível a deteção de detalhes, uma vez que SNR é maior que 5.

3.3.5. Relação contraste-ruído (CNR)

Para a análise do CNR foi necessário a seleção das ROI conforme ilustra a Figura 7. O gráfico 18, ilustra os valores de CNR obtidos para diferentes valores de DAP.

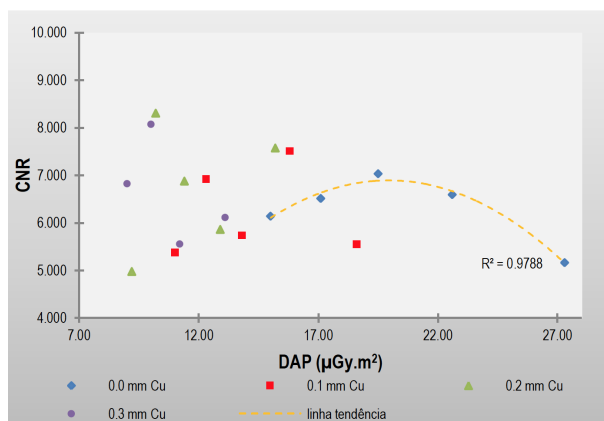


Gráfico 18 – Valores de CNR para diferentes valores de DAP e filtração adicional

O valor de CNR é pouco afetado pelo DAP, e a correlação entre eles é baixa. A diferença entre os valores máximo e mínimo de CNR é de 3,31 e o desvio-padrão de 0,97 (tabela 7), mesmo assim o efeito da variação do DAP no valor de CNR não é evidente através dos resultados obtidos.

4. Conclusões

Os resultados deste estudo são inequívocos quanto ao efeito da tensão de ampola (kVp) no valor da dose. É bastante evidente que o aumento de kVp provoca o aumento da dose. Optando pela variação separada dos parâmetros técnicos de exposição (kVp e mA*s), notou-se uma elevada correlação entre esses parâmetros e a dose. No caso do mA*s, a variação com a dose é linear. Para duplicar a dose é necessário duplicar o mA*s. No que se refere ao kVp, o valor da dose pode ser duplicado sem ser necessário a sua duplicação, sendo suficiente, nalguns casos, um aumento na ordem dos 20%. Isto mostra maior influência de kVp na dose, comparativamente ao mA*s.

Quando se irradia um paciente, é fulcral ter em atenção que a adoção de valores altos de kVp e mA*s aumenta a probabilidade de exposição excessiva e isso vai contra os princípios da proteção radiológica. Deste modo, a opção pelo controlo automático da exposição (CAE) é bastante útil na medida em que o aumento dum dos parâmetros é compensado pela diminuição do outro. Isto faz com que haja controlo da exposição por parte do próprio equipamento, evitando eventuais falhas do operador na seleção dos parâmetros.

Apesar da teoria de que, em Sistemas Digitais, imagens mais contrastadas serem conseguidas com valores baixos de kVp, visualmente, com o sistema CR utilizado neste estudo, isso não se verificou. Para diferentes valores de kVp e filtração adicional, verificou-se pouca variação dos valores de SNR ($\sigma = 0,98$), CNR ($\sigma = 0,97$) e contraste ($\sigma = 2,6\%$).

Verificou-se a tendência de SNR em aumentar e do ruído em diminuir quando a dose aumenta.

O IQF_{inv} tende a diminuir quando o kVp aumenta. Melhores resultados em termos de IQF_{inv} foram alcançados para valores de tensão de ampola abaixo de 99 kVp.

Quando se opta pelo modo manual de exposição, baixa dose é conseguida com valores baixos de kVp, sem muita influência na QI, logo, a adoção desses valores baixos é benéfica para a proteção do paciente sem comprometer a acurácia diagnóstica.

A teoria de que a filtração adicional permite reduzir a dose foi confirmada com os resultados deste estudo. Notou-se claramente que o valor de dose decai sempre que a espessura de mm de Cu for aumentada, sendo esse decaimento acompanhado pela degradação da QI. Apesar disso, as magnitudes com que decaem a dose e a QI permitem recomendar o recurso à filtração adicional sempre, pelo facto de uma redução na ordem dos 60% no valor da dose reduzir em apenas 7% a QI (IQF_{inv}) e dos resultados de SNR e CNR serem melhorados quando se opta pela filtração adicional.

A questão que se propõe é: até que ponto é aceitável uma redução na QI? Isso é relativo. Quando se diz que há uma redução do IQF_{inv}, significa que a quantidade de detalhes detetados foi menor. É legítimo pensar que, quem desenvolveu o fantoma CDRAD, equiparou os seus detalhes às lesões numa imagem radiográfica patológica e, deste modo, menor quantidade de detalhes detetados (na radiografia do CDRAD) pode ser equiparado à menor quantidade de lesões detetados (na radiografia do paciente) e, quando isso acontece, a qualidade diagnóstica é afetada. Quando se pretende diagnosticar uma fratura, a degradação da QI em 7% pode não afetar a qualidade diagnóstica, mas se a tarefa diagnóstica for detetar lesões pulmonares (radiografia ao tórax) ou microcalcificações (mamografia), esses 7% podem fazer toda a diferença. Portanto, o rigor com que se aceita ou rejeita uma degradação da QI é dependente da tarefa diagnóstica.

Em suma, as conclusões deste trabalho resumem-se no seguinte:

- A dose varia diretamente com os valores adotados dos parâmetros técnicos (kVp e mA*s);

- No modo semiautomático (com controlo do mA*s pelo equipamento), o aumento do kVp permite reduzir a dose;
- É possível duplicar a dose com um aumento de kVp em cerca de 20%. Para o mA*s, esse aumento tem que ser de 100%;
- Na avaliação da *QI* pelo IQF_{inv}, a *QI* é degradada pelo aumento do kVp e na presença da filtração adicional;
- A filtração adicional tem o potencial de reduzir a dose em até 80%, com a degradação da *QI* em apenas 8%.

Baseando nestas conclusões, este trabalho permite recomendar:

- A caracterização do equipamento como o primeiro passo da otimização;
- A diminuição de kVp e mA*s, quando se opta pelo modo manual de exposição, de modo a expor menos o paciente;
- A adoção de baixos valores de kVp no modo (semi)automático, do ponto de vista da melhoria da *QI*;
- A adoção de altos valores de kVp no modo (semi)automático, do ponto de vista da proteção do paciente;
- Considerar, sempre, uso da filtração adicional;
- Direcionar as estratégias de otimização para a proteção do paciente e focar menos na *QI*.

5. Referências

- [1] Zhang M, Chu C., Optimization of the Radiological Protection of Patients Undergoing Digital Radiography, J Digit Imaging, 2012, 25:196-200.
- [2] Teles P et al.. Relatório sobre os resultados do projeto Dose Datamed 2 Portugal, IST/ITN, 2012.
- [3] Brenner D., Hall E., Computed Tomography – An Increasing Source of Radiation Exposure. N Engl J Med 2007;357:2277-84.

- [4] Brenner D., Hall E., Cancer risks from diagnostic radiology. *The British Journal of Radiology*, 2008, 81:362-378.
- [5] Mettler et al., Radiologic and Nuclear Medicine Studies in the United States and Worldwide: Frequency, Radiation Dose, and Comparison with Other Radiation Sources – 1950-2007. *Radiology* 2009; 253:520–531.
- [6] Olerud H. et al., Trends in examination frequency and population doses in Norway, 2002 – 2008. NSFS Conference, Reykjavík, August 22-25, 2011.
- [7] Vaño E. et al., Transition from Screen-Film to Digital Radiography: Evolution of Patient Radiation Doses at Projection Radiography. *Radiology* 2007; 243:461– 466.
- [8] Pascoal A. et al., Evaluation of a software package for automated quality assessment of contrast detail images – comparison with subjective visual assessment. *Phys. Med. Biol.* 50 (2005) 5743- 5757.
- [9] Sandborg M. et al., Demonstration of correlations between clinical and physical image quality measures in chest and lumbar spine screen–film radiography. *The British Journal of Radiology*, 74 (2001), 520-528.
- [10] Park H. et al., The Relationship between Subjective and Objective Parameters in CT Phantom Image Evaluation. *Korean J Radiol* 2009;10:490-495.
- [11] Thijssen MAO, Bijkerk KR, Artinis Medical Systems. Manual: contrast-detail phantom Artinis CDRAD type 2.0.
- [12] Bourne R. *Fundamentals of Digital Imaging in Medicine*. Springer. 2010.
- [13] Sun Z et al. Optimization of chest radiographic imaging parameters: a comparison of image quality and entrance skin dose for digital chest radiography systems. *Clinical Imaging* 36 (2012) 279– 286.
- [14] Kettunen A. Radiation Dose and Radiation Risk to Foetuses and Newborns During X-ray Examinations. STUK-A204. Helsinki 2004, 155 pp +apps. 19 pp., ISBN 951-712- 861-4.
- [15] Lu Z et al. Comparison of computed radiography and filmscreen combination using a contrast-detail phantom. *Journal of Applied Clinical Medical Physics*, Vol. 4, No. 1, Winter 2003.

- [16] Lança L. Radiological imaging in digital systems: the effect of exposure parameters in diagnostic quality and patient dose. Doctoral Dissertation. Secção Autónoma das Ciências da Saúde, Universidade de Aveiro. 2011.
- [17] Alzimami K et al. Optimisation of computed radiography systems for chest imaging. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research A* 600 (2009) 513–518.
- [18] Hamer O et al. Chest Radiography with a Flat-Panel Detector: Image Quality with Dose Reduction after Copper Filtration. *Radiology* 2005; 237:691-700.
- [19] Brosi P et al. Copper filtration in pediatric digital X-ray imaging: its impact on image quality and dose. *Radiol Phys Technol* (2011) 4:148–155.
- [20] Moore C, Beavis A, Saunderson J. Investigation of optimum X-ray beam tube voltage and filtration for chest radiography with a computed radiography system. *The British Journal of Radiology*, 81 (2008), 771–777.
- [21] Bjelac O et al. Patient doses and image quality in chest radiography: the influence of different beam qualities. *Nuclear Technology and Radiation Protection* (2007) 22, Issue 2, 48-52.
- [22] Honey I, MacKenzie A, Evans D. Investigation of optimum energies for chest imaging using film–screen and computed radiography. *The British Journal of Radiology*, 78 (2005), 422–427.
- [23] Pascoal A et al. Evaluation of a software package for automated quality assessment of contrast detail images – comparison with subjective visual assessment. *Phys. Med. Biol.* 50 (2005) 5743– 5757.
- [24] Tung C et al. A phantom study of image quality versus radiation dose for digital radiography. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research A* 580 (2007) 602–605.
- [25] Bacher K et al. Image Quality and Radiation Dose on Digital Chest Imaging: Comparison of Amorphous Silicon and Amorphous Selenium Flat-Panel Systems. *AJR* 2006; 187:630–637.

Actividade Vitivinícola e Rendimento na Ilha do Fogo em Cabo Verde

Arlindo Rodrigues Fortes

Instituto Superior de Economia e Gestão

arlindo.fortes@docente.unicv.edu.cv; arlindorf@yahoo.com.br

RESUMO

A pobreza em Cabo Verde localiza-se sobretudo no meio rural, onde a agricultura assume a principal actividade económica, proporcionando ganhos reduzidos em virtude da utilização dos sistemas de produção tradicionais. As medidas da política levada a cabo pelo Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural, e dos Recursos Marinhos, sublinham a necessidade da criação e diversificação das actividades em meio rural e que possam proporcionar rendimentos aos agricultores.

A presente dissertação tem como objectivo principal analisar de que forma o impacto da actividade vitivinícola teve como fonte geradora de rendimento adicional, bem como teve influência na condição de bem-estar dos produtores na ilha do Fogo.

Trata-se de um “estudo de caso” cuja problemática assentou na discussão teórica da definição dos conceitos de pobreza, bem-estar, rendimento, cooperativismo e importância da agricultura no desenvolvimento.

O trabalho centra a sua atenção nos agricultores das localidades de Chã das Caldeiras, da Achada Grande, Corvo e Relva.

Na pesquisa empírica, para além da observação directa, a aplicação de um inquérito por questionário e a realização de entrevistas aos agricultores e outros agentes promotores do desenvolvimento importantes para a análise do tema, foi considerado o método adequado para a obtenção dos dados para aferir o rendimento e os indicadores de bem-estar necessários ao esclarecimento da questão.

Os resultados permitem verificar uma participação importante da viticultura no rendimento dos produtores e permite verificar também, que a actividade vitivinícola tem possibilitado um incremento no rendimento e melhoria do nível de bem-estar, minimizando as situações de pobreza.

Palavras-chave: Cabo Verde, Ilha do Fogo, Agricultura, Viticultura, Cooperativas, Bem-estar, Rendimento, Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

Poverty in Cape Verde is primarily located in rural areas, where agriculture is the main economic activity, providing reduced revenues due to of traditional production systems. The policy measures taken by the Ministry of Environment, Rural Development and Marine Resources, underlines the need for creation and diversification of activities in rural areas to provide income to farmers.

The dissertation's main goal is to analyze how the wine-growing impact had as a source of additional income as well as influenced the well-being condition of producers on the island of Fogo.

It is a "case study" which theoretical discussion is based on the definitions of poverty, welfare, income, importance of agriculture and cooperative development.

This work focuses attention on farmers of the villages of Chã das Caldeiras, and of Achada Grande, Grande, Corvo and Relva.

In empirical research the evaluation of well-being, beyond direct observation, application of a survey and interviews with farmers and others promoting development agents important for the analysis of the subject was considered the appropriate method to obtain data to measure income and well-being indicators, needed to clarify the issue.

The results show an important part of wine-growing in producers income and also allows checking that wine-growing has allowed an increase in producers income and an improvement of well-being, minimizing poverty.

Keywords: Cape Verde, Island of Fogo, Agriculture, wine-growing, Cooperatives, Welfare, Income, Rural Development.

Cabo Verde nunca se mostrou um lugar de fácil convivência para os seus habitantes. Apesar dos significativos avanços alcançados, a pobreza constitui o principal problema do desenvolvimento, embora estrutural, ela apresenta oscilações que estão intimamente ligadas com o resultado da produção agrícola. As dificuldades presentes na agricultura, que é particularmente de sequeiro, e a falta de alternativas de rendimento no meio rural explicam a situação que motiva a saída de pessoas do campo para as cidades.

A actividade agrícola constitui actualmente a base económica da Ilha do Fogo, sendo o café uma longa vocação e tradição na produção e exportação (pese embora em valores reduzidos). Muito recentemente, a vinha passou a assumir-se como mais uma alternativa comercial através da produção de vinho, mesmo que date de há mais de quatro séculos o registo do seu cultivo. Esta pode ser uma nova oportunidade de obtenção de rendimentos para as famílias que se dedicam à produção agrícola.

A produção do vinho sempre ficou marcada por uma produção artesanal subutilizando toda a produção obtida. É nesse quadro que o MADRRM decidiu lançar e implementar o projecto de reabilitação do sector vitivinícola da Ilha do Fogo e nomeadamente nas zonas da Chã das Caldeiras e da Achada Grande, Corvo e Relva.

A promoção e o apoio ao sector da vitivinicultura pode representar, assim, uma forma de as pessoas minimizarem a vulnerabilidade a que estão sujeitas devido à situação de pobreza e poderem passar a ter acesso a outros bens e serviços, uma vez que fraca produtividade da agricultura de subsistência cobre apenas uma pequena parte da necessidade alimentar.

Objectivos

Assente na caracterização da actividade vitivinícola das famílias rurais cabo-verdianas da Ilha do Fogo, o objectivo principal é analisar o impacto desta actividade como fonte geradora de rendimento adicional dos produtores e, consequentemente, um novo instrumento para os agricultores que se dedicam a esta actividade melhorarem o bem-estar comprando com os rendimentos que obtinham apenas das produções anteriores. Sendo este estudo um tema inovador para o país, devido à falta de reflexões académicas antecedentes e à dificuldade em aceder a dados, documentos e relatórios por parte das instituições, este trabalho foi, também por isso, bastante estimulante.

Problema Central

O Problema Central será o de apurar em que medida o crescimento do sector vitivinícola e a criação das cooperativas, com a consequente diversificação da produção tradicional agrícola, têm contribuído para o aumento do rendimento dos produtores e, assim, o nível do seu bem-estar.

Aspectos Metodológicos

A elaboração do presente trabalho assenta num conjunto de questões que constituem pontos pertinentes que ajudarão a esclarecer o objectivo desta dissertação:

- (1) A actividade vitivinícola pode potenciar melhorias significativas na geração de rendimento e melhoria do nível de vida dos agregados?
- (2) Nos agregados com baixo nível de rendimento, a viticultura pode ser relevante para a diminuição da vulnerabilidade?
- (3) O processo de criação das cooperativas foi um instrumento necessário para conseguir a melhoria de rendimento dos viticultores?

A pobreza é caracteristicamente severa, manifesta-se de várias formas, é maioritária nos países em desenvolvimento, em especial, na África sub-sahariana onde a grande maioria das pessoas sobrevive em extrema pobreza. Resulta de uma interligação complicada de processos económicos, políticos e sociais, sendo um fenómeno complexo, multidimensional e multifacetado que vem adquirindo novas dimensões ao longo dos tempos, com graves consequências para o bem-estar das populações (Duarte, 2006).

A agricultura, embora seja apenas uma das actividades relacionadas com a economia rural, pode funcionar como um importante catalisador do desenvolvimento⁴⁴, uma vez que continua a ser uma importante fonte de dinamismo nas áreas rurais: “(...) a melhoria da agricultura tem sido

44. Ver Dorward *et al* (2004), Wiebe *et al* (1998), Poulton *et al* (2008).

apontada como chave para atingir metas de redução da pobreza (...)” (Toulmin & Guèye, 2005: 23).

Por isso, uma estratégia e uma política agrícola orientada para o desenvolvimento rural são fundamentais para aumentar a produtividade e substancialmente os rendimentos das famílias dos pequenos agricultores e outros trabalhadores rurais⁴⁵. A transformação da economia do pequeno produtor é um dos maiores desafios económicos do nosso tempo. No entanto, tal como afirma Hazell *et al* (2007: 2) “crescimento agrícola que aumenta a produtividade em pequenas propriedades, provou ser altamente eficaz em cortar a pobreza, a fome e elevar os padrões de vida rural (...)”.

Apesar dos múltiplos desafios, ao associativismo é cada vez mais reconhecida como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social, constituindo-se uma força estratégica fundamental e indispensável nas estratégias de desenvolvimento dos territórios rurais (CTA, 2005; Guilherme, 2005).

A cooperativa⁴⁶ não tem por finalidade exclusiva a obtenção do lucro. Acima de tudo a sua preocupação é a prestação de serviços que levem à satisfação das necessidades que originaram a sua constituição. Ajuda as famílias camponesas de modo a procurarem ter uma vida melhor, contribuindo na sua essência para o desencravamento das populações, fomentando o desenvolvimento rural. Segundo Pereira (1978: 7), “(...) no caso de se tratar de uma cooperativa agrícola o seu objecto será, naturalmente, orientado no sentido de facilitar e melhorar as condições de que os seus associados dispõem para a exploração agrícola, transformação e comercialização dos seus produtos. (...)”.

45. Ver Ferrinho (1987), Banco Mundial (2008), World Bank (2009), Scoones (2009).

46. Ver Campos (1999), Mendes, (1961).

O Fogo é, sobretudo uma região de vocação agrícola⁴⁷, rara e espantosamente fértil num cenário nacional historicamente difícil, ainda que circunscrita a áreas limitadas. É a ilha mais rural de Cabo Verde, 66,6% da população vive no meio rural, proporção essa muito superior à média nacional que é de 38,2% posicionando-se como a 3ª ilha agrícola mais importante em termos de produção. 63,4% da população do Concelho de São Filipe vive no meio rural, 62,2% no dos Mosteiros e 87,6% no de Santa Catarina do Fogo. A maior parte da população residente dedica-se fundamentalmente à agro-pecuária de subsistência (quase exclusivamente mulheres) e à construção (frentes de alta intensidade de mão-de-obra), contribuindo também as remessas dos emigrantes para os rendimentos familiares (INE, 2011)

Actualmente a área ocupada pela videira é estimada em cerca de 500 ha (mais de 120 mil pés de videira) em toda a ilha do Fogo e em progressiva expansão sendo que em 2005 havia 80 mil pés e uma área de pouco mais de 200 ha. A idade média das vinhas desde a sua replantação a seguir à erupção de 1995 passou de 100 para 14 anos. O cultivo desta planta nos dias de hoje circunscreve-se às zonas altas dos concelhos de Santa Catarina do Fogo e do Concelho dos Mosteiros, por possuírem solos vulcânicos mais férteis e um microclima favoráveis à agricultura, numa altitude variável entre 800 e 1800 m. A maioria, sobretudo em Chã das Caldeiras localiza-se a 1700 metros altitude. (Battaglia & Egger, 2000; Rodrigues & Fattori, 2008) O solo vulcânico e fértil acompanhado pelas oscilações térmicas com noites frescas e pelas muitas horas de sol em anos de precipitação e durante o ciclo vegetativo são as razões para o desenvolvimento de uvas de boa qualidade com efeitos positivos sobre o grau açúcar e substâncias aromáticas dando origem a vinhos saborosos,

47. Para mais considerações consultar, Barros (1908), Campos (1945), Diniz (1902), Fonseca (1909), Fonseca (1936), Santos *et al* (2007), Sousa (2003),

encorpados de alto teor alcoólico. A videira é cultivada num regime de sequeiro e, de acordo com o clima que caracteriza o arquipélago, a sua produção depende exclusivamente das escassas precipitações concentradas entre Julho e Setembro, determinando anos de boas ou más produções conforme a sua quantidade.

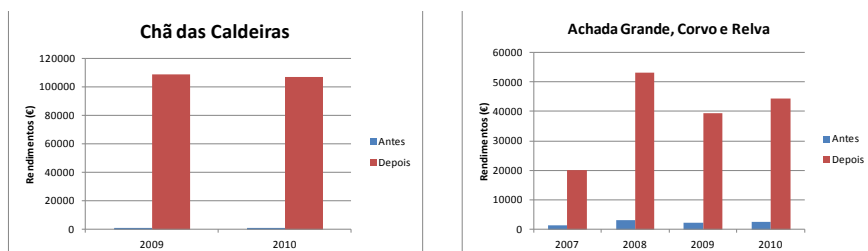


Fig 1 - Evolução dos rendimentos (€)

Fonte: Dados Inquéritos do Autor

Com base em indicadores de qualidade de vida do INE e de outras instituições oficiais, que nos auxiliarão na análise, verificamos que de facto os rendimentos provenientes da produção das uvas traduzem-se em melhorias substanciais na qualidade de vida.

Cerca de 70% dos agricultores inquiridos declararam que investiram na instrução escolar dos filhos por via da melhoria dos rendimentos provenientes da produção de uvas. A Educação nos locais de estudo conheceu, de facto, ganhos substanciais. Esta evidência é confirmada pelos números que mostram a evolução dos alunos inscritos, como se pode ver na figura 6 (anexo 10).

A actividade vitivinícola tem atraído e tem sido o motor do desenvolvimento de outras actividades nomeadamente do turismo, desta forma, têm vindo a receber muitos visitantes, advindo daí outras fontes de rendimento, como por via do artesanato, turismo de habitação e criação e emprego. Muitos jovens têm-se fixado nas suas localidades uma vez que não precisam ter que obrigatoriamente sair para procurar emprego fora, já conseguem efectuar um telefonema, aceder à internet.

O sector rural é um componente fundamental, pois o desenvolvimento do sector primário poderá ter um importante papel impulsionador no desenvolvimento e na diversificação da economia rural, ao permitir o surgimento de novas oportunidades de empregos em actividades a montante e a jusante do sector primário (comercialização, transformação agro-industrial, turismo rural, etc.) como consequência do seu crescimento. Nesta perspectiva o sector vitivinícola não pode ser visto como um sector isolado, mas antes como uma componente do desenvolvimento integrado. Tem maior potencial empregador para as populações com poucas alternativas mas pode também favorecer o crescimento de actividades não agrícolas.

A conclusão mais importante é a de que o nível geral de vida nas localidades vitícolas melhorou e tem estado a melhorar desde o aparecimento das cooperativas. Dito de outro modo, passou a haver menos pobres.

Quer pela análise e interpretação dos dados recolhidos no terreno quer pela consulta documental, verificou-se a importância que a viticultura e a vinicultura assumem na geração de rendimentos e na melhoria do bem-estar dos agregados familiares e das comunidades, permitindo adquirir outros bens alimentares e outros serviços. O tratamento dos dados dos inquéritos e a análise dos dados de várias instituições em Cabo Verde permitiu verificar que em os resultados, tanto monetários como os não monetários, foram positivos no que respeita à nas melhorias das condições de vida: aumento do rendimento, aumento da escolaridade das crianças e aumento da continuação dos estudos por parte das crianças e adolescentes, criação de postos de trabalho, e melhorias em indicadores de saúde e condições habitacionais.

Por esse facto, concluímos que:

- A viticultura é uma importante fonte de rendimento, representando cerca de 77,2% do rendimento global;

- Actualmente o rendimento é, em comparação com a situação no passado, em média dezassete vezes superior em Achada grande, Corvo e Relva e em Chã das Caldeiras;
- 96,7% dos produtores viu melhorar o seu bem-estar melhorou depois do aparecimento das cooperativas;
- 87,9% dos produtores tem a vinha como a cultura mais importante, pelo facto de permitir a melhoria dos rendimentos;
- 46,7% dos produtores situam-se acima do limiar pobreza e 80% acima do valor da cesta básica devido aos rendimentos da vinha;
- A melhoria dos rendimentos permite a que cerca de 70% dos agricultores invista na educação dos filhos, proporcionado um aumento das matrículas registadas.

Em geral os agricultores não contabilizam, sob forma sistemática, os benefícios económicos correntes que retiram da produção. No entanto, admitimos que eles se apercebam desses benefícios através de um conjunto múltiplo de sinais (produtos auto-consumidos; receitas e despesas; capacidade de auto financiamento dos investimentos, etc.) que, mesmo quando não mesurados, influenciam as suas decisões produtivas.

A Vinha, cultura praticada desde há muitos anos, parece ser uma das culturas a apostar na ilha do Fogo. O facto de se poder obter a partir daí outros rendimentos e tendo em conta os preços actualmente praticados, ela representa uma actividade valorativa e uma boa alternativa de rendimento comparativamente a outras culturas. No entanto, debate-se ainda com algumas deficiências que urge resolver: vinhas velhas na sua grande maioria (mais de 70% das vinhas têm idade superior a 30 anos); explorações de dimensões reduzidas e muito parceladas que condicionam o acesso a terra para novas plantações de videiras.

O cooperativismo vinícola detém já posição interessante na economia da produção de vinhos em Cabo Verde e as pequenas propriedades têm

desempenhado um papel importante no desenvolvimento e redução da pobreza, papel amplamente reconhecido pelos parceiros de desenvolvimento. O cooperativismo na Ilha do Fogo ligado à produção vitivinícola constitui um exemplo frutífero do que se poderá fazer em outros sectores, se se quiser aumentar os rendimentos dos produtores e das famílias, criando oportunidades de emprego e fixação da mão-de-obra nas localidades rurais.

Bibliografia

- ANÓNIMO (1934) - “Agricultura e Pecuária Caboverdeana”. *Boletim Geral das Colónias*, **10** (106): 174-175.
- D'ARPOARE, H. (1882) - “Exploração Agronómica em Cabo Verde e Guiné”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, **3º Série** (6): 362-366.
- BERNSTEIN, H. (2004) - “Considering Africa’s Agrarian Questions”. *Historical Materialism*, **12** (4): 115-144.
- BOURGEOIS, L. (1994) - “Les Disparités de Revenus Agricoles”. *Économie Rural*, (220-221): 27-33.
- CMM (2007) - *Diagnóstico Socio-Económico e Territorial do Município dos Mosteiros*. Mosteiros, Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local, Câmara Municipal dos Mosteiros, 198 p.
- CORREIA, J.; Araújo, M. G. M.; Nascimento, J. (1997) - “Impactos Sócio-Económicos da Erupção de 1995 na Ilha do Fogo”. *Erupção Vulcânica de 1995 na Ilha do Fogo, Cabo Verde*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica tropical, p. 325-344.
- CORREIA, A. M. N. G. (1992) - A Agricultura em Cabo Verde. In: *1ªs Jornadas sobre agricultura de Cabo Verde*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 155-169.
- DUARTE, A. R. (2006) - “Conceito e Mensuração da Pobreza: Diferentes Abordagens”. *Revista Científica*, (2): 109-122.
- ESTÊVÃO, J. (2004) - “O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração ECONÓMICA INTERNACIONAL”. *Estratégia*, (20): 139-157.

- ESTÊVÃO, J. (2007). “A economia cabo-verdiana 30 após a independência: uma transição difícil”. *Revista Direito e Cidadania*., **VIII**, p. 125-157.
- FAO (2003) - *World agriculture: towards 2015/2030*. London, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Earthscan Publications Ltd, p. 226-231. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/esag/docs/y4252e.pdf [Acedido em 6 Maio de 2011].
- FERRÃO, J. E. M. (1992) - A Fruticultura em Cabo Verde. In: *1^{as} Jornadas sobre agricultura de Cabo Verde*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 171-183.
- FERREIRA, M. E. M. (2010) - “Um livro com vinho de Cabo Verde”. *Expresso*. Disponível em: <http://aeiou.expresso.pt/um-livro-com-vinho-de-cabo-verde=f597293> [Acedido em 20 Fevereiro de 2011].
- FERRINHO, H. (1987) - *Desenvolvimento Rural*. Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, p. 15-19, 167-171. Dissertação para efeito de obtenção de grau de mestre. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, p. 12-41, 83-144.
- GARCIA, J. P. (1951) - *A Cooperação Vitícola*. Lisboa, Junta Nacional do Vinho, 18 p.
- GUILHERME, A. (2005) - Associativismo no mundo rural. *Pessoas e Lugares*, (34): 6-7.
- HAZELL, P.; Poulton, C.; Wiggins, S.; Dorward, A. (2007) - *The Future of Small Farms for Poverty Reduction and Growth*. Washington, International Food Policy Research Institute, (42), 52 p.
- INE (2001) - *Educação, Recenseamento Geral da População e da Habitação 2000*. Praia, Instituto Nacional de Estatística, 133 p.
- INE (2011) - *Recenseamento Geral da População e da Habitação, Censos 2010*. Praia, Instituto Nacional de Estatística, [Online]. Disponível em: <http://www.ine.cv/CaboVerdeAt/default.htm> [Acedido em 10 Abril de 2011].
- INE (2009) - *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar – QUIBB – CV, 2007*. Praia, Instituto Nacional de Estatística, 81 p.
- INE (2009) - *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar – QUIBB 2007*. Praia, Instituto Nacional de Estatística, 81 p.

- INE (2007) - *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar – QUIBB 2006*. Praia, Instituto Nacional de Estatística, 155 p.
- MAAP (2004) - *Recenseamento Geral da agricultura*. Dados Gerais.Praia, Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.
- MADRRM (2008) - *Plano de Acção para o Desenvolvimento da Agricultura na Ilha do Fogo. PADA-Fogo – 2009 a 2012*. Praia, Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos, 94 p.
- OYA, C. (2007) - “Stories of Rural Accumulation in Africa: Trajectories and Transitions among Rural Capitalists in Senegal”. *Journal of Agrarian Change*, **7** (4): 453-493. (Oya)
- OYA, C.; Santamaría, A. (2007) - “Desarrollo agrícola, transformaciones agrarias y agro-pesimismo”. In: Oya, C.; Santamaría, A. *Economía Política del Desarrollo en África*. Madrid, Akal, p. 133-159.
- PEREIRA, J. A. (1978) - *Associações Agrícolas*. Colecção “Agricultura Moderna” (6). Lisboa, Clássica Editora, p. 10-43.
- PNUD (1997) - *Relatório de Desenvolvimento Humano 1997: Desenvolvimento Humano Para Erradicar a Pobreza*. Nova Iorque, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, p. 2-23.
- POULTON, C. Poulton, C.; Tyler, G.; Dorward, A.; Kydd, J.; Stockbridge, M. (2008) - *Commercial Agriculture in Africa: Lessons from Success and Failure*. Washington, World Bank, 83 p.
- RIBEIRO O. (1960) - *A Ilha do Fogo e as Suas Erupções*. Lisboa, Memórias Série Geográfica, Junta de Investigações do Ultramar, p. 31-209.
- RODRIGUES, J.; Fattori P. (2008) - *Chã das Caldeiras: Memórias do Passado e Expectativas do Futuro*. Cabo Verde, COSPE, Châtour, 46 p.
- SCHULTZ, T. W. (1950) - *Production and Welfare of Agriculture*. New York, The Macmillan Company, P. 1-29.
- TOULMIN, C.; Guèye, B. (2005) - “Is There a Future for Family Farming in West Africa?”. *IDS Bulletin*, Institute of Development Studies, **36** (2): 23-29.
- VASCONCELOS, A. B. M. (1936) - “Um Vulcão”. *Boletim Geral das Colónias*, **12** (136): 20-26.

- VIDAL, V. A. C. (1957) - “A Influência Portuguesa na Agricultura Ultramarina”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, **75** (4-6): 181-195.
- WB (2011) - *Africa Development Indicators*. World Bank, [Online]. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/english_essay_adi2010.pdf [Acedido em 22 Fevereiro de 2011].
- WB (2009) *Awakening Africa's Sleeping Giant. Prospects for Commercial Agriculture in the Guinea Savannah Zone and Beyond*. Washington, World Bank, 210 p.
- WB (1990) - *World Development Report 1990: Poverty*. New York, Oxford University Press, World Bank, p. 1-56.
- WB (2008) - *World Development Report 2008: Agriculture for Development*. Washington, World Bank, p 26-116.
- WB (2001) - *World Development Report 2000-2001: Attacking Poverty*. New York, Oxford University Press, World Bank, p. 15-59.

L'Impact des TIC dans la Gestion des Ressources Humaines et la Croissance Organisationnelle Cap-Verdienne

Denise Isabel Rodrigues Soares Oliveira Lopes

Université de Liège - Belgique

denise.oliveira@docente.unicv.edu.cv; deniseisabelo@hotmail.com

RESUMO

A gestão de recursos humanos está confrontada com o tempo da “era digital” e do século XXI. Em consequência, os gestores têm de estar à altura de desafios emergentes, associados com o digital, em adição a outros mais tradicionais. Os Sistemas de Informação estão cada vez mais presentes no quotidiano das empresas e exigem uma cada vez maior base digital, sendo já considerados fundamentais para o sucesso organizacional e determinando uma gradual passagem de muitos dos sistemas de comando e controle, para a mediação digital. Este artigo propõe o estudo das vantagens e limitações das TIC em Cabo Verde, propondo estratégias para desenvolver os Recursos Humanos, avançando com um modelo de enquadramento dos esforços a realizar para tirar o melhor partido das Tecnologias de Informação e Comunicação, para benefício da Nação.

Palavras-chaves: TIC, RH, Sistemas de Informação, Gestão, Desenvolvimento.

ABSTRACT

La gestion des Ressources Humaines est confrontée avec les changements technologiques du XXI^e siècle. Par conséquent, les gestionnaires sont à mener à vivre à la hauteur des nouveaux défis. Les systèmes d'information sont de plus en plus présents étant même définis comme indicateur de succès. Cet article propose l'étude des avantages et des limitations des TIC au Cap-Vert, ainsi qu'il investigate les stratégies pour développer les ressources humaines, en particulier en ce qui concerne la flexibilité, en faveur de la Nation.

Mots-clés: TIC, RH, Système d'Information, Gestion, Développement.

Contexte et Enjeux

Au siècle XXI, l'accroissement de la extension d'utilisation des technologies de l'information et de la communication (TIC) a été un faits remarquables dans le monde mais aussi au Cap-Vert. Les TIC se sont distingués et ont gagné notoriété au niveau des activités économique et sociale aussi bien dans les pays développés que dans les pays émergents et en voie de développement. L'importante évolution des nouvelles technologies impose les organisations à acquérir de nouvelles expertises une fois que ces technologies sont devenues un important synonyme de progrès (Paré et Sicotte, 2004), vu que même dans les petites entreprises la tendance est de faire recours à cette nouvelle technologie.

Ainsi l'OCDE (2010) démontre a travers des études l'impact positif des TIC dans la croissance économique, la productivité, l'emploi, la reconstruction du travail, la performance, la compétitivité et l'enrichissement du capital humain.

L'Impact et les Avantages des TIC dans l'Économie

Depuis les années 90, les TIC ont été défini comme une nouvelle activité économique et y ont joué et jouent toujours un rôle dont l'importance ne cesse de croître. L'impact des TIC sont considérables sur l'économie mondiale et inévitablement offrent de nombreuses opportunités. Les TIC peuvent contribuer de plusieurs manières à améliorer l'efficience des organisations.

Il reste donc clair que l'importance des nouvelles technologies dans ce différentiel de croissance (Bart van Ark and Robert Inklaar, 2005).

Encourager les TIC est essentiel, tant pour l'amélioration des conditions de vie des pays encore en voie de développement, comme le cas du Cap-Vert, mais aussi pour stimuler l'entrepreneuriat, l'innovation et la croissance. Cependant, beaucoup reste à développer, pour faire en

sorte que tous ces Nations puissent bénéficier des TIC. Le déficit en infrastructures est encore un réel défi.

Les TIC peuvent faciliter les communications transfrontalières, les transactions financières ainsi que le partage de connaissances et d'informations, et peuvent également être catalyseur dans l'intégration mondiale et la facilitation du commerce.

Selon l'OCDE (2003) les TIC ont eu des répercussions considérables sur le renforcement de la productivité du travail.

Avec le développement des TIC et le passage à une économie fondée sur le savoir, l'adoption des TIC devient un outil de plus en plus important pour la performance et la croissance de l'économie nationale des PED (PNUD, 2004).

Le Paradigme des TIC

Particuliers ou entrepreneurs, nous vivons tous aujourd'hui dans une société de la communication électronique, plurielle et immédiate. Les TIC rompent les frontières et permettent une grande interactivité, devenant omniprésent.

Suivant le dictionnaire Larousse (2009), les TIC sont un ensemble des techniques et des équipements informatiques permettant de communiquer à distance par voie électronique. Le terme couvre un large éventail de services, applications, technologies, équipements et logiciels, c'est-à-dire les outils comme le téléphone et l'internet, l'apprentissage à distance, les télévisions, les ordinateurs, les réseaux et les logiciels nécessaires pour employer ces technologies.

Le paradigme des TIC comporte de profonds changements dans le modèle organisationnelle, dans la structure de qualifications de la production et de l'emploi dans les divers pays. Il existe un consensus de plus en plus grand quant à l'importance des TIC.

Mintzberg (2004) a signalé l'importance de prendre en considération les plans de contingence pour changer les structures étant donné leur importance et lien avec les buts et politiques.

Les TIC selon l'OCDE se constituent par des activités classiques d'informatique, d'électronique, des automatismes industriels ainsi que des activités de service (Dryden, 2003).

La dénomination « TIC » agglomère une large gamme de produits informatiques. Ils ont en commun de produire, transformer ou échanger de l'information.

Hughes (1994) nous démontre que nous vivons dans une nouvelle ère étant donné que les TIC pourraient se révéler un puissant allié de développement. Dans la perception actuelle des entreprises, les TIC n'évoquent pas seulement le commerce électronique.

TIC : « Nouveau » Outils au Services de la Fonction RH

La fonction Ressources Humaines a profondément évolué pendant les dernières décennies. Vraisemblablement, la fonction RH doit adopter un double positionnement. Pour être crédible, elle doit optimiser ses services et améliorer ses processus. RH est une fonction en pleine métamorphose: elle se trouve au croisement du social et de l'économique.

Les TIC, dernière vague d'innovation technologique, peuvent optimiser les processus RH et à réorganiser la fonction RH. La compétitivité dépend de plus en plus de la maîtrise de ses flux d'information et de communication, de leur gestion, de leur production et de leur transformation.

Le développement des TIC a fortement impacté la fonction RH en amplifiant l'autonomie et en facilitant les mécanismes de contrôle de performance et d'implantation des objectifs fondamentaux.

En résumé, les TIC sont de plus en plus présentes et nécessaires (Reix, 1999) puisque la compétitivité d'une organisation dépend de plus en plus de

la maîtrise de ses flux d'information et de communication, de leur gestion, de leur production et de leur transformation.

L'émergence de ces nouvelles technologies demande une ample attention quant aux besoins des RH et la recherche d'un service mieux adapté.

De fait, on constate que les TIC sont dès lors à l'origine de changements importants, même si avant la diffusion des TIC, les organisations travaillaient déjà dans des « modalités » plus ou moins structurés. Le gigantisme des TIC est sans doute une des évolutions indispensables de cette ère pos-industrielles.

Les organisations doivent à chaque jours penser en réseau pour maîtriser les changements technologues. Jadis, la vieille était faite pour durer. Aujourd'hui, la technologie doit avant tout suivre les évolutions.

En effet, un capital humain capable est un point fort pour les organisations et les dernières instabilités économiques forcent à revoir le rôle des ressources humaines (Gait et al, 2009).

TIC e PED

Les organisations des pays en développement, comme les Cap-Verdiennes, se rende compte jour a jours des nombreuses difficultés à affronter. L'Etat a un rôle important dans ce processus d'évolution.

Les organisations ont un rôle important à jouer dans la croissance économique et dans le traitement social des pays.

Pour annuler ce cadre néfaste il est important d'accorder une forte importance à la ressource humaine et d'étudier spécialement comment s'effectuent l'appropriation et le changement organisationnel.

Le Cap-Vert a multiplié depuis quelques années les initiatives d'investissement dans les TIC pour favoriser l'accès à ces technologies en tant qu'outils modernes de communication et d'échange.

Les TIC ne peuvent être bénéfiques que si elles contribuent à l'élimination de la pauvreté, la santé, l'éducation, etc.

Les données du PNUD (2001) estiment que si une croissance économique soutenue facilite la création d'innovation utile, la technologie peut être mise au service de la croissance et du développement. Les PED peuvent avoir d'énormes bénéfices avec les nouvelles technologies.

La nécessité de dynamiser les TIC se traduit par l'élaboration de politiques de modernisation efficace et petit à petit on s'aperçoit du nouvel intérêt dont elles font objet.

Quelques Références

- BART van Ark et Inklaar Robert, (2005) *Catching Up or Getting Stuck ? Europe's Problems to Exploit ICT's Productivity Potential*, EU Klems, Working Paper n°7.
- DRYDEN J. (2003) *TIC, Économie et société – Problèmes de mesure et d'analyse*, OCDE
- GAITH, F. H., Khalim, A. R., and Ismail, A. (2009), "Usage of information technology in construction firms; Malaysian construction industry", *European Journal of Scientific Research*, 28(3), 412-421.
- HUGHES O., (1994) *Public Management and Administration*, MacMillan, pp.278-279.
- MINTZBERG, H. (2004) *Developing theory about the Development of TheO/y*: 21p.
- OCDE (2003). *LES TIC ET LA CROISSANCE ÉCONOMIQUE* – ISBN 92-64-10130-6
- OCDE (2003), *Apprendre aujourd'hui, réussir demain: Premiers résultats de PISA 2003*, OCDE, Paris
- OECD (2010), "Are ICT Users More Innovative? An Analysis of ICT-Enabled Innovation in OECD Firms", DSTI/ICCP/IIS(2010)8/FINAL.

- OLINER S.D. Sichel D.E. (2002) Information, Technology and Productivity: where are we and where are we going, Federal Reserve Bank of Atlanta Economic Review, 3^e trimestre. ONU (2003) Rapport du Groupe de Voorburg sur les statistiques des services.
- PARE, G. et Sicotte, C., (2004), "Les Technologies de l'Information et la Transformation de l'Offre de Soins", Cahier du Groupe de Recherche en Systeme d'Information, HEC Montreal, Vol.4, N°4, pp.1-25.
- PETIT Larousse illustré (2009), Paris, Larousse, ISBN 978-2-03-584078-3, dépôt légal juin 2009, 1818 + CXXXII p

Subsídios para a Implementação de SIG na Câmara Municipal da Praia

Ivete Silves Ferreira

Universidade Federal de Pernambuco

ivetefer@gmail.com

RESUMO

Em Cabo Verde, o processo de descentralização e instauração do poder local, veio evidenciar a necessidade, das câmaras municipais, encontrarem formas e instrumentos mais eficientes de tratamento de grandes volumes de informação, tornando mais célere, transparente e credível o processo de tomada das decisões. Os Sistemas de Informação Geográfica, pelas suas características conseguem garantir, às Autarquias, estas funcionalidades.

Este trabalho propõe um modelo de implementação de SIG na Câmara Municipal da Praia, em Cabo verde, recorrendo à um conjunto de subsídios, recolhidos no seio da instituição camarária, e considerados fundamentais para a concepção de um modelo que seja reconhecido pelos seus potenciais utilizadores e beneficiários. O modelo ora apresentado, resulta também da análise e de subsídios recolhidos em três experiências de implementação de SIG adoptadas em outras realidades e que tiveram êxitos nos resultados preconizados.

Palavras Chaves: SIG, Autarquias Locais, modelos de implementação, subsídios, gestão municipal, estrutura autárquica, partilha de informação;

Introdução

Em Cabo Verde o processo de descentralização, a partir de 1990, tem representado um ganho as para comunidades locais e para as populações em geral, tendo por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e promover a eficiência e a eficácia da gestão pública assegurando os direitos dos administrados.

A instauração do municipalismo pressupunha reduzir a distância entre as comunidades e o poder, provocada sobretudo pelo fator insularidade e pela bipolarização que ainda caracteriza o desenvolvimento urbano no país, com concentração dos principais bens e serviços nos dois maiores polos urbanos do país, Praia e Mindelo. Com o advento da Constituição de 1992, concebeu-se um poder local autónomo, com património e finanças próprias, legitimidade democrática e poder regulamentar, contando o país hoje com vinte e dois Municípios, e menor dependência das pessoas ao poder central que se encontra localizado essencialmente na Praia (ilha de Santiago), capital do País.

No entanto, o exercício de cidadania só é pleno quando se atingem níveis elevados de participação pública (Tenedório, 2004) e que por sua vez pressupõe a disponibilização das informações pelos órgãos do poder. Uma das formas mais eficazes de disponibilizar as informações de interesse para consulta pública é, o recurso às novas tecnologias de informação.

Atualmente, torna-se cada vez mais necessário basear decisões relacionadas com os serviços públicos em critérios transparentes e apoiados nas melhores informações disponíveis. É também indispensável colocar à disposição da população, informações suficientes para que os cidadãos possam exercer o seu direito de participação, questionando as decisões tomadas e propondo soluções (Borges, 2002).

Embora recentemente o país tenha feito um considerável investimento nas novas tecnologia de informação, a nível das autarquias locais, nota-se ainda a necessidade do reforço do seu uso, como forma de modernizar e tornar mais transparente o seu funcionamento, gestão e administração.

Os sistemas de Informação Geográfica são hoje apontados como exemplos de tecnologias de gestão de informação espacial fundamentais em instituições que lidam com problemas geográficos. Ao procurar por uma definição para os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), encontram-se várias perspectivas diferentes, mas muitos dos autores têm

a percepção comum de que os SIG são ferramentas importantes ao apoio e à resolução de problemas geográficos.

Assim, entende-se por SIG “Um conjunto integrado de software, computador e dados utilizados para visualizar e gerir informações geográficas sobre locais, analisar relações espaciais, e modelar processos espaciais. Um SIG fornece um quadro para a recolha e organização de dados espaciais e informações relacionadas, para que possam ser exibidos e analisados “.

Para Carvalho (2003) os SIG são modelos ou representações do “mundo real” que permitem e interferem na realidade. Apresentam-se como instrumentos fundamentais na gestão municipal, pois possuem ferramentas computacionais que permitem a integração e manipulação de informações diversa, sendo especialmente adequadas para análises de problemas de natureza espacial, tanto a nível global, como regional e local.

Em Cabo Verde o recurso aos SIG, pelas diversas instituições, é ainda relativamente limitado, tendo em conta que a maior parte dos serviços públicos ainda não utiliza esta ferramenta como instrumento de apoio para o seu funcionamento e gestão.

Daí o interesse e a pertinência deste estudo, que tem como principal objetivo recolher um conjunto de informações e dados junto dos funcionários, técnicos e lideranças políticas da CMP (Câmara Municipal da Praia) que possam constituir-se em reais subsídios a ter em conta na concepção de uma proposta de modelo de implementação de SIG para a instituição. Parte-se do princípio de que uma boa proposta de modelo de implementação de SIG na instituição terá que obrigatoriamente ter em conta as expectativas, anseios e opiniões de todos os atores envolvidos na gestão camarária em apreço.

O artigo encontra-se estruturado em três partes, em que numa primeira é analisada a importância do SIG em contexto municipal, suas

potencialidades, e análise de 3 exemplos de implementação em outras realidades, servindo-se de orientação para a concepção do modelo a implementar no município da Praia. Numa segunda parte é apresentado um modelo com base em entrevistas e inquéritos feitos na Câmara Municipal da Praia e na última seção são apresentados algumas conclusões.

A Importância do SIG em Contexto Municipal

Tal como se referiu no enquadramento deste estudo, com a vaga de descentralização que se iniciou no país, como resultado da exigência dos próprios cidadãos, politicamente assumida pelos governantes, o poder local passa a assumir cada vez, mais competências e atribuições do poder central, o que faz com que os desafios passam a ser cada vez maiores, evidenciando a necessidade da utilização de novas tecnologias de informação no processo de participação, decisão e gestão da informação e imprimir mais celeridade e qualidade nas respostas. Independentemente do tipo de relação com o cidadão, o aumento das competências, amplia o volume da informação que entra (input de dados) na Câmara Municipal, implicando elevadas capacidades de processamento e armazenamento.

Entre estes instrumentos e saberes, estão os Sistemas de Informação Municipais, particularmente aqueles que incluem possibilidades de modelação e gestão do espaço, porque um planeamento que vise o desenvolvimento otimizado do território, implica que se faça a integração de múltipla informação temática.

Para, Araújo (2007) o aprofundamento das áreas de intervenção da Administração Local, a complexidade das questões e a natureza intermunicipal de alguns problemas, tem contribuído para o surgimento dos novos modelos de governação.

Desta forma, a necessidade da Câmara Municipal ter uma capacidade de resposta cada vez mais eficiente é cada vez maior. E se, se tiver em

conta que a tendência do crescimento populacional do Município da Praia tem sido exponencial, e a uma taxa média anual de 3,0%, contribuído para o rápido alargamento dos bairros clandestinos, mais urgência ainda deve-se dar se à instalação de um instrumento de planeamento moderno e eficaz, capaz de ajudar a prevenir este tipo de fenómenos.

Para Severino (2007), os SIG lidam com tecnologias sofisticadas e são indissociáveis dos contextos organizacionais onde se implementam, pelo que não devem ser encarados como um mero Sistema de Informação, mas antes como um conjunto de saberes associados ao conhecimento do comportamento geo-espacial de fenómenos e que permitem uma integração de dados de naturezas diversas possibilitando integração via WEB, parecendo de facto um instrumento notavelmente vocacionado ao uso no meio autárquico, cujas competências são diversificadas e se exercem sobre um espaço geográfico bem definido e modelável até certo ponto.

O contexto de Cabo Verde apresenta alguns desafios, pois, atualmente, as oralidades ainda pesam na visualização cartográfica das soluções, pois não se utilizam ainda suficientemente as novas tecnologias de informação no planeamento físico do território, principalmente a nível municipal.

Todas as Câmaras Municipais do país, incluindo a CMP (Câmara Municipal da Praia), recorrem ainda a técnicas tradicionais, de que é exemplo a análise e interpretação visual, para gerir as informações territoriais e tomar as decisões que se impõe, quando hoje existem ferramentas informáticas modernas que possibilitam efetuar análises espaciais de um grande volume de informações, de forma rápida e eficiente.

Fatores como a resistência à inovações, carência de recursos técnicos e financeiros, fraca liderança e engajamento político, poderão explicar a inexistência de sistemas de informações territoriais nuns casos, e insucesso na implementação noutros casos.

Tenedório et al (2004), defende que “à Autarquia cabe demonstrar a optimização das soluções com a objetividade e a eficácia visual das NTI (Novas Tecnologias de Informação), tendo como suporte os sistemas de informação geográfica. Ao cidadão cabe participar na seleção das decisões finais. Neste cruzamento de papéis encontram-se as NTI, que são o suporte material das propostas do território municipal do futuro”.

Para Severino (2006?) num processo de implementação de SIG regista-se normalmente as seguintes etapas e exigências: Formação da equipa SIG, a identificação dos principais objectivos, aquisição do Software SIG, Construção da base de dados, Desenvolvimento de aplicações técnicas e funcionais e Manutenção do Sistema SIG.

A análise bibliográfica permitiu descobrir 3 casos de implementação de SIG, ocorridos em países estrangeiros, que conseguiram atingir os objectivos pré-estabelecidos (Silves e Póvoa de Varzim em Portugal e Belo Horizonte no Brasil) servindo-se de orientação para a concepção de uma proposta de modelo SIG a ser apresentado no âmbito deste estudo.

Os três casos analisados, apesar das diferenças e particularidades específicas, apresentam algumas semelhanças entre si, principalmente no que se refere às principais fases de implementação que cada um teve em conta durante o processo de implementação do seu SIG. A maioria recorreu à constituição da equipa SIG, diagnóstico e definição de objetivos, construção da base de dados e desenho de aplicações técnicas e funcionais, enfim fases características deste processo.

Para se estabelecer uma comparação entre os três casos de estudo, escolheu-se alguns indicadores, na impossibilidade de avaliar todos devido à insuficiência de informações disponíveis. Elaborou-se um quadro resumo que se apresenta a seguir:

Tabela 1 - Tabela comparativa dos três casos de estudo (fonte: autora, 2011)

	Silves (2001)	Belo Horizonte (1992)	Póvoa de Varzim (1994)
Acesso à informação	Controlado	Adaptado a necessidades	Controlado
Estrutura da base de dados	Centralizada	Descentralizada	Centralizada
Inserção Institucional	Gabinete SIG	Prodabel	Secção SIG
Partilha de dados	Elevada (Geoloc@I)	Adaptada as necessidades	Elevada
Produção da informação	Gabinete SIG	Prodabel	Secção SIG
Formação dos Recursos humanos	-----	Aposta forte	Aposta forte e permanente
Sensibilidade dos técnicos aos SIG	Fortíssima	Forte	Forte

A tabela 1 mostra o comportamento das três experiências de implementação de SIG Municipais analisadas (Silves, Belo Horizonte e Póvoa de Varzim), relativamente a alguns indicadores considerados importantes num processo de implementação de SIG municipal como são os casos da estrutura e organização da base de dados, a inserção Institucional do SIG, a produção e acesso à informação, a partilha de dados, a política de formação dos recursos humanos e a sensibilidade dos técnicos à implementação do SIG.

Estabelecendo uma breve comparação entre os três modelos adoptados, verifica-se que, de acordo com os indicadores escolhidos, existe uma considerável diferença entre o modelo adoptado por Belo Horizonte relativamente aos adoptados por Silves e Póvoa de Varzim. Estes dois últimos por sua vez, apresentam fortes semelhanças entre si, possivelmente por terem sido desenvolvidos mais recentemente, portanto relativamente mais modernos, quando comparados com o de Belo Horizonte, cujo processo de implementação iniciou-se em 1992 (embora o período de implementação deste último tenha uma diferença de apenas dois anos com o de Póvoa de Varzim, iniciado em 1994). O facto de serem oriundos do mesmo país (Portugal) poderá também ter influenciado as grandes semelhanças.

As diferenças do Modelo SIG adoptado por Belo Horizonte relativamente aos adoptados por Silves e Póvoa de Várzim, referem-se essencialmente à forma de acesso e partilha da informação, estrutura e organização da base de dados adoptada e inserção institucional do SIG.

Belo Horizonte foi o único dos três Municípios a optar por um modelo descentralizado (com base de dados localizadas em serviços aonde se realizam as tarefas e se produz a informação resultante) em que “foi possível conceber e implementar uma vasta gama de aplicações, em franco processo de descentralização e com a devida manutenção pelo órgão responsável, ficando a Prodabel (secção que zela pela produção e gestão de toda a informação produzida a nível do SIG) encarregue pela troca de informações, sempre que houver necessidade” (Davis, nd).

Ao contrário dos outros casos, não criou um gabinete específico para a implementação do SIG mas este foi concebido e gerido pela Prodabel, gabinete responsável pela informática e pelas actividades de cartografia e cadastro urbano. Aqui a partilha de dados entre os departamentos e o acesso às informações, são feitas sempre que houver “necessidades”, ficando esta tarefa sob a responsabilidade da Prodabel.

Por sua vez os modelos adoptados por Silves e Póvoa de Varzim apresentam consideráveis semelhanças em relação aos indicadores aqui em análise. O destaque vai para a estrutura de base de dados adoptada, inserção institucional do SIG, política de partilha de dados e acesso a informação. Ambos optaram pela criação de um Gabinete ou Secção autónoma de implementação e coordenação do SIG em vez da sua integração em departamentos camarários pré-existentes.

No caso concreto de Póvoa de Varzim, a função da SSIG (Secção SIG), para “além de recolher, analisar, estruturar, integrar, armazenar, disponibilizar, divulgar e partilhar a informação geográfica de interesse aos diversos serviços, funciona também como centro de competência

técnica para apoiar todos os sectores na elaboração das suas bases de dados, coordenar a aquisição de software e contratos de manutenção, garantir a correta utilização e atualização das aplicações, garantir o apoio na formação dos técnicos da equipa e outros que direta ou indiretamente colaborem com o SIG, e assegurar a partilha de dados e de ferramentas SIG

Concepção do Modelo de Implementação de um SIG na Câmara da Praia

Recolheu-se um conjunto de informações, sugestões e dados fornecidos pelos funcionários, técnicos e lideranças políticas que trabalham na instituição, tendo também como referência e suporte, os modelos de implementação de SIG analisados.

Encarou-se a recolha de dados na CMP, como uma etapa fundamental para que o modelo que vier a ser proposto vá efetivamente de encontro as necessidades, anseios e expectativas dos técnicos da CMP em relação a esta matéria, não devendo-se esquecer que estes constituem os principais gestores, utilizadores e beneficiários deste instrumento, para além dos munícipes e outros utilizadores externos de uma forma geral.

Para isso, como já foi referido, foram realizados dois tipos de recolha de dados: através de questionários fechados e entrevistas abertas. Realizaram-se treze entrevistas abertas, direccionadas fundamentalmente para as chefias (como são exemplos os vereadores e os chefes de departamentos e direcções) e encontram-se estruturadas em seis secções nomeadamente: Actividades da Câmara, Actividades que utilizam a informação geográfica, Existência de SIG (necessidade de SIG, departamentos responsáveis), Problemas de implementação (recursos humanos, técnicos e financeiros), Aplicações e Propostas de implementação

Os questionários fechados foram estruturados em cinco grupos (Áreas de actuação da CMP, Dados utilizados no exercício da sua actividade,

Necessidades de informação geográfica, de tecnologias, equipamentos e técnicos/profissionais especializados, Aplicações e Modelo de implementação e problemas associados (recursos humanos, técnicos e financeiros) e aplicados aos técnicos com formação Médio/Superior da instituição. De referir que as respostas à estes questionários foram analisados, com recurso ao SPSS versão 16.0.

Desta forma, a proposta de modelo de SIG ora apresentada, resulta dos subsídios recolhidos na CMP e que possibilitaram constatar alguns factos interessantes e que serão seguidamente explanados.

O quadro que se apresenta a seguir mostra a reacção dos técnicos e funcionários da CMP perante um conjunto de questões relacionadas com o processo de implementação de um SIG. Com base nestes indicadores irá propor-se, de seguida, um Modelo que melhor se adapte ao caso particular da CMP.

A análise da tabela 2 permite tirar algumas conclusões: 95% dos 20 inquiridos já ouviu falar de Sistemas de informação Geográfica (SIG) mas apenas 45% já trabalhou com a referida ferramenta e 50% afirma nunca ter trabalhado com o instrumento. 90% concorda que a CMP precisa de um SIG e apenas 10% diz não saber ou não responde a questão.

Tabela 2 – Análise dos Questionários Fechados

INDICADORES	Sim	Não	NS/NR
Já ouviu falar em SIG	95%	5%	0%
Trabalhou com SIG	45%	50%	5%
CMP está apta para o SIG	35%	5%	60%
CMP precisa de SIG	90%	0%	10%
Técnicos sensibilizados	45%	25%	30%
Gabinete SIG com alguns técnicos	60%	20%	20%
SIG alargado a todos	80%	5%	15%
Nº de técnicos qualificados em SIG suficientes	10%	40%	50%
CMP vai apostar na formação em SIG	45%	5%	50%
CMP precisa de 5 técnicos com domínio perfeito SIG	50%	5%	45%
Equipamentos SIG suficientes	10%	25%	65%

Fonte: autora, 2011

Contudo, apesar de reconhecerem que a CMP precisa de um SIG, apenas 35% está de acordo que a CMP esteja apta, em termos de equipamentos e recursos humanos, para se iniciar com um SIG. A maioria (60%) diz não saber ou prefere não responder á esta questão.

De acordo com um dos entrevistados “neste momento o SIG é visto como um encargo mas os ganhos que vão ter daqui no máximo 2 anos vão ser incomensuráveis. Há algumas resistências por parte do responsável das Finanças mas mesmo ele amanhã vai ver os ganhos deste sistema para o seu trabalho”.

A tabela 2 mostra também que em termos de sensibilidade dos técnicos da CMP, às potencialidades do SIG, embora uma parte significativa (45%) dos inquiridos defenda que os técnicos da instituição estejam sensibilizados com a importância do SIG, 55%, ou seja, mais de metade ou afirmam que os técnicos não estão sensibilizados (25%) ou que não sabem (30%).

Um entrevistado afirma que “Haverá algumas barreiras relacionadas com questões políticas e também com o pessoal menos qualificado e que

ainda não estão preparados para inovações”. Outro diz que “De uma forma geral poderá haver complicações, normal em situações de mudança mas nada que impeça a sua implementação.

Metade dos inquiridos (50%) diz não saber se a CMP tem ou não técnicos suficientes formados em SIG, 40% afirma que a Câmara não tem e apenas 10% diz que a instituição tem. A tabela 4 aponta ainda que metade dos inquiridos ou seja 50% declaram não saber se a CMP tem projectos futuros de formação dos seus técnicos nas áreas de SIG. No entanto uma parte considerável (45%) defende que seguramente a CMP vai apostar na formação nesta área.

As entrevistas abertas vêm confirmar as opiniões de que a CMP não possui ainda pessoal técnico suficiente para se iniciar com um SIG: uns acham que a CMP vai apostar na formação dos que vão trabalhar directamente com a gestão do SIG pois os outros departamentos vão usá-lo apenas como um instrumento de trabalho, outros defendem que deverá fazer-se uma “campanha de sensibilização no sentido de se ver os reais ganhos do sSIG”. E alguns são de opinião que o pessoal do urbanismo está minimamente preparado pois são áreas afins.

A tabela 2 assinala que 50% dos inquiridos pensam que a CMP precisa de pelo menos cinco técnicos especializados em SIG para poder implementar o seu SIG. Porém 65% diz não saber se a instituição possui equipamentos SIG suficientes para isso. Relativamente à este ultimo item, forneceu-se, durante os inquéritos, um vasto exemplo de equipamentos informáticos, perguntando-se destes quais a CMP utiliza na sua gestão corrente, 55% dos inquiridos apontou como exemplos, somente os equipamentos informáticos básicos como são os casos de computadores, impressoras, fotocopiadoras, 40% indicou exemplos de equipamentos SIG e servidores de base de dados e apenas 5% indicou todos os tipos de equipamentos ou seja tantos os básicos como os equipamentos SIG e servidores de base de dados. Os entrevistados reconfirmaram estes dados,

reafirmando que a CMP praticamente não tem equipamentos SIG ou seja não tem GPS, nem softwares SIG licenciados e os Plotters e mesas digitalizadores existentes não funcionam.

Contudo, numa das visitas as instalações do Gabinete SIG, recentemente montado num dos anexos da CMP, constatou-se que se adquiriu recentemente alguns equipamentos SIG nunca antes existentes na CMP, de que é exemplo um GPS.

Proposta de Modelo SIG

Tabela 3- Subsídios para a concepção do modelo de implementação do SIG na CMP (fonte: autora, 2011)

		PCMP ¹¹	GSIG ¹²	Urbanismo	Outros	Todos	NS/NR ¹³
Controle da informação do SIG		15%	55%	15%	-----	5%	5%
Inserção Institucional do SIG		-----	25%	20%	10%	30%	15%
Coordenação do SIG		5%	90%	-----	-----	-----	5%
	CMP ¹⁴	Empresa contratada		Outros		Todos	NS/NR
Produção da informação	35%	15%		5%		30%	10%
	Algumas			Todas			NS/NR
Informação a divulgar	15%			40%			45%
	SIM			NÃO			NS/NR
Aposta na formação	45%			5%			50%
Sensibilidade aos SIG	45%			25%			30%

Relativamente aos subsídios concretos para a definição do modelo SIG a implementar na Praia, a tabela acima (tabela 3) apresenta alguns dados recolhidos nos questionários fechados e que foram considerados importantes para a definição do modelo que melhor se adapte a CMP e que dizem respeito, a semelhança do que se fez com as três experiências de SIG analisadas, aos indicadores “acesso e partilha da informação,

inserção institucional, formação de recursos humanos, sensibilidade ao SIG” entre outros”.

De acordo com esta tabela, 25% dos inquiridos é de opinião que o SIG deve ficar num gabinete autónomo, criado especialmente para o efeito e fora do quadro organizacional da CMP, 20% defende que deve ficar enquadrado na direcção de urbanismo e 30% acha que deve ficar em todos os departamentos da CMP. Este último dado merece uma análise especial pois, subentende-se que 30% dos inquiridos acham que todos os departamentos da Câmara devem ter acesso ao SIG e não que o SIG deve ser institucionalmente inserido em todos os departamentos da CMP. A forma como a questão foi colocada poderá ter influenciado esta resposta. Há aqui algum equilíbrio relativamente à percentagem dos que defendem que o SIG deve ficar integrado no Gabinete do urbanismo (20%) e os que defendem que deve-se criar um gabinete autónomo (25%) para o efeito (Gabinete SIG), mas com ligeira preponderância desta ultima opção, daí optar-se por esta ultima solução.

Um dos condicionantes para o sucesso do SIG, está relacionada com a criação de uma equipa autónoma, não inserida em qualquer departamento e que esteja sob a supervisão directa do presidente (permite superar as barreiras burocráticas resultantes da hierarquização dos serviços. O presidente da Câmara deverá ser o coordenador do projecto.

De acordo com a tabela 8, 85% dos inquiridos defendem que deve ser o Gabinete SIG a coordenar o SIG e 55% acha que deve ser este a controlar todas as informações produzidas á este nível.

Para os entrevistados o modelo SIG a ser adoptado pela CMP deverá “privilegiar o máximo possível, a partilha interna e externa da informação, salvaguardando a sua devida restrição e selecção de acordo com os objectivos e publico alvo a que se destinam. Na mesma linha, 40% dos inquiridos é de opinião que todas as informações produzidas a nível do SIG devem

ser divulgadas, 45% não sabe ou não responde e apenas 15% diz que só algumas informações devem ser divulgadas.

Para Sousa et al (nd), a experiência dos autores recomenda a definição de três perfis de utilizador, a saber: o de gestão/administração, o de actualização e, finalmente, o de consulta, para os quais deverão ser realizadas acções de formação específica.

Outras informações, para além das constantes na tabela 4, e que merecem consideração para a apresentação de uma proposta de modelo têm a ver com a composição do Gabinete SIG. Recorde-se que (tabela 4) 60% dos inquiridos pensa que o Gabinete SIG a ser criado não deve integrar muitos técnicos, contendo apenas um grupo reduzido e 85% é de opinião que o SIG deve ser alargado a todos os técnicos da instituição.

Um dos entrevistados faz a seguinte afirmação a propósito deste assunto “O SIG é de todos e para todos, embora cada um com o seu nível de responsabilidade. Neste momento todos estão ligados em rede através do SIM (Serviço de informação Municipal) e com o SIG também vai ser a mesma coisa, todos vão ter necessidade de usa-lo para ter ou dar informação entre outras coisas.

Tabela 4 - Síntese das Características do Modelo SIG da CMP

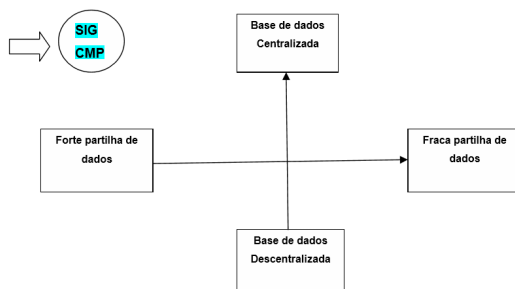
MODELO SIG CMP	
Acesso à informação	Controlado
Estrutura da base de dados	Centralizada
Inserção Institucional	Gabinete SIG
Partilha de dados	Elevada
Coordenação SIG	Gabinete SIG
Controle da Informação	Gabinete SIG
Formação dos Recursos humanos	Aposta forte
Sensibilidade dos técnicos aos SIG	Forte

Fonte: autora, 2011

De acordo com a tabela 4, o SIG da CMP deve estar integrado num gabinete especificamente criado para o efeito, que coordena e controla toda a informação por ele produzida, privilegiar a facilidade de acesso e a partilha dessa informação, embora de forma controlada e filtrada de acordo com as necessidades dos utilizadores. Este Gabinete deve estar fortemente ligado a figura do presidente da CMP, de modo a poder ter o suporte político necessário para fazer avançar este projecto e ser institucionalmente aceite por todos. A base de dados deve ser centralizada, permitindo que os diversos departamentos tenham acesso a dados comuns.

Segundo o responsável do departamento de Urbanismo “O SIG não vai ficar em nenhum gabinete mas sim na dependência directa do Presidente da CMP. Estamos a montar o SIG com a parceria de uma Câmara amiga que é a Câmara de Ponta Delgada dos Açores, que tem um SIG de Sucesso montado há mais de 15 anos. A mesma pessoa que montou o SIG deles está também a ajudar-nos. Já temos um programa de implementação já feito com cronogramas custos e toda a engenharia necessária. Estamos neste momento a juntar as informações e fazer uma base de trabalho único”

A figura a seguir enquadra o posicionamento do Modelo SIG a adoptar pela CMP, com base em duas variáveis específicas “a estrutura de base de dados e a politica de partilha de dados”, e de acordo com as informações recolhidas nos inquéritos: assim, e de acordo com esta figura, o SIG da CMP deverá ter uma base de dados comum, cujo informações deverão ser fortemente partilhadas entre os seus utilizadores.

Figura 1- Proposta Modelo SIG CMP

Fonte: autora, 2011

Relativamente a estes dois indicadores específicos, as opiniões recolhidas nas entrevistas convergem no sentido de se criar uma base de dados comum e centralizado, tendo em conta que na Câmara Municipal da Praia, muitos departamentos recorrem às mesmas informações, diminuindo por esta via a possibilidade de redundância e duplicação de dados e visto que os técnicos defendem que todos devem ter acesso e beneficiar do SIG, cada departamento poderá ter a sua pequena base de dados e usar também os dados da base central, com a vantagem de que todos poderão beneficiar-se de informações comuns provenientes da mesma base de dados, proporcionando a uniformizando das definições e dos dados. No entanto esta base de dados central deverá ter uma estrutura claramente definida e ser de conhecimento de todos os utilizadores.

Abdulaai (2009) considera que uma das questões estratégicas que precisam ser consideradas na criação de uma infra-estrutura de dados municipal, tem a ver com a formação de um sistema centralizado de base de dados geográficos e relacionais válidos para todos os departamentos municipais, bem como outras questões como o estabelecimento de padrões de dados e procedimentos de manutenção a ser seguido por todos os departamentos do Município.

Se, se voltar outra vez à tabela 1 pode-se concluir que o Modelo SIG a ser implementado na Praia, deverá aproximar-se muito dos das características dos modelos apresentados nos casos de estudo analisados neste trabalho, principalmente nos casos de Póvoa de Varzim e Belo Horizonte, aonde optou-se por um modelo centralizado, com forte componente de partilha de dados e principalmente elevada aposta na formação dos recursos humanos.

Conclusões e Recomendações

O SIG é considerado como a mais moderna ferramenta para atender à gestão urbana e vem sendo implantado na maioria dos grandes centros urbanos do mundo. A maior parte das decisões tomadas pelos órgãos de planeamento e gestão urbana envolve a componente geográfica directamente ou por implicação, daí a importância que as tecnologias de geoprocessamento adquirem hoje para a moderna gestão das cidades.

Como já se viu, uma das mais importantes funções de um SIG é a possibilidade que oferece para integrar dados de diversas fontes e formatos e gerar informação adicional pelo cruzamento destes dados.

Por outro lado, a multiplicidade de usos, característicos das Autarquias, e o excelente potencial para intercâmbio de informações com órgãos e instituições de outras esferas ajudam a justificar os investimentos nesta tecnologia.

O Município da Praia, na qualidade de maior Município do país (um quarto da população do país) e que alberga a Capital do país, tem recorrentemente tentado adoptar o SIG como instrumento de apoio a gestão e tratamento das informações, mas nunca conseguiu finalizar o processo de implementação. No entanto, independentemente das razões que verdadeiramente terão impedido a efectiva instalação de um SIG na CMP, será importante considerar os alguns aspectos resultantes das

pesquisas feitas no âmbito desta dissertação e que poderão efectivamente ser utilizados como subsídios para a concepção de um bom modelo de implementação de um SIG Municipal:

Existe um grande reconhecimento sobre importância do SIG pelos técnicos e funcionários da CMP, e a necessidade da sua instalação para a melhoria da gestão urbana e funcionamento da instituição, contudo uma parte considerável nunca utilizou o sistema, o que indica que deverá formar-se alguns técnicos, sensibilizar-se outros, de modo a reforçar o potencial interno existente a este nível.

Apesar de se admitir que os técnicos da instituição estejam sensibilizados com a ideia de implementação da ferramenta, muitos mostram-se reticentes relativamente à capacidade efectiva da instituição em implementar o sistema.

Considera-se que a instituição não tem equipamentos SIG suficientes ou operacionais para desencadear o processo de implementação, daí recomendar-se não só a mobilização de recursos financeiros necessários para a aquisição de equipamentos, mas também chama-se atenção para a aquisição de equipamentos (hardware e software) que possam ser “efectivamente” utilizados, pois de acordo com as informações recolhidas, muitos equipamentos SIG adoptados, nunca chegaram a ser utilizados, ou por não haver técnicos especializados para o fazer ou por não haver técnicos capazes de fazer a sua adequada manutenção.

Alerta-se também, à esta equipa, a ter em conta os subsídios propostos no âmbito deste trabalho, relativamente as características que deva ter o Modelo SIG a ser apresentado na CMP, que de acordo com as opiniões recolhidas, deverá ter uma base de dados centralizada, garantir a partilha e o acesso a informações comuns a todos os departamentos.

Concluindo recomenda-se muita prudência na fase de implementação, essencialmente na identificação dos objectivos específicos que se quer

atingir com o SIG, no engajamento de todos os actores considerados activos neste processo, bem como na inclusão das opiniões, sugestões, propostas e análises feitas pelos funcionários e técnicos da CMP no âmbito deste trabalho.

Referências Bibliográficas

- ABDULAAL, W.A. (2009). Framework for enterprise GIS for Saudi municipalities, *International Journal of Geographical Information Science*. Department of Urban and Regional Planning, Faculty of Environmental Design, King Abdulaziz University, Jeddah, Saudi Arabia.6(23): pp.687-702.
- ARAÚJO, J.F.F.E. (2007). A governação local e os novos desafios. Acedido em 12 de Fevereiro de 2010: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3303/1/ArtigoMiran dela.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3303/1/ArtigoMiran%20dela.pdf)
- CARVALHO, B.N.R. (2003). Sistema de Informação: Suporte ao Gerenciamento e Planeamento Municipal, ENEGEP 2003 – XXIII Encontro Nacional de Engenheiros de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil. Acedido em 30 de Março de 2010: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0902_1707.pdf
- DAVIS, C.A. (nd). Geoprocessamento na Prefeitura de Belo Horizonte, 5p. Acedido em 16 de Março de 2010: <http://homepages.dcc.ufmg.br/~clodoveu/files/100.70/AM022.%201997%20Geoprocessamento%20na%20Prefeitura%20de%20Belo%20Horizonte.pdf>
- SEVERINO, E.M.O.P. (2006). Sistemas de informação geográfica nas autarquias locais - Modelo de implementação. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de mestre em Ciências e Sistemas de informação geográfica. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Acedido em 05 de Fevereiro de 2010: <http://www.isegi.unl.pt/servicos/documentos/TSIG/TSIG0015.pdf>

- SOUSA, E.R., Silva, U.L., Pestana, J.A. (nd). Sistemas de Informação Geográfica: Desenvolvimento, utilização e evolução. Acedido em 29 de Março de 2010:<http://www.aprh.pt/congressoagua98/files/com/101.pdf>
- TENEDÓRIO, J. A. (2004). Municípios, ordenamento do território e Sistemas de Informação geográfica, Revista GeoINova, 7, P. 201-220, acedido em 20 de Março de 2010: http://cdh.fa.utl.pt/files/11TenedorioGeoINova07_Final_Final.pdf

An Organizational Approach to Technology Adoption Applied to Multi-Channel Banking Systems in Cape Verde

Nuias Mendes Barbosa Silva

Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG

djarfogo@hotmail.com

RESUMO

A adoção de Sistemas e Tecnologias de Informação pressupõe uma coordenação estreita entre os processos de negócio e a tecnologia, sendo necessária uma metodologia de implementação conduzida cuidadosamente, prestando atenção a diferentes aspetos de ordem organizacional, tecnológica e social.

Neste artigo, procura-se analisar os vários modelos de adoção de sistemas e tecnologias de informação, e propor uma *framework* dos fatores que afetam a adoção de SI/TI em países em vias de desenvolvimento, tais como Cabo Verde, tendo como base o contexto organizacional.

Em termos conceptuais, este artigo organiza-se em dois níveis de estudo, no primeiro propõe-se uma abordagem para análise da adoção de SI/TI e, mais especificamente, das Tecnologias e Sistemas Multi Canal. No segundo nível, aplicam-se essas reflexões teóricas ao estudo de caso sobre a adoção de sistemas multicanal na SISP (Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, Sarl) de Cabo Verde, país onde os estudos sobre sistemas e tecnologias de informação são muito raros.

Palavras-chave: Sistemas de Informação, Tecnologias de Informação, Framework, Adoção, Sistemas Multi Canal, Impacto.

1. Introdução

Segundo Peter Drucker (1999), vivemos na era do conhecimento. A verdade é que hoje, as organizações enfrentam ambientes cada vez mais competitivos e com rápidas mudanças, devido, principalmente, à chamada “Sociedade de Informação”, que pode ser considerada como a evolução da

sociedade industrial. Com efeito, já Benakouche (1985, pp.16) abordara os impactos que esta mesma sociedade iria ter nas organizações, afirmando que a informática levaria a sociedade a novos rumos tecnológicos, industriais, económicos, sociais e culturais.

Para que as organizações possam sobreviver e crescer nestes tempos de globalização, necessitam de uma estrutura esquelética flexível para se adaptar as constantes mudanças do meio. Já Charles Darwin afirmava que “...*não são as espécies mais fortes que sobrevivem, nem as mais inteligentes, mas apenas as que se adaptam melhor ao meio*”.

Neste contexto, de grandes e rápidas mudanças, as organizações terão de adotar modelos de gestão flexíveis e participativos, consciencializando-se da importância cada vez maior da necessidade de aprendizagem, da gestão e do planeamento dos SI/TI. São requeridas às organizações uma

constante reengenharia e melhoria dos seus processos de negócio para enfrentar a mudança (Hammer e Champy, 1993). Isto requer várias capacidades dentro da organização quer ao nível tecnológico e quer ao nível do seu alinhamento organizacional. Alias, como apontara Torres (1995, pp.16), na identificação dos fatores críticos de sucesso da organização, um dos mais fortes fatores de competitividade é o uso de tecnologias adequada ao seu negócio.

Se é certo que, nos países desenvolvidos, a necessidade da gestão eficaz dos sistemas e tecnologias de informação, do necessário alinhamento estratégico com o negócio bem como da adoção ajustada às necessidades da organização já estão amplamente divulgados e estudados, o mesmo não se pode afirmar relativamente aos países em vias de desenvolvimento.

As organizações dos países em vias de desenvolvimento em geral, e em especial as cabo-verdianas, têm pela frente um desafio enorme de adotar SI/TI alinhados aos seus objetivos estratégicos de modo a vencer os desafios da globalização e da sociedade digital. O sucesso da adoção

dos SI/TI nos países em vias de desenvolvimento está intimamente relacionada com o saber escolher e o saber usar.

Assim, este estudo pretende colmatar esta necessidade de estudos em SI/TI direccionadas ao continente Africano, analisando a adoção de sistemas e tecnologias de informação em Cabo Verde, construindo a partir da análise teórica e do estudo de caso, uma framework de aspetos relevantes e de suporte na adoção de SI/TI.

O trabalho de investigação baseou-se no acompanhamento e estudo detalhado de um processo de adoção concreto, em curso na SISP. O estudo acompanhou quer a fase de iniciação quer a de implementação do processo de adoção e utilização, procurando revelar mecanismos de decisão envolvidos, permitindo uma análise que clarifique a forma como se adotam sistemas e tecnologias de informação em países em vias de desenvolvimento e quais os seus condicionantes.

O objetivo específico estabelecido, que se configura como a pergunta de investigação, é: *Que fatores são tidos em conta no processo de adoção de Sistemas e Tecnologias de Informação nas empresas cabo-verdianas, face ao quadro teórico construído?*

Assim, pretendeu-se construir uma abordagem sistémica que permita uma melhor compreensão da necessidade dos investimentos em SI/TI e de uma correta adoção pelas organizações.

Este artigo está organizado da seguinte forma: Na secção 2 revê-se a literatura sobre adoção de SI/TI; a secção 3 enuncia-se a proposta do modelo dos fatores que explicam e influenciam a adoção de SI/TI; na secção 4 é apresentado o estudo de caso da adoção de Sistemas multicanal no sector parabancário cabo-verdiano; a discussão e análise dos dados é feita na secção 5; finalmente a secção 6, apresenta as conclusões do estudo e propostas de investigação futura.

2. Revisão Teórica

Nesta secção, revemos os trabalhos publicados no sentido de explicar a adoção de SI/TI. Esta revisão constitui suporte teórico para a construção do modelo de adoção de SI/TI.

2.1 Contexto Organizacional na Adoção de TI

Considerando a organização como um sistema composto por vários elementos interdependentes, as mudanças ocorridas numa das partes influenciarão as demais partes do sistema (Schein, 1993). Isto leva a pensar que a introdução duma nova tecnologia na organização vai ter repercussões em todos os subsistemas organizacionais.

Sendo a organização um sistema aberto e dinâmico, composto por subsistemas, facilmente se compreende que a mudança numa das partes pode implicar alterações nas restantes, incluindo o próprio meio em que ela se insere. Além disso, é possível observar impactos diferentes de uma mesma tecnologia em diferentes organizações.

A adoção de qualquer tecnologia implica uma mudança organizacional (na estrutura, fluxos de informação, rotinas e desempenho) (Huber, 1991), podendo esta ter maior ou menor impacto na organização. Contudo, atendendo a que os ciclos de mudança são cada vez mais rápidos, deve haver a agilidade por parte da organização para responder convenientemente a esta rápida mudança centrando-se na capacidade para adaptar os seus sistemas de suporte.

Como tal, será importante que haja uma articulação entre três estratégias: a tecnológica, a de negócio (suportada por processos de negócio), e a da mudança organizacional. Este triângulo estratégico fornecerá uma orientação para o desenvolvimento de um plano de gestão de mudança e de linhas orientadoras para a tomada das decisões ao longo do processo de adoção.

A par desta articulação, o projeto deve entrar em linha de conta com os aspetos tecnológicos, humanos e organizacionais (Roos, et al., 1995), não esquecendo que a organização faz parte de um ecossistema em que se podem distinguir dois tipos de envolventes: a envolvente contextual – constituída por um conjunto de componentes tecnológicas (novas tecnologias e novos mercados, como por exemplo o comércio eletrónico), políticas (incentivos à modernização tecnológica, variação dos impostos), legais (acordos de exportação e importação, legislação sobre as regras de negócio), demográficas, sociais (fenómenos culturais, desemprego), económicas (restrições ao crédito, variação das taxas de juro) e ecológicas, que condicionam o campo de atuação da organização; e a envolvente transacional - constituída por um conjunto de agentes económicos

(fornecedores, clientes, competidores, grupos reguladores - por exemplo o estado e as instituições financeiras) com quem a organização contacta diretamente (Lousã, 1999).

Durante o processo de adoção do SI/TI, deve existir um envolvimento de todos os funcionários que irão ser afetados pelo mesmo (Oppen, S., 1995). Este envolvimento deve ser traduzido na participação dos funcionários nas diversas fases da adoção. É fundamental cativar os potenciais utilizadores do novo sistema ou tecnologia e transformar a resistência natural à mudança em motivação e empenho (Roos, et al., 1995). Ainda em relação aos funcionários envolvidos no projeto, é importante que todos conheçam o processo de mudança em que estão envolvidos, e vejam o quanto é importante a sua colaboração para o sucesso do mesmo. O papel dos gestores é igualmente importante, de modo a assegurar a execução das responsabilidades por si delegadas (Bair, 1995).

A cultura organizacional, sendo entendida como um conjunto de crenças e expectativas partilhadas pelos membros de uma organização, pode produzir normas que condicionam o comportamento dos indivíduos

e grupos na organização (Schwartz, et al., 1981), e consequentemente a adoção ou não de SI/TI.

De acordo com Bair (1995), a comunicação é um processo crítico no funcionamento de qualquer organização, existindo uma forte relação entre esta e o desempenho organizacional. A comunicação reflete a estrutura da organização (comunicações verticais, horizontais e oblíquas, formais e informais, internas ou externas), e a capacidade desta suportar encontros, ou trabalhos em equipa sem constrangimentos de espaço e tempo.

A formação é outro ingrediente fundamental em todo o contexto de adoção da tecnologia. No entanto, para além da formação terá de existir uma “educação” das pessoas e uma fase de experimentação (Opper, 1995).

Todos estes aspetos referenciados são importantes num processo de adoção. Uma atenção especial aos mesmos elimina potenciais resistências e facilita o processo.

2.2 DOI - *Diffusion Of Innovations*

Uma vez introduzida uma tecnologia (inovação) no mercado é necessário promover a sua difusão, com vista a fomentar a sua adoção pelo maior número possível de clientes, eliminando para tal eventuais barreiras à difusão (Freire, 2000).

Efetivamente, conseguir acelerar a taxa de adoção da inovação pelos potenciais clientes é, naturalmente, um dos principais objetivos da empresa, a partir do momento em que uma nova tecnologia esta em condições de ser comercializado. Contudo, o mercado, segundo Dantas (2001, pp. 141), mostra-se prudente face a novidade, dada a incerteza que lhe esta associada. Impõe-se por isso, difundir a inovação, dá-la a conhecer ao mercado e aos potenciais adotantes. De acordo com Rogers (1993), a difusão é um processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais ao longo do tempo entre membros de um sistema social.

Visto como um processo social, a difusão pretende divulgar algo novo, com vista à redução da incerteza e à facilitação da adoção. Sem um processo de difusão os benefícios da criação tecnológica seriam insignificantes (Metcalfe,1992).

2.2.1 Teorias de Difusão da Inovação (TDoI)

O propósito da teoria é fornecer contribuições das diversas disciplinas interessadas na difusão de uma inovação como um paradigma conceptual para a compreensão do processo de difusão e mudança social.

Difusão de Inovação (DoI) é a teoria que analisa, e que ajuda a explicar, a adaptação de uma nova inovação. Por outras palavras, ajuda a explicar o processo de mudança social. Uma inovação é uma ideia, prática, ou objeto que é percebido como novo por um indivíduo ou outra unidade de adoção. A percepção da novidade da ideia por um indivíduo determina a sua reação a ela (Rogers, 2003). Complementarmente, difusão é o processo através do qual uma inovação é comunicada no tempo através de certos canais entre os membros de um sistema social.

Logo, os principais elementos da TDoI são: inovação, canais de comunicação, tempo e sistema social (Rogers, 2003).

O agente de mudança ou a pessoa que introduz a inovação num sistema social deve tomar em consideração os seguintes aspetos: as características da população alvo (categorias de adotantes), as características da própria inovação ou mudança e os estágios de adoção. Cada uma destas categorias deve ser analisadas e planeadas, quando da introdução da inovação ou mudança. (Lee e Xia, 2006).

A inovação tipicamente expande-se lentamente dentro um grupo social na sua introdução. Depois, com o aumento do número de indivíduos que vão experimentando a inovação (adotantes), a difusão da nova ideia começa a registar uma taxa maior. O fenómeno da difusão inicialmente segue uma curva em forma de S. (Rogers, 2003)

Numa inovação encontramos certas características que afetam a difusão. Estas características são, de acordo com Rogers (2003),: Vantagem relativa; Compatibilidade; Complexidade; Experimentação e Observância.

Neste sentido as inovações que são percebidas pelos indivíduos como tendo vantagem relativa, compatibilidade, que possam ser experimentadas e sejam menos complexas, podem ser adotadas mais rapidamente que outras inovações (Rogers, 2003).

Ainda segundo Rogers (2003), a adoção da inovação tem os seus estágios, nomeadamente: conhecimento, interesse, experiência, decisão, adoção.

2.3 Technology Acceptance Model (TAM)

Investigadores de Sistemas de Informação têm feito grandes esforços na construção de teorias para examinar e prever os fatores determinantes na adoção das TI (Agarwal e Prasad, 1998; Agarwal e Prasad, 1999). Modelos existentes de aceitação das TI têm as suas origens em diversas outras teorias, particularmente na teoria de difusão da inovação apresentado anteriormente, que considera que a perceção do indivíduo acerca da utilização de uma inovação afeta ou influência a sua adoção (Agarwal e Prasad, 1998; Moore e Benbasat, 1991; Rogers, 1995).

Outros modelos teóricos importantes que tentam explicar a relação entre as crenças do utilizador, atitudes, intenções e a utilização atual do sistema, inclui a teoria de ação racional ou lógica (TRA) (Azjen e Fishbein, 1980), a teoria de comportamento planeado (TPB) (Azjen, 1991), e a teoria de Modelo de Aceitação Tecnológica (TAM) (Davis, 1989; Davis et al., 1989). De entre estas teorias, o Modelo de Aceitação Tecnológica (TAM) parece ser a mais consensual entre os Investigadores de Sistemas de Informação, devido à riqueza de suporte empírico (Agarwal e Prasad, 1997; Morris e Dillon, 1997).

De acordo com a Teoria do Modelo de Ação Racional, crenças influenciam atitudes, que consequentemente determinam as intenções, e que por sua vez ditam o comportamento. O Modelo TAM, originalmente desenvolvido por Davis, a partir dos fundamentos teóricos da Teoria do Modelo de Ação Racional, adapta esta relação crença-atitude-intenção - comportamento à aceitação das TI.

Assim, o propósito do TAM é explicar e prever a aceitação das TI e facilitar ou promover mudanças de design antes dos utilizadores terem experimentado um sistema (Davis, 1989).

TAM prevê a aceitação da tecnologia por parte do utilizador com base em duas crenças comportamentais específicas: **Facilidade de utilização percebida (Perceived Ease of Use - PEU)** e a **Utilidade percebida (Perceived Usefulness - PU)**, que determina a intenção de um indivíduo em utilizar uma determinada TI (Davis et al., 1989). Adicionalmente, os efeitos das variáveis externas nas intenções comportamentais são mediados por estes dois fatores.

Podemos definir o PU como o grau em que se espera que uma inovação tecnológica melhore a performance do indivíduo que o irá potencialmente adotar.

O PEU é o grau em que o indivíduo que irá, potencialmente adotar a inovação tecnológica, espera que esta não implique nenhum esforço na sua utilização.

Importantes investigações empíricas, examinaram o poder interpretativo e a validade de medição em diferentes conjuntos caracterizados por constructos, tipos de SI, etc.

Investigando inicialmente correio eletrónico, processadores de texto e softwares gráficos (Davis, 1989; Davis et al., 1989), TAM estendeu a sua aplicação a diversos outros tipos de SI como por exemplo folhas de cálculo (Doll et al., 1998; Hendrickson et al., 1993; Szajana, 1994:

Szajana, 1996) voice mail, personal computing, telemedicina, sistemas inteligentes e alguns outros softwares.

2.4 Outros Fatores que Condicionam a Adoção

Não gostaríamos de fechar este capítulo sobre aspetos relevantes que condicionam a adoção de tecnologias de informação sem se considerar alguns fatores importantes que afetam o ritmo pelo qual a adoção de uma determinada tecnologia se dá nas empresas. De entre os fatores destacaremos os que tem a ver com a **reputação da oferta, a detenção de ativos complementares, o ritmo de mudança tecnológica, infraestruturas prévias de SI/TI**.

No que respeita a **reputação da oferta**. A imagem que o mercado tem do promotor da tecnologia é um fator relevante para a difusão e consequentemente para a adoção (Dantas, 2001). A ausência de notoriedade pode ser um obstáculo intransponível para a afirmação de uma tecnologia no mercado, independentemente da sua qualidade.

A **detenção de ativos complementares**. Como afirma Teece (1987), na “maioria dos casos, a comercialização adequada de uma inovação requer a utilização de uma série de capacidades ou ativos complementares, além do Know-how”. A ausência desses ativos complementares dificulta a adoção (Dantas, 2001).

Quanto ao **ritmo de mudança tecnológica**. É indiscutível que estamos a viver uma era caracterizado por ritmos de mudanças céleres. Se é verdade de que grande parte dos consumidores preferem dispor de produtos atualizados, não é menos verdade que uma boa parte dos consumidores tendem a tomar decisões cada vez mais racionais, evitando cair no seguidismo, adotando tecnologias ou inovações que estarão obsoletas num prazo extremamente curto (Dantas, 2001).

Outros fatores que condicionam a adoção de sistemas e tecnologias de informação nas organizações relacionam-se com a **existência de**

infraestruturas prévias de SI/TI na organização e pela familiaridade da organização com os sistemas de informação.

De acordo com Reis (2001, pp.71) “é muito mais exequível desenvolver e implementar uma estratégia de sistemas de informação numa organização que já dispõe de uma infraestrutura de sistemas de informação do que numa organização em que será necessário construir tudo desde a primeira pedra.”. Reis vai mais além ao relacionar a aprendizagem da organização face aos sistemas de informação com a infraestrutura instalada. De facto, os utilizadores que já utilizam sistemas de informação com um certo nível de evolução, isto é, em organizações com um mínimo de infraestruturas de SI/TI, tendem a estar mais aptos a mudanças e interessados em novos conhecimentos.

Assim e de acordo com Reis (2001, pp.71), a “adoção de novos sistemas de informação, que pode ser crucial para que a organização enfrente os ataques da concorrência, esta condicionada pela existência de uma infraestrutura prévia de sistemas de informação e pelo conhecimento ou familiaridade da organização com os SI.”.

Contudo, para que as organizações passem à fase da adoção de tecnologias têm de primeiro perceber os seus benefícios e acreditar que podem fazê-lo com sucesso. Como já referimos, para que as organizações entendam e consigam realizar os benefícios decorrentes da adoção de novas tecnologias, necessitam de alinhar o seu plano de adoção com as estratégias da empresa, que é o mesmo que dizer alinhar a sua estratégia de SI/TI com a estratégia de negócios da organização. E para isso, precisa de possuir técnicas, estratégias e competências administrativas (Pennings e Harianto, 1992).

Da revisão bibliográfica realizada vimos que os Investigadores de Sistemas de Informação têm feito grandes esforços na construção de teorias para examinar e prever os fatores determinantes na aceitação das TI.

Vimos que as organizações baseiam em diferentes processos de argumentação para justificar a adoção de sistemas e tecnologias de informação. As forças guiadoras das organizações para a adoção de SI/TI podem ser diversas, como não sejam aspetos competitivos (estar na linha da frente, explorar novos canais, surpreender a concorrência, etc.), redução de custos, otimização de processos, modernização, entre outras. Certo é que independentemente dos motivos que leva a organização a adotar determinada tecnologia, ela deve estar alinhado com o negócio, estratégia e aos interesses futuros da organização que a adota.

3. Proposta da *Framework*

Muito das teorias tentam explicar o fenómeno da adoção de SI/TI, baseando na relação entre as crenças do utilizador, atitudes, intenções e a utilização atual do sistema. De entre estas teorias destacamos, a Teoria de Comportamento Planeado (TPB - Theory of Planned Behavior) (Ajzen, 1991).

Esta teoria, e concordando com Benbasat (2000), concentra o seu focus no indivíduo, não sendo as suas variáveis novas para o campo da explicação da adoção e difusão dos Sistemas e Tecnologias de Informação.

Benbasat (2000) vai mais além, afirmando que não há a necessidade de reinventar o TPB por via do TAM, porque como teoria geral de adoção não traz novidades e as relações entre as variáveis são já bem conhecidas, e salvos algumas exceções, robustas, confiáveis e válidos.

Também as pesquisas que utilizam a teoria da difusão da inovação (DOI – Diffusion of Innovation) para explicar a intenção da adoção de tecnologias concentram o seu focus nas características individuais da tecnologia em estudo para encorajar ou inibir a adoção.

Porque as pesquisas baseadas nestas teorias focalizam-se em características particulares da tecnologia em estudo é que os apelidam de perspectiva “Tecnológica” (Benbasat et al, 2000).

Não se deve concentrar o focus das teorias apenas em aspetos individuais de uma determinada tecnologia, mas também nas relações entre tecnologias, contextos e funções.

Benbasat (2000) questiona onde fica a tecnologia nisto tudo, para afirmar posteriormente que o focus nas TI e no comportamento relacionado com as TI, esse sim, é novo e um interessante campo de investigação na adoção de SI/TI, ao que apelida de *focus on organizational level adoption*.

A nossa proposta de framework para adoção de Sistemas e Tecnologia de Informação, que de seguida iremos apresentar tentou refletir esta preocupação revelada por Benbasat, não descurando também das variáveis e contributos dos outros modelos apresentados na revisão bibliográfica. No entanto houve sempre a preocupação do enquadramento num determinado contexto de países em vias de desenvolvimento, sobretudo as africanas.

A perspetiva “tecnológica” suportada por teorias como DOI – Diffusion of Innovation, explica nomeadamente as decisões de adoção de nível individual, ao passo que a decisão de adoção de Sistemas Multicanal é quase sempre de nível organizacional.

Assim, há certos aspetos da adoção de Sistemas Multicanal que não é capturado se olharmos apenas para a tecnologia em si. Deste modo, deve-se utilizar uma abordagem mais alargada, considerando tanto as características organizacionais como também os atributos inerentes da tecnologia.

3.1 Proposta da *Framework*

De acordo com a revisão teórica realizada, observa-se a necessidade de extensão do carácter estratégico também aos investimentos em SI/TI, que por sua vez, devam estar alinhadas com as estratégias de negócios da organização, para que adoção de SI/TI possa contribuir para o posicionamento competitivo da empresa.

Ficou também patente, apesar da reduzida literatura versando sobre a adoção de Sistemas Multicanal, a fraca existência de estudos testando modelos únicos que congregam fatores tecnológicos, intra-organizacional e extra-organizacional para explicar a intenção da adoção de Sistemas e Tecnologias.

Assim, propõe-se uma framework que reflete os fatores a ter em conta na adoção de SI/TI.

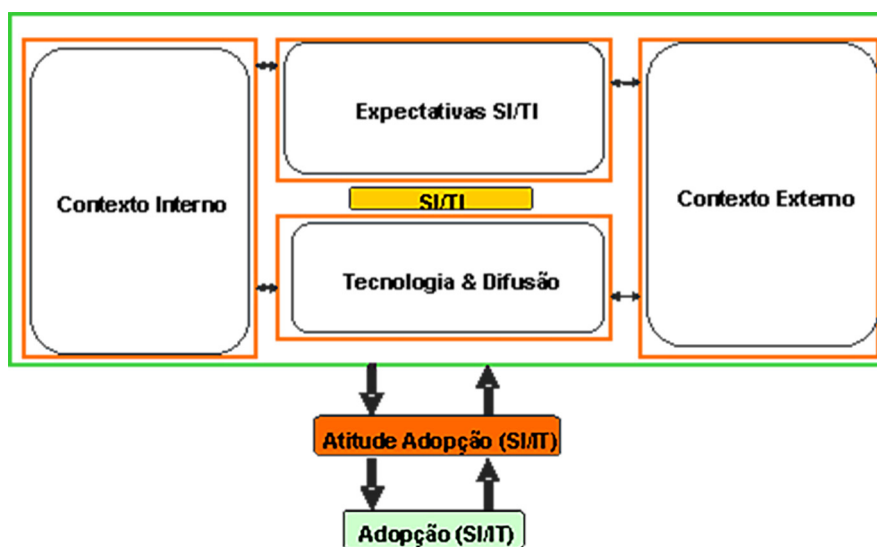


Figura 1.Framework (nível topo)

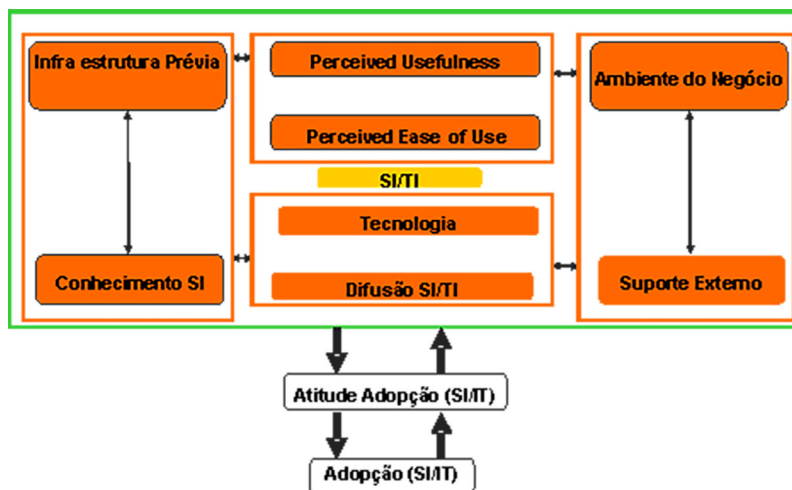


Figura 2. Framework proposto (nível detalhado)

Do exposto, ficam levantadas as hipóteses em estudo com vista a validação da framework.

H1: A adoção de SI/TI é condicionada pela existência prévia de infraestrutura de SI/TI e pelo conhecimento ou familiaridade da organização com os SI.

Esta hipótese decorre da revisão bibliográfica. De acordo com Reis (2001, pp.71) a “adoção de novos sistemas de informação, que pode ser crucial para que a organização enfrente os ataques da concorrência, esta condicionada pela existência de uma infraestrutura prévia de sistemas de informação e pelo conhecimento ou familiaridade da organização com os SI.”.

Tendo em consideração o que se entende por ambiente do negócio e suporte externo e de acordo com Pettigrew e Whipp (1991) temos que: o ambiente de negócio tem a ver com aspetos relacionados com a pressão dos clientes e fornecedores para adoção SI/TI e o suporte técnico relaciona-se com o apoio técnico dos fornecedores de SI/TI.

Assim podemos enunciar a segunda hipótese.

H2: *Fatores do ambiente externo, como o ambiente de negócio e o suporte externo condicionam a adoção de SI/TI.*

De acordo com Dantas (2001) temos que: a tecnologia tem a ver com aspetos relacionados com a comparação face as tecnologias, quanto a possibilidade de observação e experimentação, simplicidade, preço, compatibilidade, vantagem relativa e inovação, e a difusão relaciona-se com o grau de difusão de uma tecnologia.

Assim podemos enunciar a terceira hipótese.

H3: *Fatores relacionados com a Tecnologia & Difusão, condicionam a adoção de SI/TI.*

Segundo Davis (1989), temos que: Perceived Usefulness (PU) é o grau em que se espera que uma inovação tecnológica melhore a performance do indivíduo que o irá potencialmente adotar. Perceived Ease of Use (PEU) é o grau em que o indivíduo que irá, potencialmente adotar a inovação tecnológica, espera que esta não implica nenhum esforço na sua utilização.

Assim podemos enunciar a quarta hipótese.

H4: *Fatores relacionados com as expectativas sobre SI/TI, como o PU e PEU condicionam a adoção de SI/TI.*

4. Estudo de Caso

4.1 Caracterização da Unidade de Estudo - SISP

De acordo com Yin (1994), um dos componentes do estudo de caso é a definição da unidade de análise, que nesta investigação, é a organização SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA.

Trata-se de uma empresa do sector parabancário, de base tecnológica, do tecido empresarial Cabo-verdiano.

Assim, o Boletim Oficial - I Série - nº 24 de 20 Setembro de 1999, cria a SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA, encarregada de gerir atividades relacionadas com o desenvolvimento e a utilização dos meios de pagamentos em Cabo Verde, tendo como objeto social:

- a) Gestão de sistemas bancários de pagamento; b) emissão, gestão e controle de cartões bancários; c) Celebração de contratos com organizações estrangeiras emissoras de cartões; d) prestação de serviços ligados a sistemas de pagamento; e) gestão da rede nacional de utilizadores da SWIFT.

A SISP fundada em finais de 1999, surgiu como a primeira empresa do país voltada unicamente para o negócio do pagamento eletrónico e interbancário.

4.2 Cabo Verde e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

As Tecnologias e Sistemas de Informação jogam um papel fundamental na sociedade moderna e no desenvolvimento económico, social e humano dos países. Cabo Verde, no seu processo de desenvolvimento, ao contrário de alguns países da sua sub-região Africana, deu conta deste facto com alguma antecedência, dando prioridade às novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), através de esforços efetuados no equipamento da administração pública e pela sua utilização na gestão governamental.

Os Fóruns sobre “Construção de um consenso nacional para transformação de Cabo Verde” e “Primeiro Fórum sobre Sociedade de Informação: Conectividade para Integração e Desenvolvimento” realizados em Abril de 2003 e Maio de 2004, respetivamente, na Cidade da Praia, deram um renovado interesse à questão da adoção e uso de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação em Cabo Verde, visando

sobretudo: Reforçar as parcerias estratégicas que oferecem eficácia de mercado, tecnologias e investimentos;

Inserir-se de forma dinâmica na economia internacional, com base no investimento privado, privilegiando os sectores do turismo, dos transportes e das comunicações, dos serviços financeiros, da pesca e das indústrias ligeiras orientadas para a exploração.

Poucos utilizadores, custos de comunicações muito elevados, são ainda obstáculos à verdadeira vaga de adoção de NTIC em Cabo Verde no particular, e em Africa no geral. Contudo, o continente já não está do lado de fora da revolução da informação, das inovações tecnológicas em matéria de informática e das telecomunicações. Em 1995, os países africanos mobilizaram a volta do programa continental “Iniciativa Sociedade Africana na Era da Informação” (AISI) e estreitamente acompanhados pelos seus parceiros internacionais, tendem a servir-se das NTIC como uma nova oportunidade para acelerar o seu desenvolvimento económico. Ainda com vista a explorar as potencialidades das NTIC, outras iniciativas estão a ser desenvolvidas em domínios tidos como prioritários. Entre as principais, podemos citar: “Comunidade e Sociedade de Informação em Africa”, *“African Connection”* e *“Building Digital Opportunities”*.

4.3 O Sistema Biz Switch

O sistema BizSwitch é um sistema completo desenvolvido pela ACE – BizFirst e que permite a um “*Switch*” operar redes interbancárias de serviços de pagamento eletrónico e “*self-banking*”. Trata-se de uma plataforma de integração total.

Os principais componentes funcionais do sistema são: 1- Gestão de ATMs - o sistema controla diretamente as sessões estabelecidas pelos ATMs, gere o diálogo com o utilizador apresentando as opções e capturando as suas seleções, processa as transações, controla a conclusão

das operações coordenando a utilização dos periféricos (ex. dispensador de notas, módulo de depósito), gere a informação relativa à atividade da rede e ao estado dos terminais; 2- Gestão de POSs – o sistema implementa o protocolo de diálogo com os terminais, gere as sessões estabelecidas pelos terminais, processa as transações, gere a informação relativa à atividade da rede e ao estado dos terminais; 3- “Switching” de transações para “Issuers” e “Acquirers” – o sistema mantém sessões “realtime” com os diferentes interlocutores no processamento das operações da rede e encaminha as transações para os respetivos “Issuers” ou “Acquirers” para autorização (Ex. operação “Levantamento”) ou satisfação de pedidos de informação (Ex. operação “Consulta de Movimentos de Conta”); 4- Gestão de Cartões e “Stand-In Authorisation” – O sistema incorpora a componente de gestão de cartões e de “Stand-In Authorisation” que permite aos clientes dos “Issuers” poderem fazer operações na rede mesmo que estes tenham os seus sistemas de autorização indisponíveis ou as sessões “realtime” não estabelecidas. Diversos cenários de autorização estão previstos quer por limites estabelecidos nas operações, quer ao nível do cartão; 5 - Compensação Interbancária – Por forma a proceder ao impacto no sistema financeiro das operações realizadas na rede, os processos de “clearing” apuram em cada período de compensação os saldos das entidades participantes e produzem os ficheiros definidos por estas com os dados relativos às operações realizadas na rede.

Adicionalmente a plataforma multicanal do BizSwitch permite a distribuição de serviços integrada em novos canais eletrónicos, nomeadamente: Portal Internet, Telefones Móveis, Televisão Interativa, etc.

Esta decisão da SISP para a plataforma multicanal da ACE-BizFirst, acresce vários benefícios, permitindo: tirar partido de ambientes menos onerosos ao nível do *TCO-Total Cost of Ownership*; um menor custo de formação para os utilizadores (ambiente browser, idêntico ao acesso à internet), sendo necessário, apenas, concentrar nos aspetos funcionais;

redução do *time to market* dos serviços da rede vinti4, uma vez que nesta plataforma a disponibilização de novos serviços e novos canais esta facilitado; ao nível da instalação, a flexibilidade destas aplicações possibilita que esta seja efetuada: num servidor totalmente centralizado (menores custos de licenciamento e suporte mas com a necessidade de uma melhor infraestrutura de comunicações).

A regra de negócio está implementada no nível aplicacional (conceito cliente, canal, serviços, etc) uma única vez, independentemente do canal utilizado. Implementada com base em servidores de aplicação e servidores Web, o core aplicacional é composto por programas em Java que devolvem resultado em XML e permite saber quando o cliente acede, fá-lo-á por que canal. Com o webserver APACHE (Web server simples que fornece conteúdos estáticos – html estáticos) acrescida do *container* TOMCAT que permite conteúdo dinâmicos (JSP – Java Server Pages e Servelets Java), permite que os outputs dos serviços em XML (conteúdo) sejam cruzados com o XSL (GUI – Graphical User Interfaces, que informa como é o interface com o utilizador) correspondente e devolve HTML em *runtime*.

Daqui depreendemos que a única coisa que é configurável para os vários canais é o XSL com os serviços do canal.

5. Resultados

Da análise de conteúdo da documentação da SISP e das entrevistas, levada a cabo no âmbito da investigação, foram identificados os seguintes temas: 1 – Caracterização da organização e dos sujeitos envolvidos na utilização do sistema; 2 – Caracterização do ambiente externa à organização; 3 – Caracterização do sistema BizSwitch adoptado e 4 – Expectativas e perspetivas sobre o desempenho do sistema.

Dos quatro temas identificados, podemos observar que os mesmos estão relacionados com as dimensões em estudo, isto é, o contexto organizacional, contexto tecnológico e com o contexto extra-organizacional ou mesmo inter-organizacional. Foram identificados 9 (nove) categorias para o conjunto dos quatro temas, conforme representado no quadro em baixo.

Tabela 1 – Temas e Categorias

Temas	Categorias
1. Caracterização da organização e dos sujeitos envolvidos na utilização do sistema	<ul style="list-style-type: none"> • Características da organização • Caracterização dos recursos humanos envolvidos na utilização sistema • Factores tecnológicos da organização • Formação em SI/TI
2. Caracterização do ambiente externo à organização	<ul style="list-style-type: none"> • Características do ambiente • Fornecedor/suporte
3. Caracterização do sistema <i>multi canal</i> adoptado	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do sistema
4. Expectativas e perspectivas sobre o desempenho do sistema	<ul style="list-style-type: none"> • A nível da direcção • A nível dos utilizadores

Relativamente à primeira hipótese, H1: A adoção de SI/TI é condicionada pela existência prévia de infra-estrutura de SI/TI e pelo conhecimento ou familiaridade da organização com os SI., os dados recolhidos deixam evidências favoráveis à hipótese que a adoção de sistemas

e tecnologias de informação é de facto condicionada pela existência de uma base de familiaridade com o mundo das SI/TI. Esta questão ficou evidenciada nas entrevistas à direção e técnicos da SISP, que a adoção foi facilitada devido ao conhecimento da empresa no ramo das SI/TI e da existência de uma infraestrutura tecnológica que serviu de base à nova plataforma/sistema adotada. Tal facto, vai de encontro à revisão bibliográfica e é reforçado de acordo com Reis (2001, pp.71), de que a *“adoção de novos sistemas de informação, que pode ser crucial para que a organização enfrente os ataques da concorrência, esta condicionada pela existência de uma infra-estrutura prévia de sistemas de informação e pelo conhecimento ou familiaridade da organização com os SI.”*

Assim, os dados recolhidos apontam para a validade da H1 do estudo em que “A adoção de SI/TI é condicionada pela existência prévia de infraestrutura de SI/TI e pelo conhecimento ou familiaridade da organização com os SI”.

Relativamente a segunda hipótese, H2: Fatores do ambiente externo, como o ambiente de negócio e o suporte externo condicionam a adoção de SI/TI., o estudo aponta para a validação da hipótese, concordando com a revisão da literatura e com Pettigrew e Whipp (1991), mas também coloca ênfase especial não tanto na pressão para adoção, mas sim no suporte e apoio técnico dos fornecedores de SI/TI como fator condicionador da adoção.

A terceira hipótese, H3: Fatores relacionados com a Tecnologia & Difusão, condicionam a adoção de SI/TI., pela análise dos dados obtidos, pois não poucas vezes foram referidos que, apesar de não ser o mais importante fator, o custo da tecnologia/sistema é importante para a decisão da adoção. A comparação entre tecnologias é fundamental e condiciona a adoção, apontando assim para a aceitação e validação da hipótese. Aspetos relativo à difusão da tecnologia é suportado pela revisão da literatura como fator condicionante da atitude de adoção e no estudo

e da análise do conteúdo aos documentos da SISP, nota-se claramente que o conhecimento dos aspetos essenciais da tecnologia multicanal, fruto da recente difusão desta tecnologia foi chave para a decisão da sua adoção. Interrogados os técnicos, se já tinham ouvido falar em sistemas multicanal, antes da sua adoção pela SISP, são unânimes em afirmar que sim. Nós acreditamos que este conhecimento que se tem sobre uma determinada tecnologia/sistema e que permite atitudes de comparação face a outra tecnologia é crucial para a decisão de adoção.

Finalmente a quarta hipótese, H4: Fatores relacionados com as expectativas sobre SI/TI, como o PU e PEU condicionam a adoção de SI/TI.

Por *Perceived Usefulness* e *Perceived Ease of Use* de acordo com Davis (1989) temos: *Perceived Usefulness* (PU) é o grau em que se espera que uma inovação tecnológica melhore a performance do indivíduo que o irá potencialmente adotar. *Perceived Ease of Use* (PEU) é o grau em que o indivíduo que irá, potencialmente adotar a inovação tecnológica, espera que esta não implica nenhum esforço na sua utilização.

O estudo vai no sentido da teoria TAM, ao apontar para que os fatores relacionados com o PU e PEU, condicionam a atitude de adoção. As análises das entrevistas, demonstram este facto, pois que as expectativas que o sistema seja simples (i.e. não exija esforços adicionais para o seu uso), que melhore a sua performance (através de integração de serviços e eliminação de tarefas desnecessárias, etc.).

Globalmente, existem evidências favoráveis às hipóteses estudadas. No caso de estudo analisado, todos os dados recolhidos apontam para a validade das hipóteses.

6. Conclusão e Perspectivas Futuras

Este estudo visa sobretudo testar um modelo/framework de adoção de sistema e tecnologias de informação, baseado na revisão bibliográfica dos fatores que influenciam a adoção de SI/TI.

A framework apresenta 4 (quatro) fatores como fundamental para a adoção de SI/TI, nomeadamente fatores do contexto interno (organizacional), fatores do contexto externo (extra-organizacional), fatores tecnológicos e fatores cognitivos/sociais sobre expectativas de SI/TI. Trata-se de um modelo conceptual que evidencia que para a adoção de sistemas e tecnologias de informação (neste caso Sistemas Multicanal) deve-se ter em conta aspetos de ordem Tecnológica, Organizacional, Cognitivos e do Ambiente Extra-Organizacional. A conjugação destas dimensões explicam a intenção/decisão de adoção de SI/TI.

Os estudos de adoção de SI/TI continuam a focar essencialmente, os problemas relacionados com a tecnologia em si, dando menos relevo a aspetos da organização e do meio envolvente.

Em Cabo Verde, praticamente não existem estudos nesta área e este *paper* procurou ajudar a preencher essa lacuna, fornecendo aos gestores das empresas e dos sistemas de informação, um modelo conceptual para auxiliar o processo adoção de SI/TI.

Assim, pensamos que testando todos estes fatores que condicionam a adoção numa única *framework*, esta investigação contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento da área de Sistemas de Informação, nos seguintes termos:

1. Procurou contribuir para o conhecimento, combinando num único modelo, o que já tinha sido estudado e observado em estudos separados;
2. Este estudo ajudou a compreender quais os fatores organizacionais, tecnológicos e extra-organizacionais que condicionam a atitude de adoção;

3. Procurou colmatar a lacuna existente no âmbito de estudos sobre adoção de sistemas de informação na África.

Fez-se uma análise qualitativa dos dados recolhidos. Também, desde o início não foi a nossa intenção proceder a análises quantitativas ou chegar a leis que fossem passíveis de ser generalizadas a uma população quaisquer que sejam os contextos. A nossa preocupação fundamental foi sempre compreender um fenómeno de forma a contribuir para sua melhoria. Dai termos optado por estudo de caso.

A *framework* proposta foi construída com base numa extensa revisão bibliográfica versando a temática da adoção de sistemas e tecnologias de informação.

Os resultados obtidos no estudo apontam para que vários são os fatores que condicionam a atitude de adoção, pelas organizações, dos sistemas e tecnologias de informação, indo desde fatores organizacionais, passando por fatores tecnológicos e relacionados com a sua difusão, pelo ambiente externo da organização e chegando a fatores de índoles cognitivos e psicológicos como as expectativas face ao Sistema/Tecnologia a adotar.

Em jeito de conclusão, e a partir dos resultados obtidos pela aplicação do modelo proposto, considera-se que os objetivos do estudo foram atingidos. O modelo permitiu a verificação dos fatores que influenciam a adoção de SI/TI nas empresas Cabo-verdianas.

Globalmente os dados recolhidos no estudo, apontam para a validação das hipóteses levantadas no âmbito da pesquisa, pelo que estudos comparativos e noutras empresas deverão ser levadas a cabo com vista a observar a convergência ou não com os resultados encontrados por este trabalho.

6.1 Propostas de Investigações Futuras

De acordo com Lakatos e Marconi (1991), as sugestões feitas por um pesquisador, mediante os resultados das suas pesquisas, para trabalhos futuros desenvolvidos sob o mesmo tema são importantes para o desenvolvimento da ciência. Tais sugestões podem apresentar novas temáticas de pesquisa, inclusive levantando novas hipóteses, abrindo caminho a outros pesquisadores.

Assim, sugere-se para novos trabalhos a validação do modelo proposto em outras organizações, observando os fatores propostos na *Framework* e verificando a convergência ou divergência com os resultados encontrados por este trabalho.

Sugere-se, igualmente, aprofundar o estudo da relação entre os fatores organizacionais, tecnológicos, extra-organizacionais e cognitivos no processo de adoção de Sistemas de Informação.

Finalmente, seria interessante estudar não só fatores que potenciam a adoção de SI/TI, mas também complementar o estudo com fatores que inibem a adoção e os diferentes domínios de impacto da adoção de SI/TI numa organização.

References

- BAIR, J., (1995). Implementation Requirements, Fisher (ed.) New Tools for New Times: The Workflow Paradigm, Second Edition.
- BENAKOUCHE, Rabah (org) (1985), A questão da informática no Brasil. São Paulo: Edição Brasiliense (Brasília) e CNPq, 168 p.
- BENBASAT, I. (2000), adoption and diffusion research in information systems. QUO VADIS?, University of British Columbia, DIGIT WORKSHOP ICIS 2000.
- BENBASAT, I.; CHWELOS, P e DEXTER, A. (2000), Research Report: Empirical Test of an EDI Adoption Model - May 2000.

- DANTAS, J. G. L.(2001), *Gestão da Inovação*, Vida Económica. Dezembro 2001.
- DRUCKER, P.(1999), *Os novos paradigmas da gestão*. Exame, São Paulo: Editora Abril, ano 32, n.4 (fev), pp.34-64.
- FREIRE, A. (2000); *Inovação – Novos produtos, serviços e negócios para Portugal*, Lisboa,VERBO.
- FREITAS, H. et al (1997), *Informação e Decisão: Sistemas de Apoio e seu Impacto*, Porto Alegre: Ortiz, 1997, 214 pp.
- GATES, B. (1997), *The Digital Nervous System*. Extract from a Speech at the Microsoft CEO Summit in Seattle, Washington on 8 May. In *Web-Weaving. Intranets, Extranets and Strategic Alliances.* (Lloyd, P. and Paula Boyle eds.). 271-281.
- HAMMER, M. e CHAMPY, J. (1993), *Reengineering the Corporation: a Manifesto for Business Revolution*, HarperCollins Publishers.
- HENDRICKSON, AR., et al, *On the Test-Retest Reliability and Perceived Ease of Use Scales,* MIS Quarterly (Jun) 1993, pp 227- 230.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de A.(1991), *Fundamentos de metodologia científica*, 3ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LEE, G.; XIA, W.D. (2006), *Organizational Size and IT Innovation adoption: A meta-analysis*. Information & Management, v.43, n. 8, Dec, pag. 975-985.
- LOUSÃ, A., PEREIRA, P. e LAMBERT, R. (1999), *Técnicas de Organização Empresarial - Bloco I*, Porto Editora, Portugal.
- OPPER, S. (1995), *Managing Technological Change.*, Fisher (ed.) *New Tools for New Times: The Workflow Paradigm*, Second Edition.
- PENNINGS, J.M. e HARIANTO, F. (1992), *The difusion of technological innovation in the commercial banking industry*, Strategic Management Journal, Vol. 13. N° 1, pp. 29-46
- RAMOS, I.(2001), *Aplicações das Tecnologias de Informação que Suportam as Dimensões Estrutural, Social, Política, Simbólica do Trabalho*, Tese de Doutoramento, Departamento de Sistemas de Informação Guimarães: Universidade do Minho.

- ROGERS, E. (1995), *Diffusion of innovations*, Fourth edition. New York, NY: The Free Press.
- ROGERS, E. (2003), *Diffusion of innovations*. New York, NY: The Free Press.
- ROOS, H. e BRUSS, L. (1995), *Human and Organizational Issues*, Fisher (ed.) *New Tools for New Times: The Workflow Paradigm*, Second Edition.
- SCHEIN, E. H. (1993), *On Dialogue, Culture, and Organizational Learning*, *Organizational Dynamics* 22(2):40-51.
- TEECE, D.G. (1987) (ed.): *The competitive challenge: Strategies for industrial innovation and renewal*, Ballinger, Cambridge, MA
- TORRES, N.A. (1995), *Competitividade Empresarial com Tecnologia da Informação*, São Paulo, Makron Books.
- WARD, J. e PEPPARD J. (2002), *Strategic Planning for Information Systems*, Joh Wiley & Sons, Chichester, UK.
- YIN, R. (1994), *Case Study Research - Design and Methods*, Thousand Oaks, CA: Sage.
- PNUD (2004), *Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano Cabo Verde – 2004*, PNUD, 2004